

Gustavo Esteves Lopes

MEMÓRIA EM CONSTRUÇÃO: HORTOLÂNDIA E SUA GENTE EM NARRATIVAS E IMAGENS



Copyright © 2015
Gustavo Esteves Lopes

Revisão
Lara Milani
Renata Tavares

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

L855m

Lopes, Gustavo Esteves

Memória em construção [recurso eletrônico] : Hortolândia e sua gente em narrativas e imagens / Gustavo Esteves Lopes. - 1. ed. - Americana : Adonis, 2015.

recurso digital

Formato: epub

Requisitos do sistema: adobe digital editions

Modo de acesso: world wide web

ISBN 978-85-7913-297-1 (recurso eletrônico)

1. Hortolândia (SP) - História. 2. Cultura material - Aspectos sociais - Hortolândia (SP) - Aspectos políticos. 3. Hortolândia (SP) - Usos e costumes. 4. Livros eletrônicos. I. Título.

15-23707

CDD: 981.61

CDU: 94(815.61)

Todos os direitos reservados à Gráfica e Editora Adonis.

Rua do Acetato, 189 - Distrito Industrial Abdo Najar.
CEP: 13474-763 - Americana/SP - Fone: (19) 3471.5608
www.adonis.com.br www.editoraadonis.com.br



Estação Jacuba, 1918. Foto de Filemon Perez.

**“Patrimônios vivos da cultura caipira em Hortolândia:
mestres violeiros, foliões e catireiros”**

Projeto patrimonial executado mediante convênio celebrado entre
município de Hortolândia e Iphan

Centro de Memória de Hortolândia Prof. Leovigildo Duarte Junior

Abril de 2015

Dedico esta publicação à minha avó,
Maria Brunorio Esteves, *in memoriam* (1924-2015).

Sumário

Prefácio	9
Apresentação – ou História do projeto	13
Parte I – Toponímia, notícias históricas e marcos jurídicos	21
Nota preliminar	22
Pressupostos historiográficos.....	23
Princípios de formação territorial e de povoamento.....	32
Antes e depois de a Cia. Paulista de Estradas de	
Ferro passar por Jacuba	47
A criação do distrito de Hortolândia.....	65
Transformação de bairro rural em localidade suburbana.....	74
A luta pela emancipação de Hortolândia	76
Hortolândia emancipada – ou “Construindo uma vida melhor!”	82
Marcos jurídicos em políticas socioculturais e	
patrimoniais em Hortolândia	86
Ações socioculturais e patrimoniais em Hortolândia	88
Hortolândia em imagens de outrora.....	91
Parte II – Hortolândia e sua gente em narrativas e imagens	111
Uma questão de procedimento em pesquisa e	
produção documental.....	112
História oral e fotografia: um possível diálogo para a	
construção de uma história pública.....	114
História oral: técnica, procedimento, seara do conhecimento	116
História oral: um “passo a passo”	118
Narrativas e imagens.....	122
<i>Francisco Aparecido Borges, “Mestre Chiquinho”</i>	124
<i>Antônio Geraldelli, “Mestre Toninho do Catira”</i>	146
<i>Luzia Zulmira Francisco Bressan, “Dona Luzia”</i>	172
<i>Zilda Ferracini dos Santos, “Dona Zilda”</i>	199
<i>Nelson Blumer, “Nelsinho Catireiro”</i>	216

<i>Hermínio Cancian, “Sô Luca”</i>	238
<i>Anna Camargo Martins, “Dona Anna”</i>	258
Apontamentos conclusivos – pela construção de uma história pública	272
Bibliografia e fontes consultadas	277
Apêndice – Dossiê: Cultura caipira e patrimônio cultural imaterial ...	283
Cultura caipira e patrimônio cultural imaterial: outras narrativas	284
<i>Célia Maria Corsino</i>	287
<i>Maurício Imenes</i>	317
<i>Emivaldo Pacheco de Santana</i>	339
<i>Roque de Fonte</i>	349
<i>Pompeu Christovam de Pina</i>	361
Cultura caipira e patrimônio cultural imaterial: perspectivas rumo à interdisciplinaridade	375
Presença da história pública em comunidades locais: políticas culturais e exercício de cidadania no contexto de repertórios de ação coletiva – A experiência recente do Centro de Memória de Hortolândia Professor Leovigildo Duarte Junior	452

Prefácio

Este livro é resultado de uma reflexão que o autor se propõe a fazer sobre a história de Hortolândia. O pouco que se escreveu sobre a cidade segue, com algumas exceções, a linha tradicional da história político-administrativa. No presente trabalho, o autor não despreza esse enfoque, mas avança, especialmente sobre o campo de uma história oral e pública em comunidades locais, com vista à apreciação e promoção de seu patrimônio cultural. Ele retoma e aprofunda as poucas pesquisas sobre a origem de Hortolândia, desenhando um cenário bem mais amplo do espaço geográfico da região e de sua incipiente ocupação no século XIX. Além disso, ele acrescenta informações históricas novas e interessantes, resultado de minuciosa pesquisa nas fontes e arquivos.

O trabalho alarga os horizontes da pesquisa sobre Hortolândia e insere o município na Região Metropolitana de Campinas, destacando sua singularidade, sem esquecer também a realidade socioeconômica e cultural da região.

Esse, porém, não é o escopo do livro. A intenção é contar a história de **Hortolândia e sua gente**. A prioridade é construir a memória da comunidade, das pessoas, da **gente**, enfim, de Hortolândia. A história político-administrativa é fria, sem vida e sem alma, “aparentemente imparcial”, adverte o autor. A história construída a partir da memória da comunidade e devolvida a ela – tornada pública – é diferente. Ela recupera, revive e retoma os rumos porventura desviados ou sequestrados. Ao falar do trabalho do pesquisador e de sua postura para com o entrevistado, o autor escreve: “É certo que o maior cuidado a ser tomado neste processo de mediação e de trabalho colaborativo é não fazer, de gente entrevistada, simples e distante objeto, como se fosse peça de museu ou mercadoria, apto a servir para uma finalidade predeterminada e ser descartado quando não mais conveniente”. A proposta é devolver seu trabalho aos entrevistados e à comunidade. Por isso ele diz que o que escreveu são “memórias coletivas

e individuais das quais emanam a história de Hortolândia e sua gente em narrativas e imagens”.

Todavia, o que mais me chama a atenção como historiador, há vinte anos debruçado sobre o estudo da história de Sumaré, é a preocupação do autor em apontar novos caminhos para Hortolândia e, por extensão, para outras cidades. Nessa perspectiva, é inevitável a comparação entre Hortolândia e Sumaré, cidades próximas e irmãs, a primeira dando sinais claros de busca da própria identidade, e a segunda, bem mais velha, dispersando-se em desvãos menores e insignificantes. Se o autor não teve esse propósito, serviu a lição.

Reconstruir a história de Hortolândia por meio de relatos de moradores antigos com fundas raízes no passado, usando procedimentos de história oral, é ir às fontes mais cristalinas da cidade. É construir pela base a identidade e a memória coletiva da comunidade. Esse é o cimento com o qual se constrói o empoderamento sociocultural que desemboca na identidade, utopia sempre desejada e perseguida. Empoderamento que, na visão de Paulo Freire, é quando uma pessoa, grupo ou instituição realiza por si mesmo as mudanças e as ações que levam a evoluir e se fortalecer.

Ouvir as pessoas e suas histórias, como bem fez o autor, é dar-lhes importância e poder. É tirá-las do anonimato, dar-lhes um nome e uma função que elas possam realizar na comunidade. É dar-lhes poder. Por isso, Freire diz que o empoderamento ocorre de dentro para fora, não de fora para dentro.

Gustavo trabalha nessa perspectiva, pois uma cidade, cujos cidadãos estão conscientes de seu papel na comunidade, fortalece sua identidade. E luta para não perder o próprio poder, a autonomia e a liberdade.

O trabalho do autor caminha nesta direção: construção e reconstrução de um projeto próprio para Hortolândia. É o que já apregoava há alguns anos Anita Kurka, em sua tese de doutorado, pela PUC-SP (2008): “Apesar de emancipada politicamente há 15 anos, Hortolândia está ainda em busca de sua identidade e vocação como cidade. Identidade aqui deve

ser entendida como negação da igualdade, numa perspectiva dialética que leve à superação e não à recusa, como busca de alteridade, no processo de construção e reconstrução permanente de um projeto próprio de cidade”.

Nesse sentido, o livro traz uma inestimável contribuição para a história de Hortolândia e da Região Metropolitana de Campinas, que se transforma rapidamente por causa da intensa urbanização e conurbação acelerada. Na voracidade dessas mudanças, é imprescindível não perder o chão e o rumo, iniciando e construindo novos caminhos.

Esta obra abre caminho para outros estudos da cidade e da região. Tenho certeza de que uma boa semente foi plantada.

Francisco Antonio de Toledo, historiador
Abril de 2015

Apresentação – ou História do projeto

Este livro surgiu da premente demanda local do município de Hortolândia em ter suas memórias e histórias reveladas publicamente. Em um momento em que Hortolândia vai estruturando suas políticas socioculturais, por meio da colaboração estabelecida entre poder público e sociedade civil, suscitou-se a oportunidade de pesquisar e produzir documentação que fosse agregada ao acervo do Centro de Memória de Hortolândia Professor Leovigildo Duarte Junior – órgão público municipal criado pela Lei Municipal nº 225/1994.

O presente autor, no final de 2011 – logo que se investiu no cargo público, de nível superior, “agente cultural”, e escolheu para seu plano de trabalho atribuições específicas em elaboração de projeto e desenvolvimento de pesquisa –, apresentou uma proposta de projeto em história local ao então secretário Municipal de Cultura, Tino Sampaio, que prontamente a aceitou, porque ciente dessa carência sociocultural da comunidade local.

Passada a leitura de algumas iniciativas individuais precedentes de escrever a história local, era chegada a hora de fazer um balanço historiográfico do que fora produzido até então. A avaliação feita concluiu que era necessário pesquisar não somente o histórico político-administrativo do território do atual município de Hortolândia, mas também sua passada e presente realidade sociocultural, além de imprimir uma dinâmica de produção documental ao Centro de Memória Professor Leovigildo Duarte Junior, com a finalidade de criar um *banco de histórias* constituído do registro oral, escrito e iconográfico de entrevistas, fundamentadas pelo gênero *histórias de vida*, realizadas com indivíduos da comunidade local, fossem estes nativos ou migrantes.

Como ponto de partida, para dar vida a essa proposta historiográfica e sociocultural, o presente autor elaborou um projeto de pesquisa fundado no diálogo entre procedimentos tradicionais em historiografia e em

história oral. Como incremento à pesquisa de campo, Anderson Zotesso, agente cultural e jornalista, foi convidado a acompanhar o presente autor e a realizar um ensaio fotográfico que retratasse os colaboradores entrevistados durante o processo de produção documental. Foram realizadas sete entrevistas, com quatro homens e três mulheres de diferentes origens e residentes em diferentes regiões do município de Hortolândia. A experiência da pesquisa de campo foi registrada com gravador de áudio e câmera fotográfica digitais. A presente pesquisa recebeu a colaboração dos seguintes entrevistados: Francisco Aparecido Borges, Antônio Geraldelli, Luzia Zulmira Francisco Bressan, Zilda Ferracini dos Santos, Nelson Blumer, Anna Camargo Martins e Hermínio Cancian. Tanto quanto possível, tentou-se respeitar a confecção da rede de colaboradores entrevistados, tecida a partir do “ponto zero” da pesquisa de campo: Francisco Aparecido Borges dos Santos, o Mestre Chiquinho, embaixador da Companhia de Santos Reis Rosa dos Anjos, por meio do qual indiretamente se chegou até Hermínio Cancian, conhecido na localidade como Luca Cancian, comerciante, filho de funcionário da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e nascido justamente na antiga Estação Ferroviária Jacuba – único Patrimônio Cultural tombado pelo município de Hortolândia, pela Lei Municipal nº 1.150/2003, e em 2014 transformado em sede museológica do Centro de Memória de Hortolândia Professor Leovigildo Duarte Junior.

Em meio ao que foi programado desde a elaboração do projeto, em setembro de 2012, ocorreu algo extraordinário para o município de Hortolândia e sua gente: a segunda colocação, em nível nacional, do projeto “Patrimônios vivos da cultura caipira em Hortolândia: mestres violeiros, foliões e catireiros” – proposta esta apresentada em Edital do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (Edital PNPI 01/2012), promovido pelo Departamento do Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPI-Iphan). Em 18 de janeiro de 2013, foi celebrado um convênio entre o Iphan e o município de Hortolândia, para viabilizar a execução prática e financeira do referido projeto patrimonial. O

presente pesquisador, elaborador textual do projeto patrimonial, assumiu, desde a celebração do convênio até outubro de 2014, sua coordenação técnica – e somente se afastou dessa responsabilidade por motivo de licença para estudos no exterior para cursar o doutoramento em Estudos Contemporâneos, do Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra (DEC-III-UC), Portugal.

Entre as estratégias de ação, elencadas no referido projeto apresentado ao DPI-Iphan, destaca-se o item “Pesquisa e produção documental”, estipulado como principal modo de subsidiar – tecnicamente, inclusive – outras ações socioculturais também vinculadas ao projeto conveniado ao Iphan, geridas e postas em prática por mestres da cultura caipira local e regional e por servidores da Secretaria Municipal de Cultura. De projeto e pesquisa que precederam e amadureceram o projeto “Patrimônios vivos da cultura caipira em Hortolândia...”, o presente *Memória em construção: Hortolândia e sua gente em narrativas e imagens*, em vez de se tornar algo paralelo ou concorrente, consensualmente se associou à própria estratégia de ação “Pesquisa e produção documental” do projeto conveniado ao Iphan, uma vez que em ambos seria necessário tratar de temas e questões em comum. Aliás, o pesquisador é o mesmo, para a consecução de ambas as iniciativas.

Transcorrida a realização de entrevistas com os colaboradores acima nominados, o ano de 2013 foi devotado principalmente à pesquisa em arquivos, coleções particulares e acervos digitais, para elaboração de um histórico político-administrativo e sociocultural, local e regional, que se demonstrou imprescindível à apresentação de narrativas e imagens, mediatizadas pela pesquisa de campo em história oral e que são, realmente, o coração de todo o trabalho feito. Mas é necessário esclarecer que, se a pesquisa em arquivos, coleções particulares e acervos digitais foi realizada a contento, isso se deve à colaboração das pessoas entrevistadas, além de muitas outras que bem poderiam ter suas narrativas registradas e vindas a público – pois o pesquisador, natural de Poços de Caldas (MG)

e com alguma vivência na capital paulista, somente veio a tomar certo conhecimento histórico e sociocultural, local e regional, a partir do “grau zero”, a partir de quando chegou a Hortolândia, apenas com uma mochila às costas. Muita pesquisa desenvolvida e muitas amizades consolidadas durante esse processo de formação pessoal e profissional, que permanece em perene construção.

Sobre os arquivos consultados ao longo da pesquisa, vale ressaltar quão fundamental, para a maturação do que ora vem a público, foi o acesso aos respectivos acervos do Centro de Memória da Unicamp, da Associação Pró-Memória de Sumaré, do Arquivo Público do Estado de São Paulo e da Divisão de Arquivos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, entre outros órgãos públicos e entidades privadas consultadas. Das coleções particulares consultadas mais impressionantes em termos de iniciativa individual de construção da memória histórica familiar e comunitária, vale mencionar o acervo fotográfico e cartográfico de Nelson Blumer, munícipe nativo, colaborador e entrevistado para a presente pesquisa, cujo álbum é preservado com a dedicação própria de arquivistas profissionais. E cabe aqui mencionar que a atual realidade de disseminação de acervos e bibliotecas digitais no Brasil e no exterior, além de facilitar a vida de pesquisadores, profissionais e amadores, demonstra um alento para a ampla democratização de conhecimento histórico e sociocultural. Aliás, a consulta a tais acervos não somente serviu a esta pesquisa e produção documental, como também subsidiou – juntamente com a consulta presencial em arquivos e o apoio da comunidade –, por exemplo, ampla e variada produção expográfica, hoje aberta ao público, na Estação Jacuba, sede museológica do Centro de Memória de Hortolândia Professor Leovigildo Duarte Junior.

A presente pesquisa e produção documental consistem e são estruturadas em duas partes distintas: “Toponímia, notícias históricas e marcos jurídicos”, essencialmente uma monografia histórica; e “Hortolândia e sua gente em narrativas e imagens”, que apresenta os percursos e a do-

cumentação produzida no decorrer do ano de 2012 e empregou recursos e procedimentos de história oral para dar voz a alguns desses patrimônios vivos da cultura caipira em Hortolândia. O presente autor dispensou uma análise mais aprofundada das documentações consultadas e produzidas, pois é certo que estas são capazes de dizer por si mesmas. A intenção em publicar os resultados também foi revelar outra “Hortolândia e sua gente”, para além daquela equivocadamente reduzida a “cidade do Carandiru caipira” ou “cidade-dormitório”, e, mais especificamente, tornar patentes os bens e referências socioculturais e patrimoniais até então latentes no seio da comunidade local e regional. E ao final de *Memória em construção: Hortolândia e sua gente em narrativas e imagens* são colocados alguns apontamentos sobre essa experiência de pesquisa e produção documental, fundamentada em processos de mediação e de trabalho colaborativo, os quais o presente autor identifica com os preceitos de construção de uma história pública.

O trabalho desenvolvido em *Memória em construção: Hortolândia e sua gente em narrativas e imagens*, contudo, não se encerrou com a pesquisa e a produção documental concluídas para sua finalidade em si: o projeto “Patrimônios vivos da cultura caipira em Hortolândia: mestres violeiros, foliões e catireiros”, além de fomentar sua publicação (ora em formato de *e-book* e disponível para *download* gratuito), serviu como motivação para a busca de outras experiências em gestão patrimonial e na salvaguarda de bens e referências socioculturais. Para tanto, foi estendida a mão a colaboradores ativos e/ou residentes do Brasil central, vasta região na qual se encontram bem robustecidas tradições circunscritas a uma ampla territorialidade permeada por bens e referências socioculturais tipicamente “caipiras”. Na primeira paragem, Brasília (DF), sendo o presente pesquisador acompanhado do fotógrafo Gabriel Oliveira, foi realizada uma entrevista com Célia Maria Corsino, museóloga e atual diretora do DPI-Iphan, para tratar dos pregressos e atuais contextos das políticas patrimoniais no Brasil e no exterior. Necessário também deixar claro que

o mesmo tratamento conferido ao ensaio fotográfico de Anderson Zotesso foi destinado ao de Gabriel Oliveira.

Logo em seguida à entrevista com Célia Maria Corsino, pesquisador e fotógrafo partiram rumo a Pirenópolis (GO), municipalidade detentora de mérito reconhecido como Patrimônio Cultural, tanto por seu Centro Histórico como pela tradicional Festa do Divino Espírito Santo, celebração que ali se realiza desde o início do século XIX. Em Pirenópolis, foram realizadas quatro entrevistas, também mediatizadas por recursos e procedimentos de história oral, com os colaboradores: Maurício Imenes, chefe do escritório técnico do Iphan; Emivaldo Pacheco de Santana, fazendeiro e organizador de pouso para a Folia de Roça, festividade partícipe da Festa do Divino; Roque de Fonte, alferes da Folia de Roça; e Pompeu Christovam de Pina, advogado, historiador, memorialista e “Imperador do Divino” para o ano de 2014. A experiência dessa pesquisa de campo realizada no Brasil central e trazida para Hortolândia expôs diferenças e similitudes no amplo campo de possível atuação em termos de políticas patrimoniais e socioculturais, como um todo. O resultado da pesquisa, em vez de estimular o realce de realidades contrastantes, por exemplo, entre uma quase tricentenária Pirenópolis e uma jovem municipalidade como Hortolândia, emancipada apenas em 1991, revelou que ambas as comunidades, cada qual formada por diversos grupos permeados por variados interesses, têm em comum a vontade de salvaguardar e estimular a transmissão intergeracional de saberes e fazeres, muitos dos quais emanados de tradições tipicamente “caipiras”.

Confissão derradeira: um dos maiores ensinamentos, entre tantos, apreendidos da experiência de levar a cabo a presente pesquisa e produção documental – e concluí-la na esperança de que seja a primeira de muitas outras produzidas no Centro de Memória de Hortolândia Professor Leovigildo Duarte Junior – é de que não há como compreender histórica e socioculturalmente “Hortolândia e sua gente” de forma alheia à realidade de sua inserção na Região Metropolitana de Campinas – área administra-

tiva composta atualmente por vinte municípios e terceiro maior parque industrial do Brasil. Nesse sentido, pode-se afirmar que Hortolândia é uma das localidades que mais refletem historicamente a formação econômica e sociocultural da Região Metropolitana de Campinas – outrora plantada sobre territorialidades pouco povoadas em pequenos “bairros rurais”, hoje urbanizada, altamente povoada (sobretudo por migrantes do Brasil afora) e em intenso processo de industrialização e de fortalecimento do terceiro setor econômico, e, ainda assim, fortemente apegada a tradições tipicamente “caipiras”, bem como mesclada a outras tradições emanadas da grande população migrante residente na região.

Procedimento obrigatório: antes do definitivo arquivamento da documentação produzida ao longo das pesquisas de campo tanto em Hortolândia quanto no Brasil central, o presente autor retornou a seus colaboradores para efetuar a conferência presencial das narrativas e imagens, acompanhado de Anderson Zotesso e de Gabriel Oliveira, respectivamente, que também apresentaram as fotografias por eles registradas. Toda essa documentação produzida recebeu a devida autorização escrita de todos os colaboradores, para fins de arquivamento e publicação.

Desejo sincero: antes tarde do que nunca que “Hortolândia e sua gente” recuperem, reconstruam, promovam e usufruam sua memória histórica e seu patrimônio cultural.

Boa leitura!

Parte I
Toponímia, notícias históricas e marcos jurídicos

Nota preliminar

Por meio de fontes escritas de gênero administrativo, cartorial, judiciário, jornalístico, científico e memorialista, produzidas desde o fim do século XVIII, além de fontes orais, iconográficas e audiovisuais emanadas do passado recente e do tempo presente, um histórico político-administrativo e sociocultural do atual município de Hortolândia pode ser traçado sem maiores dificuldades, ainda que dubiedades e incertezas ainda sejam obstáculos a serem superados na formalização de afirmações mais categóricas quanto a fatos, datas, topônimos, pessoas e grupos sociais vinculados à sua formação processual.¹ Seu escopo não seria propriamente fornecer subsídios para a escrita de uma história oficial, mas elucidar as possibilidades e os limites a serem enfrentados na construção de uma história pública do atual município de “Hortolândia e sua gente”.²

¹ Sobre notícias históricas em geral, normas jurídicas, atos oficiais e cartografia de Hortolândia, desde quando ainda era posto conhecido como Terra Preta e Jacuba, acessíveis em acervos digitalizados, consultar os sítios eletrônicos de arquivos públicos e empresas de comunicação, entre os quais: www.al.sp.gov.br/legislação; memoria.bn.br; bibliotecadigital.bn.br; www.arquivoestado.sp.gov.br; brasilliana.usp.br; acervo.folha.uol.com.br; acervo.estadao.com.br. É necessário destacar que há muito sobre Hortolândia a ser revelado, contido em acervos documentais não digitalizados ou em processo de digitalização, como o acervo de instituições como os Arquivos Históricos do Centro de Memória da Unicamp, bem como o do próprio Centro de Memória de Hortolândia.

² Para o presente autor, o conceito de história pública pode ser entendido como ação cultural na qual especialistas e entusiastas, profissionais e amadores são atuantes, em regime colaborativo e cooperativo, na construção da memória coletiva e do conhecimento histórico de interesse público, sociocultural, comunitário e identitário, por meio de produções historiográficas e literárias, audiovisuais e radiofônicas, museológicas e expositivas, artístico-cênicas, entre outras iniciativas e ações. Cf. LOPES, Gustavo Esteves. *Presença da história pública em comunidades locais: políticas culturais e exercício de cidadania no contexto de repertórios de ação coletiva – A experiência recente do Centro de Memória de Hortolândia*. Campinas (SP): ABHO, 2013. Cf. www.sudeste2013.historiaoral.org.br/resources/anais/4/1372580944_ARQUIVO_Pr esencadaHistoriaPublicaemComunidadesLocais.pdf. Acesso em: 6 dez. 2013. Para maior compreensão de conceitos e práticas em história pública e em história local, cf. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Martha Gouveia de Oliveira (Orgs.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letras e Voz, 2011. HAYDEN, Dolores. *The power of place: urban landscapes as public history*. Cambridge: IT Press, 1997. KAMMEN, Carol. *On doing local history*. Walnut Creek: Altmira, 2003.

Pressupostos historiográficos

A colheita e forja de dados historiográficos sobre origens, povoamento e formação político-administrativa, econômica e sociocultural do atual município de Hortolândia são experimentadas desde meados do século XX. As primeiras tentativas apareceram em pesquisas, de fato, preocupadas com o histórico de localidades às quais o território do atual município de Hortolândia era vinculado ou circunvizinho – no caso, os respectivos municípios de Campinas, Sumaré e Monte Mor. Nesse sentido, pretende-se alinhar – com maior ênfase em atos oficiais, marcos jurídicos e notícias históricas diversas – a transformação de um recôndito ermo em bairro rural, a elevação deste em distrito e, definitivamente, em município emancipado por vontade popular, mediante plebiscito constitucionalmente garantido.

Pesquisas históricas sobre “Hortolândia e sua gente” contaram com esforços intelectuais como o do jornalista e historiador local, honorífico cidadão campineiro, Jolumá Brito, em cujo primeiro volume de sua *História da cidade de Campinas* buscou identificar os sesmeiros de toda uma região denominada Quilombo, desde o fim do século XVIII³. Quase ao final de sua “maratona histórica”, no volume XVIII dos XXVI publicados, ao tratar principalmente dos processos de emancipação de localidades a oeste do distrito-sede de Campinas, em especial a de Americana (originalmente Villa Americana), o autor encontrou motivos para, enfim, fazer pontuais menções ao sítio, ou bairro rural, Jacuba, que já havia sido incorporado ao jovem município de Sumaré, ex-Rebouças, e denominado Hortolândia.⁴ No último capítulo do volume XVIII, “Rebouças

³ BRITO, Jolumá. *História da cidade de Campinas*. Campinas (SP): Saraiva, 1952. v. 1, p. 64.

⁴ Celso Maria de Melo Pupo, outro historiador local campineiro, em nada se refere aos bairros Terra Preta e Jacuba, e às terras do Quilombo. Em *Campinas, seu berço e juventude* (1968) e *Campinas, município do Império* (1983), o autor concentra seu trabalho em descrever usos, costumes e benfeitorias, bem como ampla diversidade de dados factuais sobre a relativa opulência e o poder político concentrados nas mãos de senhores de engenho, café e escravos, residentes ou em atividade em Campinas. É

(Sumaré)”, o autor cita nomes de antigos moradores do sítio Jacuba – alguns dos quais ainda marcados na memória coletiva da localidade, como Miguel Pinelli –, utilizando, para tanto, documentos primários como o *Almanach Popular de Campinas para o ano de 1914*. Segue uma breve reunião de excertos do referido capítulo:

Todos sabemos e já nos referimos às sesmarias concedidas no rumo de Piracicaba, inclusive aquela de 20 de Abril de 1798, pertencente a Joaquim José Teixeira (Nogueira) e Inácio Caetano Leme, nas proximidades do Ribeirão do Engano, Bairro do Quilombo (Sumaré e Americana), que se uniram depois às de Domingos Costa Machado, Antonio Vieira da Silva Pinto, João Antunes de Campos, Agostinho Luiz Ribeiro, nos rios Atibaia e Jaguari (Salto Grande e Americana), em 2 de abril de 1799; de João do Prado Câmara, João de Souza Azevedo e Maria Ferraz, também no Quilombo, em 2 de abril de 1802, e a última concedida pelo governo português, em 6 de agosto de 1822, a Jerônimo Cavalheiro Leite, Pedro Antonio de Oliveira e André Campos, também no Quilombo. Esses bandeirantes da região foram os formadores de toda a zona onde se situam hoje Americana, Sumaré e Nova Odessa [...]. De maneira que, Rebouças, pode-se dizer, foi formada por toda essa comunhão de terras que, naturalmente, se espraiava antes de futuras retaliações da região, confundindo-se numa gleba só, imensa e territorial, que constituía a antiga Vila de São Carlos. [...] Bem, depois disso, nada mais nos resta, senão assinalarmos [...] importante referência ao decreto-lei 14.334 de 30 de novembro de 1944, posto em execução em 1 de janeiro de 1945, que alterou sua denominação de Rebouças para Sumaré, fazendo com que desaparecesse o nome do antigo engenheiro que fora homenageado pela diretoria da Companhia Paulista de estradas de Ferro. Em seguida foi o antigo bairro do Quilombo elevado a Município da Comarca de Campinas, com sede na Vila de igual nome e com território do respectivo distrito

igualmente relevante, por ser uma das mais longevas, a colaboração à história local e regional de Campinas oferecida por Teodoro Sousa Junior e outros autores por meio da compilação *Monografia histórica do município de Campinas* (1952). Sobre o antigo povoamento localizado na atual Hortolândia, nessa *Monografia*, consta somente um breve anexo com enumeração funcional das estações ferroviárias localizadas em Campinas, entre as quais a de Jacuba, porque ainda pertencente ao município.

pela lei nº 2.456, de 30 de dezembro de 1953, e posta em execução em 1º de Janeiro de 1954. Como município, ficou constituído dos distritos de Sumaré e Hortolândia.⁵

Após a emancipação de Sumaré, a própria administração pública municipal deu início à elaboração de sua “história oficial”. Publicações institucionais sobre o histórico e os dados gerais sobre o distrito-sede, bem como sobre seus distritos anexos (Hortolândia e Nova Veneza, este último criado em 1958), tornaram-se, desde então, as principais fontes de consulta para os pesquisadores interessados em temas locais e regionais. Destas, podem-se citar *Sumaré: monografia – histórico – estatística*, de 1966, e *Sumaré – Edição histórica*, de 1975.

No livreto informativo *Sumaré: monografia – histórico – estatística*, publicado pela administração José Miranda (1963-1966), redigido por Milton Pereira e coordenado por Pedro Soares Neto, consta a seguinte argumentação:

A procedência do nome de Jacuba se deu pelo seguinte: tropeiros que por ali passavam vindos dos mais longínquos rincões de nosso estado, conduzindo gado, faziam pousada às margens do ribeirão e ali tomavam refeições que eram preparadas com água, farinha de mandioca e açúcar temperada às vezes com cachaça conhecida pelo nome de Jacuba. Isto deu origem ao nome do povoado. O nome de Jacuba, porém, trouxe depois de muito tempo certos embaraços por coincidir com o de uma vila de igual nome do município de Arealva. Foi deliberada, então, a escolha de um novo topônimo, sendo escolhido o de “Hortolandia”. Essa proposição foi apresentada através do deputado Dr. Leôncio Ferraz Junior. O nome de “Hortolandia” foi bem recebido, por existir ali um horto florestal da Cia. Paulista de estradas de Ferro. A mudança de nome se deu no dia 17 de abril de 1958. De acordo com a Lei nº 2456, de 30 de dezembro de 1953 (a mesma que elevou o distrito de Sumaré a Município), o povoado de Hortolandia foi elevado a distrito de paz com terras

⁵ BRITO, Jolamá. *História da cidade de Campinas*. Campinas (SP): Saraiva, 1963. v. 18, p. 173.

tiradas do distrito de Sumaré, ao qual já pertencia.⁶

Essa argumentação que define as origens do povoamento e a mudança do topônimo Jacuba para Hortolândia permaneceu desde então. Uma década à frente, veio a público outro documento imprescindível para compreender não somente a evolução, ou desenvolvimento, político-administrativo de localidades como o município de Sumaré, o distrito de Nova Veneza e o atual município de Hortolândia, mas também o sentido das relações institucionais e socioeconômicas destes para com outras localidades da região e do país: *Sumaré – Edição histórica*, de 1975, oferecido por Henrique Pedroni, referendado pela segunda administração João Smanio Franceschini (1973-1976) e realizado sob direção geral de Leovigildo Duarte Junior, com pesquisa histórica de Ulisses Pedroni, pesquisa estatística de Benedito de Assis Araújo e coordenação editorial de José Lins Phenis. Sobre o distrito de Hortolândia, esse material informativo com elegante acabamento e afeito ao “estilo almanaque”, em linhas gerais, assim descreve sua evolução toponímica e político-administrativa, de maneira relativamente semelhante à publicação de 1966:

Pela Lei nº 2.456, de 20 de dezembro de 1953 (a mesma que elevou Sumaré a município), o povoado de Jacuba, pertencente ao Distrito de Santa Cruz, Município de Campinas, passou a Distrito de Jacuba, do Município de Sumaré. O primeiro juiz de paz foi José Costa Camargo; subprefeito, José Francisco Breda, e subdelegado, Alberto Breda. O topônimo Jacuba trouxe alguns problemas, por coincidir com o de outro lugar com o mesmo nome, no município de Arealva, SP. De acordo com orientação federal devia escolher-se outro nome. A proposição foi do deputado Leôncio Ferraz Junior. Considerando que existia, no distrito, o Horto Florestal da antiga Cia. Paulista, em 17 de abril de 1958, Jacuba passou

a denominar-se Hortolândia.⁷

Em documentos impressos como estes acima é que publicações mais recentes – tais como livros, almanaques, revistas, jornais, teses, dissertações e monografias acadêmicas em geral – buscam as informações básicas sobre toponímia e histórico político-administrativo locais, enriquecendo ainda mais o “baú de lendas” a respeito de Hortolândia – seja sobre seu passado mais recente, seja sobre seu passado mais distante.

Historiador e professor dedicado às memórias e acontecimentos sumareenses, Francisco Antonio de Toledo, em “Jacuba, Ortolândia e Hortolândia”, artigo publicado originalmente no *Jornal de Sumaré* de 16 de setembro de 1990 – isto é, durante o efervescente período de movimentos pela emancipação político-administrativa do então distrito de Hortolândia –, com perspicácia, sinalizou meios para a resolução do quiproquó acerca das justificativas para origens do topônimo:

Por volta de 1940, a população de Jacuba estava em torno de mil habitantes. Em 1947, a Prefeitura de Campinas, à qual pertencia Jacuba, aprovou planos de arruamento e loteamento de terreno próximo à Estação. Daí para cá o povoado não parou de crescer.

Com a criação do Município de Sumaré, em 1953, Jacuba passou, na mesma data, a ser Distrito de Sumaré. Curioso, todavia, é que o Decreto de aprovação do loteamento, de 1947, se referia a terrenos do “Parque Ortolândia”, em Jacuba, de propriedade de João Ortolan. Parque Ortolândia, sem agá, muito provavelmente derivado do sobrenome do loteador Ortolan. A mudança do nome de Jacuba para Hortolândia, com agá, em abril de 1958, cujo nome, segundo consta, foi dado por causa do Horto Florestal da antiga Companhia Paulista, soa estranho. Esta versão pode ser autêntica, não o negamos, mas não deixa de ser estranha.

Em 1954, outro loteamento foi aprovado e no texto original se lê “arruamento e loteamento do Jardim Ortolândia em Jacuba”. Quer dizer: quando, em 1958, se precisou trocar o

⁶ SOARES NETO, Pedro (Coord.). *Sumaré: monografia – histórico – estatística*. Sumaré: [s. n.], 1966. p. 21.

⁷ DUARTE JUNIOR, Leovigildo (Dir.). *Sumaré – Edição histórica*. São Paulo: Focus, 1975. p. 32.

nome de Jacuba para Hortolândia, já havia vários anos que o lugar central do bairro era chamado Ortolândia, sem agá. Historicamente havia, e há, muito mais razões para que Jacuba fosse Ortolândia antes do que Hortolândia. Mas, como nem tudo na história segue a razão (aliás, quão pouco!), fiquemos com a grafia atual. Que os moradores de Hortolândia deem a última palavra. E se a razão prevalecer, e alguma grande mudança houver por esses lados, mudem também de nome.⁸

Questão de valor cultural inestimável para a população munícipe hortolandense, o tema “toponímia” não poderia deixar de ser objeto da coleção publicada em três volumes intitulada *Almanaque Hortolândia*, entre 2006 e 2007. Obviamente atarefado em matérias recreativas, humorísticas, literárias, estatísticas, informativas e publicitárias em geral, o *Almanaque Hortolândia*⁹ – como todo almanaque que se preze – alimentou ainda mais o assunto, na seção “Casos e Causos”, que encerra o volume 1:

Conta a lenda que o nome Hortolândia foi sugerido pelo deputado estadual Leôncio Ferraz Junior, no ano de 1958, quando o Governo do Estado estabeleceu que os municípios e distritos homônimos seriam obrigados a alterarem o nome. Como existia o Distrito de Jacuba, em Iacanga, a mudança foi proposta para o nosso então distrito. E foi assim que o deputado estadual propôs o novo nome. De acordo com a lenda, Ferraz Junior sugeriu o nome Hortolândia porque naquela época existia um horto florestal ao lado da Companhia Paulista. Daí o nome atual, cuja alteração de nome se deu em 17 de abril de 1958.

Apesar de ser uma informação muito utilizada por diversos autores, há quem conteste. O professor e historiador Leovigildo Duarte Junior, grande pesquisador das origens do município, por exemplo, garante que não encontrou nenhum documento na Assembleia Legislativa que confirme a versão. Entretanto, Duarte Junior chama a atenção para uma possível junção entre o horto florestal e o nome do empre-

sário fundador do Parque Ortolândia e da Cerâmica Sumaré, João Ortolan. O professor e historiador conta que, na era Jacuba, existia uma área de cerca de 180 alqueires de horto florestal. Essa área pertencia à então Companhia Paulista, entre Hortolândia e Sumaré, e se estendia até a região central da cidade – naquele tempo esta última área (região central) era de propriedade do Seo Olívio Franceschini.¹⁰

Aparecido Paschoal, economista e político local, em *Hortolândia sempre*, hoje em sua segunda edição, revista e ampliada, abandona definitivamente a hipótese de que o topônimo deriva do referido horto florestal da antiga Companhia Paulista de Estradas de Ferro, mas crê na “lenda” do equívoco ortográfico na redação do novo topônimo. Ao menos, reconhece que o então distrito sumareense teve sua denominação alterada em homenagem ao empreendedor João Ortolan, cidadão que trouxe “urbanidade e progresso” a Jacuba, de modo que Ortolândia, ou Hortolândia, seria uma denominação tão somente patronímica:

Por algum tempo, o Distrito do Jacuba conservou seu nome. No ano de 1958, teve que mudar de nome [...]. Consta que a mudança teria sido uma homenagem a João Ortolan. A inclusão da letra “H” naquele ano, segundo alguns antigos moradores, teria sido um erro de escrita. A partir de 1958, o Jacuba que, segundo [Ulisses] Pedroni, ainda se parecia mais com uma fazenda, começou a se tornar, de fato, uma cidade. [...] A mudança do nome de Distrito do Jacuba para Distrito de Hortolândia, como já foi mencionado antes, teve certamente alguma relação com as iniciativas de João Ortolan – o empresário que tomou a iniciativa de abrir o loteamento naquele local, chamado Parque Ortolândia. Embora não se saiba exatamente qual teria sido o real motivo da inclusão da letra “H” àquele nome, presume-se que o loteamento de João Ortolan tenha sido confundido com os hortos florestais que existiam na Região do Jacuba. De qualquer forma, em 1953, quando o Jacuba foi convertido em Distrito de Sumaré, é provável que já fosse usual falar em Hortolândia como

⁸ TOLEDO, Francisco Antonio de. *Sumaré – Outras histórias*. Campinas (SP): IDB, 2005. p. 36-37.

⁹ *Almanaque Hortolândia*. São Paulo: Mundo Digital, 2006-2007. 3 v.

¹⁰ *Almanaque Hortolândia*. São Paulo: Mundo Digital, 2006. p. 73.

o nome do lugar.¹¹

Até o presente momento, esse conjunto documental e bibliográfico acima visitado resume-se como as principais referências para a elaboração de textos históricos sobre o atual município de Hortolândia, como o publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) junto aos resultados do Censo Demográfico de 2010, que apresenta breve relato sobre sua toponímia e seu histórico político-administrativo:

A história das terras do hoje município de Hortolândia encontra-se vinculada ao povoado de Jacuba, localizado no município de Sumaré, e data aproximadamente do fim do século XVIII e início do século XIX. A beleza do local atraiu compradores para as terras vizinhas ao córrego do local. Os novos moradores fixaram ali suas residências e iniciaram o trato da terra para lavouras de café e de algodão, dando início a um pequeno povoado que por volta de 1860 transformou-se no Bairro do Jacuba, do tupi-guarani, *y-acub*, “água quente”.

Foi distrito em 30 de dezembro de 1953 do município de Sumaré. Em 1958, Jacuba teve seu nome alterado, em virtude da existência de outra cidade com o mesmo nome, para Hortolândia uma vez que se encontrava próxima ao Horto Florestal da antiga Ferrovia Paulista S/A — Fepasa. Passados quase 40 anos, teve sua autonomia política decretada em 30 de dezembro de 1991.

[...]

Distrito criado com a denominação de Hortolândia (ex-povoado de Jacuba), pela lei estadual nº 2456, de 30-12-1953, subordinado ao município de Sumaré.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o Distrito de Hortolândia permanece no município de Sumaré.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1988. Elevado à categoria de município com a denominação de Hortolândia, por lei estadual nº 7644, de 30-12-1991, desmembrado do município de Sumaré. Sede no antigo distrito de Hortolândia. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1993.

Em divisão territorial datada de 1-VI-1995, o município é constituído do distrito sede.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

Depreende-se da leitura dos excertos acima que as reticências envolvendo as origens do topônimo “Hortolândia”, bem como outros temas locais pertinentes, demandam maior aprofundamento historiográfico, inclusive sobre o território, os marcos jurídicos e o incipiente povoamento que deu origem ao atual município de Hortolândia. Para tanto, é necessário percorrer os mesmos e outros caminhos trilhados por autores pregressos, encarregados e/ou entusiastas do tema.

¹¹ PASCHOAL, Aparecido. *Hortolândia sempre*. Uberlândia (MG): Edilivro, 2012. p. 41; 51.

Princípios de formação territorial e de povoamento

Localizado a oeste do município de Campinas – outrora vinculado à Vila de Nossa Senhora do Desterro de Jundiá, como Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso e depois Vila de São Carlos, até receber, definitivamente, o topônimo Campinas em 1843¹² –, o território que compreende o atual município de Hortolândia, até final do século XVIII, era coberto por domínios de natureza característicos da denominada depressão periférica paulista, isto é, um bioma formado pela mescla entre fauna e flora típica da passagem gradual de Mata Atlântica para Cerrado¹³. Entre os mais remotos documentos que fazem referência a essa região localizada nas antigas Capitania e Província de São Paulo, inicialmente feita entreposto dos “Caminhos dos Goyazes”, estão cartas de sesmarias concedidas a senhores de engenho e escravagistas, assinadas em nome do rei de Portugal e cuja finalidade era autorizar a exploração econômica da região, assim como estimular seu povoamento.¹⁴

Até o presente momento, era senso comum indicar como documento primário das origens do atual município de Hortolândia as cartas de sesmarias concedidas conjuntamente a Joaquim José Teixeira Nogueira e Ignacio Caetano Leme, as quais nunca existiram ou foram encontradas¹⁵.

¹² É importante destacar que, até a Proclamação da República, em 1889, o termo “freguesia” equivalia a “distrito”; e “vila”, a “cidade” ou “município”. Em 1822, com a Independência do Brasil, o termo “capitania” foi substituído por “província”, sendo, por sua vez, alterado para “estado” após o ocaso do Império do Brasil.

¹³ Sobre definições técnicas para “domínios de natureza”, assim como sobre “depressão periférica paulista”, cf. AB’SABER, Aziz Nacib’. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

¹⁴ Sobre a concessão de sesmarias e a formação político-administrativa do antigo povoamento da atual Região Metropolitana de Campinas, bem como a incipiente exploração econômica de seu território, cf. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista*. Campinas (SP): CMU/Unicamp, 1997.

¹⁵ À época da concessão de sesmarias às cercanias da região do Quilombo, segundo os dados compreendidos em maços da população da Vila de São Carlos para o ano de 1798, Joaquim José Teixeira Nogueira, o maior sesmeiro da região, tinha 40 anos, portava a patente militar de capitão, era casado e pai de seis filhos, proprietário de 23 escravos,

A carta de sesmaria que realmente faz referências geográficas ou topográficas diretas ao território do atual município de Hortolândia, datada de 20 de abril de 1799, foi concedida a Ignacio Caetano Leme, Rafael de Oliveira Cardozo, D. Maria Thereza do Rozario e Joaquim da Silva Leme, todos residentes na Vila de São Carlos (entre os quais não se incluiu o nome de Joaquim José como beneficiário). Nela se percebe o uso de agrimensuras primitivas, como de costume à época, que pouco colaboram hoje para uma identificação mais precisa, delimitando a respectiva área segundo elementos naturais relevantes, como rios e ribeirões, identificáveis nas cercanias da região já conhecida como Quilombo. Esta se localizava em meio aos extensos bairros de Boa Vista, Campo Grande até Capivari e outros de então, pertencentes à antiga Vila de São Carlos, e rumava a caminho da Freguesia de Santo Antônio de Piracicaba.¹⁶ Essas terras concedidas a Ignacio Caetano Leme e outros – as quais fazem divisa com as sesmarias concedidas a Joaquim José Teixeira Nogueira e outros, supostamente datadas de 26 de outubro de 1796¹⁷ – teriam como uma de suas principais referências

senhor de engenho produtor de mil arrobas de açúcar anualmente. Ignacio Caetano Leme, que ainda não havia recebido a carta de sesmarias, tinha 31 anos, portava ainda a patente de alferes, produzia 60 arrobas de açúcar anualmente (pois não era ainda senhor de engenho) e possuía apenas um escravo, de nome Miguel, de 21 anos. Cf. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Coleção Maços de População, *Mapa dos habitantes que existem na Parochia de Sam Carlos em o anno de 1798*. fls. 21 e 62. Disponível em: www.arquivoestado.sp.gov.br/viver. Vale dizer que há outros documentos primários que podem colaborar para estudos mais aprofundados sobre a história de vida de Ignacio (ou Inacio) Caetano Leme. Para tanto, cf. também ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Coleção Maços de População, em www.arquivoestado.sp.gov.br/viver; ARQUIVOS HISTÓRICOS/CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP, Coleções Tribunal de Justiça de Jundiá e Tribunal de Justiça de Campinas. Catálogos disponíveis em cmu.Unicamp.br/arqhist/servicos.

¹⁶ Cf. um histórico do ribeirão Quilombo e da região homônima, a oeste de Campinas, em TOLEDO, Francisco Antonio de. O mistério do Quilombo. In: *Sumaré – outras histórias*. Campinas (SP): IDB, 2005. p. 71-72.

¹⁷ Sobre a dificuldade de precisão de pesquisadores sobre o histórico de concessões de sesmarias referentes à antiga região do Quilombo, cf. TOLEDO, Francisco Antonio de. *Uma história de Sumaré: da sesmaria à indústria*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1995. p. 23. Ao final da referida obra, encontra-se anexa cópia de transcrição datilografada pela chefe de setor de paleografia do Arquivo Público do Estado

geográficas ou topografias o entorno de um percurso hidrográfico denominado ribeirão do Engano, afluente do ribeirão Quilombo.¹⁸

Abaixo, segue transcrição integral (aos cuidados do presente autor) da carta de sesmarias concedida a Ignacio Caetano Leme, Rafael de Oliveira Cardozo, D. Maria Thereza do Rozario e Joaquim da Silva Leme, o mais antigo documento que faz referência topográfica ao território do atual município de Hortolândia e do qual se tem conhecimento:

Carta de Sesmaria ao Alferes Ignacio Caetano Leme, Rafael de Oliveira Cardozo, D. Maria Thereza do Rozario, e Joaquim da Silva Leme, moradores na V.^a de S. Carlos. Antonio Manoel de Mello e Castro e Mendonça, do Conselho de Sua Magestade e Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo etc. Faço Saber aos que esta minha Carta de Sesmaria virem que attendendo a me representarem o Alferes Ignacio Caetano Leme, Rafael de Oliveira Cardozo, D. Maria Thereza do Rozario, Joaquim da Silva Leme, moradores na Villa de São Carlos que elles justificantes tem bastante escravatura, mas sem terras de cultura, em que os possa exercitar; e como os mesmos justificantes tem noticia, que distante da Villa quatro ou cinco legoas para diante da sesmaria de Joaquim Jozé Teixeira, e outros da banda de cá do Atibaya há terras de mattos virgens, e nellas se podem fazer cultura, querem os supplicantes, que eu lhes conceda de certão duas legoas, e quatro mais ou menos, até entestar no Ribeyrão do Engano, que fas barra no Quilombo, principiando a medição no marco da Sesmaria do dito Capitão, servindo o mesmo vento, de que elle se Servio, e de testada huma legoa, com o vento, que mostrar o agulhão, para nellas se estabelecerem com Engenho de Cana possuindo-as com ligitimo titulo: Sendo visto o seu requerimento, justificação,

de São Paulo (Apesp), a qual não difere da que o presente autor fez por conta e risco, *in loco*, no Apesp, carinhosamente chamado “Arquivo do Estado”.

¹⁸ Há outras interpretações pertinentes em relação ao ribeirão do Engano e sua localização geográfica: Francisco Antonio de Toledo infere a possibilidade de ele ser o conhecido córrego São Francisco, que também aflui ao ribeirão Quilombo e entrecorta os atuais distrito de Nova Veneza e município de Nova Odessa, respectivamente – em vez da presente hipótese de este ser o ribeirão Jacuba. Cf. TOLEDO, Francisco Antonio de. *Uma história de Sumaré: da sesmaria à indústria*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1995. p. 23-26.

a que por meu Despacho, mandei proceder, sobre as posses, que tinham, para cultivarem as terras pedidas, no que foi ouvida a Camara da Villa de São Carlos, a quem se não offereceo duvida, nem aos Doutores Ouvidor da Comarca, a quem mandei responder, com o igualmente Procurador da Coroa, e Fazenda, a quem se deu vista. Hey por bem dar de Sesmaria em nome de S. Magestade e em virtude de Sua Real Ordem de Quinze de Junho de mil setecentos e onze, aos ditos Alferes Ignacio Caetano Leme, e mais pessoas acima nomeadas as terras que pedem na paragem mencionadas, com as confrontaçoes tambem acima indicadas e sem prejuizo de terceiro, ou do direito, que alguã pessoa tenha a ellas: com declaração que as cultivarão, em andarão confirmar esta minha Carta de Sesmaria, por Sua Magestade, dentro em dous annos, e não fazendo, se lhes denegará mais tempo: e antes de tomarem posse dellas, estar ao medir, demarcar judicialmente, sendo para este effeito notificadas as pessoas, com quem confrontarem: e serão obrigados a fazer os caminhos de suas estradas com pontes, e estivas, onde necessário for; e descobrindo-se nellas rio caudalozo, que necessite de barca, para se atravessar, ficará reservada de huma das margens della meya legoa de terras em quadra, para a commodidade publica: E nesta data não poderá succeder em tempo algum pessoa Eccleziastica ou Religião, e succedendo será com o encargo de pagar Dizimos, ou outro qualquer que Sua Magestade lhe quizer impor de novo, e não o fazendo, se poderá dar a quem o denunciar como tambem sendo a mesma Senhora Servida mandar fundar no districto della alguma Villa o poderá fazer ficando livre, e sem encargo algum, ou pensão para os sesmeiros. E não comprehenderá esta Data Veeyros, ou Minas de qualquer genero de metal que nella se descobrir, reservando tambem aos Paços Reais, e faltando a qualquer das ditas clauzulas por serem conforme as Ordens de Sua Magestade e ao que dispõem a Ley, e foral das Sesmarias, ficarão privados desta: Pelo que Mando ao Ministro, e mais pessoas a que o conhecimento desta pertencer, deem posse aos ditos Alferes Ignacio Caetano Leme, e mais pessoas atras nomeadas das referidas terras na forma que pedem. E por firmeza de tudo lhes mandei passar a prezente por mim assignada e sellada, com o sello de minhas Armas, que se cumprirá inteiramente como nella se contem, e se requisitará nos livros da Secretaria deste Governo; e mais partes a que tocar e se passou por duas vias. Dada nesta Cidade de São Paulo. Manoel Cardozo de Abreu a fez a vinte de

Abril de mil setecentos noventa e nove. Luis Antonio Neves de Carvalho, Secretario do Governo a fez escrever. Antonio Manuel de Mello Castro e Mendonça, etc.¹⁹

Da leitura desse documento, é possível deduzir que o território do atual município de Hortolândia está mesmo localizado em porções das sesmarias concedidas originalmente ao alferes (mais tarde capitão e juiz ordinário) Ignacio Caetano Leme e outros, uma vez que os suplicantes solicitaram área de “duas léguas de sertão e quatro mais ou menos” (cerca de 39,6 km, se calculados em 6 léguas) “até entestar no Ribeirão do Engano, que faz barra no Quilombo”, e “distante da Vila quatro ou cinco léguas para diante da sesmaria de Joaquim José Teixeira, e outros da banda de cá do Atibaia” (se calculados em 5 léguas, cerca de 33 km). Se é impossível precisar a localização do marco de sesmaria de Joaquim José Teixeira Nogueira, ao menos se pode inferir que a distância de, no máximo, 33 km de testada em relação ao referido marco de sesmaria pode muito bem ser território ou área que abrange, mais ou menos, desde os atuais distritos de Barão Geraldo e de Nova Aparecida e outras terras, em Campinas, além dos atuais municípios de Sumaré, Paulínia, Americana e Hortolândia, reunidos a noroeste do atual distrito-sede do município de Campinas. O entorno do tal “Ribeirão do Engano que faz barra no Quilombo” (“duas léguas de sertão e quatro mais ou menos”) pode bem ser porção de terras referente à área que compreende propriamente o atual município de Hortolândia, pois é provável que o hoje desconhecido ribeirão do Engano seja o ribeirão Jacuba, tendo em vista que se trata, sabidamente, do mais caudaloso e extenso afluente do ribeirão Quilombo, até este último chegar ao seu destino hidrográfico – o rio Piracicaba.²⁰

¹⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Coleção Sesmarias, Patentes e Provisões, Lata 371, Livro 30, fls.77v-78v.

²⁰ Sobre a própria denominação ribeirão do Engano, não há nada a supor senão as semelhanças hidrográficas, geomorfológicas e ambientais entre o ribeirão Quilombo e seus afluentes – uma vez integrantes da mesma microbacia hidrográfica e domínio de natureza. Essa semelhança entre o ribeirão Quilombo e seus afluentes pode sugerir que

A possibilidade de precisar em Ignacio Caetano Leme a posse das sesmarias que compreendem o território do atual município de Hortolândia é perceptível também por meio da leitura de outros documentos primários, como processos judiciais que envolvem seu nome. Entre esses documentos, cite-se um libelo cível, datado de 1821, que coloca o já capitão e juiz ordinário da Vila de São Carlos, Ignacio Caetano Leme, na condição de réu, por impedir tropas, roceiros, viajantes e serviços públicos de utilizarem a contento a Estrada Velha²¹, que ligava a antiga Vila de São Carlos à Freguesia de Piracicaba²². A não permissão de passagem e paragem de tropas, roceiros, viajantes e serviços públicos em suas sesmarias forçava a mudança de trajeto para outras bandas do ribeirão Quilombo. Desses outros trajetos ou bifurcações criados a partir da referida Estrada Velha citada pelo documento abaixo, um se tornou conhecido, ao longo dos anos, como Estrada da Terra Preta, Estrada Campinas-Monte Mor e outras denominações, sobre o qual foi construída, em diversos trechos, a atual Rodovia SP-101 “Jornalista Francisco Aguirre Proença”, que hoje liga os municípios de Campinas, Monte Mor e Capivari. Abaixo, transcrição de excerto de processo judicial datado de 1821, que apresenta um pouco do perfil de Ignacio Caetano Leme, cidadão que seria o primeiro sesmeiro, posseiro e proprietário das terras que compreendem o atual município de Hortolândia:

ocorria certa desorientação geográfica de tropeiros, roceiros e viajantes no cruzamento dessa região em incipiente processo de povoamento – por isso, é possível justificar a antiga denominação “ribeirão do Engano”.

²¹ Para Francisco Antonio de Toledo, é certo que o trecho arterial da referida Estrada Velha rumo a Piracicaba é, pois, sobreposto pela atual Via Anhanguera (SP-330), entre Campinas e Santa Bárbara d'Oeste, de modo que a partir deste vieram a ser abertas outras bifurcações e picadas que deram origem a diversas estradas e rodovias da região. Cf. TOLEDO, Francisco Antonio de. *Uma história de sumaré: da sesmaria à indústria*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1995. p. 26.

²² A antiga Freguesia de Piracicaba, termo vinculado a Itu e Porto Feliz, respectivamente, foi elevada à condição de vila em 1821, quando passou a se chamar Vila Nova da Constituição, permanecendo com esse topônimo até 1877, quando retornou à denominação antiga.

Dizem os Senhores Joze Joaquim da S. Pais, o Capitam João Joze da Silva, D. Margarida da Graça e Silva, Antonio da Silva, e Furtuozo Joze Coelho que elles supplicantes para o bem de seo Districto precizão por este Juizo restituir os itens seguintes.

1º – Justificarão que o Ilmo. Capitam Mor Inspetor Antonio Manuel de Mello Castro e Mendonça no tempo de seo governo mandou abrir hua Estrada desta Freguezia para a Freguezia de Piracicaba, rompendo hum certão que se achava neste meio.

2º – Justificarão que depois de povoado alguns annos o Ilmo. Capitam Mor Snr. Antonio Joze da Franca e Horta mandou ordem ao Ouvidor da Comarca carta as Camaras de Porto Feliz e desta Freguezia para se fazer a sua Estrada cada Camara no seu Distrito por ser ainda naquele tempo o de certão despovoado de moradores.

3º – Justificarão que nesta occaziam servia nesta Freguezia de Juiz Ordinario o Capitam Ignacio Caetano Leme, por que tinha hua Sesmaria na mencionada Estrada Velha mudou os caminhos por outra parajem donde paça duas vezes o Ribeirão chamado Quilombo que impede o tranzitar as tropas, e vários moradores, freguezes desta mesma Freguezia, e da Freguezia de Piracicaba.

4º – Justificarão que as mencionadas parajens do Ribeirão em tempos de Agoas dura semanas inteiras o que da cauza a varias famílias que morão por aquellas partes paçarem com Agoa pela sintura, e a descarregar tropas com o trabalho de carregar as cargas em mais de sincoenta braças de distancia cada hua das parajens por serem vargado alagadiço donde os animais não vendo os boracos tem cahido, e perderem-se cargas de asucares, até mesmo morrido alguns animais.

5º – Justificarão que a Estrada Velha que o dito Cap. Ignacio Caetano Leme impede a cervidão publica não tem algum destes impedimentos.

6º – Justificarão que aquele certão hoje se acha muito povoado com vários freguezes desta mesma Freguezia os quais precizão de Sacramento que muitas vezes possuem por falta dos mesmos por cauza dos impedimentos dos referidos ribeyroens.

7º – Justificarão, que alem das circunstancias já exprimidas paçam naquela Estrada perto de vinte mil arrobas de asucar, certas alem dos Reais Dizimos que pagão, inda vão contribuir no Cubatão com 40 reis por arroba.

8º – Justificarão que alguns dos supplicantes tem feito seo requerimento ao Doutor Inspetor Nicolao Pereira de Campos Vergueiro para efeito de se fazer a Estrada Velha, o qual fazendo officio ao Cap. Mor desta Vila se deo principio a fatura denominada Estrada Velha, e depois mandou outra vez surtar por lhe requerer o dito Cap. Ignacio Caetano Leme.

9º Justificarão que o mencionado Inspetor nem sua família não precizão da dita estrada, e nem por Ella se servem a muito tempo por terem outro caminho pelo que paçam que seguem endireitura desta Villa ao seo estabelecimento, e por que os supplicantes para justificarem o deduzido precizão despacho por tanto.²³

Da leitura dos dois documentos primários supracitados, compreende-se que Ignacio Caetano Leme cumpriu muito a seu favor as exigências dispostas quando da concessão de sesmarias. Abriu, mesmo que a contragosto, uma importante via pública (já chamada de Estrada Velha em 1821) e permitiu que se povoassem as terras que lhe foram concedidas, não obstante ele tenha se prevaricado de tais circunstâncias, impedindo o trânsito de gente e mercadorias pela referida estrada, de modo forçar a abertura de outras picadas, além de gerar prejuízo a diversos negociantes, senhores e aos cofres públicos. Disso se pode depreender, *grosso modo*, que o incipiente povoamento ocorrido no território do atual município de Hortolândia tenha sido suscitado, sobretudo, pela necessidade de abertura de trajetos, bifurcações e picadas alternativos à Estrada Velha aberta às sesmarias de Ignacio Caetano Leme, falecido em idade avançada, aos 78 anos, em 1845.²⁴

²³ ARQUIVOS HISTÓRICOS/CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP (ArqHist/CMU), Tribunal de Justiça de Campinas (TJC), 1º Officio, Caixa 29, processo 629, de 1821. Fls.2-3. Para acessar o documento, buscar primeiramente catálogo eletrônico dos Arquivos Históricos do Centro de Memória da Unicamp, em www.cmu.unicamp.br/arq-historicos/consulta.

²⁴ Na época da concessão de sesmarias às cercanias da região do Quilombo, segundo os dados compreendidos em maços da população da Vila de São Carlos para o ano de 1798, Joaquim José Teixeira Nogueira, o maior sesmeiro da região, tinha 40 anos, portava a patente militar de capitão, era casado e pai de seis filhos, proprietário de 23 escravos, senhor de engenho produtor de mil arrobas de açúcar anualmente. Ignacio Caetano

Uma correta inferência de designar apenas a Ignacio Caetano Leme a posse das sesmarias que compreendem o território do atual município de Hortolândia não pode se completar, todavia, se outros documentos primários – como inventários, testamentos e outros processos judiciais que elencam o nome dos outros sesmeiros – não forem verificados. Resta, por enquanto, aprofundar-se nesses detalhes observados.

Tecidas para esclarecer o processo de povoamento e urbanização do então extenso e descentralizado município de Campinas, ao longo de todo o século XIX e início do século XX, as palavras abaixo do historiador local José Roberto do Amaral Lapa também servem a contento para analisar, indiretamente, o semelhante ocorrido em bairros rurais campineiros, como os de Terra Preta e Jacuba e tantos outros, ainda que sua preocupação fosse desvendar os antros e os cantos da *urbe* – isto é, da própria cidade de Campinas:

A ocupação primitiva da área, na medida em que se dão as primeiras fixações de moradores próximos, será determinada pelas suas necessidades, pelos laços de solidariedade e convívio, exigindo formas de organização social, dado que vão somando quantidade de pessoas, que, embora marcadas pela vida rural, se concentram numa área (sítio) que se define por fatores de ordem natural, como de natureza do solo, relevo, água, mata, etc. e que será disponível para tanto por doação do próprio fundador.

Leme, que ainda não havia recebido a carta de sesmarias, tinha 31 anos, portava ainda a patente de alferes, produzia 60 arrobas de açúcar anualmente (pois não era ainda senhor de engenho) e possuía apenas um escravo, de nome Miguel, de 21 anos. Cf. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Coleção Maços de População, *Mapa dos habitantes que existem na Parochia de Sam Carlos em o anno de 1798*, fls. 21 e 62. Disponível em: www.arquivoestado.sp.gov.br/viver. Vale dizer que há outros documentos primários que podem colaborar para estudos mais aprofundados sobre a história de vida de Ignacio (ou Inacio) Caetano Leme. Para tanto, cf. também ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Coleção Maços de População, em www.arquivoestado.sp.gov.br/viver; ARQUIVOS HISTÓRICOS/CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP, Coleções Tribunal de Justiça de Jundiá e Tribunal de Justiça de Campinas. Catálogos disponíveis em cmu.Unicamp.br/arqhist/servicos.

Até esse momento a posse e a propriedade dos lotes fazem-se, no geral, de maneira espontânea na área do rocio, que na medida em que se vai esboçando a mancha urbana – quase sempre um bairro rural – procura seguir as medidas que lhe foram determinadas, uma vez que a vida comunitária exige reserva de domínio e a propriedade plena de uma área por parte de dois poderes, sem os quais aquela vida não logra definir-se e evoluir.

Trata-se do poder político local e da igreja local, que reivindicam, e/ou lhes é concedido pelo Estado ou pela iniciativa privada, respectivamente, terra devoluta (terra pública ou de sesmaria, que se desmembrou enquanto viveu este sistema, o que deve ter ocorrido no início do povoamento de Campinas. Dessa maneira, há dois institutos jurídicos que contemplam respectivamente o poder político e o poder religioso, que são o rocio e o patrimônio.

No caso de Campinas, como dissemos, a instituição do rocio é que prevaleceu, doada a área para essa finalidade pelo próprio então nomeado diretor da nova povoação que se implantava. [...].

Até o primeiro quartel do século XX, a ocupação da área correspondente ao rocio se fez sob a direta interveniência do poder público. Mas, uma vez ultrapassado seu limite, o parcelamento dos lotes urbanos vai passando para a iniciativa particular, na qual o capital imobiliário assume o comando desse processo, imprimindo nova velocidade à expansão urbana, com todas as implicações que isso significa.²⁵

²⁵ LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros – Campinas (1850-1900)*. São Paulo: Edusp, 2000. p. 49-50. Cf. também _____. *Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1939)*. São Paulo: Edusp, 2002.

Em meados do século XIX – isto é, após a sanção da Lei de Terras, ou Lei Imperial nº 601, de 18 de setembro de 1850, o primeiro marco legal a dispor sobre o direito agrário e o direito à propriedade privada a cidadãos residentes no país (uma vez que essas terras, exploradas ou não, ainda eram do rei português e, por fim, da coroa brasileira) –, as únicas referências geográficas ou topográficas ao território do atual município de Hortolândia continuaram a ser esse ribeirão do Engano (se o presente raciocínio de este ser o ribeirão Jacuba estiver correto) e a já chamada Estrada da Terra Preta – uma das principais bifurcações da referida Estrada Velha que entrecortava as sesmarias de Ignacio Caetano Leme, como se percebe pela leitura do excerto do auto de execução acima transcrito. Com a garantia do direito à transmissão de imóveis, autorizada pela Lei de Terras, muitas referências geográficas e topográficas em todo o país tiveram seus topônimos criados e/ou alterados – ainda que consuetudinariamente. Por isso, é bem possível que seja desse período a suposta alteração da denominação de ribeirão do Engano para ribeirão Jacuba – cujo remanescente topônimo do percurso hidrográfico faz referência à bebida básica para a subsistência de tropeiros, viajantes e roceiros (e, posteriormente, de ferroviários), composta de água e farinha, e adoçada com açúcar ou rapadura.²⁶

²⁶ Para uma definição segura do vocábulo “jacuba”, que deu origem ao nome do ribeirão que corta o atual município de Hortolândia, assim como do antigo bairro rural, seria interessante recorrer ao capivariano Amadeu Amaral, primeiro imortal “caipira” da Academia Brasileira de Letras, que assim o entende e pode melhor elucidar o histórico topônimo hortolandense: “JACUBA – mistura de açúcar, ou rapadura, com farinha e água. Com variantes de sentido, é t. usado em quase todo o Br., até no extremo norte”. Cf. AMARAL, Amadeu. *O dialecto caipira: gramática – vocabulário*. São Paulo: Casa Editora “O Livro”, 1920. p. 160. Há outra referência notável sobre o vocábulo, extraído de Affonso A. de Freitas: “É verdade que João Mendes em seu excelente ‘Diccionario Geographico da Provincia de São Paulo’, referindo-se ao ribeirão Jacuba, da serra de Caldas, traduz a denominação applicada a essa última corrente d’agua, em ‘o que é quente’, e quanto á Jacuba, vulgar e insipida bebida preparada a frio com agua farinha e rapadura, affirma o citado autor, ser a denominação corruptela de Y-á-cú-bae, ‘o que se bebe’, de Y, relativo, Á significando ‘se’ e precedendo o verbo neutro CÚ, beber, sorver, tragar, com a particula BAE, para formar participio, significando ‘o que’ [...]”. Cf. FREITAS, Affonso A. de. *Tradições e reminiscências paulistanas*. São Paulo: Revista do Brasil, 1921. p. 147. Vale também anotar que o termo jacuba era um apelido comum e muito encontrado país afora, ao longo de todo o século XIX e início do XX, pois servia

O primeiro povoamento localizado no território do atual município de Hortolândia era denominado Terra Preta²⁷, em terras situadas nas cercanias dessa referida bifurcação da Estrada Velha, e faz divisa, até hoje, com o atual município de Monte Mor²⁸. Notícias da década de 1850 já eram sentidas sobre a conhecida Estrada da Terra Preta, uma vez que a população de Campinas continuava a reclamar por melhoramentos de serviços públicos – entre os quais aqueles relacionados às condições de acesso a outras vilas e freguesias do Oeste Paulista. Em 3 de setembro de 1858, em carta aberta e anônima datada de 20 de agosto do mesmo ano e publicada no extinto periódico *Correio Paulistano*, um arauto campineiro assim apresentou suas queixas públicas, bem como alguns dos projetos de melhoramento para seu município e o Oeste Paulista:

Havendo vme. resolvido dar a seu apreciável periódico um caracter mais importante tornando-o diário, offerecendo as suas colunas aos amigos do progresso, e dos melhoramentos

para fazer alusão à gente simplória, tal como o pirãozinho caipira. Cf. memoria.bn.br.

²⁷ Já em 1918, nas propriedades de José de França Camargo, morador do bairro rural Jacuba, proprietário da Fazenda Terra Preta, foram identificadas jazidas de carvão mineral (pirita) que afloraram em porções de terra da localidade. Não há como deixar de fazer correlação entre o topônimo do antigo bairro rural Terra Preta e o fato de na região ocorrerem jazidas carboníferas, cujo interesse em sua exploração, para fins de produção de combustível ferroviário, foi efêmero – dado que poucos anos depois a Cia. Paulista veio a substituir as locomotivas a vapor por outras elétricas e elétricas-diesel. Em *O Estado de S. Paulo*, na seção Notícias do Interior, em 20 de abril de 1918, p. 5, foi publicada a seguinte notícia: “Carvão de Pedra – Campinas, 4 – Em uma das vitrinas da Casa Genoud está exposto um bloco de carvão extrahido da Fazenda Terra Preta, proxima a Jacuba, propriedade do sr. José de França Camargo. Pelas dimensões e pelo aspecto do bloco exposto pode formar-se uma idéa da qualidade do minerio existente na jazida”. Na década de 1970 foi efemeramente renovado o interesse na exploração do carvão mineral na mesma localidade, ainda que as precedentes análises não surtiram muito efeito prático em seguida. Cf. Xisto de SP desperta renovado interesse, *O Estado de S. Paulo*, p. 30, 27 mar. 1974.

²⁸ O atual município de Monte Mor foi bairro rural do termo de Capivari, outrora vinculado à Vila de São Carlos e, posteriormente, à Vila Itu. Teve como primeiros topônimos Nossa Senhora do Patrocínio de Capivari de Cima, até ser elevada a freguesia como Nossa Senhora do Patrocínio de Água Choca, tornando-se Vila de Monte Mor em 1871. Cf. MALAQUIAS, Nazário Eugênio. *Nossa terra, nossa gente: Monte Mor, SP, Brasil*. Itu: NossaGraf, 2009.

desta província: [...]. Quer vme. saber o que tem ocorrido a respeito desta desditoza estrada? Já por duas vezes, e há annos os governos da província a tem mandado examinar, e para esse fim foram nomeados os cidadãos Angelo Custodio Teixeira Nogueira, e tenente Machado, os quaes forneceram á camara municipal desta cidade, o plano, e orçamento proposto pelo Sr. Nogueira, q' é o seguinte: – na estrada actual, no lugar denominado Fazenda Velha, existe um marco pertencente á sismaria do mesmo nome, seguindo rummo que indica o mesmo marco, vem a sahir recta no Ribeirão do Quilombo muito poucas braças acima da ponte do Taboão, no mesmo ribeirão atravessando este, segue pela estrada actual com pequenas alterações, té chegar ao Corrego do Barreiro, continuam na mesma direcção, larga inteiramente na mesma estrada á esquerda para ir passar entre as casas dos finados João Barreiro, e Maximiano de Tal, atravessando o Alto dos Amarais vai passar entre o Chapadão e Boa Vista de Cima para sair na Estrada da Terra Preta, junto á incruzi lhada da Boa Vista, e continuando pela estrada feita ou velha por umas trezentas ou quatrocentas braças, larga de lá á direita, e vai tornar a sahir na mesma no espigão, que divide as terras do Bom Retiro das de D. Anna Eufrozina no canto do cafesal d' esta; então continuando pela estrada que existe té o portão da chácara de Manoel da Rocha Ribeiro nos subúrbios da cidade passa por ella. [...].²⁹

Além de notícias de época, é igualmente necessário fazer menção a marcos jurídicos e atos oficiais nos quais há referências geográficas ou topográficas ao território do atual município de Hortolândia, pois esses são documentos que melhor apresentam estrategicamente a localidade (os antigos bairros rurais Terra Preta e Jacuba e outros, como Sítio da Serra, reunidos), dentro de um evolutivo e delimitado quadro político-administrativo. Nesse sentido, o primeiro marco jurídico territorial, administrativo e judiciário que faz referência nominal direta à Estrada da Terra Preta (a Lei Provincial nº 85, de 18 de abril de 1870) trata da primeira divisão de Campinas em duas freguesias (a mais antiga, de Nossa Senhora da Con-

²⁹ Correspondencias – Campinas, 20 de novembro de 1958, *Correio Paulistano*, p. 1-2, 3 set. 1858. Cf. memoria.bn.br.

ceição, e a então criada, a Freguesia de Santa Cruz), na qual a localidade é citada por fazer divisa com a antiga Paróquia e Freguesia de Capivary de Cima (atual município de Monte Mor):

Art. 1.º – Fica dividida em duas a Parochia unica de Nossa Senhora da Conceição de Campinas.

Art. 2.º – As divisas entre as duas Parochias começarão na barranca do rio Jaguary, no lugar onde já existio uma ponte em terras do Dr. Francisco de Assis Pupo, dahi partirão descendo pelo meio em direcção longitudinal á estrada do Amparo, chamada – de cima – até ao entroncamento desta na estrada do Bethlem, a qual seguirá até á rua das Campinas Velhas, por esta acima até a estrada que vem de Santa Cruz para esta rua, e seguirá por esta estrada, acompanhando os vallos da chacara do Padre Francisco de Abreu Sampaio e irmãos, e continuará até o portão da imperial officina de Antonio Carlos de Sampaio Peixoto, descerá depois pela rua do Caracol, em frente deste portão até o largo do Mercado, procurando a ponte da rua da Cadêa, seguirá por esta até o fim do campo, e continuará até encontrar a estrada da Terra Preta, que seguirá até ás divisas com a Parochia de Capivary de Cima.

Na década de 1870, o município de Campinas já havia se tornado o maior polo urbano e rural do Oeste Paulista, graças ao avanço da cafeicultura (iniciado em meados do referido século), que veio substituir as plantações e engenhos canavieiros como principal atividade econômica desenvolvida na Província de São Paulo – atividade econômica essa levada a cabo ao custo e às costas de escravos, forros, caipiras e imigrantes europeus, ao longo de quase toda a segunda metade do século XIX.³⁰ Desse momento em diante é que vieram a se estabelecer paulatinamente as

³⁰ Sobre o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre na cafeicultura, cf. MOURA, Denise Aparecida. Soares. *Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: CMU/Unicamp, 1998; XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: CMU/Unicamp, 1996; MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 5. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1990; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: IEB/USP, 1969.

primeiras características demográficas e urbanas da Terra Preta e Jacuba enquanto típicos “bairros rurais” emanados do rocio particular. A população dessas bandas de Campinas foi progressivamente se dividindo e se assentando ou nos caminhos rumo a Monte Mor, Capivari e Piracicaba, ou nas regiões no vale, entorno e afluentes do ribeirão Jacuba, mais adentro – algo hoje imperceptível, em vista da conurbação existente na atual Região Metropolitana de Campinas (RMC).³¹

³¹ O que ali havia, em termos de “civilização”, ainda era um conjunto esparso de poucos fazendeiros e alguns roceiros, cujos meios de vida podem ser caracterizados como os de populações típicas domiciliadas e economicamente ativas em núcleos denominados “bairros rurais paulistas”, fundamentados na produção econômica de subsistência e em relações socioculturais de parceria. *Grosso modo*, pode-se afirmar que o atual território de Hortolândia foi uma das poucas terras da vasta região de Campinas em que jamais ocorreu expressiva produção e beneficiamento de cana-de-açúcar e de café como atividade econômica de relevância. Sobre as possíveis definições do conceito de “bairro rural”, fundamental para a compreensão da formação social e político-administrativo paulista e brasileira, cf. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações sociais bairro rural-cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

Antes e depois de a Cia. Paulista de Estradas de Ferro passar por Jacuba

Com a implantação do transporte ferroviário em direção ao Oeste Paulista, a partir da década de 1870, para a logística de café, *commodities* e mercadorias em geral, e, obviamente, de passageiros (aliás, de todas as classes, inclusive viandantes de origem imigrante e escravos, desde que credenciados para traslado gratuito), os caminhos abertos pela antiga Companhia Paulista de Estradas de Ferro, os quais ainda passam pelo atual município de Hortolândia, seguiram paralelos ou próximos a quase todo o percurso do ribeirão Jacuba até chegar à foz com o ribeirão Quilombo, de modo que o desenvolvimento socioeconômico local, a partir de então, deslocou progressivamente do bairro rural da Terra Preta para o de Jacuba.

A Companhia Paulista de Estradas de Ferro – criada por sistema de capital aberto em 1868 – teve o escopo de dar prolongamento à linha-tronco iniciada pela São Paulo Railway Co. (posterior E. F. Santos-Jundiaí), para que, principalmente, o café proveniente e escoado de diversas regiões do Oeste Paulista chegasse a Campinas, cuja primeira estação ferroviária foi inaugurada em 1872, dinamizando consideravelmente a logística envolvida nesse sistema de produção, até sua recepção no Porto de Santos.³² Os proprietários de terras cujas fazendas se situavam a oeste de Campinas até a Vila de São João do Rio Claro, com a intenção de dinamizar a logística cafeeira por conta própria, decidiram então pela criação da Companhia de Estradas de Ferro d’Oeste (“Cia. d’Oeste”, como era popularmente chamada à época), a qual, pouco tempo depois que saiu do papel, teve suas ações absorvidas pela maior concorrente ferroviária interiorana de então

³² Para a oportunidade, vale fazer referência a uma das mais relevantes “publicações de época” sobre a Cia. Paulista de Estradas de Ferro – um livro-álbum fotográfico elaborado em comemoração aos 50 anos de suas atividades. Cf. PEREZ, Filemon. *Album ilustrado da Companhia Paulista de Estradas de Ferro*. São Paulo: [s. n.], 1918. Nesse álbum se encontra a mais antiga fotografia da Estação Ferroviária Jacuba e do armazém, demolido na década de 1980, de que se tem notícia.

– a Cia. Paulista de Estradas de Ferro.³³

Uma vez que o empreendimento passou para as mãos da própria Cia. Paulista de Estradas de Ferro, com a implantação e o prolongamento da linha-tronco rumando a oeste de Campinas, as primeiras estações ferroviárias do trecho até Santa Bárbara (hoje Santa Bárbara d'Oeste, então freguesia vinculada à Vila de Constituição, atual município de Piracicaba) foram inauguradas em 1875 – conjuntamente a algumas estações da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro – e seus eventos solenes tiveram a presença até mesmo de autoridades como o imperador D. Pedro II e a imperatriz D. Teresa Cristina, além de muita gente da nobiliária paulista e brasileira. Entre as antigas estações de Boa Vista e Rebouças (inaugurada na mesma data), a família imperial e cortesãos *passaram por Jacuba, contudo não pararam*, obviamente porque na localidade não havia nenhuma benfeitoria ferroviária, desembarcando, pois, apenas na antiga Estação Ferroviária Santa Bárbara. Nem mesmo na Estação Ferroviária Rebouças o casal imperial desembarcou de seu nobre vagão.³⁴

O bairro rural Jacuba – se assim já era chamado por seus residentes e viandantes – ainda era tão pouco conhecido do público campineiro leitor de folhetins e periódicos em meados da década de 1870, por exemplo, que apenas se referiam a ele notícias de três homicídios e um anúncio de venda de sítio localizado na Terra Preta – todos publicados na *Gazeta de Campinas – Orgam Republicano*, que funcionou entre 1869 e 1889, até pouco antes da Proclamação da República.³⁵ Fazendo jus ao ditado popular que

³³ A partir da década de 1870 foram criadas algumas das principais companhias ferroviárias paulistas, além da própria Companhia Paulista de Estradas de Ferro, entre as quais é possível citar a Estrada de Ferro Sorocabana, sociedade anônima criada em 1870, que teve sua linha-tronco e primeiras estações inauguradas em 1875, e a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, sociedade anônima criada em 1872 que também teve suas linhas-tronco e primeiras estações ferroviárias inauguradas em 1875.

³⁴ Cf. PUPO, Celso Maria de Melo. *Campinas, seu berço e juventude*. Campinas (SP): Academia Campinense de Letras, 1969.

³⁵ Sobre as primeiras décadas de atividade de imprensa em Campinas, nas quais se destacam títulos como *Aurora Campineira*, *Gazeta de Campinas* e *Diário de Campinas*, cf. MARIANO, Julio. História da imprensa em Campinas. In: SOUSA JUNIOR, Teodoro

“notícia ruim chega mais rápido” – seja ontem, seja hoje –, abaixo segue o primeiro desses tais fatos trágicos ocorridos na Terra Preta e publicados na *Gazeta de Campinas*. A primeira notícia veio a público em 16 de julho de 1871, e nela, ao menos, é possível identificar dois de seus antigos residentes e/ou viandantes do trecho³⁶:

Homicídio – Para as bandas da Terra Preta, neste município, foi morto a tiro o allemão Jacob de Tal, em fins da semana passada. Acha-se preso José Vargas, moço de 20 annos, igualmente atirada na mão direita, sobre que já fez auto de corpo de delicto. Ainda não foi bem averiguado o caso, mas parece que os dois ferimentos são lances de um só factó, resultado de conflicto ou incontro, por qualquer motivo, entre estes dois sujeitos. Está a authoridade policial procedendo contra o sobrevivente.

Outra notícia, bem mais amena, que para esta oportunidade é útil para elucidar algumas características comuns à Terra Preta, enquanto típico “bairro rural paulista”, é um breve anúncio, também publicado na *Gazeta de Campinas*. Nele, faz-se referência à disponibilidade de venda de um sítio (relativamente grande para os dias de hoje, mas pequeno para os

et al. *Monografia histórica do município de Campinas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952. p. 301-314.

³⁶ Cf. ARQUIVOS HISTÓRICOS/CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP, Acervo “Coleção de Periódicos”, Microfilme, Rolo 11. Homicídio. *Gazeta de Campinas*, Secção Notícias, p. 2, 16 jul. 1871. Seguem também as referidas notícias trágicas ocorridas para as “bandas da Terra Preta”, como se dizia à época: “Assassinato – No bairro da Terra Preta deu-se um homicidio, no dia 27 no mez passado. Um empreiteiro da linha ferrea do oeste matou a facadas o preto José de Tal, em razão de conflicto entre ambos. O cadáver foi conduzido á cidade, e o sr. subdelegado Alberto Muller procedeu a auto de corpo de delicto e mais diligencias legais. Consta-nos que o individuo que deu as facadas tambem foi offendido e acha-se quase a expirar”. Cf. Assassinato. *Gazeta de Campinas*, Notícias, n. 544, p. 2, 1º abr. 1875. “Noticias – Jury – [...] No dia 23 entrou em julgamento Elias dos Santos Barbosa, accusado de homicidio praticado no bairro da Terra Preta em o sabbado de alleluia do corrente anno. Defendido por seu advogado F. Quirino dos Santos, foi comndenado a 6 annos com trabalho, minimo das penas do art. 193 do Codigo Penal. [...]”. Cf. também Notícias – Jury. *Gazeta de Campinas*, n. 568, p. 2, 27 jun. 1875. Esses números de periódicos podem ser consultados, além dos originais e microfímes sob a guarda e/ou custodiados nos Arquivos Históricos do CMU e na Biblioteca Nacional, ou consultados *on-line* em: memoria.bn.br.

padrões de então), localizado rente à propriedade de Manoel Joaquim Ferreira Zimbres (de Queiroz), imigrante português conhecido na região de Campinas por explorar economicamente as bandas já conhecidas entre o antigo bairro da Boa Vista e o Valle da Jacuba, áreas contíguas ao bairro da Terra Preta, como também se identifica em notícias de outros periódicos da mesma época, como o *Correio Paulistano*. Já era comum, desde essa época, procurar pelo responsável em estabelecimento próprio para esse tipo de negócio (além de outros, como compra, venda e aluguel de escravos), como uma imobiliária³⁷:

Annuncios – Vende-se um sitio no bairro da Terra Preta, denominado Santo Ignacio, de 50 a 60 alqueires de terras proprias para mantimentos, com as benfeitorias seguintes: casa de morada já velha, paiol, monjolo, pasto e um pequeno pomar. Divisam as ditas terras com Manoel Joaquim Ferreira Zimbres. Quem pretender dirija-se a Perfeito Maria Nuevo, nesta cidade, Rua Direita.

A título de curiosidade, além dessas poucas notícias corriqueiras da Terra Preta, como anúncios de vendas e aquelas mais trágicas (e muito semelhantes às dos dias atuais, e de todo o sempre), que envolveram assassinatos, a primeira notícia que faz menção explícita ao bairro rural de Jacuba – talvez a primeira publicada em periódico da capital paulista (no caso, *A Provincia de S. Paulo*)³⁸ – saiu em 14 de outubro de 1875. Na nota,

³⁷ Cf. ARQUIVOS HISTÓRICOS/CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP, Acervo “Coleção de Periódicos”, Microfilme, Rolo 11. Annuncios. *Gazeta de Campinas*, n. 360. p. 3, 30 maio 1872. Sobre o fazendeiro Manoel Joaquim Ferreira Zimbres, referência nominal para outros estudos em geral sobre os bairros rurais de Boa Vista, Jacuba e Terra Preta, em Campinas, cf. Campinas – Descoberta importante. *Correio Paulistano*, n. 5.420, p. 2, 15 out. 1874. Cf. memoria.bn.br. Para os interessados, a tal importante descoberta, feita por um “inteligente Sr. Sampson” e examinada pelos “distinctos engenheiros drs. Lobo e Sá”, foi um afloramento mineral que posteriormente, e com certeza, calçou e pavimentou muitas ruas do município de Campinas, e que se localiza próximo à atual Rodovia SP-101 “Jornalista Francisco Aguirre Proença”.

³⁸ Trata-se de periódico republicano fundado em 1875 que funciona, de 1889 até hoje, com a denominação *O Estado de S. Paulo*.

um anunciante lançou comunicado sobre um imbróglio envolvendo um segundo homem que o acusava de lhe ser devedor de uma quantia e, por isso, lhe retirara uma “besta gateada” sua – isto é, uma mula de olhos claros – dos pastos de um terceiro homem (morador em Jacuba), sendo esta já transferida para um quarto homem; e avisa que ninguém faça negócio com “a dita besta”. Abaixo, a transcrição do anúncio referindo-se ao imbróglio que fez o bairro rural de Jacuba virar notícia na capital paulista:

A tantos do mez de Julho, foi tirada, sem consentimento do seu dono, uma besta gateada, marchadeira, marca A. P., possuida de Bento Dias Pacheco, pertencente ao abaixo assignado, dos pastos do mesmo Pedro Augusto Nogueira, morador no districto de Campinas, em Jacuba, e dizendo Gabriel que Rocha lhe era devedor de alguma somma. O annunciante não tendo o conhecimento de ser devedor de quantia alguma ao dito sr., pede ao mesmo Gabriel que lhe faça entrega da besta amigavelmente, para não ser preciso judicialmente tratar d’este negocio e ver-se obrigado a pôr-lhe os podres na rua. Avisa-se tambem que pessoa nenhuma faça negocio com a dita besta, visto ser ella do annunciante, e não do outro sr. que, por suas boas maneiras e sua consciencia elastica, pretende ficar com ella. Antonio da Rocha Penteadado.

Sobre o tal imbróglio, pode-se dizer que Pedro Augusto Nogueira, morador de Jacuba, supostamente, nada teve que ver com o caso, senão apenas pelo fato de ter ali guardado a “dita besta” para um conhecido, talvez cliente de seus “pastos de aluguel”. Presume-se isso por não haver indicativa alguma de o anunciante acusá-lo de cooperar com o senhor Gabriel. Subentende-se apenas que Bento Dias Pacheco se tornou, imprudentemente, o receptor de mercadoria furtada. Antonio da Rocha Penteadado e o senhor Gabriel, bem possivelmente, estenderam por mais tempo esse imbróglio levado a público. O fim da tal “besta gateada”, não se sabe. Como se percebe, essas primeiras notícias sobre o bairro rural Jacuba podem elucidar, ainda que de modo pontual, como deveria ser a vivência socioeconômica fundamentalmente agrária, emanada de seus primeiros residentes, como

esse Pedro Augusto Nogueira e outros.

No bairro rural de Jacuba, núcleos populacionais com características um pouco mais urbanas vieram a se formar, ainda que timidamente, somente no fim do século XIX, quando a Cia. Paulista de Estradas de Ferro percebeu certo potencial logístico da topografia local para a construção de pátios de manobra, assim como para abrigar alguma atribuição funcional mais complexa. Já nos primeiros anos de regime republicano, precisamente em 26 de agosto de 1896, a Cia. Paulista implantou no local um posto telegráfico completado por residência do oficial – benfeitorias que sem dúvida impulsionaram alguns melhoramentos, em termos socioeconômicos, além de assegurar a telecomunicação entre o bairro e outras localidades.³⁹

³⁹ Para facilitar o entendimento sobre a evolução das despesas, receitas e patrimônios da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, segue reprodução de nota anexa ao final do importante documento para a própria companhia, o *Relatório da Directoria da Companhia Paulista de Estradas de Ferro para a Sessão de Assembléa Geral em 30 de Junho de 1918 (Cinquentenário de sua Fundação)*, no qual estão elencadas todas as benfeitorias edificadas desde sua fundação até o ano do referido documento, inclusive a construção do Posto Telegráfico de Jacuba, que, em 1917, foi transformado em estação ferroviária: “Em 30 de janeiro de 1868, foram eleitos o Barão de Itapetininga, o Senador Francisco Antônio de Souza Queiroz, depois Barão de Souza Queiroz, o Dr. Martinho da Silva Prado, o Desembargador Bernardo Avelino Gavião Peixoto e o Dr. Clemente Falcão de Souza Filho em directoria provisória para gerir os negócios da Companhia até sua definitiva incorporação. A 7 de março de 1869 foi pelos accionistas eleita a primeira directoria da Companhia composta dos Srs. Dr. Clemente Falcão de Souza Filho, Dr. Martinho da Silva Prado, Desembargador Bernardo Avelino Gavião Peixoto, Dr. Ignacio Wallace da Gama Cochrane e Senador Francisco Antônio de Souza Queiroz. Em março de 1869 foi chamada a primeira entrada de capital no valor de 250 contos, correspondente a 5% sobre o capital da Companhia que era de 5 mil contos. Em 31 de março de 1872 inaugurou-se o tráfego no trecho de Jundiáhy a Vallinhos e em 11 de agosto do mesmo anno a estação de Campinas. Em 27 de agosto de 1875 inauguraram-se Bôa Vista, Rebouças e Santa Barbara, hoje Vilia Americana. Em 30 de junho de 1876 inauguraram-se Tatu e Limeira. Em 11 de agosto de 1876 inauguraram-se Cordeiro e Rio Claro. Em 10 de abril de 1877 inaugurou-se Araras. Em 30 de setembro de 1877 inauguraram-se Guabiroba e Leme. Em 24 de outubro de 1878 inaugurou-se Pirassununga. Em 15 de janeiro de 1880 inaugurou-se Porto Ferreira. Em 7 de novembro de 1881 inaugurou-se Descalvado. Em 4 de novembro de 1884 inaugurou-se Remanso. Em dezembro de 1885 inaugurou-se S. Bento. Em 6 de dezembro de 1886 inauguraram-se Laranja Azeda e Emas, que foi supprimida em 1891. Em dezembro de 1887 inaugurou-se Santa Gertrudes. Em 26 de novembro de 1891 inauguraram-se Emas e Baguassú, no ramal de Santa Veridiana; em 1.º de agosto de 1892 Santa Silveria e Santa Cruz no mesmo ramal. Em outubro de 1892 inaugurou-se o posto telegraphico de Sant’Anna que foi suprimido, e em fevereiro de

Após a abertura de caminhos feitos pela Cia. Paulista, além da instalação de posto telegráfico em Jacuba, diversas ocorrências na localidade – relacionadas ao funcionamento da estrada de ferro, assim como a instrução escolar, higiene e saúde pública, produção econômica local, transmissão de imóveis, casos policiais, potencial para a exploração mineral e contendas político-sociais próprias à época – vieram a ser noticiadas com maior frequência em periódicos locais e regionais, e mesmo das capitais, paulista e federal. Entre elas, cite-se uma importante notícia publicada em *O Estado de S. Paulo*, em 23 de maio de 1906, sobre uma ação grevista do operariado ferroviário, fortemente organizado à época, ocorrida no trecho entre a Estação Ferroviária Boa Vista e o Posto Telegráfico Jacuba, da Cia. Paulista. Embora não seja possível afirmar que houvesse a presença de residentes do bairro rural Jacuba envolvidos nessa contenda, é plausível

1893 o de Samambaia. Em 20 de fevereiro de 1893 inaugurou-se Santa Veridiana. Em 1.º de julho de 1896 inaugurou-se o posto telegraphico de Corrupira e em 26 de agosto o de Jacuba, que a 1.º de abril de 1917 foi transformado em estação [grifo nosso]. Em 1º de outubro de 1896 inaugurou-se Souza Queiroz. Em 18 de outubro de 1896 inaugurou-se o posto telegraphico de Pombal, em 22 de novembro o de S. Jeronymo e em 31 de dezembro os de Itaipú e Ibicaba. Em 1º de abril de 1898 inaugurou-se Jundiáhy-Paulista para o tráfego de passageiros e a 1º de junho para o de cargas. Em 8 de dezembro de 1899 inaugurou-se Loreto. Em 25 de Julho de 1904 inaugurou-se o posto telegraphico Horto. No dia 18 de agosto de 1906 a estação de Guabiroba passou a chamar-se de Elihú Root. Em 1º de Agosto de 1907 o posto telegraphico de Pombal foi inaugurado como estação com o nome de Nova Odessa. Durante o anno de 1910 foram entregues ao tráfego os carros-restaurantes, e inaugurados os de luxo, typo Pullman, com grande aceitação por parte do publico. Em 1º de junho de 1913, inaugurou-se a estação de ‘Baldeação’ no entroncamento da Paulista com a Mogyana no ramal de Santa Veridiana. Em 7 de setembro de 1914 foi inaugurada a linha dupla de Jundiáhy ao kilometro 43; e daí a Campinas em 1.º de junho de 1936, inaugurando-se no mesmo dia as estações de Batovy, Itapé, Grauna, Ityrapina, C. do Pinhal e São Carlos, e os postos telegraphicos Bifurcação e Hippodromo na linha de Rio Claro a São Carlos. A 20 de janeiro de 1917 inaugurou-se o posto telegraphico Ubá entre as estações de Grauna e de Ityrapina, e em 14 de julho de 1917 o posto telegraphico Recanto e a estação de Santa Barbara no ramal de Piracicaba”. Cf. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Coleção Relatórios da Cia. Paulista de Estradas de Ferro. *Relatório da Directoria da Companhia Paulista de Estradas de Ferro para a Sessão de Assembléa Geral em 30 de Junho de 1918 (Cinquentenário de sua Fundação)*. São Paulo: Casa Vanorden, 1918. p. 161. Disponível em: www.arquivoestado.sp.gov.br/ferrovia_pdf.php?pdf=BR_APESP_BIBLIO_CPEF_REL_1917_0. Acesso em: jan. 2014.

deduzir que os arredores da localidade tenham sido escolhidos para essa ação grevista, uma vez que o tortuoso trânsito pela Estrada da Terra Preta poderia dificultar o acesso das autoridades públicas no *cumprimento de seu dever*:

GRÉVE – A parede entrou em franco declínio. Correram hontem todos os trens de passageiros da Mogyana e da Paulista, além dos de passageiros, conseguiu fazer correr dois trens de carga entre Jundiahy e Campinas. Hoje os trens desta última estrada irão até Rio Claro e amanhã deverão chegar a Araraquara. Os trens de carga correrão com mais regularidade, sendo de esperar que dentro de poucos dias fique completamente restabelecido o transporte do café.

Na Capital – De manhan, ao chegar o Sr. Dr. Meirelles Reis, chefe de Policia, communicou-se pelo telefone com o segundo delegado auxiliar e com os respectivos delegados informando-se do que havia ocorrido em Jundiahy, Santos e Campinas. Em Jundiahy fora preso, em flagrante delicto, um individuo na ocasião em que arrancava trilhos, na linha paulista, e em Jacuba, segundo informação do delegado de Campinas, um grupo de operários foi surprehendido pela policia a damnificar a linha. Os operários opuzeram resistencia á mão armada, mas, sendo energeticamente repellidos pela força, puzeram-se em fuga. [...]⁴⁰

Concorrentes a essas notícias publicadas em periódicos da época, outros marcos jurídicos relevantes para a formação territorial e político-administrativa dos bairros rurais de Terra Preta e Jacuba continuaram a ser sancionados. Após outra divisão territorial, administrativa e judiciária do município de Campinas, decretada pela Lei Estadual nº 1.187, de 16 de dezembro de 1909, os bairros rurais de Terra Preta e Jacuba ficaram circunscritos ao recém-criado distrito de Rebouças, dada a proximidade das localidades e a tentativa de estímulo ao desenvolvimento de seus núcleos populacionais – entre os quais o Núcleo Colonial Nova Veneza, próximo a Jacuba, formado por relevante número de famílias de ascendência ita-

⁴⁰ A Gréve. *O Estado de S. Paulo*, p. 1, 23 maio 1906.

liana. Era essencial para o município de Campinas ressaltar seus limites territoriais em relação a Monte Mor, pois ali havia bairros rurais estratégicos para a administração municipal, como Terra Preta (porque fazia divisa com Monte Mor) e Jacuba (pátio de manobras e posto telegráfico da Cia. Paulista). No artigo 2º da Lei Estadual nº 1.187, está expresso o ponto inicial dessa divisão territorial, de forma relativamente conexa às disposições da referida Lei Provincial nº 85, de 1870, uma vez que se trata de território fronteiriço, divisório deste com o de Monte Mor:

Art. 2º– Partem da linha divisoria do municipio de Monte Mór, no ponto de intersecção com a estrada publica que vae de Monte Mór a Campinas, passando pela Bôa Vista, estrada esta denominada Terra Preta, e seguem pela mesma estrada até a linha ferrea Paulista.

Dessa época até as primeiras décadas do século XX, em que o atual município de Hortolândia não passava de uma reunião de dispersos bairros rurais, resta apenas a edificação que adquiriu maior capital simbólico para a construção de sua memória histórica: a antiga Estação Jacuba, instalada junto ao referido Posto Telegráfico da Cia Paulista, inaugurado em 1896 (que se tornou residência dos chefes de estação), ainda hoje o único patrimônio cultural edificado tombado pelo atual município de Hortolândia, por meio do Decreto Municipal nº 1.150, de 22 de setembro de 2003. O local funciona desde 28 de setembro de 2014 como sede museológica do Centro de Memória de Hortolândia Professor Leovigildo Duarte Junior. A inauguração e início de funcionamento regular de embarque e desembarque de passageiros e cargas da Estação Jacuba ocorreram em 1º de abril de 1917. Para sua inauguração, foi também edificado um armazém para o recebimento e despacho de cargas em geral⁴¹.

⁴¹ Algumas notícias, publicadas em datas bem anteriores à inauguração da estação, contudo, já identificavam a localidade como bairro “Estação Jacuba”, igualmente a outras localidades também atendidas por companhias ferroviárias, como “Estação Boa Vista”, “Estação Rebouças”, “Estação Santa Bárbara”, dada sua importância como entreposto de mercadorias e pátio de manobra ferroviário.

Abaixo, atesta-se, por meio de anúncio da Companhia Paulista de Estradas de Ferro publicado em *O Estado de S. Paulo*, a precisa data de inauguração do tráfego de passageiros e cargas na Estação Jacuba. A título de curiosidade, vale reparar no padrão de pontualidade a que se prestava a Cia. Paulista, informando os horários de chegada e partida dos trens:

Companhia Paulista de Estradas de Ferro

Faz-se publico que, a partir do dia 1º de Abril próximo, serão abertas ao trafego as estações de Jacuba e Ibó, situada a primeira no kilometro 62 do tronco da bitola de 1m,60, a segunda no kilometro 9 do ramal de Santa Rita.

O horario das paradas de trens na estação de Jacuba será o seguinte:

	Cheg.	Part.
P.1	8,10
P.7.....	14,45	14,46
P.4	10,24
P.12	17,31	17,32

S. Paulo, 20 de Março de 1917. – ADOLPHO AUGUSTO PINTO, chefe do escriptorio central.⁴²

De referência urbana e ponto de encontro para variadas situações cotidianas, a antiga Estação Jacuba teve o mesmo destino de grande parte do espólio da Companhia Paulista de Estradas de Ferro após sua incorporação à também extinta estatal Ferrovias Paulistas S.A. (Fepasa), de modo que o funcionamento de seus serviços e a conservação das benfeitorias e utensílios foram progressivamente sucateados, depredados e furtados ao longo das décadas. Os sentimentos de nostalgia e melancolia vividos por seus antigos passageiros refletem-se em crônica de Nelson Alexandre – falecido jornalista e ex-vereador por Sumaré entre 1977 e 1982, domiciliado em Hortolândia – sobre a histórica situação de abandono desse patrimônio cultural hortolandense. Se não tivesse sido ocupada por diversas famílias após sua desativação, é certo que a edificação já estaria completamente destruída por intempéries e vandalismos de toda sorte (pois, onde não há

gente, a “natureza” retoma seu espaço). Abaixo, segue excerto de uma entre centenas de crônicas escritas por Nelson Alexandre sobre a Hortolândia que ele “viu e ouviu” – no caso da crônica abaixo, sobre a Estação Jacuba, na qual se lê um errinho quanto à data de sua inauguração, logo na primeira linha, mas que não faz diferença alguma, em vista da memória afetiva estampada em seu relato:

Ela aniversaria nesta semana. Precisamente no dia 17 de abril. Foi a [*sic*] longos 85 anos que ela foi erigida. Como queríamos conferir seu estado de saúde, resolvemos fazer-lhe uma visita. Ah! Nosso leitor deve estar curioso. – Quem é essa pessoa na melhor idade completando o octagésimo quinto aniversário? – Não é gente não. – Ela é a estação ferroviária de Hortolândia.

Construída e inaugurada em 17 de abril de 1917. Como dizíamos acima, fomos *in loco* ver as condições do velho prédio. É lamentável a situação que se encontra o mais importante marco histórico de nossa cidade, que pode ser considerado o ponto de partida de nossa cidade.

Uma tabuleta na parede do lado de fora da sala do chefe da estação, ostentando a altitude em relação ao nível do mar, ou seja, 559,22 metros. É o que há de informação. O resto é desolação. Impera o cheiro de mofo. Na parte interna da sala ainda com os existe a carcaça de uma velha balança, usada outrora na pesagem da bagagem ali despachada. Paredes carcomidas. Tudo é lúgubre, funesto. Aquele ambiente horripilante faz nos lembrar a estação do filme de velho oeste americano.

A qualquer momento alguém exibirá um corpo ensanguentado, fruto de um tiroteio com os ladrões de ouro. Diante de tanta tristeza, tanto capim verdejante invadindo e dominando a plataforma, vem aos olhos do observador o tempo do auge da empresa da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Seus funcionários, um exemplo de dedicação, disciplina e trabalho. Recordamos bem as cenas dos trens chamados rápidos, que passavam em alta velocidade sem parar na estação, havendo somente a troca de estafe. Era um verdadeiro ato de heroísmo.

O estafe é uma peça de metal que vinha preso em um aro. Essa peça era colocada num conjunto de aparelho responsável pela abertura e liberação do tráfego para que o trem

⁴² Companhia Paulista de Estradas de Ferro. *O Estado de S. Paulo*, Geral, p. 9, 2 abr. 1917.

seguisse viagem sem qualquer acidente. Ao aproximar o trem em alta velocidade, o chefe da estação ou o agente se posicionavam na plataforma em frente à sala do chefe e seguravam com as duas mãos acima da cabeça a argola com o estafe, que o maquinista ou seu ajudante, que vinha debruçado na janela da locomotiva e com o braço esticado introduzia no arco e num golpe levava embora, enquanto isso era jogado outro estafe na plataforma que serviria para liberar o outro trem que vinha em sentido contrário. Quantos jovens não desfilavam em busca de uma paquera na plataforma da estação...

Sob floridas primaveras, que ornamentavam o local num ambiente de poesia e alegria. Quantos casamentos não nasceram ali? Mas há uma luz no fim do túnel. Segundo Paulo Germano, diretor de cultura, a prefeitura de Hortolândia está negociando com os antigos proprietários da estrada de ferro a compra ou comodato, para que ali se instale um centro de memórias de Hortolândia. Assim seja.⁴³

⁴³ ALEXANDRE, Nelson. Hortolândia que vi e ouvi – 82ª de uma série: *Jornal de Hortolândia*, p. 2, 19-25 abr. 2002.

Tão relevante quanto a própria edificação e o motivo original do funcionamento da Estação Jacuba, o maior alento da presença desse entreposto da Cia. Paulista de Estradas de Ferro inaugurado em 1917 foi estimular, com a também presença do referido armazém, a pequena e média produção agropecuária, comercial e industrial, o assentamento domiciliar e a urbanização do bairro rural e de suas comunidades mais afastadas – como os antigos Sítio da Serra (próximo à antiga Cobrasma S.A.) e Taquara Branca (próximo à Terra Preta, dividido entre os atuais municípios de Hortolândia e Sumaré). À medida que esse processo socioeconômico, estimulado pelo funcionamento da Estação Jacuba, paulatinamente imprimiu a existência do antigo bairro rural em mapas logísticos, econômicos e político-administrativos, também dificuldades de toda sorte e comuns a povoados desassistidos vieram a ser noticiadas em periódicos da época, de modo que, por meio da leitura de algumas notícias, é possível obter um entendimento básico sobre o cotidiano do bairro rural, bem como sobre a participação individual e popular na busca por melhores condições de vida. Entre essas notícias, citem-se algumas: uma sobre a tão reivindicada escola mista instalada próximo à estação ferroviária e outra sobre uma epidemia de malária ocorrida em toda a antiga Campinas – e em especial no distrito de Rebouças, cujo maior foco de gravidade se sentiu em Jacuba –, mais uma das inúmeras epidemias ocorridas na região ao longo das décadas finais do século XIX e as primeiras do século XX.⁴⁴

Em novembro de 1913, Miguel Pinelli, benemerente morador de Jacuba, havia requerido à Câmara Municipal de Campinas a instalação de uma escola mista primária (isto é, para alunos de ambos os sexos) no bairro rural, uma vez que até então a localidade era despossuída de qualquer ambiente de instrução escolar formal⁴⁵. Sua reivindicação, já feita em coro com outros moradores, veio a ser atendida após a instalação da Estação

⁴⁴ Cf. LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros – Campinas (1850-1900)*. São Paulo: Edusp, 2000. p. 243-257.

⁴⁵ Telegrammas – Interior. *O Estado de S. Paulo*, p. 4, 5 nov. 1913.

Jacuba, tendo sido a escola mista inaugurada somente em 1º de dezembro de 1917. Pouco antes disso, no fim de março do mesmo ano, a situação se alarmava a ponto de a população do bairro rural buscar a influência de um jornal como *O Estado de S. Paulo* para interceder junto ao poder público, como se atesta pela breve nota:

CAMPINAS, 30 – Pessoas residentes em Jacuba nos pedem [que] façamos vêr aos poderes competentes a necessidade de ser criada uma escola naquelle bairro. Já foi feito um pedido a respeito sem que até hoje tivesse solução. Ha no bairro mais de cem crianças em idade escolar.⁴⁶

Notícia igualmente ou mais alarmante, publicada apenas três dias antes da acima apresentada, refere-se a uma de tantas ondas epidêmicas que acometeram populações residentes na antiga e vasta Campinas, entre as quais a do bairro rural Jacuba e suas comunidades, além de outras circunscritas ao distrito de Rebouças. Naquele ano de 1917, mais uma vez, tratava-se da malária, à época também conhecida como “impaludismo”. No distrito de Rebouças, a própria população se organizou para assistir os enfermos de seus diversos bairros, postura social muito comum naquele tempo, fundamentada em ações filantrópicas, muitas das quais compensadoras da falta de serviços públicos básicos:

O impaludismo – CAMPINAS, 27 – [...] – Pessoa que visitou no domingo o districto de Rebouças diz-nos que é extremamente precaria a situação de muitos impaludosos pobres alli residentes.

Em Jacuba, segundo affirmou o Sr. Eduardo Pacheco de Moraes, proprietario e lavrador, ha mais de 150 doentes. Tanto nesse pequeno povoado como no da Serra, a população é em sua quase totalidade constituída de pequenos lavradores que exclusivamente da terra tiram os elementos de subsistencia. A malária impossibilitou-os de trabalhar, de maneira que

⁴⁶ Noticias do Interior e do Litoral do Estado – Campinas. *O Estado de S. Paulo*, p. 4, 31 mar. 1917.

estão soffrendo as mais duras necessidades. As plantações estão alli todas perdidas por falta de braços. Nem por 5\$000 diarios se encontra um trabalhador. Tem alli fallecido diversas pessoas de todas as edades e ainda hontem alli faleceu, victimada pela malaria, uma criança filha do Sr. Antonio Galvão [ou Galvão?].

Nos bairros Custodio, Sapezeiro e Taboão e sede do districto a expectativa é a mesma. A caridade começa agora a auxiliar os infelizes doentes pelos quaes tem sido feita distribuição de viveres. A commissão de soccorros daquelle districto tem sido incansavel em sua tarefa de auxiliar os doentes.⁴⁷

Muitas dessas enfermidades e epidemias ocorriam devido à indiscriminada aglomeração de grupos humanos e famílias e mais famílias, sem que houvesse nenhuma instrução sanitária prescrita para a estruturação do bairro rural – quando não também a rejeição pública a campanhas obrigatórias de vacinação. Vide o histórico caso conhecido como Revolta da Vacina, ocorrida no Rio de Janeiro, então capital federal, entre 10 e 16 de novembro de 1906.

Por meio da consulta a documentos cartoriais e judiciais, além de periódicos da época, é possível identificar um conjunto maior de residentes no bairro rural de Jacuba, já no fim do século XIX e início do século XX, como o fez Francisco Antonio de Toledo, que afirma:

O primeiro registro que se conhece sobre Jacuba é de 1867, quando Joana Mendes Godoi vendeu “um sítio no bairro de Jacuba” com casas de morada cobertas de telhas e pastos, e mais benfeitorias. Depois, nos anos seguintes aparecem outros nomes de proprietários de terras nesse local, como de Theodora Francisca da Conceição, José Lourenço da Silva, José Gonçalves, Álvaro P. Silva, Justo Baumgartner, Francisco Antonio de Moraes, Eusébio Borges de Camargo, Zacharias da Costa Camargo e outros.⁴⁸

⁴⁷ Noticias do Interior e do Litoral do Estado – Campinas. *O Estado de S. Paulo*,

⁴⁸ TOLEDO, Francisco Antonio de. *Uma história de Sumaré: da sesmaria à indústria*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1995. p. 70-71.

Com o aumento do número de sítios e residentes em Jacuba, vez ou outra, além de recorrentes problemas de higiene e saúde pública, ocorriam desinteligências quanto à divisão e demarcação de terras, e assuntos correlatos, como se atesta em um processo judicial arrolado de 1916 a 1923, entre os sitiantes Zacharias da Costa Camargo (autor) e Jacob Baumgartner (réu), instalados na localidade desde início do século XX.⁴⁹ Mas questões fundiárias não eram os únicos motivos de libelos cíveis e ações policiais de justiça suscitados contra residentes em Jacuba ou por gente da localidade, tanto que o mesmo Zacharias da Costa Camargo, homem certamente de gênio forte, foi detido pela Guarda Civil de Campinas nos idos da breve contenda historicamente recordada como Revolução Constitucionalista de 1932, por ser contrário ao levante militar paulista, enquanto boa parte de sua população mais abastada dava sua contribuição, a seu modo, à causa paulista, como se apreende da leitura de breve nota publicada na *Folha da Manhã*, proveniente da sucursal de Campinas, sobre sua prisão, juntamente a outros assuntos relacionados à campanha paulista contra os primeiros sinais ditatoriais da chamada era Vargas:

– Ouro para a Victoria – Continua com grande entusiasmo nesta cidade a campanha do ouro para a Victoria. Até ontem, foram levados aos bancos 6.730 objectos de ouro, prata, platina e pedras preciosas.

– Derrotista Preso – A Guarda Civil prendeu e conduziu, à Delegacia Regional de Policia, Zacharias da Costa Camargo, proprietário da Fazenda Jacuba, o qual na zona em que reside espalhava boatos derrotistas e se manifestava francamente adverso á causa de São Paulo.

– Posto de Socorro – O Posto de Socorro da Rua Barão de Jaguará, 1214, foram distribuídos gêneros de 1ª necessidade das familias dos soldados em lucta.

⁴⁹ Para conhecer um pouco mais sobre Zacharias da Costa Camargo e seus vizinhos, cf. ARQUIVOS HISTÓRICOS/CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP, Acervo “Tribunal de Justiça de SP – Comarca de Campinas”, 4º Ofício, Caixa 40, processo 0808, ano 1923. Trata-se de mais um entre tantos litígios por conta da disputa e divisão de terras suscitadas e ocorridas em Jacuba.

– Pela Paz – Implorando a santa paz para a nossa Patria, realizar-se-á do dia 21 ás 12h, ao dia 28 ás 7h, a “Adoração ao Santissimo” nesta cidade. [...] ⁵⁰

Uma das principais características da sociabilidade construída em típicos bairros rurais é a vivência religiosa pautada pela credence popular, meio cristã, meio pagã, e muito comum em localidades desassistidas de serviços religiosos, principalmente da Igreja Católica. A fruição de saberes e fazeres populares, como ritos, rezas e benzimentos, era frequente no bairro rural de Jacuba e áreas contíguas, como em quaisquer outras localidades semelhantes. Entre meados de abril e início de maio de 1930, foi noticiado desde Jacuba a existência de uma menina residente no Sítio da Serra (ou Sítio do Rodrigues), chamada Maria Appolonia, 12 anos de idade, filha legítima de Miguel Felicetti e Antonia Patrocínia Maciel, a qual se descobriu com dons de cura e benzimento pela intercessão de Nossa Senhora Aparecida, ao cuidar de sua mãe, então enferma do estômago. Daí em diante, Maria Appolonia veio a ser conhecida como “Santinha de Jacuba”.

Após incessante e intensa visitação de peregrinos oriundos não somente de Campinas, mas da própria capital paulista e outras regiões, as imprensas paulista e carioca vieram cobrir o caso, tornando-o objeto de especulação e sensacionalismo como nunca se vira antes ou depois no bairro rural de Jacuba. Resultado: após constatarem a atenção da imprensa, as autoridades públicas campineiras decidiram apurar a situação, uma vez que a manifestação de credences populares era contrária à moral e aos bons costumes, passível de prisão e apreensão de menores, de modo a decretar a suspensão do pátrio poder, como assim ocorreu com Maria Appolonia e seu pai, Miguel Felicetti, a mando do juiz de menores de Campinas, Dr.

⁵⁰ A Campanha do Ouro para a Victoria – Prisão de um Derrotista – Missa Funebre – Fallecimento. *Folha da Manhã*, p. 5, 21 ago. 1932.

Vasco Joaquim Smith de Vasconcellos.

Maria Appolonia foi apreendida e reclusa primeiramente no antigo Abugo de Menores e em seguida no Patronato São Francisco (onde atualmente funciona o Colégio Ave Maria, na rua Barão de Jaguará, centro de Campinas), por cerca de seis meses; ao passo que seu pai, inicialmente preso e em seguida subtraído do pátrio poder, deu continuidade à apelação para reaver a menina ao seio familiar, incumbindo o advogado de defesa René C. Vogel de impetrar recurso junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo, obtendo a negação de provimento da decisão do juiz de menores de Campinas, cujo resultado foi publicado somente um ano depois, em 30 de abril de 1931. A história dessa menina, Maria Appolonia, um caso explorado pela imprensa marrom – como no caso do jornal carioca *Crítica*, fundado por Mario Rodrigues, pai de Mario Filho e Nelson Rodrigues – e tornado processo judicial emanado da intolerância pública, pode ser entendida, passados mais de 80 anos dos fatos, como uma das mais ricas manifestações da cultura popular identificada e registrada no bairro rural de Jacuba, apesar de todo o constrangimento sofrido, a qual merece maior aprofundamento em pesquisa histórica.

Para desenvolver uma eventual pesquisa sobre o assunto, há o próprio processo judicial (disponível no acervo “Tribunal de Justiça de SP – Comarca de Campinas”, sob custódia do Centro de Memória da Unicamp), assim como o conjunto efêmero, mas denso, de notícias publicadas (hoje em sua maioria digitalizadas) pela imprensa de São Paulo, como no *Correio Paulistano*, em *O Estado de S. Paulo*, na *Folha da Manhã* e na *Folha da Noite* (atual *Folha de S. Paulo*); do Rio de Janeiro, principalmente no *Crítica*, o jornal que mais explorou o assunto; e de Campinas, como no *Correio Popular*, que ainda não digitalizou seu acervo. Para o momento, segue abaixo transcrição da sentença proferida pelo Dr. Vasco Joaquim Smith de Vasconcellos, em 8 de julho de 1930, para o processo judicial igualmente conhecido como “Santinha de Jacuba”, e sobre o qual houve a negação de provimento decidida pelo TJ-SP, um ano depois:

Tendo em consideração a prova colhida neste processo e de acordo com o parecer do dr. Curador de Menores, resolvo internar a menor MARIA APPOLONIA, no Patronato São Francisco, desta cidade, pelo tempo necessário á sua completa educação, ex vi do art. 55, letra b do Código de Menores.

Assim procedo, porque ficou plenamente provado que os pais da menor, por negligencia, permitiam que sua filha Maria Appolonia se entregasse em ocupações proibidas (art. 26 n° VII, letra c do citado Código), exercendo o espiritismo, e inculcando curas de molestias curáveis ou incuráveis, para fascinar e subjugar a credulice publica (art. 157 do Código Penal).

Determino que se officie á Madre Superiora daquele estabelecimento, afim de receber a menor, e bem assim ao Dr. Secretario de Justiça, para autorizar a internação daquela menor, por conta do Governo do Estado.

Retardei a proferir esta decisão, aguardando o julgamento de um Habeas-Corpus interposto para o Supremo Tribunal Federal, que, entretanto, até a presente data não foi decidido.

Cumpra-se. Campinas – 8 de Julho de 1930. O juiz de menores, Vasco Joaquim Smith de Vasconcellos.⁵¹

A criação do distrito de Hortolândia

Localidade que manteve características típicas de tradicionais bairros rurais até meados do século XX, o bairro Jacuba urbanizou-se com maior dinamismo a partir da aprovação e comercialização de seus primeiros loteamentos, como o Parque Ortolândia, o Remanso Campineiro e a Vila Real – o primeiro, propriedade do empreendedor imobiliário, agropecuário e da construção civil (cerâmica/olaria) João Ortolan; o segundo, do

⁵¹ ARQUIVOS HISTÓRICOS/CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP, Acervo “Tribunal de Justiça de SP – Comarca de Campinas”, 2º Ofício, Processo 1.109, Caixa 66, fls. 21 (verso), ano 1930. Cf., também, por meio de busca por palavras-chave como “Maria Appolonia” e “Santinha de Jacuba”, os seguintes acervos digitais: acervo.folha.com.br; acervo.estadao.com.br; memoria.bn.br (para este último, pesquisar por “periódico”). Sobre a realidade campineira no que tange aos socialmente excluídos, inclusive os menores, cf. LAPA, José Roberto do Amaral. *Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-2930)*. São Paulo: Edusp, 2000.

também empreendedor Juvenal de Sousa Pinto, comprador da Cerâmica Ortolan (posteriormente chamada Cerâmica Sumaré, extinta desde 2009); e o terceiro, propriedades particulares de moradores do antigo bairro rural Jacuba. Abaixo, transcrição de edital de venda de terreno a prestações, referente ao recém-aberto loteamento Parque Ortolândia, publicado no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, em 30 de dezembro de 1947, e no qual há referências nominais a outros antigos proprietários do bairro rural:

FAZ PÚBLICO que o Sr. João Ortolan e sua mulher d. Adeline Novo Ortolan depositaram em cartório o memorial e os documentos exigidos pelo Decreto-Lei nº 3.079, de 15 de setembro de 1933, para o loteamento e venda em prestações dos terrenos de sua propriedade, denominado “Parque Ortolândia”, com área de 896.988 metros quadrados, situados no distrito de paz de Sumaré, 3ª circunscrição, no bairro Jacuba, confrontando em sua integridade, de um lado com a estrada de rodagem que de Jacuba vai a Monte Mor, por outro lado, com um caminho particular, cujo proprietário marginal defronte é Antonio Biazzi; por outros lados, com um córrego, onde confronta com propriedade de J. Guilherme, Zacharias da Costa Camargo e com o restante de terras do proprietário do loteamento, João Ortolan, até onde o córrego encontra com a estrada de Jacuba a Monte Mor, fechando o perímetro. Findo prazo de 30 dias, contados da última publicação deste no “Diário Oficial” do Estado e não havendo impugnação, será feita inscrição, nos termos do parágrafo 2º do citado Decreto-Lei. Dado e passado nesta cidade de Campinas, no cartório do Registro de Imóveis de Campinas aos dezessete (17) de dezembro de mil novecentos e quarenta e sete. Eu, Celso Siqueiro Camargo, oficial substituto, o subscrevi.⁵²

Entre outros fatos locais relevantes do final desse período – além da instalação da primeira paróquia e de templos evangélicos no entorno da Estação Jacuba, e da fundação do antigo Educandário Adventista Campi-

⁵² *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, n. 295, ano 57, p. 15, 30 dez. 1947.

neiro (atual Instituto Adventista São Paulo)⁵³, em terrenos doados por João Ortolan –, citem-se algumas reivindicações sociais levadas a cabo pela população residente em Jacuba. Entre elas está a reivindicação, junto aos poderes públicos campineiro e paulista, pela instalação de energia elétrica. Tais reivindicações sociais, vindas da população de Jacuba, exigindo melhoramentos de serviços básicos, por certo culminaram na posterior solicitação de elevação do bairro rural a distrito. Em breve nota publicada em *O Estado de S. Paulo*, registra-se uma dessas reivindicações sociais que partiram da população do bairro rural:

Uma comissão de moradores de Jacuba avistou-se ontem à tarde com o prefeito Miguel Vicente Cury, a fim de solicitar providencias no sentido de ser instalada energia eletrica naquela vizinha localidade do município.⁵⁴

Em publicação do *Diário Oficial do Estado de São Paulo* de 17 de junho de 1953, encontram-se outras duas referências diretas e relevantes para a história político-administrativa do atual município de Hortolândia: a representação do então deputado estadual Ruy de Almeida Barbosa – detentor de quatro sucessivos mandatos, entre 1951 e 1967 (2ª a 5ª legislaturas pós-1945) –, mediante o processo nº RG 2.235-53, junto à Comissão Administrativa e Judiciária da Assembleia Legislativa, “solicitando anexação ao Município de Campinas, quando da criação do município de Sumaré”, do bairro Jacuba; e a alteração do topônimo local de “Jacuba” para “Ortolândia”, como forma de adequação ao artigo 10 do Decreto-Lei Federal nº 311, de 2 de março de 1938, segundo o qual “não haverá, no mesmo Estado, mais de uma cidade ou vila com a mesma denominação”.

No fim de 1953 publica-se, no *Diário Oficial do Estado de São Pau-*

⁵³ Cf. MORAIS, Hermenérico; SANTOS, Luís Henrique dos. *Iasp: 60 anos transformando vidas*. São Paulo: Multicomm, 2009.

⁵⁴ Notícias do Interior – Campinas – Luz para Jacuba. *O Estado de S. Paulo*, p. 2, 27 jul. 1951.

lo, respectivamente em 11 e em 31 de dezembro, o parecer da referida Comissão, sobre o caso do bairro rural de Jacuba. A resolução nº 180, de 1º de dezembro de 1953, em seu artigo 2º, dispõe que “é considerada prejudicada, nos mesmos termos do artigo anterior, a representação dos moradores da Estação de Jacuba, no território do projetado município de Sumaré, atual distrito do município de Campinas, pleiteando seu desmembramento daquele para anexar-se ao território remanescente do município de Campinas, determinando a mesa seu oportuno arquivamento sem prejuízo das demais matérias tratadas no respectivo processo nº RG 2.235-53”. Quanto à toponímia local, resolveu a Comissão: “Examinada a representação constante no processo nº RG 2.235-53, que versa sobre a criação do distrito de Jacuba, no município de Campinas, no sentido de se atribuir ao novo distrito a denominação de Hortolândia, a Comissão deliberou adotar o nome Hortolândia”. Em 30 de dezembro daquele mesmo ano, foi sancionada a Lei Estadual nº 2.456/1953, que criou o distrito de Hortolândia dentro do município de Sumaré, além de apresentar outras revisões territoriais, administrativas e judiciárias concernentes ao estado de São Paulo. Abaixo, excerto da Lei Estadual nº 2.456/1953, no qual há duas menções ao recém-criado distrito de Hortolândia, circunscrito ao também criado, na mesma ocasião, município de Sumaré:

LEI Nº 2.456, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1953

Dispõe sobre o Quadro Territorial, Administrativo e Judiciário do Estado, para o quinquênio 1954/1958 e dá outras providências.

LUCA NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - O Quadro Territorial, Administrativo e Judiciário do Estado, para o quinquênio 1954-1958 é estabelecido nesta lei.

Artigo 2.º - Os atos que disserem respeito a interpretação das linhas divisórias intermunicipais e interdistritais, que se tornarem necessários a sua perfeita caracterização, atendendo

às conveniências de ordem geográfica ou cartográfica, poderão ser executados a qualquer tempo.

Artigo 3.º - O Quadro Territorial Administrativo e Judiciário do Estado compreende 167 comarcas, 435 municípios e 813 distritos, conforme os anexos ns 1 e 2 que ficam fazendo parte integrante desta lei.

[...]

NOTAS - AS LOCALIDADES QUE APARECEM COM OUTRO NOME EM PARENTESIS A DENOMINAÇÃO MUDADA

[...]

15 - O Distrito de Hortolândia é criado, com Séde no povoado de Jacuba, e com território desmembrado do Distrito de Sumaré.

[...]

MUNICÍPIO DE SUMARÉ

(Criado em 1954)

a) LIMITES MUNICIPAIS

1 - COM O MUNICÍPIO DE AMERICANA

Começa no espigão entre as águas dos ribeirões do Quilombo e dos Toledos, na cabeceira setentrional do córrego Guilherme Green, afluente do ribeirão dos Toledos; segue pelo espigão até a cabeceira mais ocidental do córrego Palmital, pelo qual desce até sua foz no ribeirão do Quilombo; desce por este até a foz do córrego São Francisco; sobe por este até sua cabeceira no divisor entre as águas do ribeirão do Quilombo e as do rio Atibaia; segue por este divisor até a cabeceira do córrego da Fazenda Foguete, cabeceira que fica a Leste da Fazenda Foguete.

2 - COM O MUNICÍPIO DE CAMPINAS

Começa no divisor que separa as águas do ribeirão do Quilombo das do rio Atibaia, na cabeceira do córrego da Fazenda Foguete; segue pelo divisor até a cabeceira do córrego da Fazenda Nova Veneza, pelo qual desce até sua foz no ribeirão do Quilombo; sobe pelo ribeirão do Quilombo até a foz do córrego do Pari; daí, continua pelo contraforte fronteiro entre o córrego do Pari à direita e o ribeirão do Quilombo à esquerda, até o divisor entre este ribeirão à esquerda e o que passa na estação de Jacuba, à direita, continua por este divisor até o divisor entre as águas do ribeirão do Quilombo, à direita, e as do rio Castelo, à esquerda; prossegue por este último divisor até o espigão entre as águas do ribeirão do Quilombo e as do rio Capivari; segue por este espigão até a cabeceira mais ocidental do córrego Comprido.

3 - COM O MUNICÍPIO DE MONTE MÓR

Começa na cabeceira mais ocidental do córrego Comprido no espigão entre as águas do rio Capivari, à esquerda, e as do ribeirão do Quilombo, à direita; segue pelo espigão até a cabeceira do córrego Candelária, pelo qual desce até sua foz no ribeirão dos Toledos.

4 - COM O MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

Começa no ribeirão dos Toledos na foz do córrego Candelária; desce por aquele até a foz do córrego Guilherme Green, pelo qual sobe até sua cabeceira mais ocidental no espigão entre as águas dos ribeirões dos Toledos e do Quilombo, onde tiveram início estes limites.

b) DIVISAS INTERDISTRITAIS

1 - ENTRE OS DISTRITOS DE HORTOLÂNDIA E SUMARÉ

Começa no espigão Quilombo-Capivari na cabeceira do ribeirão do Jacuba, cabeceira do galho que contraverte com o córrego Comprido; desce por este galho até sua foz no galho que vem da vila de Jacuba; daí, segue por uma reta de rumo Sul-Norte até o ribeirão do Quilombo, pelo qual sobe até a foz do córrego da Fazenda Veneza.

[...]

Por meio da leitura desses documentos, entende-se que: 1. não houve equívoco na grafia do topônimo “Hortolândia”, em vez de “Ortolândia” (uma vez que a nova redação foi deliberada pela referida Comissão Administrativa e Judiciária da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – Alesp); 2. não houve qualquer propositura de Leôncio Ferraz Junior⁵⁵ – político que, à época, não ocupava cargo eletivo algum – quanto

⁵⁵ Na época da elevação de Jacuba a distrito de Hortolândia (2ª legislatura pós-1945, 1951-1955), Leôncio Ferraz Junior não exercia cargo eletivo. Seus sucessivos mandatos legislativos ocorreram entre 1955 e 1967 (3ª e 5ª legislaturas pós-1945), além de acumular o cargo de vice-prefeito de São Paulo entre 1965 e 1969, durante a gestão do brigadeiro José Vicente Faria Lima. Quanto à sua contribuição para a localidade, Leôncio Ferraz Junior foi o autor da Lei Estadual nº 7.357/1962, que criou o Grupo Escolar do distrito de Hortolândia, e que hoje recebe o nome Manoel Ignacio da Silva, por meio da Lei Estadual nº 9.933/1967, de autoria do deputado estadual Antonio Leite Carvalhaes.

à alteração do topônimo local, mas sim uma representação do deputado estadual Ruy de Almeida Barbosa, em nome de moradores do bairro rural de Jacuba (seja sua população residente mais antiga, seja aquela assentada a partir de 1947) no loteamento Parque Ortolândia; 3. o antigo bairro rural de Jacuba conquistou sua elevação a distrito, contudo circunscrito ao município de Sumaré, a contragosto de moradores signatários da petição arrolada no referido processo legislativo nº RG 2.235-53, porque preferiam a anexação da localidade ao remanescente município de Campinas. A partir de então, o território político-administrativo do distrito de Hortolândia foi revisado sazonalmente por Comissões de Divisão Administrativa e Judiciária da Alesp, sem maiores prejuízos à sua toponímia, tampouco à suas demarcações territoriais.

Curiosidade: em 14 de setembro de 1954, mesmo após o bairro rural de Jacuba ser elevado a distrito de Hortolândia, vinculado ao recém-emancipado município de Sumaré, o então governador do estado de São Paulo (que exerceu o cargo entre 1951 e 1955), Lucas Nogueira Garcez, decretou a criação de uma segunda subdelegacia em “localidade conhecida como Jacuba”, de modo negligente em relação às recentes alterações de topônimo e à evolução político-administrativa pelas quais haviam passado diversas localidades paulistas no fim do antecedente ano de 1953, como se atesta abaixo. Se o então governador não foi negligente, talvez tenha se confundido com a situação expressa na própria Lei Estadual nº 2.456/1953: “O Distrito de Hortolândia é criado, com Sede no povoado de Jacuba, e com território desmembrado do distrito de Sumaré”. Essa suposta negligência, entre muitas outras, em termos de informação, demonstra-se passível de ocorrer em momentos de mudanças, alterações e transferências de legalidade a localidades tornadas matérias para a Comissão Administrativa, Territorial e Judiciária da Alesp, como o foi Jacuba em 1953:

DECRETO N. 23.624, DE 13 DE SETEMBRO DE 1954
Cria a 2.^a subdelegacia de polícia na localidade conhecida pela denominação de Jacuba, no distrito e município de Sumaré.

LUCA NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, decreta:

Artigo 1.º - Fica criada no distrito e município de Sumaré a 2.^a (segunda) subdelegacia de polícia, com sede na localidade conhecida pela denominação de Jacuba.

Artigo 2.º - A subdelegacia ora criada e a já existente no mesmo distrito terão competência cumulativa, feita a distribuição do serviço, de acôrdo com as conveniências dêste, pelo delegado do município.

Artigo 3.º - Êste decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado de São Paulo, aos 13 de setembro de 1954. LUCA NOGUEIRA GARCEZ

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Govêrno, aos 13 de setembro de 1954. Carlos de Albuquerque Seiffarth - Diretor Geral, Substituto.

A experiência político-administrativa do distrito de Hortolândia teve seu início, de fato, em 1º de janeiro de 1955 – isto é, após a primeira eleição municipal sumareense, ocorrida em 1º de outubro de 1954, para o período compreendido entre 1955 e 1958, e cujo candidato vitorioso foi o pároco local, Padre José Giordano, cidadão de importância no processo emancipacionista do recém-criado município de Sumaré. Por meio da Lei Municipal nº 33, de 6 de abril de 1956, o então prefeito de Sumaré autorizou a construção do primeiro edifício que serviria como subprefeitura do distrito de Hortolândia. Na mesma época foi instalada a esperada linha primária de energia elétrica para a antiga Jacuba, mediante a sanção da Lei Municipal nº 81, de 25 de abril de 1957.

É necessário dizer, também, que se há um momento histórico que pode consistir em um “divisor de águas”, para além de questões político-administrativas,

entre os fatos passados relacionados ao bairro de Jacuba e os vindouros concernentes ao distrito de Hortolândia, é o falecimento do velho morador da localidade, o fazendeiro Zacharias da Costa Camargo, em julho de 1955. Em suma: era um sujeito que se confundia com a própria Fazenda Jacuba – assim como com o bairro rural como um todo. Dessa época em diante, o que permaneceu como “lugar de memória” – além da antiga Estação Jacuba e de algumas longevas edificações e “sítios rururbanos” sobreviventes – foi a aplicação de seu nome e de seus filhos, parentes e vizinhos em logradouros da região central do atual município de Hortolândia, mais especificamente do loteamento Remanso Campineiro, porque outrora essas terras pertenciam parcialmente à sua propriedade⁵⁶. Abaixo, uma nota fúnebre publicada em *O Estado de S. Paulo*, em 27 de julho de 1955:

Faleceu em Jacuba, aos 79 anos de idade, o Sr. Zacharias da Costa Camargo. O extinto era casado com d. Francisca Bueno da Silva e deixa os filhos: José Camargo, casado com d. Gabriela Camargo; Joaquim Camargo, casado com d. Maria Piedade Camargo; Ana Pinto, casada com o sr. Manoel Maria Pinto; Luiz Camargo, viuvo de d. Julia Camargo; Inacia Gualtieri, casada com o sr. Domingos Gualtieri; Maria Francisco, casada com o sr. Alberto Francisco; Claudina Mendes, casada com o Sr. Frutuoso Martins Mendes; Avelina Castilho, casada com o sr. Francisco Castilho; Conceição Fabricio, casada com o sr. José Fabricio; Carmen Ferta, casada com o sr. Hygino Ferta; Aparicio Panaino, casado com d. Cacilda Panaino; e João da Costa Camargo. Deixa netos e bisnetos.⁵⁷

Desde então, o bairro rural de Jacuba passou a existir somente em termos de história e memória. E Hortolândia veio para ficar.

⁵⁶ Em Hortolândia há um expressivo número de logradouros que recebem o nome de antigos moradores locais, em quase todas as regiões do município. Cf. www.cmh.sp.gov.br, site da Câmara Municipal de Hortolândia; www.camarasumare.sp.gov.br, site da Câmara Municipal de Sumaré.

⁵⁷ Falecimentos. *O Estado de S. Paulo*, p. 7, 27 jul. 1955.

Transformação de bairro rural em localidade suburbana

Em 1956, a população residente no distrito de Hortolândia, segundo dados demográficos publicados em *O Estado de S. Paulo*, encomendados pela administração sumareense, era de 290 habitantes (sendo a população total de Sumaré computada em pouco mais de 10 mil habitantes, em sua maioria residente na zona rural)⁵⁸. Essa população veio a se multiplicar contundentemente, década a década, dada a grande oferta de empregos na região de Campinas e a transmissão de imóveis calculados a baixo preço, pelo fato de a localidade ser ainda carente, sobretudo de infraestrutura urbana e de serviços públicos básicos.

O período entre as décadas de 1960 e 1980 – marcado por processos autoritários de industrialização e ocupação excludente do solo em todo o país, sobretudo durante os anos de regime civil-militar, entre 1964 e 1985 – marcou profundamente a vida socioeconômica do distrito de Hortolândia (e de toda a atual Região Metropolitana de Campinas), pelo fato de ter sido promovida, pelas administrações públicas municipal e estadual, a transformação progressiva de típicos bairros rurais em localidades suburbanas e industriais.⁵⁹

A localização geográfica do então distrito de Hortolândia, próximo a ferrovias e rodovias e/ou entrecortado por estas, favoreceu consideravelmente a implantação de um amplo e variado setor econômico industrial e comercial, impulsionado ainda mais com a construção do Aeroporto Internacional de Viracopos, em 1960, e com a fundação da Universidade Estadual de Campinas, em 1967, e de outras instituições públicas e privadas relevantes para o desenvolvimento econômico regional.

Em meio a pastagens, plantações e indústrias de menor complexidade (como olarias e cerâmicas, hortifrutigranjeiras, têxteis/fabris), a “população jacubana” do distrito de Hortolândia não somente viu a implantação

⁵⁸ Sumaré comemorou o dia do município. *O Estado de S. Paulo*, p. 17, 20 dez. 1956.

⁵⁹ Cf. BAENINGER, Rosana. *Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do polo industrial paulista*. Campinas (SP): CMU/Unicamp, 1996.

na localidade de empresas multinacionais e nacionais de maior porte – da área de processamento de dados, alimentícias, farmoquímicas, ferroviárias, entre outras –, como buscou acolher populações migrantes oriundas de todas as macrorregiões brasileiras, e mesmo de outras nacionalidades, em busca de novas oportunidades de trabalho e de moradia. Para tanto, o município de Sumaré planejou legalmente a atração do investimento econômico industrial sobre seu território na década de 1970, como se percebe no texto da Lei Municipal nº 1.177, de 17 de abril de 1973, sancionada pelo então prefeito sumareense, João Smânio Franceschini, em seu segundo mandato (1973-1976):

[...]

1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a conceder isenção, pelo prazo de 10 (dez) anos, de impostos municipais às empresas industriais e/ou comerciais que vierem a se instalar no município e atendam a ambos os seguintes requisitos:

- a) se localizem às margens das estradas ou rodovias estaduais ou municipais;
- b) não tenham recebido, da Prefeitura, a título de doação, o respectivo terreno.

2º - Fica igualmente o Prefeito Municipal autorizado a ceder, às mesmas empresas, a título gratuito, máquinas e operadores da Prefeitura, para pequenos serviços, desde que não haja prejuízo para os trabalhos do Município.

[...]

A abertura de loteamentos e bairros como Vila Real (Continuação), Jardim Rosolém e outros fez com que o distrito de Hortolândia passasse a aspirar por condições mais adequadas em infraestrutura urbana e demais serviços públicos básicos, uma vez que não se tratava de um despovoado distrito industrial, tampouco de um típico bairro rural. Desde meados dos anos 1970 havia propostas de emancipação político-administrativa do distrito de Hortolândia – propostas, na época, desarticuladas, em função de não observarem as respectivas leis estaduais e federais concernentes aos procedimentos de divisão territorial, administrativa e judiciária de locali-

dades, e, sobretudo, pela dificuldade de organização desse pleito durante o período de regime civil-militar.⁶⁰

A luta pela emancipação de Hortolândia

A infraestrutura urbana e as condições socioeconômicas da população do distrito de Hortolândia já haviam se tornado, em meados da década de 1970, caso de notoriedade pública. A alternativa da emancipação político-administrativa era vislumbrada pela população residente em Hortolândia e por seus vereadores, mas tida como uma ameaça pela administração pública sumareense, receosa da perda de receitas, como se percebe pela notícia publicada em *O Estado de S. Paulo*, no final de 1979:

Apesar de representar quase 50 por cento da arrecadação do Município de Sumaré, o Distrito de Hortolândia, predominantemente industrial, é altamente carente dos serviços urbanos. Abrigando diversos grupos multinacionais responsáveis pela fixação de 20 mil pessoas, o distrito não dispõe sequer dos equipamentos básicos, como rede de água e esgoto. Esse é um dos contrastes de Sumaré, 60 mil habitantes, situada na microrregião de Campinas e que se tornou nos últimos anos um dos locais preferidos para investimentos empresariais. Sumaré – que comemora na primeira semana de janeiro 23 anos de instalação do município – estimulou esse processo com uma legislação que oferece, por exemplo, isenção de impostos durante dez anos aos novos projetos industriais. Mas foi favorecida também pela proximidade da Via Anhanguera e da Rodovia Dom Pedro.

Um antigo movimento de emancipação de Hortolândia, liderado por forças locais que veem nessa providência a única maneira de solucionar os problemas, irá abaixo em 1978. O prefeito Paulo Célio Moranza deverá iniciar, já nos próximos meses, uma ação política para frustrar as ideias de

independência de Hortolândia.

A primeira medida: construir um grande centro administrativo a meio caminho entre Sumaré e o distrito, numa distância de 3 mil metros da área urbana. Nessa obra, ficarão sediados a Prefeitura, a Câmara, uma empresa de economia mista a ser criada e a Biblioteca Municipal, além de grande espaço para estacionamento de veículos e arborização. A área já está delimitada e estrategicamente situada, pois permitirá acesso também com outro distrito, Nova Veneza, igualmente importante e que já sonhou se desligar de Sumaré.

Para complementar, serão construídas duas avenidas, interligando Sumaré aos dois distritos. As vias serão em duas pistas e com iluminação a vapor de mercúrio. Com isso, está oficialmente incentivada a urbanização em ambos os trechos, tornando inútil qualquer tentativa de desligamento da sede. O vereador Geraldo Costa Camargo afirma que é justo o movimento de emancipação de Hortolândia: “Todas as administrações municipais se esqueceram do distrito, que oferece água contaminada à população. Nenhum prefeito até o momento se incomodou em dar as melhorias necessárias a Hortolândia”.

Para o vereador, não existe a necessidade de construção do centro administrativo, pois o atual prédio da prefeitura está em boas condições. “Existem diversos problemas prioritários, principalmente no setor de saneamento. E em Hortolândia há outras deficiências, como pavimentação e recreação. As ruas estão totalmente fora do alinhamento, com o traçado desordenado”, afirmou.

O vereador Nelson Alexandre ressalta que “daqui a alguns anos, Hortolândia será calamidade pública” e calcula que mesmo com a destinação de dois ou três orçamentos anuais, a Prefeitura não encontrará meios para atender às necessidades do distrito. Segundo ele, o maior problema está no surgimento indiscriminado de loteamentos.

Um levantamento da Sociedade de Amigos de Hortolândia mostra a existência de seis loteamentos que não cumpriram as exigências de infraestrutura. Os empreendimentos imobiliários surgiram com maior facilidade em Sumaré, pois a única exigência para a aprovação de projetos era a instalação de rede elétrica. Há um ano a Prefeitura passou a exigir rede de água. Mas não há fiscalização. Além disso, não há qualquer preocupação com pavimentação, guias e sarjetas.

A Câmara Municipal aprovou a criação de uma Comissão Especial de Inquérito, presidida pelo vereador Geraldo Ba-

⁶⁰ Sobre o período compreendido entre os primeiros movimentos pela emancipação do então distrito de Hortolândia, em 1975, até sua conquista, mediante o plebiscito popular de 1991, cf. KURKA, Anita Burth. *A participação social no território usado: o processo de emancipação do município de Hortolândia*. 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo.

rijan, com finalidade de apurar denúncias na aprovação e execução de loteamentos. Uma das constatações consta que foram permitidos loteamentos em zona rural. O mais grave, porém, de acordo com os vereadores, é o surgimento de loteamentos sem infraestrutura, aumentando os encargos do município, que não tem condições de atender a todos.

O número excessivo de funcionários públicos municipais é outra crítica dirigida à administração. De acordo com Geraldo Camargo, boa parte da receita municipal tem sido destinada à folha de pagamento, comprometendo a execução de obras. E cita um exemplo: em Hortolândia, o Departamento do Bem-Estar Social investe cerca de três mil cruzeiros por mês em alimentos e remédios à faixa da população mais carente, mas para efetuar esta distribuição gasta 13 mil cruzeiros mensais com funcionários.

A água é o maior problema a nível municipal. Para garantir o abastecimento na próxima década, o DAE concluiu pela necessidade de captação de água no Rio Jaguari, a vinte quilômetros de distância, um projeto impossível de ser executado somente com recursos locais, apesar da cidade possuir um dos maiores orçamentos do Estado.⁶¹

No início da década de 1980, o distrito de Hortolândia somava mais de 30 mil habitantes, chegando no final dessa década a mais de 80 mil, quando da expansão urbana sobre os loteamentos abertos às respectivas áreas das atuais regiões administrativas do Jardim Nova Hortolândia e do Jardim Amanda – ainda que, de fato, parte deste último, na época, estivesse circunscrito ao distrito-sede de Sumaré.⁶² Mesmo com o processo

⁶¹ Sumaré tenta impedir emancipação de distrito. *O Estado de S. Paulo*, p. 19, 28 dez. 1979.

⁶² Segundo Francisco Antonio de Toledo, que pesquisou junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o crescimento populacional do município de Sumaré, o distrito de Hortolândia teve a seguinte evolução demográfica: em 1960, 2.661 habitantes; em 1970, 4.630 habitantes; em 1980, 33.044 habitantes. De acordo com dados atualizados do IBGE, a população do município de Hortolândia, em 1996, era de 112.859 habitantes; em 2000, de 152.523 habitantes; e em 2010, de 192.692 habitantes. Para mais informações, cf. TOLEDO, Francisco Antonio de. *Migração em Sumaré: o tempo e o espaço do migrante*. Guararém: Anadarco, 2009; www.cidades.ibge.gov.br.

de sucateamento da Fepasa (Ferrovia Paulista S.A.)⁶³ e o fechamento de indústrias ferroviárias como a Cobrasma e Braseixos S.A., assim como de outras áreas industriais, já no final da década de 1980, as receitas públicas geradas no distrito de Hortolândia se mantiveram superiores àquelas reunidas no distrito-sede de Sumaré.

Uma vez que dividendos e receitas geradas dentro do distrito de Hortolândia não se traduziam a contento em despesas com infraestrutura urbana, saneamento básico, segurança pública e mobilidade urbana, educação, saúde e justiça social, a população local continuou a se organizar em busca da emancipação político-administrativa, como único meio de reparar as mazelas há muito sentidas – o que se afere por reportagem publicada em *O Estado de S. Paulo*, assinada por Ronaldo Faria, que comenta as possibilidades de emancipação do distrito de Hortolândia e a realidade socioeconômica da localidade, repleta de contradições estruturais:

O Distrito de Hortolândia quer se separar de Sumaré. Se o município for criado, terá 52 quilômetros quadrados e estará, logo após sua emancipação, entre os 40 maiores em recolhimento de ICMS do Estado. Caso já fosse município, o município deste ano teria sido de NCz\$ 48,7 milhões, proveniente principalmente das suas 51 indústrias de médio e grande porte.

Apesar dos números que fariam inveja a muitas cidades brasileiras, a luta de Hortolândia para se separar de Sumaré é reflexo da situação de penúria, segundo os integrantes da Comissão Pró-Emancipação do distrito.

O maior exemplo: nos seus 80 loteamentos, onde moram cerca de cem mil pessoas, não existe um centímetro sequer de rede de esgoto. “Não é possível ser responsável por 72% da arrecadação de Sumaré, segundo dados da própria prefeitura, e ver menos de 10% disso vir para cá”, afirma Luis Antonio Dias, líder do movimento.

⁶³ A Fepasa foi sucessora estatal, a partir de 1969, das antigas companhias ferroviárias paulistas de capital aberto, sendo em 1998 incorporada pela RFFSA (Rede Ferroviária Federal S.A., criada em 1957). Em meados da década de 1970, a Fepasa começou a reduzir suas atividades em mobilidade de passageiros, até encerrá-las definitivamente, em 1996.

A febre emancipacionista não se restringe, porém, a Hortolândia: se estende a outras 35 localidades paulistas. Bertiooga quer se separar de Santos e até a pequena Urânia, na região de Jales, pode perder de uma só vez dois distritos: Aspásia e Santa Salete. Há ainda a Cooperativa Holambra, em Jaguariúna, que luta pelo mesmo objetivo. Mas, de todos esses, nenhum terá a força econômica e os problemas de Hortolândia.

A história do distrito é um pouco a trajetória de Sumaré e está explícita num crescimento rápido e desordenado. Em 1970 o município tinha apenas 23 mil habitantes; hoje, esse número chega a 300 mil. Portanto, se a instalação de indústrias de grande porte trouxe à cidade o 14º lugar no Estado em arrecadação de ICMS e um orçamento previsto para 1989 de NCz\$ 58,5 milhões, também vieram problemas.

A cidade inchou e os seus 208 quilômetros quadrados descobriram favelas, alto grau de criminalidade e loteamentos sem nenhuma infraestrutura. No Distrito de Hortolândia, o maior exemplo: o Jardim Amanda, com cerca de dez mil lotes e uma realidade desastrosa, onde apenas 3,5 mil famílias decidiram morar.

Embora admita a crise estrutural que atinge o município, sem nenhum planejamento, o prefeito Paulino Carrara (PTB) não acredita que com a desmembração de Hortolândia chegue a solução para todos os problemas. [...] ⁶⁴

Após intensa luta democrática em busca de sua emancipação político-administrativa, e amparada pelo artigo 18, parágrafo 4º, da vigente Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, a população residente e eleitora do distrito de Hortolândia foi às urnas, em 19 de maio de 1991, em plebiscito que abrangeu apenas seu território (isto é, as regiões administrativas Hortolândia e Jardim Rosolém). O resultado oficial do plebiscito, em que 19.592 eleitores compareceram às urnas, foi de 97,4% de votos favoráveis à emancipação. Essa conquista, alcançada com ampla vontade popular e ratificada pela Lei Estadual nº 7.664, de 30 de dezembro daquele mesmo ano, e que dispõe sobre alterações no quadro territorial-administrativo do

⁶⁴ FARIA, Ronaldo. Sumaré pode perder Hortolândia. *O Estado de S. Paulo*, p. 19, 11 ago. 1989.

estado, resultou na criação do “Município de Hortolândia, com sede no Distrito de Hortolândia e com território desse mesmo distrito do Município de Sumaré acrescido de outras áreas desse mesmo município, tendo as seguintes divisas: a) Com o Município de Monte Mor [...] b) Com o de Sumaré [...] c) Com o Município de Campinas [...]” ⁶⁵

Criado o município de Hortolândia, em 1991, juntamente a dezenas de outros distritos que conquistaram sua emancipação, o professor, sociólogo e historiador Leovigildo Duarte Junior chamou a atenção, em artigo publicado no extinto periódico *A Cidade* (sediado em Sumaré), sobre os desafios que o novo município e seu antigo distrito-sede deveriam enfrentar a partir de então, na esperança de uma transição transparente e solidária. Com a percepção de que esse processo de transição pudesse desencadear efeitos indesejados para ambas municipalidades, ora divididas, o intelectual apontou:

Relembrando, a saída do Distrito de Sumaré, como área desmembrada do município de Campinas, representou diminuição nas despesas; enquanto que a emancipação de Hortolândia representa, a partir de hoje, queda significativa na arrecadação, atingindo 60% no conjunto de receita municipal e muitas outras implicações, envolvendo o funcionalismo, com reflexos no fluxo de renda dentro do comércio local.

Cabe a pergunta: se este é um fato político sério, grave, quem é ou quem são os responsáveis?

As novas administrações municipais, de Sumaré e Hortolândia, não poderão de forma alguma dar guarita aos vícios do passado, pois estarão destinadas a inviabilizar todo e qualquer problema de solução para os problemas existentes. Sumaré porque estará em novas condições geográficas, econômicas e políticas: e, Hortolândia, pelas características de novo município, começando uma vida emancipada, em condições de impor estilo próprio que, apesar de uma arre-

⁶⁵ Para maiores detalhes acerca de todo o processo emancipacionista do atual município de Hortolândia, cf. RODRIGUES, Josemil. *Sumaré por inteiro: os primeiros passos da integração da cidade orquídea*. São Paulo: Komed, 2004. p. 52-65. Cf., também, DUARTE JUNIOR, Leovigildo. *Hortolândia município – A primeira eleição: a votação*. Hortolândia, [s. n.], 1994. Hemeroteca, 3 v.

cadação invejável, sabe dos seus grandes e graves problemas a superar. [...]

Os dois municípios, Sumaré e Hortolândia, pela sua relação, devem participar ativamente da nova vida imposta a cada um, com suas novas características, exigindo seriamente de propósito no trato da administração pública e do bem comum.⁶⁶

Hortolândia emancipada – ou “Construindo uma vida melhor!”

Após mais um ano administrada pelo município de Sumaré, ao longo de todo o exercício de 1992, e aguardando o resultado de suas primeiras eleições municipais, a recém-emancipada Hortolândia promulgou, por meio de Assembleia Constituinte, sua Lei Orgânica do Município (LOM nº 1, de 9 de julho de 1993) – ato normativo observante às Constituições federal e estadual vigentes –, sobre a qual foram sancionadas 20 emendas parlamentares ao longo de seis mandatos executivos e legislaturas.⁶⁷ A LOM, em seu artigo 10º, atendendo democraticamente às demandas prementes da população local, apresenta como objetivos fundamentais do município: “I - garantir, no âmbito de suas competências, a efetividade dos direitos fundamentais da pessoa humana; II - colaborar com os Governos Federal e Estadual na constituição de uma sociedade livre, justa e solidária; III - promover o bem-estar e o desenvolvimento de sua comunidade; e IV - promover o adequado ordenamento territorial, de modo a assegurar a qualidade de vida de sua população. §1º Para efetividade dos direitos fundamentais da pessoa humana, constituição de uma sociedade justa e solidária, promoção do bem-estar, desenvolvimento da comunidade e promoção da qualidade de vida são assegurados a alimentação saudável, a atividade física, o lazer, a boa relação familiar, a boa relação de amizade,

⁶⁶ DUARTE JUNIOR, Leovigildo. Sumaré e Hortolândia: nova visão geopolítica. In: *A Cidade*. Apud: DUARTE JUNIOR, Leovigildo. *Hortolândia município – A primeira eleição: a votação*. Hortolândia, [s. n.], 1994. p. 356. Hemeroteca, 3 v.

⁶⁷ Hortolândia, a partir de sua primeira eleição municipal, foi administrada pelos seguintes prefeitos: Luis Antonio da Silva Dias, PMDB (1993-1996); Jair Padovani, PSDB (1997-2003); Angelo Augusto Perugini, PT (2004-2012); Antonio Meira, PT (2013-).

a qualidade do sono, a segurança, o zelo pelo meio ambiente, o trabalho, a cultura de paz, a habitação, a fé e a confiança, e a educação como verdadeiro exercício de cidadania; §2º A execução dos objetivos fundamentais do Município deve observar ações inter, multi e transdisciplinares incorporadas ao planejamento estratégico de todos os Órgãos da Administração Direta e Indireta” (ELO nº 20/2012).

Para viabilizar o cumprimento e a execução da LOM e os marcos jurídicos diretamente correlatos (inclusive planos plurianuais, leis de diretrizes orçamentárias e leis orçamentárias anuais), o Município de Hortolândia, no presente momento, ampara-se na Lei Complementar Municipal nº 2.092, de 4 julho de 2008, que dispõe sobre seu atual plano diretor, e que apresenta, em seu artigo 3º, as funções sociais da esfera pública local, consistidas na garantia de: “I - condições dignas de moradia; II - saneamento ambiental como principal suporte para o desenvolvimento urbano e econômico; III - mobilidade adequada aos moradores; IV - condições adequadas e compatíveis com a infraestrutura para a realização das atividades socioeconômicas; V - participação de seus moradores através de modelos democráticos de gestão; VI - meio ambiente sustentável através de sua preservação, proteção e recuperação; VII - preservação da memória histórica e cultural”.

Atualmente, a população residente em Hortolândia, município predominantemente urbano, é de mais de 200 mil habitantes, distribuídos em apenas 62,2 km², o que indica densidade demográfica superior a 3 mil hab./km² – uma das maiores médias do país, incluindo capitais e regiões metropolitanas.⁶⁸ A porção economicamente ativa da população, contudo,

⁶⁸ Para conhecer a atual realidade socioeconômica do município de Hortolândia, baseada, sobretudo, na observância à LOM, ao plano diretor vigente e às normas jurídicas correlatas, e na qual estão compreendidos os serviços públicos básicos e setores estratégicos da economia local, pode-se pesquisar dados publicados pela própria Prefeitura Municipal de Hortolândia, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como por órgãos acadêmicos como o Núcleo de Estudos de População (Nepo) do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Para tanto, cf.: www.hortolandia.sp.gov.br; www.cidades.ibge.gov.br; www.nepo.unicamp.br, entre outros

mantém-se no processo de migração pendular de escala regional, ocupando postos variados nos diversos setores de indústria, comércio e construção civil, instalados na Região Metropolitana de Campinas (RMC) – região administrativa criada pela Lei Complementar Estadual nº 44.853, de 26 de abril de 2000, e na qual estão reunidos 19 municípios.⁶⁹

É possível afirmar que a elaboração e construção de marcos jurídicos e políticas públicas, vigentes em todas as áreas estratégicas, são favoráveis à abertura de caminhos rumo ao fortalecimento de sentimentos de pertencimento e identidade sociocultural da população hortolandense em relação ao local onde muitos construíram sua vida, e onde nasceram e nascem seus filhos e netos. Mas ainda há muito a ser desenvolvido para que o município de Hortolândia esteja em consonância com as atuais demandas de promoção e valorização de sua memória em construção – isto é, de promoção e valorização de seu passado, seu tempo presente e seus dias vindouros. Como exemplo disso, pode-se citar uma das maiores e últimas heranças sociopolíticas legadas a Hortolândia, que teve início em meados da década de 1980 e estendeu-se até o começo do século XXI: a construção e estruturação do complexo penitenciário implantado na divisa entre o então distrito de Hortolândia e o município de Campinas, próximo à Rodovia SP-101, administrado pelo governo do estado de São Paulo. Essa vultosa obra pública, em expansão até 2002, teve como maiores efeitos colaterais processos migratórios e de suburbanização não previstos – e que resultaram na formação dos núcleos populacionais reunidos na atual região administrativa municipal do Jardim Nova Europa e circunvizinhanças intermunicipais. Esses processos migratórios e de suburbanização próprios da referida região ainda demandam muita sensibilidade social de autoridades públicas e conscientização política da sociedade civil organizada, bem como da

sites.

⁶⁹ Cf. CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos A. (Orgs.). *A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças, e meio ambiente*. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 2002. 2 v.

população da RMC em geral, para que esse tabu identitário – como se afere em uma recente reportagem de *O Estado de S. Paulo*, publicada em 20 de novembro de 2011, que trata dessa realidade socioeconômica local e regional – tenha solução plausível e definitiva:

Em Hortolândia, a construção de sete unidades prisionais, apelidadas de Carandiru Caipira, perto da nascente do Ribeirão Jacuba, acabou poluindo um dos principais rios da cidade. “Mas os problemas se espalham em diferentes esferas. Os presos e seus familiares precisam ser atendidos nos hospitais. Há necessidade de vagas nas escolas porque muitas famílias se mudam para ficar perto do parente preso. Ainda há necessidade de policiais para fazer escolta. Juízes e delegados para avaliar medidas judiciais”, diz a deputada estadual Ana Perugini (PT), de Hortolândia. Ela tenta aprovar um projeto de lei que garanta compensações aos municípios. [...] ⁷⁰

Apesar das dificuldades socioeconômicas e dos tabus identitários que são enfrentados desde a conquista da emancipação político-administrativa, a população hortolandense vem alcançando melhores condições para se desenvolver no que se refere às atuais demandas de infraestrutura urbana e demais serviços públicos básicos, o que pode ser traduzido pelo lema apregoado em seus símbolos oficiais – brasão e bandeira –, nos quais se lê “Construindo uma Vida Melhor!”, e conforme se ratifica pela leitura da própria LOM. À medida que o município de Hortolândia oferece melhor qualidade de vida para a população residente, percebe-se que aquela latente diversidade étnica e sociocultural, resultante do convívio entre gerações descendentes de antigos moradores e de migrantes acolhidos ao longo dos tempos, dá lugar a laços identitários e socioculturais mais sólidos e confere sentimentos de dignidade à comunidade local.⁷¹

⁷⁰ MANSO, Bruno Paes; SIQUEIRA, Chico. Governo ignora protestos e espalha presídios. *O Estado de S. Paulo*, p. 56, 20 nov. 2011.

⁷¹ Para conhecer os marcos jurídicos municipais que regem Hortolândia, cf. www.chm.sp.gov.br (site da Câmara Municipal de Hortolândia). Para saber quais são os serviços

Marcos jurídicos em políticas socioculturais e patrimoniais em Hortolândia

A predominância de características urbanas e industriais e da prestação de serviços diversos no município de Hortolândia, a partir desse passado recente, não eliminou ou suprimiu a ação sociocultural de indivíduos e grupos afeitos à manutenção de saberes, artes e ofícios tradicionais e populares – sejam estes característicos dos antigos bairros rurais, tipicamente “caipiras”, sejam trazidos e aperfeiçoados por migrantes acolhidos na localidade. Para atender às atuais demandas socioculturais e patrimoniais, são regularmente discutidos, elaborados e sancionados marcos jurídicos que sistematizam, apresentam diretrizes e buscam fomentar as políticas socioculturais municipais, em consonância, por sua vez, com as políticas socioculturais estaduais e federais.⁷² Quanto a isso, vale citar a Primeira Conferência Municipal de Cultura e a Conferência Municipal Extraordinária de Cultura (que veio para complementar a primeira conferência e oferecer soluções a demandas pendentes na ocasião).

Entre os marcos jurídicos de maior pertinência quanto a políticas socioculturais locais, resultado do diálogo entre sociedade civil organizada e poder público municipal, destacam-se: Lei Municipal nº 225, de 15 de setembro de 1994, que criou o Centro de Memória de Hortolândia Professor Leovigildo Duarte Junior, cujo patronímico lhe foi conferido pela Lei Municipal nº 2.793, de 6 de maio de 2013; Decreto Municipal nº 1.150, de 22 de setembro de 2003, que declarou o tombamento da Estação Jacuba e seu entorno (ambos mencionados anteriormente); Lei Municipal nº 2.693, de 4 de maio de 2012, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal

públicos oferecidos pelo município de Hortolândia, cf. www.hortolandia.sp.gov.br (site da Prefeitura Municipal de Hortolândia). Para conhecer os serviços oferecidos pelo terceiro setor do município de Hortolândia, cf. www.hortolandia.com.

⁷² Cf. BRASIL. *Metas do Plano Nacional de Cultura*. Brasília: Ministério da Cultura/São Paulo: Instituto Via Pública, 2012; _____. *Estruturação, institucionalização e implementação do SNC*. Brasília: Ministério da Cultura, 2011; _____. *Guia de orientações para os municípios – perguntas e respostas*. Brasília: Ministério da Cultura, 2011.

de Política Cultural (CMPC), órgão de interesse público, deliberativo e paritário; Lei Municipal nº 2.769, de 4 de janeiro de 2013, que introduz alterações na denominação do Fundo Municipal de Cultura (FMC) e estabelece novo regimento normativo; Lei Municipal nº 2.785, de 24 de abril de 2013, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura (SMC) e seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, inter-relações de seus componentes, recursos humanos, financiamento, entre outros; e a Lei Municipal nº 2.830, de 12 de agosto de 2013, que institui o Plano Municipal de Cultura (PMC) e cria o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC).

Sem a anuência e a participação de comunidades, grupos, mestres e aprendizes na construção de políticas socioculturais, nos âmbitos municipal e regional, os marcos jurídicos tendem a se tornar ineficazes e, por conseguinte, “letras mortas”. Gestores públicos e mediadores socioculturais, por sua vez, tendem a ficar “de mãos atadas”.

Ações socioculturais e patrimoniais em Hortolândia

A comunidade local e regional, antes e depois da emancipação do município de Hortolândia, sempre demonstrou interesse e iniciativa em manter vivos e em circulação bens e referências socioculturais – dos quais a comunidade é a real detentora e produtora. À luz de marcos jurídicos como o Decreto Federal nº 3.551/2000 – que dispõe sobre o registro de bens culturais de natureza imaterial, e que criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), no âmbito do Iphan – e de marcos jurídicos “históricos”, como o Decreto Federal nº 25/1937 – que criou o Iphan e lançou as primeiras diretrizes sobre a ação patrimonial no Brasil⁷³ –, entre outros, o município de Hortolândia, inicialmente, por meio da Lei Municipal nº 225/1994, que criou o Centro de Memória de Hortolândia, e do Decreto Municipal nº 1.150/2003, que declarou o tombamento da Estação Jacuba como patrimônio municipal, no presente momento considera igualmente prioritário, em termos de políticas públicas socioculturais e patrimoniais, a busca pelo reconhecimento de comunidades, grupos, mestres e aprendizes, detentores e produtores de bens e referências socioculturais, saberes e fazeres, tradicionais e populares.

Entre as comunidades, grupos, mestres e aprendizes, detentores e produtores de bens e referências culturais, tradicionais e populares, em Hortolândia e região, é pertinente destacar a promoção e a fruição de saberes e fazeres identificados com referências tipicamente caipiras, afro-brasileiras e cristãs em geral. Apoiados por sucessivas e parceiras administrações públicas – nos âmbitos federal, estadual e municipal –, além do oportuno patrocínio e fomento oriundo da própria comunidade e de diversas empresas localizadas no município e na Região Metropolitana de Campinas, os grupos tradicionais e populares, caipiras, afro-brasileiros e cristãos hoje se portam como valorosos representantes de “Hortolândia e sua gente”, Brasil adentro e afora.

⁷³ Sobre as políticas patrimoniais e socioculturais no âmbito federal, criadas e viabilizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), inclusive o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), a cargo do Departamento do Patrimônio Imaterial, cf. www.iphan.gov.br; quanto às políticas do âmbito estadual, cf. www.condephaat.sp.gov.br.

O trabalho desenvolvido no seio dessas comunidades é compensador ao município de Hortolândia e região, não apenas no que se refere à busca pela melhoria da qualidade de vida e pelo sentimento de dignidade para a população local e regional. É também compensador para a construção de algo intangível e anímico, e que demanda muito suor, além do apoio irrestrito do poder público. Dessa forma, tecem-se os laços identitários que moldam as características socioculturais das quais pode advir o patrimônio cultural, material e imaterial.⁷⁴

O trabalho no âmbito da “cultura caipira”, desenvolvido por membros da comunidade local e regional, como Francisco Aparecido Borges de Almeida (Mestre Chiquinho), “embaixador” da Companhia de Santos Reis Rosa dos Anjos – fundada em 1980 – e coordenador artístico da Orquestra de Viola Caipira de Hortolândia e do grupo musical e de dança Pioneiros do Catira – fundados em 2006 –, Antônio Geraldelli (Mestre Toninho do Catira) e Nelson Blumer (Nelsinho Catireiro), entre outros parceiros relevantes nesse contexto, faz com que seja possível manter vivas as raízes tradicionais e populares do município de Hortolândia, desde quando a localidade era composta de um conglomerado de bairros rurais campineiros, como Terra Preta, Jacuba, Taquara Branca, entre outros. Graças a essas pessoas e sua comunidade, o município de Hortolândia pode orgulhosamente promover,

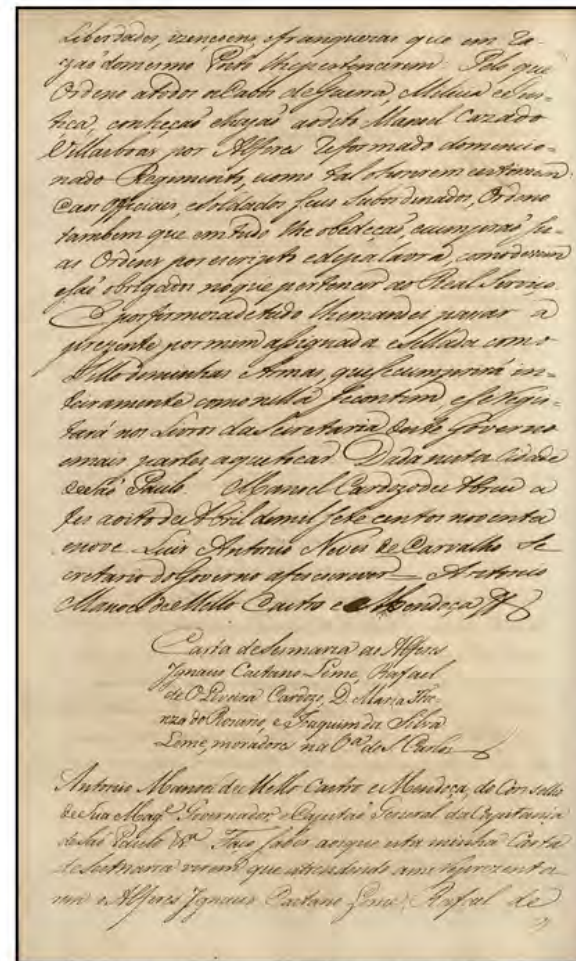
⁷⁴ Imprescindível mencionar – por se tratar de uma referência regional, nacional e internacional –, no campo das culturas tradicionais afro-brasileiras, o multimodal trabalho desenvolvido pelo Ponto de Cultura “Caminhos” – que envolve religiosidade, moda, música e dança afro, literatura, culinária, patrimônio cultural –, fundado em 2003 e coordenado por Eleonora Aparecida Alves de Souza Domingos (a “Mãe Eleonora”), e que conta com a participação direta de Isabel Cristina Alves (“Mãe Isabel”), Rodrigo Alves (“Pai Rodrigo de Logum”) e outros que constroem e consolidam, enquanto sociedade civil, a diversidade étnica e sociocultural no município de Hortolândia e região. Sem dúvida, as raízes afro-brasileiras hoje são mais robustas, para além dos limites territoriais do município de Hortolândia, com o complexo trabalho desenvolvido por meio do Ponto de Cultura “Caminhos” e de sua comunidade diretamente beneficiária. A diversidade étnica e sociocultural que remete a tradições indígenas e/ou de outras origens (por exemplo, de comunidades ciganas) bem podem se revelar em Hortolândia e região, à medida que a própria população, local e regional, nativa e/ou migrante, também se reconheça como detentora/produtora de saberes e fazeres tradicionais e populares. Sem a tessitura desses laços identitários não há como contemplar satisfatoriamente as vigentes e vindouras demandas, em termos de políticas públicas socioculturais e patrimoniais, locais e regionais.

dentro e fora da localidade – em termos regional, nacional, e internacional –, parte de seu patrimônio cultural intangível.

Prova disso é o projeto “Patrimônios vivos da cultura caipira em Hortolândia: mestres violeiros, foliões e catireiros”, executado mediante convênio celebrado entre o Iphan e o município de Hortolândia, firmado em janeiro de 2013 e concluído em fevereiro de 2015. O projeto envolveu a realização de atividades como: oficinas de educação patrimonial, de viola caipira e de dança do catira; o I Seminário sobre Patrimônio Cultural em Hortolândia; e a fruição gratuita de produtos culturais, como o DVD que reúne e apresenta os três grupos acima referidos, além da presente publicação, de caráter historiográfico, sociocultural e patrimonial.⁷⁵

A elaboração de políticas patrimoniais como essa, que busca beneficiar as já reconhecidas comunidades tradicionais, caipiras e afrodescendentes em Hortolândia e região, inclusive, deve concorrer e ser harmônica ao reconhecimento sobre a garantia de diversidade étnica e sociocultural ainda mais ampla. Todas as políticas socioculturais devem caminhar concomitantemente, na concretização de uma Hortolândia (e região) e de um Brasil socialmente mais justos. Inclusive, para que tais comunidades se beneficiem de programas socioculturais, é necessário que se amparem em marcos jurídicos como o Decreto Federal nº 6.040/2007, que lhes confere reconhecimento e institui amplas diretrizes para a construção das políticas públicas socioculturais inclusivas e reparadoras. Que seja dado o devido empoderamento a todas as comunidades, grupos, mestres e aprendizes de Hortolândia e região, e que estes também se assumam como detentores e produtores de bens e referências emanados de saberes e fazeres tradicionais e populares. Talvez este seja o caminho para a consolidação das políticas públicas socioculturais e patrimoniais, em sentido amplo, não só em Hortolândia e região, mas no Brasil como um todo.

Hortolândia em imagens de outrora



*Carta de Sesmarias concedida a Ignacio Carstano Leme e Outros”, Lata 371, Livro 30, Fls. 77v. Coleção “Sesmarias, Patentes e Provisões”. Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo-SP.

⁷⁵ Para verificar a prestação de contas referente ao Convênio nº 774932/2012, celebrado entre Iphan e município de Hortolândia, cf. www.convenios.gov.br.



Localização de trecho no qual se encontra a "Estação Jacubi" no "Mapa Geral da Viação Ferrea do Estado de São Paulo - 1918 - Escala 1:200.000" anexo ao "Relatório da Diretoria da Companhia Paulista de Estradas de Ferro para a Sessão da Assembleia Geral em 30 de Junho de 1918 (Compendiário de sua Fundação), Rio, 1917, Coleção "Relatório da Companhia Paulista de Estradas de Ferro".
"Arquivo Digitalizado" da Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo-SP

ESTADO DE SÃO PAULO
Poder Executivo
Governador do Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Vice-Governador
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Secretário de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado
Dr. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

Table with 3 columns: Nº, Nome, and Descrição. Lists various municipalities and their administrative details.

Table with 3 columns: Nº, Nome, and Descrição. Lists various municipalities and their administrative details.

Table with 4 columns: Nº, Nome, Descrição, and Data de Emissão. Lists municipalities under 'Tribuna de Intendência de Serviços Interiores'.

Table with 4 columns: Nº, Nome, Descrição, and Data de Emissão. Lists municipalities under 'Tribuna de Alteração de Territórios'.

Main body of text containing various administrative notices, reports, and official communications.

Table with 3 columns: Nº, Nome, and Descrição. Lists various municipalities and their administrative details.

Main body of text containing various administrative notices, reports, and official communications.

Legal disclaimer and publication information at the bottom of the page.



Vista de Passagem de Nível do trecho Km.27-777 da Linha Ferrovia da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (em São João, antigas "Sociedade e Fiação (sãofa)"), década de 1950-1960. Autor Desconhecido. Coleção "Memória Fotográfica", Arquivo Histórico do Centro de Memória de Hortolândia "Professor Leovigildo Duarte Junior", Hortolândia-SP.



Vista Aérea do Distrito de Hortolândia sobre área atualmente urbanizada pelas ruas Vila Euzé, Via São Francisco, Rua Manoel Campesinato e Parque Ortulândia, décadas de 1950-1960. Autor Desconhecido. Coleção "Memória Fotográfica", Arquivo Histórico da Associação Pró-Memória de Sorocá/Centro de Memória "Thomas Dillense", Sorocá-SP.



Residência e Estabelecimento Comercial (sua edificação ainda hoje se mantém preservada com modificações), localizada à atual Rua Wanderlei Costa Corrêa, décadas 1950-1960. Autor Desconhecido. Coleção "Memória Fotográfica", Arquivo Histórico do Centro de Memória de Hortolândia "Professor Leovigildo Duarte Junior", Hortolândia-SP.



José Saldade Proencima, do Prefeitura Municipal de Sorocá, em discursos realizados dentro do Estabelecimento Comercial do Distrito de Hortolândia, década de 1970. Autor Desconhecido. Coleção "Memória Fotográfica", Arquivo Histórico da Associação Pró-Memória de Sorocá/Centro de Memória "Thomas Dillense", Sorocá-SP.



Obras para a construção do Viaduto que interliga as bairros Vila São Francisco e Nova Hortolândia, durante 2ª gestão "João Saldino Passarechini". Dado entre 1973-1977. Autor Desconhecido. Coleção "Memória Fotográfica", Arquivo Histórico da Associação Pró-Memória de Sumaré/ Centro de Memória "Thomas Okuma", Sumaré-SP.



Vista, a partir do trecho km21+684, da "Estação Jacob" e antiga "Cabeça de Controle de Trilhos" (Assimilada na década de 1960, à mesma época do antigo "Sumaré"), década de 1970. Autor Desconhecido. Coleção "Memória Fotográfica", Arquivo Histórico da Associação Pró-Memória de Sumaré/ Centro de Memória "Thomas Okuma", Sumaré-SP.



Obras para Abastecimento de Água em benefício do Distrito de Hortolândia, durante 2ª gestão "João Saldino Passarechini". Dado entre 1973-1977. Autor Desconhecido. Coleção "Memória Fotográfica", Arquivo Histórico da Associação Pró-Memória de Sumaré/ Centro de Memória "Thomas Okuma", Sumaré-SP.



Professor Lourivaldo Duarte Júnior sendo examinado após o evento esportivo "Prêmio Prefeito de Hortolândia" (no fundo, Ex-Prefeito Municipal de Sumaré, José Demafel). Dado entre 1983-1988. Autor Desconhecido. Coleção "Memória Fotográfica", Arquivo Histórico da Associação Pró-Memória de Sumaré/ Centro de Memória "Thomas Okuma", Sumaré-SP.



Em Prefeito Municipal de Sumaré, José Demada, em destaque sobre reconstruída Ponte sobre a Ribeirão Jacubaçaba, substituída por outra, após severas enchentes que ocorreram à região) durante sua 1ª gestão (ao fundo, vista da bifurcação entre Rua Argelino de Moraes e Avenida Santana, Hortolândia SP). Datado entre 1963-1968. Autor Desconhecido.
 Coleção "Memória Pedagógica", Arquivo Histórico da Associação Pró-Memória de Sumaré/Centro de Memória "Thomas Orlow", Sumaré SP.



Paralela Provisional de pedestres e viaturas sobre Ribeirão Jacuba durante reconstrução da Ponte (ao fundo, vista da bifurcação entre as atuais Rua Argelino de Moraes e Avenida Santana, Hortolândia SP), durante 1ª gestão "José Demada". Datado entre 1963-1968. Autor Desconhecido.
 Coleção "Memória Pedagógica", Arquivo Histórico da Associação Pró-Memória de Sumaré/Centro de Memória "Thomas Orlow", Sumaré SP.



Reconstrução de Ponte sobre a Ribeirão Jacuba, situada entre Via São Francisco e Via São. Durante 1ª gestão "José Demada", atualmente denominada Omeir Delfino (ao fundo e à direita, vista dos antigos Templos da Estação Jacuba) e "Templo Presbiteriano", Distrito de Hortolândia SP. Datado entre 1963-1968. Autor Desconhecido.
 Coleção "Memória Pedagógica", Arquivo Histórico da Associação Pró-Memória de Sumaré/Centro de Memória "Thomas Orlow", Sumaré SP.



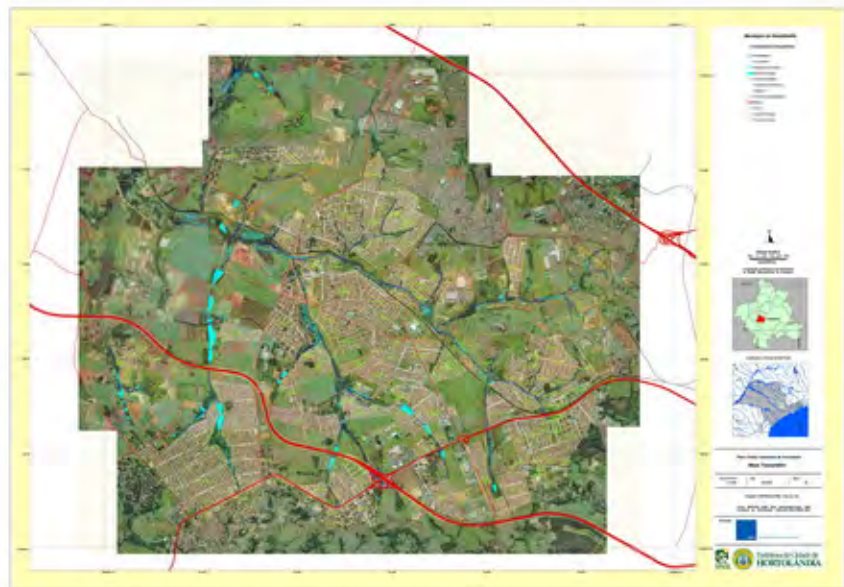
Em Subprefeito de Distrito de Hortolândia, José Francisco Brada ("Zico Brada"), discursa em palanque ao lado do Ex-Prefeito Municipal de Sumaré, José Demada, e de outras autoridades e personalidades locais (ao fundo, o Ex-Deputado Nelson Simonsen). Datado entre 1963-1968. Autor Desconhecido.
 Coleção "Memória Pedagógica", Arquivo Histórico da Associação Pró-Memória de Sumaré/Centro de Memória "Thomas Orlow", Sumaré SP.



Vista Aérea da antiga Escola Municipal Profissionalizante "José Roberto Magalhães Teixeira" (atual "Paula Severina"), tendo, ao fundo, a antiga "Barra da Secretaria Municipal de Obras (SERO)", hoje um loteamento residencial, Hortolândia SP, década de 1990. Autor Desconhecido. Coleção "Memória Fotográfica". Arquivo Histórico da Associação Pró-Memória de Sorocaba/Centro de Memória "Thomas Dübener", Sorocaba SP



Vista lateral, a partir do E063-412, da desativada e degradada "Estação Jandira", Hortolândia-SP década de 1950. Autor Desconhecido. Coleção "Memória Fotográfica". Arquivo Histórico da Associação Pró-Memória de Sorocaba/Centro de Memória "Thomas Dübener", Sorocaba SP



Vista Aérea do Município de Hortolândia com recorte de dados territoriais, infraestrutura, legislativos e ambientais ["Ortofotoarq"], Data Janeiro de 2018. "Plano Diretor Ambiental de Hortolândia", Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Prefeitura do Município de Hortolândia, Hortolândia-SP

Parte II
Hortolândia e sua gente em narrativas e imagens

Uma questão de procedimento em pesquisa e produção documental

Lidar com gente, receber sua colaboração no processo de construção de uma memória de comunidade e de uma história pública: tarefas que extrapolam os liames que ditam a escrita de uma história asséptica e aparentemente imparcial – como se sugere, aliás, pela leitura de uma história tipicamente político-administrativa, como o é, de fato, a primeira parte do presente trabalho, ainda que mesclada a questões propriamente socioculturais. A busca por narrativas e imagens, que evocam o passado recente e o tempo presente de comunidades locais, famílias e indivíduos, depende do modo pelo qual se funda o processo de mediação e de trabalho colaborativo entre quem pesquisa e quem se presta a colaborar com a pesquisa e a produção documental.

Em ações socioculturais caracterizadas pela construção de uma história pública junto de comunidades locais, por meio de entrevistas, transcrições e transcrições; registros em áudio, audiovisuais, fotográficos informatizados; retratos feitos a mão, ou por quaisquer outros meios de expressão técnico-artística, afeitos a temas de memória e história, são procedimentos que podem receber diferentes usos (e abusos) de acordo com o posicionamento conferido à gente entrevistada ao longo do processo de mediação e de trabalho colaborativo. É certo que o maior cuidado a ser tomado nesse processo de mediação e de trabalho colaborativo é não fazer do público entrevistado um simples e distante objeto de pesquisa, como se fosse peça de museu ou mercadoria, apto a servir a uma finalidade predeterminada e ser descartado quando não mais conveniente.

Tais posturas podem ocorrer não somente por motivos de má-fé e suposto distanciamento científico, mas também devido a outras situações, mais corriqueiras, capazes de romper com os processos de mediação e trabalho colaborativo. Trata-se de situações próprias do dia a dia, que vão desde problemas logísticos que comprometem o encontro regular ou sazonal entre pesquisadores e entrevistados, para a conferência de uma transcrição, até o acúmulo não planejado de entrevistas realizadas com outras

pessoas sobre o mesmo tema, de modo que o tempo de dedicação a um colaborador seja inevitavelmente mais curto para a confecção de um documento plenamente narrativo – tipo de documento este eminentemente subjetivo, sujeito a imprecisões.

Eventuais atos de irresponsabilidade com relação ao processo de mediação e de trabalho colaborativo residem, sobretudo, na falta de comprometimento de pesquisadores em retornar aos seus entrevistados o conjunto de documentos produzidos, ao longo do processo de mediação e de trabalho colaborativo, para efetuar a conferência daquilo que será em seguida arquivado, publicado e posto em circulação e fruição sociocultural. Do mesmo modo que o pesquisador deve exigir de si uma postura colaborativa, para efeito da presente pesquisa, tais princípios também são válidos para o fotógrafo – que não deixa de ser, naquele momento, um pesquisador. Contatar uma pessoa pré-recomendada por outrem; solicitar sua colaboração em uma pesquisa historiográfica que acompanha a publicização de sua imagem; ingressar em sua residência e conhecer um pouco de sua intimidade: motivos suficientes para que a documentação produzida passe por conferência e autorização antes de ser levada a público. A devolução pública de uma pesquisa, dentro dessas circunstâncias, requer respeito ao processo de mediação e de trabalho colaborativo suscitado desde a simples elaboração do projeto.

Resta dizer que, em projetos culturais de interesse público, gente e comunidades não podem ser tratadas como simples e distantes objetos de pesquisa. Gente e comunidades colaboram, cooperam e, quando é o caso, até corrigem reais equívocos de pesquisadores, em favor da devolução pública a contento de suas histórias de vida e comunitária. Os objetos de pesquisa, ao menos para o presente pesquisador, não são propriamente os colaboradores entrevistados, mas memórias individuais e coletivas das quais emanam a história de Hortolândia e sua gente em narrativas e imagens.

A devolução pública de pesquisa que trata de gente, e que trata do

tempo presente, é procedimento que encontra, em searas do conhecimento como a história oral, caminhos capazes de gerar “empoderamento socio-cultural” em comunidades locais, em busca de (re)construções identitárias e de memória coletivas.⁷⁶ Nesse sentido, no que tange a procedimentos de pesquisa e produção documental, vale reproduzir excerto de um artigo do historiador Krzysztof Pomian, em quem o presente pesquisador costuma se fiar, no qual ele afirma que “tem-se assistido à promoção da memória coletiva à inteira dignidade de um objeto de história. São estudados seus detentores, os lugares nos quais ela se inscreve, os mecanismos que garantem sua transmissão, os efeitos que provoca na produção cultural, na vida social e na vida política”⁷⁷.

História oral e fotografia: um possível diálogo para a construção de uma história pública

No tempo presente tem sido recomendável, no processo de produção de uma história pública, o emprego de equipamentos e procedimentos heterogêneos, diversificados e interdisciplinares, ao longo de uma pesquisa e produção documental realizada em comunidades locais.⁷⁸ Essa ampla e variada história pública é construída pela produção sociocultural dedicada à memória e à história, por meio de sua realização em museus, arquivos, eventos artísticos e culturais, políticas públicas educacionais e culturais, assim como por meio de ações individuais e coletivas, cuja motivação reside na experiência colaborativa, de narrar histórias locais, comunitárias,

⁷⁶ Para conceitos e questões práticas sobre identidade e memória coletiva, cf. POLLACK, Michael. Memória e identidade. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Sobre o conceito de empoderamento, cf. ALSOP, Ruth; BERTELSEN, Mette Frost; HOLLAND, Jeremy. *Empowerment in practice: from analysis to implementation*. Washington: The World Bank, 2006.

⁷⁷ POMIAN, Krzysztof. *Sur l'Histoire*. Paris: Gallimard, 2009, p. 342.

⁷⁸ Cf. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

identitárias. Para tanto, podem-se empregar equipamentos como gravadores de áudio, câmeras de vídeo, câmeras fotográficas e outros equipamentos eletroeletrônicos e digitais – preferencialmente seguindo procedimentos de áreas técnicas próprias da comunicação social e da produção audiovisual e de disciplinas afeitas à construção do conhecimento histórico e sociocultural.

Entre os equipamentos escolhidos para a confecção dessa parte do presente trabalho, foram empregados, durante a pesquisa de campo e produção documental, basicamente gravador de áudio e câmera fotográfica, ambos digitais, para aplicar procedimentos de registro de história oral de vida e testemunhal, acompanhados de ensaio fotográfico pautado pela subjetividade a que se pretende uma prática retratista sobre indivíduos, famílias e comunidades, registradas em seus respectivos espaços socioculturais. O resultado final dessa pesquisa e produção documental, com base em fontes orais e visuais, expressa-se pelas narrativas e imagens apresentadas no corpo do presente trabalho, cujos documentos originais, conferidos e com utilização autorizada, receberam o processamento técnico de arquivamento e catalogação no Centro de Memória de Hortolândia Professor Leovigildo Duarte Junior.

Antes da apresentação das narrativas e imagens que compõem esta parte do presente trabalho, seguem algumas considerações tecidas sobre conceitos e procedimentos em história oral, e sobre o modo pelo qual se pretende relacionar o conjunto dessas narrativas e o ensaio fotográfico que dá rosto e espaço sociocultural aos colaboradores da pesquisa e produção documental.

História oral: técnica, procedimento, seara do conhecimento

Seara do conhecimento cultivada entre aportes conceituais, teóricos, técnicos e empíricos, de disciplinas como história, sociologia, geografia, antropologia, pedagogia, teoria literária e outras – e na qual, *pari passu*, é realizada a elaboração de seu próprio arcabouço epistemológico –, a história oral se apresenta como alternativa a propostas e ações socioculturais públicas e privadas, profissionais ou amadoras que envolvem comunidades, famílias, indivíduos, empresas/instituições públicas e privadas, para a construção do conhecimento histórico e a tessitura de laços identitários que lhes são pertencentes e caros (MEIHY e SALGADO, 2011). A escolha por lançar mão de procedimentos de história oral para pesquisar sobre o tempo presente e sobre memórias individuais e coletivas é determinante para estimular o desenvolvimento de processos de mediação e de trabalho colaborativo junto de comunidades locais. Para dar forma à presente pesquisa e produção documental, há diversas propostas em história oral tidas como referências aptas ao diálogo conceitual e empírico apropriado à implementação de iniciativas e ações socioculturais em história pública.

Para tanto, e antes de tudo, há que se dizer que história oral não é sinônimo de entrevista. A prática de realizar entrevistas registradas em áudio, ou em audiovisual, é procedimento fundamental em história oral, mas essa seara do conhecimento não se resume a isso: é necessário ao pesquisador amparar-se em conceitos, técnicas e procedimentos que permitam uma devolução pública – independente da natureza econômica e sociocultural do trabalho – a contento do que foi previamente estabelecido em termos de proposta ou projeto. “Uma câmera na mão e uma ideia na cabeça” – como dizia o cineasta Glauber Rocha, ícone do Cinema Novo brasileiro – é frase pronta que não se aplica à história oral, segundo o que esta se propõe em termos conceituais e práticos.

A história oral – enquanto técnica e/ou procedimento voltado à produção de documentos orais, audiovisuais e escritos provenientes de entrevistas, e como seara do conhecimento interessada no desenvolvimento

conceitual de fenômenos ligados a memórias individuais e coletivas, ao tempo presente, à tradição oral e a processos de (re)construção identitários – permite a pesquisadores a busca por respostas capazes de ampliar os campos narrativo e de informações e argumentos, até então alheios a investigações historiográficas fundamentadas em outras fontes documentais escritas, iconográficas etc. Os procedimentos em história oral, porém, podem variar em função dos interesses envolvidos em sua prática, desde a elaboração de projetos, no desenvolvimento em si da pesquisa, até o resultado do trabalho final e a devolução pública.

A história oral proposta pelo Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo (Neho-USP), fundado e coordenado pelo Prof. Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy, e do qual o presente pesquisador é integrante desde o ano 2000, pode ser compreendida partindo-se das perspectivas acima elencadas, desde que alguns critérios sejam previamente estabelecidos. É necessário explanar didaticamente o desenvolvimento dessas práticas em história oral, basicamente extraídas de conceitos e experiências do Neho-USP (MEIHY e SALGADO, 2011; MEIHY e HOLANDA, 2007; MEIHY, 2005).

História oral: um “passo a passo”

A seguir é apresentado um “passo a passo” dos principais procedimentos recomendados para a pesquisa de campo e a produção documental em história oral.

1. Para entrevistas a serem realizadas, ou documentos produzidos em áudio ou em audiovisual a serem transcritos, faz-se necessária a prévia elaboração de um projeto de pesquisa, pois *não existe história oral sem projeto*.
2. Projetos em história oral preveem a participação de um ou mais entrevistados e entrevistadores (estes últimos denominados historiadores orais, oralistas, ou simplesmente pesquisadores), permitindo-se a realização de quantas entrevistas forem necessárias, desde que não se extrapole a quantidade e não se interfira na qualidade da documentação oral e audiovisual produzida. O áudio deve ser registrado preferencialmente em mídias digitais e analógicas, de maneira simultânea, como medida de segurança na preservação e salvaguarda das informações colhidas nas entrevistas. Recomenda-se também a duplicação destes registros em áudio.
3. Os projetos podem ser pautados por gêneros de história oral: história oral temática, história oral de vida, história oral testemunhal, tradição oral e *banco de histórias*, circunstancialmente mesclados entre si, e de acordo com as proposições formuladas e justificadas na elaboração do projeto;
4. A partir dessas subdivisões é que se poderá determinar a condução de entrevistas, segundo roteiros antecipadamente programados. Pode-se usar a forma tradicional, de perguntas e respostas diretas, ou formas alternativas, em que um ou mais entrevistados, juntos e/ou separados, são estimulados a narrar suas lembranças com maior liberdade e autonomia, inclusive a partir de objetos

biográficos que adquirem valor simbólico na construção da narrativa.

5. Os entrevistados devem ser convidados a se sentir *colaboradores* do projeto em história oral, em vez de serem colocados tão somente como depoentes ou testemunhas (ou, conforme afirmado anteriormente, como objetos de pesquisa ou peças de museu) –, pois não são instados a participar de oitivas, audiências, júris, inquéritos ou de pesquisas ditadas pelo cientificismo, e sim de uma atividade que preconiza a produção do conhecimento histórico e sociocultural. Dessa forma, a participação de colaboradores é determinante para os rumos da pesquisa – e, mais especificamente, do processo de conversão de narrativa oral em narrativa escrita –, seja na conferência dos resultados obtidos, seja no complemento de informações de seu interesse ou na supressão de outras, pois é questão de direito civil a preservação de sua moral e imagem;
6. Enquanto medida de compreensão dos limites e possibilidades de representação de comunidades das quais esses colaboradores são membros e/ou partícipes de (re)construção identitária e de empoderamento, pesquisadores podem fazer uso, por exemplo, de conceitos como *comunidades afetivas e comunidades de destino* – isto é, grupos amplos formados por colaboradores que compartilham determinadas condições econômicas e socioculturais, que convivem ou não entre si, e com os quais o pesquisador necessita estabelecer vínculos de confiança e segurança mútua (BOSI, 1979) –; *colônia* (que é definida pelos padrões gerais da comunidade de destino, mas com características de maior especificidade de acordo com os subgrupos identificados) e *rede* (uma subdivisão da colônia, que visa estabelecer parâmetros na decisão de quem serão as pessoas entrevistadas, a partir da sugestão

de outros colaboradores); e “ponto zero” (primeira pessoa a ser convidada, mediante a entrega do projeto e carta de intenções, a participar do projeto e realizar entrevistas com o pesquisador, além de sugerir a participação de outros colaboradores);

7. O processo de deslocar ou conduzir a narrativa originalmente oral ao campo da narrativa escrita, denominado transcrição, é composto de três distintas fases: a *transliteração*, momento em que se transcreve o texto em *estado bruto*, pleno de repetições, vícios de linguagem, erros de concordância verbal e nominal etc.; a *textualização*, na qual são suprimidas tais incongruências, com o propósito de se estabelecer um texto escrito inteiramente legível e apto a ser *literariamente* (re)configurado; e, finalmente, no processo de transcrição ocorre uma *découpage* entendida como *transcrição*, neologismo e conceito este criado pelo poeta, tradutor e linguista Haroldo de Campos (TÁPIA e NÓBREGA, 2013), pois a condução ou deslocamento da narrativa existente em oralidade para o campo do texto escrito é uma mudança de código que depende de adaptações e reconstruções linguísticas, em favor da preservação e do maior aproveitamento do conteúdo de informações originais registradas em áudio, como ocorre em estudos e práticas de tradução consolidados.
8. A colaboração entre pesquisador e entrevistado – e, quando for o caso, com a presença e participação, por exemplo, de outros indivíduos e de famílias e comunidades – não se faz apenas pela concessão de entrevista, mas também pela conferência da documentação oral, audiovisual, iconográfica ou outras, para que a devolução pública da pesquisa esteja a contento de ambas as partes envolvidas nesse processo de mediação e trabalho colaborativo.
9. Um projeto em história oral deve ter como ato de finalização a

devolução pública da documentação produzida durante a pesquisa, assim como do trabalho analítico e/ou historiográfico, se for necessário o concomitante e/ou posterior desenvolvimento deste.

10. Isso significa promover o acesso democrático a publicações e à documentação composta de registros originais feitos em áudio ou em audiovisuais, bem como de narrativas *transcritas*, todas autorizadas pelos colaboradores para seu depósito em um *banco de histórias*, e preferencialmente disponibilizadas também, gratuitamente, em versões digitais e impressas, desde que haja condições infraestruturais e institucionais para a conservação arquivística e a circulação pública da produção documental.

Narrativas e imagens

Eis o coração e a sabedoria desta pesquisa e produção documental: as narrativas e imagens que levam a público alguns dos mestres de vida, nativos e migrantes, residentes em Hortolândia e região. Essas pessoas são legítimos patrimônios vivos da cultura caipira em Hortolândia.

Sem essas pessoas, sem “Hortolândia e sua gente”, ficaria impossível realizar pesquisa e produção documental sobre o patrimônio cultural local e regional. Seus saberes e fazeres, suas artes e ofícios, suas memórias individuais e coletivas podem fornecer ao público, com grande afeto a ser compartilhado, vivazes fragmentos do processo de construção do município de Hortolândia, assim como levar ensinamento às futuras gerações e dar sentido ao “saber viver” e ao “saber fazer” que precede a tessitura de laços identitários e o “empoderamento” sociocultural de comunidades.

Trata-se de narrativas e imagens que servem à leitura e à compreensão dos valores acima explicitados, não apenas para Hortolândia e sua gente, mas para outras localidades e comunidades, cientes ou não de seus saberes e fazeres, espalhadas pelo Brasil e pelo mundo. Esses patrimônios vivos da cultura caipira em Hortolândia – além de todas as comunidades, grupos, mestres e aprendizes detentores de diversos saberes e fazeres, tradicionais e populares – fazem parte de um contexto sociocultural e patrimonial global, a partir do qual se busca conferir reconhecimento ao que a Unesco denomina “tesouros humanos vivos”.

Se as próprias comunidades, os próprios grupos, os próprios mestres e aprendizes não se reconhecerem como “patrimônios vivos”, ou “tesouros humanos vivos”, e não se mobilizarem por seu “empoderamento” sociocultural, será menos provável que administrações públicas e entidades não governamentais consigam conferir-lhes devida patente; isso suscita, sobretudo, dificuldades na contemplação de benefícios referentes à qualidade de vida individual e coletiva. Por outra perspectiva, gestores socioculturais e patrimoniais devem assumir real comprometimento com o processo de “empoderamento” de tais comunidades, grupos, mestres e

aprendizes, desde que bem negociada a anuência para executar tal mediação – algo nada fácil, mas imprescindível às políticas públicas socioculturais e patrimoniais.

A pesquisa e a produção documental – as quais receberam importante alento do projeto “Patrimônios vivos da cultura caipira em Hortolândia: mestres violeiros, foliões e catireiros”, por proporcionar a publicação deste *e-book* – podem ser consideradas resultado de uma mediação em favor do “empoderamento” sociocultural de “Hortolândia e sua gente”. Espera-se que a presente publicação se torne ferramenta pública para a consecução da transmissão intergeracional de saberes e fazeres, tradicionais e populares, de comunidades, grupos, mestres e aprendizes.

Que não tenha sido escolhido em vão – desde a elaboração do projeto original – o título desta pesquisa e produção documental, “Memória em construção: Hortolândia e sua gente em narrativas e imagens”. Que a partir desta publicação outras pesquisas e produções documentais – e mesmo exposições, oficinas em educação patrimonial e outras formas de promoção de saberes e fazeres tradicionais e populares – sejam desenvolvidas, preferencialmente mediante preceitos e procedimentos em história pública, para que se assegure o propugnado “empoderamento” sociocultural de comunidades, grupos, mestres e aprendizes.

Ante cada conjunto de narrativas e imagens, o pesquisador fez breve relato de sua experiência vivida junto dos respectivos colaboradores: Francisco Aparecido Borges, *Mestre Chiquinho*; Antônio Geraldelli, *Mestre Toninho do Catira*; Luzia Zulmira Francisco Bressan, *Dona Luzia*; Zilda Ferracini dos Santos, *Dona Zilda*; Nelson Blumer, *Nelsinho Catireiro*; Hermínio Cancian, *Só Luca*; e Anna Camargo Martins, *Dona Anna*. O pesquisador (com a anuência do fotógrafo Anderson Zotesso), humildemente compreende que devam ser compartilhadas com os respectivos colaboradores as autorias e autoridades sobre o que é revelado a público como uma “Memória em construção: Hortolândia e sua gente em narrativas e imagens”.

Francisco Aparecido Borges, “Mestre Chiquinho”

Manhã de céu nublado, garoazinha, um frio que em nada lembra a Hortolândia em estação de verão, e que merece o acompanhamento de um cafezinho bem forte, adoçado, obviamente, a gosto. A expectativa de se iniciar a pesquisa de campo sempre é grande: entende-se que uma boa primeira entrevista seja alentadora do andamento produtor de todo e qualquer projeto cultural preocupado com narrativas de histórias de vida. E essa expectativa foi contemplada positivamente.

O convite feito a Francisco Aparecido Borges, o Mestre Chiquinho, para participar como colaborador “ponto zero” do projeto cultural “Memória em construção” foi uma escolha estratégica do Centro de Memória de Hortolândia. Cidadão residente no município desde 1975, Mestre Chiquinho há décadas se dedica a fazer viver e a perpetuar as tradições culturais populares, entre as quais estão a música caipira, a dança do catira e a mensagem evangelizadora levada a cabo pela Companhia de Santos Reis.

Sua experiência cultural vem se construindo desde a infância, quando habitava outra Jacuba, um distrito do município de Arealva, região de Bauru, no estado de São Paulo. Sua chegada à região de Campinas e Hortolândia – quando ainda não havia se constituído uma região metropolitana propriamente dita – tem motivos semelhantes aos de milhares de famílias migrantes, oriundas de diversas regiões brasileiras. Aqui se instalaram em busca de novas oportunidades, oferecidas por indústrias e demais empresas prestadoras de serviços, para melhorar suas condições socioeconômicas, que eram precárias em sua localidade de origem. Muitas vezes, para milhares dessas famílias, esse objetivo não foi alcançado. É certo que esse não é o caso de Mestre Chiquinho, que lutou desde jovem contra uma deficiência na perna direita, adquirida por erro médico. Mas não é apenas por isso que sua trajetória é diferenciada. Sempre teve predileção pelos estudos (inclusive bíblicos) e pelas ações culturais, comumente imbuídos de mentalidades e costumes tipicamente católicos populares interioranos, e carrega-os consigo desde sempre. Por isso mesmo que, apesar de profissionalmente, em Hortolândia, ter se vinculado aos setores industriais em expansão, sempre dedicou parte de seu tempo livre à viola e à mensagem evangelizadora da Companhia de Santos Reis. Nos últimos anos, vive atarefado, porém contente, com a oportunidade de promover, com o apoio da prefeitura municipal, ações culturais em Hortolândia, inclusive a criação de uma Orquestra de Violas – formada em 2009, e que conta atualmente com vinte integrantes e dezenas de alunos.

Os encontros com Mestre Chiquinho, cujas entrevistas registradas em áudio foram realizadas com a presença do autor deste trabalho e do jornalista Anderson Zotesso Rodrigues, ocorreram em 16 e 27 de janeiro de 2012, ambas às 10 horas da manhã, no edifício da Sociedade Amigos de Bairro do Parque Santo André, Jardim Santa Amélia e Jardim Everest (Samest), local que abriga o ponto de cultura Caixa de Luzes e, provisoriamente, o Centro de Memória de Hortolândia. O tempo de gravação dos registros em áudio, somados, é de 1 h 42 min 15 s. As fotografias e narrativas receberam de Mestre Chiquinho, em 10 de fevereiro de 2012, autorização para publicação.



“A viola, em minha opinião, promove uma oficina do bem, uma harmonia, ao transmitir o sentimento do artista.”

Jacuba era um nome dado por bandeirantes e tropeiros aos locais de parada e pouso, em alusão a um alimento composto de água, farinha de mandioca e de milho, melaço e cachaça, servido como refeição básica. Posso dizer: o município onde nasci, Arealva; e o distrito em Arealva, onde cresci, Jacuba. Então, deixei uma Jacuba para residir em outra Jacuba. Coincidentemente, em Arealva havia passado uma equipe de tropeiros, que deu esse nome à localidade; e aqui havia passado outra equipe,

que deu o mesmo nome ao posto, bem como ao principal ribeirão que o cruza. Quando se percebeu que havia dois distritos com o nome Jacuba no estado de São Paulo, decidiu-se que aqui passaria a se chamar Hortolândia. E, em Arealva, foi mantido o nome do distrito, pelo fato de este ser mais antigo.

Quando criança, eu vivia limitado àquele sertão onde nasci, de modo que somente encontrava outras crianças durante o horário de aulas; gente de fora da família, raramente eu conhecia, algo com que me habituei somente após a idade de 17 anos, quando me mudei aqui para a região de Campinas. Iluminação da casa era lamparina. Luz elétrica e televisão, essas modernidades eu conheci aos 17 anos.

Meu pai muito me ensinou sobre os diversos recursos encontrados na natureza. Vivíamos em uma cultura de economia familiar, um método baseado na lavoura de subsistência. Íamos para a roça bem cedo, às seis horas da manhã. Minha mãe levava o almoço para nós às oito; às nove, almoçávamos; ao meio-dia, tínhamos uma merenda; às três horas da tarde, mais uma merenda; às seis, tornávamos à casa; às seis e quinze, jantar; e às nove da noite, um reforço, pão caseiro, café, chá.

Lembrança boa da mãe, e do mundo: nosso almoço. Aquele frango caipira, feito ao molho bem fininho, delicioso; aquela carne, consistente, cuja ave só poderia ser abatida com a idade de 6 meses; algo que não é igual aos dias de hoje. Todo produto que chegava à nossa mesa éramos nós que cultivávamos, desde o lançamento da semente: café, arroz, feijão. Para a carne, cuidávamos do gado. Hoje muito se fala em alimentação, fazer regime, mas nem conhecemos o que estamos comendo. Os produtos estão empacotados, ou enlatados; tampouco sabemos se estão bons ou estragados. De qualquer forma, respeito todas as autoridades que fazem as devidas inspeções – mas tenho minhas dúvidas.



Espelho-me muito em minha família. Minha mãe foi uma batalhadora: catequista, evangelizadora. Ajudei-a, desde a infância, em seus trabalhos de evangelização. Semana que vem faremos apresentação da Companhia de Reis em uma paróquia em São Vicente, distrito de Iacanga, estado de São Paulo. Uma igreja pequena, ambiente pacato. Lá foi meu berço evangelizador. E é muito gratificante dar continuidade ao trabalho evangelizador de minha mãe. Guardo comigo gravações de trechos de cantoria feitas em família. Tenho registrado minhas filhas, quando crianças, cantando comigo. Minha esposa é filha de um contra-mestre da Companhia de Santos Reis. Quando estamos com tempo livre e maior tranquilidade, em vez de assistirmos televisão, temos o costume de cantarmos juntos. Ela tem um agudo lindo. Quando a olho cantando, isso me faz lembrar da dupla “Cascatinha e Inhana”. E meu filho já está concorrendo com os melhores violeiros de Hortolândia. Sempre recebi o apoio de todos, e por isso não tenho inveja de violeiro algum.

Minha vinda para o município de Hortolândia foi motivada por uma deficiência física que sofri aos 9 anos de idade. Precisei deixar a região de Bauru e vim morar aqui, nesta região; primeiramente em Americana, depois em Campinas. Hortolândia, quando a conheci, parecia-se muito com o lugar de onde eu vim: localidade pacata, vida em tranquilidade, povo bastante humilde. Acompanho, desde então, o crescimento da cidade. Tive a felicidade de trabalhar na construção da primeira empresa ferroviária de Hortolândia, pela Construtora Adolpho Lindenberg: fizemos a fundação, a edificação, e toda a parte estrutural e o acabamento do prédio da Cobrasma S.A. – onde também trabalhei, entre 1985 e 1997, ano de sua extinção. Trabalhei também na Armco do Brasil S.A. Em 2006, fui convidado pela gestão municipal para realizar ações culturais tradicionais. Assim, fui formando esse vínculo que tenho com Hortolândia, com seus 143 bairros; sendo que, em cada um desses bairros, provavelmente conheço, no mínimo, cinco famílias.

Hortolândia era bem pequena, muito tranquila, localidade pacata, povo muito humilde, poucos migrantes. Bairros como Nova Hortolândia não existiam. A parte urbana do município se limitava a Vila Real, Parque dos Pinheiros, Remanso Campineiro e Parque Ortolândia. No Parque dos Pinheiros, onde moro há mais de 25 anos, encontravam-se lavouras de algodão. Antigamente, as terras onde está o Jardim Amanda, antiga Fazenda Bela Vista, eram pastagens e lavouras de batata – lá não havia uma casa sequer. Como lazer, pescávamos em represas da Fazenda Bela Vista, eu e alguns bons amigos, pelos quais tenho enorme consideração. Hortolândia se transformou muito. Basta comparar fotos antigas e atuais para perceber a imensidão urbana que se tornou o município. Por outro lado, uma riqueza acompanhou esse crescimento urbano, trazida por migrantes. Refiro-me à riqueza cultural trazida por esse povo; do ponto de vista material, somos todos empenhados em uma luta pela sobrevivência, que é bastante difícil.

A emancipação de Hortolândia se fez necessária. Na época dos movimentos pela emancipação em relação a Sumaré, conheci muita gente que

participou ativamente do processo. Era o sonho de algumas pessoas, e a ação popular apoiou o movimento; inclusive eu, que no plebiscito de 1991 votei a favor da emancipação. Estive, contudo, pouco envolvido politicamente; prestava serviços à Cobrasma S.A., e meu tempo livre era escasso. A empresa estava em grande atividade, produzindo vagões de trem encomendados para as linhas férreas da região de Carajás, no Pará. Produzíamos em média 400 vagões por ano naquela época. Havia dias em que virávamos o turno de trabalho.

Guardo também algumas lembranças de quando a estação ferroviária de Hortolândia ainda estava em atividade. A estação ferroviária, em seu auge, era bem conservada, confortável, mas com o passar do tempo, por questões administrativas, foi abandonada, uma vez que os trens não paravam mais em Hortolândia. Lembro que, em 1971, o trem passava em Hortolândia por volta das 15 horas, mas parava apenas na Estação Ferroviária de Boa Vista. Partindo de Campinas, o trem parava na Estação Ferroviária de Boa Vista e seguia direto para Sumaré, e vice-versa, sem escala em Hortolândia. Talvez parasse aqui para embarque e desembarque de passageiros em outros horários, mas eu não estou certo disso. Depois, por volta de 1995, ocorreu o encerramento do transporte público ferroviário, prejudicando principalmente a população mais carente, em grande parte oriunda das classes rurais e operárias. O sucateamento do transporte público ferroviário provavelmente se deu por pressões do setor econômico automotivo. Lembro com saudades que, em 18 de outubro de 1995, ainda consegui fazer uma viagem de Bauru a Hortolândia, com a duração de sete horas: o embarque se deu às onze e meia da manhã e o desembarque às seis e meia da tarde. A viagem foi tão demorada que fica difícil esquecê-la.

Tenho algum conhecimento sobre o percurso hidrográfico de represas, córregos e ribeirões da região: um córrego cuja nascente se encontra entre o Jardim Adelaide e o Jardim Terras de Santo Antônio; outro, no fundo do bairro Jardim Santa Esmeralda; mais alguns que nascem em Campinas, reunidos, formam o ribeirão Quilombo, que deságua no rio Piracicaba,

em Americana – inclusive, no início da década, um tio meu faleceu no encontro desses rios, afogado, tentando atravessar de um lado para outro. O ribeirão Jacuba nasce aqui em Hortolândia, formado pelo córrego Taquara do Reino e mais outros dois afluentes, sendo um destes o córrego que brota próximo ao complexo penitenciário “Professor Ataliba Nogueira”. Das últimas vezes que tive o privilégio, com alguns amigos, de pescar no ribeirão Jacuba, seus peixes eram limpos, saudáveis, sem problema algum. Apesar de, posteriormente, eu não poder mais manter esse lazer, devido aos compromissos de trabalho, sei que famílias ainda pescavam no ribeirão até o final da década de 1970. Então, a poluição chegou ao ribeirão, devido à falta de tratamento de esgoto e à explosão de crescimento urbano e industrial, que atropelou as condições-limite que a localidade suportava.

A evolução se faz presente, e nós precisamos nos moldar a ela. Mas todo progresso traz problemas, e isso é óbvio. No final da década de 1960, deu-se o início da chegada da população migrante, o que começou a afetar a tranquilidade de então; ocorreu uma transformação da vida rural para outra, mais urbana. Lembro que, no atual Parque Socioambiental Irmã Dorothy Stang, onde há uma represa volumosa, recentemente construída, havia outra no mesmo lugar, quando a área era parte da Fazenda Coelho, cujo terreno já fora inteiramente loteado. Ocorreu algum acidente com a antiga represa, muitos anos atrás, antes mesmo de serem formados os bairros da região, como o Jardim Rosolém e o Jardim Nossa Senhora de Fátima. Recentemente, com a construção do parque, creio que aproveitaram a estrutura da antiga represa para recuperá-la.

A deficiência que adquiri na perna direita decorreu do erro de um profissional da área de saúde, quando eu tinha 9 anos de idade. De fato, o acidente não foi grave. O osso da perna direita deslocou. Fui socorrido imediatamente, mas o osso foi mal recolocado no lugar, pelo profissional. Com isso houve um desgaste na cabeça do fêmur. Na escola, eu tinha o apelido de “Pé de ferro”, devido ao aparelho ortopédico que utilizava.

Convivi muito bem com isso. Vejo de forma positiva que, com muleta, eu conseguia correr até mais que uma pessoa “perfeita”. Mais tarde, aos 13 anos de idade, consegui me libertar do aparelho ortopédico. Eu era uma pessoa muito ágil. Mas, com o passar dos anos, a minha agilidade foi regredindo. Depois dos 19 anos de idade, comecei a sofrer, definitivamente, desse problema na perna. Possivelmente isso ocorreu por um excesso de controle, de minha parte, de ações e atividades físicas. Eu era uma pessoa que tinha facilidade para correr; para realizar esportes, como salto em distância, salto em altura, futebol; para montar em animais e para domá-los. Penso que, talvez, se eu fosse “perfeito”, se não tivesse essas limitações e esse excesso de controle, eu já nem estaria mais aqui. Mas isso me deu a força e a paixão de criar e promover uma ação cultural em comunidade, e de lutar por um espaço para pessoas que apreciam culinária, teatro, gêneros de música tradicional e caipira. Entendo que a deficiência me deu muita garra para lutar, escrever, compor. Por isso, luto por pessoas que apreciam e têm satisfação em tocar viola, dançar o catira. Eu mesmo não posso dançar o catira, mas ainda posso transmitir o conhecimento a meus alunos: por exemplo, uso as mãos sobre uma mesa para marcar o ritmo dos pés, pois se eu tentar dançar a perna vai doer. Para tudo há uma solução, uma saída. Devemos acreditar que tudo vai dar certo, e jamais desanimar, em qualquer situação.

Até os 17 anos, eu e minha família vivíamos em atividades de economia familiar. Quando cheguei a Hortolândia conquistei meu primeiro emprego, em 18 de fevereiro de 1975, na parte administrativa da Construtora Adolpho Lindenberg. O cargo me facilitava no que se refere ao esforço físico. E assim me mantive. Vim para cá formado até a 8ª série do ensino primário, e continuei estudando. Cheguei também a me aperfeiçoar com cursos em controle de qualidade e especialização em soldagem (eclética, oxiacetilênico, Mig, Tig), pois eu trabalhava em uma empresa que fabricava produtos desse setor, a Armco do Brasil S.A. Eu sentia a necessidade de aplicar melhor meus conhecimentos sobre um produto que

eu ajudava a fabricar. Mas quando se extinguiu a divisão dessa empresa aqui em Hortolândia, meus encarregados me convidaram a seguir com a equipe para São Paulo. Contudo, não aceitei o convite. Eu já gostava muito de Hortolândia. Foi então que eu ingressei na Cobrasma S.A., em 1985, para trabalhar novamente em cargo administrativo. Lá permaneci até 1997, quando a empresa fechou as portas. Neste ínterim, formei-me pelo Cotuca – Colégio Técnico de Campinas –, como técnico em mecânica de processos industriais metalúrgicos, mais especificamente em tratamento térmico e usinagem. Em 1997, quando a Cobrasma realizou uma demissão em massa de seus funcionários, meu nome foi retirado da lista, pois muitas pessoas viam meu empenho e me defendiam. Posso dizer que, graças a Deus, nenhum trabalho me foi recusado devido à minha deficiência. Paralelamente à trajetória profissional, sempre mantive a música e as ações culturais presentes em minha vida.

A viola é algo pelo qual tenho enorme paixão. Eu convivo com a viola desde os 6 anos de idade, acompanhando a Companhia de Santos Reis do saudoso Emílio Rosa dos Anjos. Tive bisavô, avô, pai e tio violeiros, catireiros. Meu pai – Lazinho Fidêncio – e Tonico Eugênio, ambos violeiros, foram pessoas com as quais tive o privilégio de trabalhar. A pessoa, para trabalhar com a viola, tem que ser como um poeta. A viola é um meio de transmissão do saber, uma oficina do bem; ela realiza, por assim dizer, uma terapia, a partir da qual a pessoa transmite saberes, escreve, compõe, conta histórias, usa muitas vezes de parábolas para transcrever situações.

Quando eu frequentava a 1ª série do ensino primário, houve um concurso de poesias, durante o mês de outubro de 1967, em que fiquei em primeiro lugar em nível municipal, regional e estadual. Foi minha primeira conquista cultural. Infelizmente, o poema que escrevera, eu o perdi. Se eu puder encontrar minhas primeiras professoras, Iraciara e Edith, ou visitar a Secretaria de Cultura de Arealva, talvez eu o recupere. Ainda em 1967, na festa das crianças, cantamos ao som de um cavaquinho, eu e Irineu, uma

música que, naquele tempo, era considerada de um ritmo diferente, porque dançante, chamada “Para Pedro, Pedro para”. Nós cantávamos e as crianças dançavam.

Lembro sempre de Antônio Lima, com quem eu costumava cantar naquela região; bem como com meu pai, falecido em 2000. Ainda guardo comigo uma gravação da parceria feita entre nós dois. Mas também é muito bom recordar lembranças de minha mãe: ela gostava muito da seguinte moda de viola: “Os fazendeiros de Uberaba / Se reuniram para fazer uma exposição / O gado do Zé Caetano é que ganhou / Na primeira posição / Zé Caetano é criador / Só cria boi zebu / Não sendo gado baio / Não sendo baio azul”. Essa moda de viola eu a tenho, gravada em CD, passada de uma fita cassete. Faço lembrança também de meu bisavô, Amâncio Lopes, espanhol, violeiro, catireiro, que, há tempos, morou em cidades vizinhas a Hortolândia – Monte Mor e Paulínia; e de meu avô, também violeiro, catireiro, que transferiu para meu pai esse dom incrustado na família. Os meus tios, João e José Fidêncio, também eram violeiros, catireiros. Tio José não podia cantar, apenas tocar o instrumento, pois lhe ocorrera um problema com a voz, logo na infância. Mas tio João e pai Lazinho cantaram muito. Igualmente, a oportunidade me faz lembrar de “Serrinha e Caboclinho”; de Antônio Candido, o “Parafuso”; de cururueiros de Piracicaba, nomes e grupos que eu jamais poderia esquecer.

Em certa época, quando criança, eu tinha um sonho recorrente, no qual eu estava em um palco, apresentando-me para uma multidão. E esse sonho foi realizado, quando ocorreu um grande encontro de Companhias de Santos Reis de todo o Brasil. A partir desse evento, percebi que nossos grupos tinham realmente qualidade. Recordo também de um evento, realizado em 1976: minha primeira apresentação em circo, estrutura tradicional para festivais de violeiros, aqui em Hortolândia, juntamente com Zezinho, um rapaz paranaense. Ficamos na segunda colocação, apresentando uma composição que é de minha autoria; a primeira ficou com uma dupla formada por crianças de 10 e 11 anos, que cantaram uma canção muito linda e mereceram o prêmio.



Além dos mais de trinta anos de serviço profissional prestado aqui em Hortolândia, com o qual levei o sustento para minha família, aos finais de semana eu contribuía com a cultura local. Assim, construí um acervo de registros que assinalam mais de trinta anos de ações culturais. Os registros mais antigos são basicamente compostos por imagens. Comecei a reunir e a produzir registros em áudio e vídeo em 1994. Minha relação com a viola, aqui em Hortolândia, faz-me lembrar de Odair Batista, do qual comprei a primeira viola, que foi primeiramente de Francisco Castilho: grandes violeiros. Não passei por escola de música; aprendi muito com os próprios violeiros antigos. Por outro lado, contribuí para a formação da Orquestra de Violas, e para elevar o instrumento a um patamar de maior refinamento teórico; isso foi algo que se tornou uma necessidade, para melhor transmitirmos o saber e a música àqueles que têm enorme vontade de aprender. Fico contente por encontrar pessoas que realmente se interessam pela música e se empenham no aprendizado. Por exemplo, Sueli, uma senhora de 60 anos que faz aulas conosco, sente-se muito feliz por viver essa experiência que a música proporciona, e está trazendo novos alunos para a

orquestra. Certamente partiremos para a formação de uma orquestra feminina de viola: nisto seremos pioneiros no estado de São Paulo e no Brasil.

A Orquestra de Violas foi fundada em 29 de março de 2009. Sua origem, no entanto, remonta há anos. Quando cheguei ao Parque dos Pinheiros, em 1984, havia várias pessoas que gostariam de aprender a tocar o instrumento. Como eu já era conhecido em Hortolândia, muitas pessoas me procuravam para ensiná-las. João Viola, atual maestro da orquestra, procurava-me em casa, já naquela época, para ensiná-lo a afinar o instrumento, basicamente, em “cebolão”. Ele, Eliseu e o Mário Januzzi fazem parte da orquestra até hoje, e tive a felicidade de poder ensinar-lhes os princípios da viola, ainda em 1984. Hoje a Orquestra de Violas é composta de vinte integrantes. Éramos 25, mas as portas estarão sempre abertas àqueles que quiserem voltar. Atualmente, a orquestra contribui na formação de dez alunos, além de oito mulheres que, até o final de 2012, formarão a orquestra feminina.

Procuro ensinar os alunos a compor, a elaborar solos. Muitas vezes, artistas apenas interpretam músicas de outrem. O enriquecedor é criar seu próprio solo, sua própria letra. Pego no pé de meus alunos, dizendo-lhes: “Parem de copiar Tião Carreiro, Zé Fortuna. Lembremos deles sim, pois suas obras são lindas, têm muito valor, pois foram excelentes compositores. Mas não podemos também ter nossas próprias composições?”. Atualmente, a Orquestra de Violas está com 15 composições inéditas e, até o final de 2012, gravará um álbum, se Deus quiser.

A viola, em minha opinião, promove harmonia, ao transmitir o sentimento do artista. E isso é diferenciado de uma região para outra. Há diversos estilos, diversas formas de se tocar a viola. Sou “cururueiro”, repentista, puxo o estilo de Piracicaba, embora aqui em Hortolândia não o tenha praticado, apesar da tamanha facilidade que possuo. Conheço um grande número de duplas sertanejas e de música caipira, aqui em Hortolândia, praticantes de diversos estilos. E isso se deve ao fato de que esta é uma cidade composta de muitos migrantes. Violeiros hortolandenses

mesmo, apenas aqueles com registro de nascimento expedido em Campinas, pessoas nascidas na década de 1940, que ainda estão ao nosso lado e, por felicidade, fazem parte do nosso grupo de catira. Temos vários compositores aqui em Hortolândia, alguns dos quais ainda no anonimato. Em 2010, procurei levantar a quantidade de compositores residentes aqui em Hortolândia, e cheguei ao número de oito; um desses era Abel Campos, que veio a falecer no mesmo ano. Restam-nos os outros sete, de cujas composições tenho conhecimento e registros. Assim, considero Hortolândia muito rica culturalmente, em virtude da presença desses migrantes e dos aqui nascidos e residentes.

A história da viola é mais antiga do que o conhecimento popular que se tem desse instrumento musical. Basta realizar um estudo sobre sua evolução para saber como o instrumento chegou aqui: instrumento musical milenar, a viola primeiramente chegou à Espanha, em seguida à Portugal, e por fim à América e ao Brasil. Se for perguntado a um jesuíta se foi sua congregação que trouxe a viola para o Brasil, talvez ele responda que não sabe. De qualquer forma, é bem possível que a viola tenha sido trazida ao país por colonos portugueses. Entendo, assim, que a história da vinda da viola para o Brasil é estreitamente ligada à criação do catira. No meu entender, José de Anchieta aproveitou o som da viola, a música cantada e tocada naquele tempo e a dança praticada em louvor ao Sol e à Lua, astros que provavelmente eram considerados divindades para as populações indígenas de então, para criar o catira. A partir dessa união de elementos, José de Anchieta treinou as pessoas que formariam os primeiros grupos de catira. Teria que se pesquisar muito para descobrir qual foi o primeiro grupo.

Sobre a dança do catira, desde José de Anchieta sabe-se, pois há o registro, de que os pés não podem ser elevados a mais de três centímetros do tablado, e que é puxada por dois palmeiros ao som da viola – que, por sua vez, acompanha os palmeiros, e não o contrário. O catira original era praticado com uma viola só, ao passo que nos dias de hoje utilizam-se duas

violas. Este é o catira praticado pelo nosso grupo aqui em Hortolândia, os Pioneiros do Catira. Pode-se registrar, em nível mundial, se for necessário, que o catira é paulista. O estado de São Paulo foi pioneiro na criação e prática do catira. Simbolicamente, pode-se dizer que essa dança desembarcou em Santos com José de Anchieta, em 1562; posteriormente, foi levada a Minas Gerais, Goiás, e outros estados do país, e sofreu certas modificações ao longo dos anos. Para mim, no entanto, devem ser respeitados o conhecimento e a cultura de cada região. A partir disso desenvolveu-se também o catira Recortado, que faz uma mescla com o estilo de dança *country*; mas o catira “autêntico” é aquele que foi implantado por José de Anchieta, para entretenimento da comunidade, como uma dança de influência indígena, junto à qual a viola foi empregada na composição da música.

Fundamos, em 2006, os Pioneiros do Catira, após o convite que recebi da administração pública para promover as tradições culturais populares, de modo que pude mostrar a que vim. Mas, de fato, ocorreu uma refundação do catira em Hortolândia, pois aqui havia um grupo que se dissolveu em 1950. O catira, graças a Deus, tem agradado bastante o público, inclusive as crianças, quando realizamos apresentações em escolas – e tenho vídeos que confirmam isso. Nosso pessoal está muito feliz em contribuir na promoção dessas atividades: família Geraldelli, família Camargo, família Lúcio, família Silva, família Pardini. Nossa primeira apresentação foi em junho de 2006, em frente à atual loja Seller, no Remanso Campineiro. As duplas que se apresentaram foram Mestre Chiquinho e Décio Mondini, e Andário e Andaraí, este último falecido. Atualmente, a dupla que acompanha os Pioneiros do Catira é a formada por Mestre Chiquinho e Raimundo Santos, vocalista. Pouco a pouco, conseguimos agregar mais pessoas aos Pioneiros do Catira. E este ano partiremos para a criação da oficina “catira Mirim”, uma vez que a dança do catira pode ser praticada por crianças desde bem pequenas, porque de maior facilidade de aprendizado, ao passo que a viola exige um pouco mais da compreensão da criança e do jovem, e por isso merece maiores cuidados.

A Companhia de Santos Reis Rosa dos Anjos, da qual sou um dos fundadores, tem esse nome em reverência a Emílio Rosa dos Anjos, homem que me ensinou sobre o universo da viola e das tradições culturais populares. Na verdade, eu é que ficava no pé dele e o acompanhava, porque eu gostava demais de tudo aquilo. Natural de Muzambinho, sul de Minas Gerais, em juventude migrou para Jacuba, distrito de Arealva, no final do século XIX. Certa vez, quando passei pelo município de Muzambinho, fiquei imaginando como Emílio viajou, nas condições daquela época, um percurso de aproximadamente 400 quilômetros. E, em 1982, realizamos o sonho de formar a Companhia de Santos Reis, e assim poder homenageá-lo.

A partir da formação da Companhia de Santos Reis aqui em Hortolândia, demos reinício à escrita da forma de evangelizar dos nossos antepassados, que veio passando despercebida. Todo texto bíblico pode ser figurativo, tem sua forma de interpretação. Nossos antepassados tinham formas de educar muito especiais, por meio do contar histórias. E a evangelização feita por Companhias de Santos Reis era uma forma de evidenciar o valor dos Reis Magos, os quais passaram despercebidos por toda a humanidade; o próprio Jesus Cristo, o qual foi também desprezado, não foi aceito; muito menos o foram os Reis Magos, que, crentes na realização das profecias contidas nos textos de Isaías, Miqueias e Jeremias, aguardaram o nascimento daquele que veio para nos salvar. Era esta a mensagem das Companhias de Santos Reis, transmitida por nossos antepassados. E hoje procuramos fazer, do melhor modo possível, a transmissão dessa mensagem.

Bem como o catira, a Companhia de Santos Reis nasceu em São Paulo e, posteriormente, foi levada para outras regiões do país, sendo permanentemente aprimorada. Nesse sentido, entendo que para tudo que existe neste mundo há um processo de evolução, e a esse processo devemos nos adaptar, ou ao menos nos esforçarmos para acompanhá-lo. Muitas vezes não conseguimos acompanhar esse processo de evolução. Admiro o João-

-de-barro, que constrói sua casinha da mesma maneira há milhões de anos, e é grande especialista no que faz. Mas nós, seres humanos, precisamos acompanhar a evolução ou nos adaptar a ela.

É necessário que se estabeleça as devidas distinções entre uma Companhia de Santos Reis e a popularmente conhecida Folia de Reis. O termo “folia” é mais difundido, mas eu defendo o termo Companhia de Santos Reis. Considero que o cortejo de uma Companhia de Santos Reis não é um cortejo de tristeza: é preciso haver certa descontração, alegria. E disto os marungos – também denominados bastiões, palhaços, dependendo da região onde se organiza a Companhia ou Folia de Reis – é que estão encarregados. Ou seja, quem faz a folia, as brincadeiras, são os marungos, que representam na Companhia de Reis o capitão e o coronel do rei Herodes, que se converteram à nova fé ao deparar com o Menino Jesus, quem teriam de executar até então.

Por que Companhia de Santos Reis em vez de Folia de Reis? Minha sugestão aos mestres de Companhias de Santos Reis: procure sempre os textos de Miqueias, Isaías, Jeremias, os Salmos, o Evangelho de Mateus. Estude-os, leia-os com atenção, pois, na proposição de se formar uma Companhia de Santos Reis, deve-se ter em mente que estamos representando a história dos Reis Magos, que por sua vez carrega consigo a mensagem do nascimento do Menino Jesus, comemorado ano a ano. Fica esta indagação: se pergunto ao próximo onde nasceu Jesus, certamente ele vai responder que foi em Belém; mas também pergunto a todos e a mim mesmo: Quando Jesus nasceu para nós? Será que nascemos para ele? Será que vivemos com ele? A mensagem levada por uma Companhia de Santos Reis a cada lar, cada família, é a da necessidade de nascermos para Jesus. Em Mateus está escrito que “através das águas o homem nasce novamente”; que, por meio do batismo, da conversão, recebemos Jesus Cristo. Eis o porquê do termo Companhia de Santos Reis, em vez de Folia de Reis: se participamos de uma Companhia de Santos Reis, devemos ter esse conhecimento bíblico, essa fundamentação, pois representamos solenemente o

papel de discípulos dos Reis Magos, realizamos uma ação evangelizadora.

Na apresentação de uma Companhia de Santos Reis há elementos alegóricos que precisam ser especificados: particularmente, a bandeira, os marungos e as vozes. A bandeira representa a estrela que guiou os Reis Magos. A própria companhia é quem confecciona a bandeira, empunhada por um homem a quem denominamos bandeireiro, o qual encabeça o cortejo. Devemos recordar a anunciação proferida desde os textos de Miqueias, Isaías e Jeremias, nos quais uma estrela-guia indicaria onde nasceria o messias. Assim, em uma linda noite surgiu no céu um clarão, aguardado pelos Reis Magos, oriundos cada qual de uma região diferente, de forma que os três se encontraram em uma encruzilhada. Apesar das diferenças, eles conseguiram conversar e se entender, pois todos tinham o mesmo objetivo, de seguir o caminho indicado pela estrela-guia. Essa bandeira, acompanhada pelo cortejo, faz alusão à estrela-guia, o astro que mostraria o lugar onde iria nascer aquele que veio para nos salvar.

Os marungos, conforme mencionado, representam o capitão e o coronel do rei Herodes. Quando os Reis Magos – Melchior, Baltazar e Gaspar – chegaram a Jerusalém, ao palácio do rei Herodes, perguntaram onde havia nascido o rei dos judeus. Herodes se assustou com a pergunta, pois era ele o rei dos judeus. Imagina-se a simplicidade dos Reis Magos: mal sabiam quem era Herodes e, diante dele, perguntaram onde nasceria o rei dos judeus. Isto para o rei significava uma ameaça de perda do trono. Como Herodes não havia entendido o que ocorrera, mandou chamar seus escribas e adivinhos para responder à pergunta feita pelos Reis Magos. Os sábios responderam que estava escrito em Isaías que iria nascer o rei dos judeus. Ainda assim, Herodes não conseguira compreender que esse rei que iria nascer não era deste mundo, que viria para nos salvar. Então, os Reis Magos foram seguidos, por um capitão e um coronel da tropa de Herodes, com a missão de executar esse recém-nascido rei dos judeus. Nesse momento a estrela-guia havia se apagado para Herodes, a qual reacenderia após a saída dos Reis Magos de Jerusalém, em direção a Belém,

orientando-os até a gruta onde se encontrava o Menino Jesus. Quando da chegada dos Reis Magos à gruta, cada um fez sua saudação, oferecendo seu respectivo presente – ouro, incenso e mirra. Os militares da tropa de Herodes que os seguiram, ao perceberem naquele momento de adoração tamanha simplicidade e humildade, converteram-se àquela nova fé, e desprezaram, definitivamente, suas patentes militares e todas as mordomias encontradas na corte do rei Herodes. Contudo, foi necessário, no retorno a Jerusalém, que se travestissem naquelas fardas, para que o rei Herodes não descobrisse que não haviam cumprido a missão.



Hoje há uma confusão no que diz respeito aos marungos, ou palhaços – o capitão e coronel –, pois afirma-se que eles representam o mal, o satânico, o profano. Quem representa o mal é a pessoa de Herodes: não há caráter maligno nas alegorias dos marungos. Também se deve deixar claro, a todos os mestres de Companhias de Reis, outros aspectos importantes, no que se refere às oferendas dos Reis Magos. O ouro era ofertado somente a quem era rei, e não rei em poder e riqueza, mas em amor e bondade, como o próprio Menino Jesus. O incenso já era usado ritualmente para afastar todo o mal, de forma que essa oferenda fazia alusão à missão

de Jesus, um ser que veio ao mundo para fazer o bem. E a mirra era ofertada para sinalizar que esse Menino Rei era, todavia, mortal. Mas, muitas vezes, devido aos textos bíblicos serem imbuídos de sentidos alegóricos, figurativos, as pessoas não compreendem a mensagem das Companhias de Reis. Eu entendo que os Reis Magos são santos, porque toda pessoa que encontra Jesus também encontra a salvação e torna-se santa. É essa a ação evangelizadora proposta por Companhias de Reis.

Há diversas histórias sobre a presença dos marungos entre os elementos que compõem uma Companhia de Reis. Diz-se que os Reis Magos eram sábios, estudiosos – e não místicos, adivinhos, como se pode depreender da denominação popularmente conhecida – e que, no retorno para suas respectivas terras de origem, cantavam belos hinos de louvor, ao passo que o capitão e o coronel, como não sabiam cantar, tampouco tocar instrumentos musicais, pulavam e dançavam, descontraindo o público à margem das estradas por onde passavam Melchior, Gaspar e Baltazar.

Diz-se também que, na travessia da Sagrada Família de Judá para o Egito, o capitão e o coronel, convertidos à nova fé, porém travestidos com suas fardas, precisavam levar as tropas do rei Herodes a tomar outro rumo. Assim, os dois conseguiram manter a segurança da Sagrada Família nessa travessia. Essas histórias me fazem lembrar outros causos, também sobre a travessia do deserto feita pela Sagrada Família; um deles é o de uma rolinha fogo-apagou, que seguiu as pegadas deixadas por José, Maria e a jumentinha sobre a areia, desmanchando-as com a intenção de confundir as tropas do rei Herodes. Há o caso, também muito bonito, de que quando a Sagrada Família foi barrada pelas tropas do rei Herodes – as únicas em todo o trajeto –, um soldado perguntou a José: “O que essa senhora carrega consigo, guardado por esse manto?”. “Um buquê de flores”, respondeu o pai de Jesus. Desconfiado, o soldado ordenou que Maria levantasse o manto. Mas, em vez do menino, o soldado enxergou um lindo buquê de flores. Assim, a Sagrada Família pôde seguir sua jornada deserto adentro. Essas histórias ainda hoje são mantidas e transmitidas graças à ação evangeliza-

dora das Companhias de Santos Reis.

Em São Paulo, a Companhia de Santos Reis é composta de cinco vozes: o mestre, antigamente chamado de embaixador, indivíduo possuidor de grande conhecimento, e que não está para brincadeiras; e seus seguidores, os quais devem consideração e respeito a ele, aos Reis Magos, a Nossa Senhora e a São José. O mestre deve entoar versos perfeitos, porque não são compostos de qualquer maneira; o ajudante do mestre, ou contramestre, entoia o canto na última meia-volta; em seguida há a tala, a quinta e a requinta. Mas há Companhias de Reis que entoam sete vozes. Há também algumas com características propriamente regionais, como a do norte de Minas, cujo ritmo é mais ligeiro e a voz é em falsete, ou, como a chamamos, em contralto.

Quem acompanha as Companhias de Santos Reis deve sempre estudar os livros dos Salmos, dos Profetas e o Evangelho de Mateus, porque nesses textos já se faziam referências ao nascimento do Menino Jesus. Eu mesmo estou escrevendo um livro no qual reúno trechos desses textos bíblicos, como meio de preparação para quem acompanha as Companhias de Santos Reis. Assim, devemos respeitar a cultura de cada região. E para conviver, respeitar, tolerar essa diversidade cultural difundida nas mais diversas regiões, é preciso que nos preparemos para isso, que nos lapidemos, pois não podemos nos bitolar apenas em nossa cultura. Devemos sempre exigir a busca de conhecimentos. Tenho muito respeito a quem chama de folclore as iniciativas das Companhias de Santos Reis, mas há um equívoco: o folclore se encontra apenas no cântico entoado, que é tradicional. A missão da Companhia de Santos Reis é evangelizadora, é a de levar a mensagem do nascimento do Menino Jesus de lar em lar. Não é uma folia, tampouco um folclore.



Aos mestres de Companhias de Santos Reis: quando seus grupos pararem em uma casa, para almoçar ou pousar, e quiserem se descontraír, cantar alguma música fora de contexto, mesmo uma moda de viola, por gentileza, dirijam-se à bandeira, cantem em versos pedindo aos Reis Magos autorização para aproveitar o momento de entretenimento. Dado o rigor, a meu ver, da ação evangelizadora de uma Companhia de Santos Reis, o que realizamos não é uma folia, com exceção do papel representado pelos marungos.

De uma maneira geral, digo que algumas profecias vêm se realizando. As pessoas, mundo afora, não estão enxergando determinados valores essenciais à vida. Essas pessoas vivem sujeitas a um mundo demasiado materialista. Encontro por aí pessoas que poderiam ajudar ou contribuir com ações culturais como as nossas, mas não o fazem. Não é necessário que se injetem propriamente recursos financeiros, mas apoio, como meios de transporte e espaço físico. Deixo meu recado: eu gostaria de deixar minha história registrada, para que as pessoas possam se lembrar de mim

como alguém que procurou sempre realizar a oficina do bem; e essa história seria impossível de carregar comigo, por mais largo que fosse meu caixão. Muitas vezes encontro pessoas que precisaram de mim, e as quais pude ajudar; mas, quando fui eu quem precisou de ajuda, o mesmo não aconteceu. São situações que me entristecem, mas não me abalam. Minha resistência vai mais além do que as pessoas imaginam. Recebi de Deus este dom de resistir e me manter esta mesma pessoa, e a Ele sempre peço forças para cumprir Sua vontade. É preciso que as pessoas acordem, e deem mais valor à vida.



Antônio Geraldelli, “Mestre Toninho do Catira”

O respeito e a confiança de Mestre Chiquinho, da Companhia de Santos Reis Rosa dos Anjos, por Antônio Geraldelli, Mestre Toninho do Catira, foi mais uma vez demonstrada, na relação de amizade e comprometimento tecida entre eles, quando da recomendação, ao presente autor, desse cidadão hortolandense, para colaborar com o projeto cultural “Memória em construção”. Antes mesmo de o convite partir do Centro de Memória de Hortolândia para formalizar sua colaboração, Mestre Toninho já estava ciente e preparado para narrar suas lembranças e saberes.

Em mais uma tarde chuvosa, calorenta e abafada, típica de localidades da grande depressão periférica paulista em estação de verão, o presente autor e o jornalista Anderson Zotesso Rodrigues, recebidos na casa da família Geraldelli, perceberam que iriam bebericar muitos cafezinhos ao longo das entrevistas a serem realizadas para este projeto cultural. Em simpáticas xícaras de vidro temperado, o cafezinho preparado por dona Zilda Baumgartner Geraldelli, ou simplesmente dona Zilda, adozou a experiência de ouvir, apreender e registrar as lembranças e sabedorias desse cidadão nascido e crescido em Hortolândia. A prosa inevitavelmente teve início com sua demonstração de amor ao instrumento mais significativo da cultura caipira paulista: a viola. Por meio desse instrumento e de manifestações culturais das quais a viola é elemento fundamental, como a música caipira – ou moda de viola –, a dança do catira e a Companhia de Santos Reis, abriu-se espaço narrativo não somente para elencar episódios pessoais, em família, entre amigos ou colegas de trabalho, mas para apresentar uma imagem límpida do que foi outrora Jacuba, hoje Hortolândia. O que eram roças, campos e capoeiras que circundavam um pequeno povoado hoje são indústrias e comércios multiplicados em meio a uma área plenamente urbana, cuja população se concentra em torno de 3 mil hab./km².

O encontro com Mestre Toninho do Catira, cuja entrevista registrada em áudio contou com a presença de Gustavo Esteves Lopes, autor deste trabalho, e do jornalista Anderson Zotesso Rodrigues, ocorreu em 25 de janeiro de 2012, 458º aniversário de fundação da capital paulista, às 14 horas, conforme dito, na residência da família Geraldelli, no Jardim Rosolém, Hortolândia. O tempo de duração do registro em áudio é de 1 h 51 min 21 s.



“Para consolidarmos o aprendizado de viver em cidade grande, como cidadãos hortolandenses, devemos, inclusive, valorizar o passado das pessoas e dos lugares que guardam a memória e a cultura da localidade.”

A viola faz parte de toda minha vida; é tudo para mim. Acho que vou morrer com a viola abraçada ao peito. Três de meus irmãos são músicos, um dos quais é professor. Éramos uma família com muito amor à música. Eu debandei, no bom sentido, para o lado da viola, porque era um instrumento mais simples e, até então, mais popular. Tive um único parceiro de dupla caipira por mais de 45 anos: Salvador Baumgartner, meu finado cunhado. Cantávamos e tocávamos, até ele nos deixar, ir embora, para algum lugar lá em cima – e gosto de dizer, com orgulho e saudosamente, que “não tinha pra ninguém”, no que se refere à moda de viola em Jacuba, na época de nossa juventude. Fizemos parte da geração pioneira de tocadores e cantadores de moda de viola, ainda que, na época, estivéssemos entre os

mais jovens. Nossa música era e é moda de viola mesmo, não essa “porqueira” que se escuta nos dias de hoje.

Eu e Salvador éramos duplamente cunhados: ele se casou com minha irmã, Odila Ghiraldelli, já falecida; e eu me casei com sua irmã, Zilda Baumgartner, com quem estou casado há 60 anos. Tenho três filhos: dois homens e uma moça; todos nascidos no sítio onde também eu nasci.

Desde pequeno eu apreciava esses músicos de fora, que vinham cantar aqui em Jacuba. Havia um violeiro, bom no ponteio, vindo de Americana, que frequentemente apresentava-se em fazendas das famílias Camargo. Por vezes, tive a oportunidade de vê-lo cantar e tocar. Duplas de violeiros, antigamente, agrupavam-se em caravanas e se apresentavam em tendas de circo. E, em Jacuba e redondezas, regularmente, essas caravanas instalavam suas tendas. Em algumas ocasiões, as tendas eram instaladas perto de onde moro há 46 anos, no atual Jardim Rosolém, na época em que, por aqui, havia só roças, pastagens, capoeiras e campos abertos. Eu e Salvador tínhamos um amigo que também gostava muito de moda de viola e que nos oferecia carona de automóvel, para prestigiarmos juntos esses espetáculos de diversos artistas. Encontrávamos esse amigo com antecedência e corríamos para a tenda de circo, principalmente quando vinham duplas de maior talento e renome, como “Zé Carreiro e Carreirinho”, entre outras.

Salvador, um pouco mais velho que eu, quando rapazinho, acompanhava em cantorias e bailes um professor de música chamado Sebastião Lacerda, tocador de viola primoroso, com quem aprendeu muito sobre a viola e a música caipira. Esse professor era ainda rapaz, mas não podia trabalhar em serviços mais pesados, devido a um problema cardíaco. Ele vinha muito na casa de meu pai, também apreciador do instrumento e da música, acompanhado de Salvador, que por sua vez começou a namorar minha irmã. E ele já sabia afinar e tocar a viola, e cantar. Eu, ainda meio moleque, era outro que já havia também criado esse gosto; e tinha uma viola em casa, daquelas bem simples. Em um instante, ele me ensinou o que vinha aprendendo, semana a semana. Eu devia ter uns 13 ou 14 anos

de idade. Passei uns dois anos namorando a viola, até estar mais preparado para formar dupla caipira.

Como frequentávamos, eu e Salvador, essas festas e bailes, resolvemos formar uma dupla. Bastaria, pois, que eu comprasse um violão e uma viola, ao passo que ele me ensinaria a tocar esses instrumentos, por ser mais experiente que eu. Certa vez ele me disse: “Quem sabe algum dia a gente não grava uma moda?”. Fui a Campinas, então, comprar um violão novinho. Em menos de um mês estávamos cantando e tocando como dupla sertaneja, caipira, com viola e violão. E então começamos nossa parceria.

Meu sogro, descendente de alemães, era muito enérgico, “brabo” mesmo, mas generoso, e gostava bastante de música. A Zilda e uma de suas irmãs cantavam em dupla, mas só em casa, ou comigo e com o Salvador, porque nossas famílias eram muito próximas.

Eu estava com uns 15 anos de idade. Percebi desde então que eu, bem como ele, tínhamos o dom para esse tipo de música. A bagagem em moda de viola que possuíamos, naqueles primeiros tempos, poucas pessoas tinham. Algumas vezes, certas famílias nos convidavam para cantar e tocar umas modas de viola em que se contavam aqueles causos acontecidos, que fomos aprendendo com o passar do tempo. Sentávamos na sala junto com as famílias, tocávamos e cantávamos, enquanto todos assistiam: sempre havia alguém que se emocionava, chorava.

Pena que nós não gravamos disco ou música alguma. Nunca tive, no entanto, uma verdadeira frustração com a música e as andanças que ela vem me proporcionando. Creio que tampouco meu finado parceiro, Salvador, teve alguma frustração com a música.

A dança do catira é uma cultura muito antiga; vem de tempos longínquos. Em cada região há um jeito próprio de praticá-la. Por exemplo, entre os mineiros se encontram modos de catira em que o “bate-palmas” é mais utilizado do que o “recortadinho” no pé, ao passo que entre os gaúchos ocorre o contrário; entre os goianos, o catira também tem o seu jeito pró-

prio. O catira praticado em Hortolândia, apesar das frequentes migrações, é autenticamente paulista. Com todo respeito aos catireiros espalhados Brasil adentro, eu digo, como mestre de catira, que o nosso é diferenciado: somos bem controlados no “bate-palmas” e no “pé”, nos “recortes”; tudo bem certinho. Em outros lugares, como em Minas Gerais, os elementos do catira são mais misturadinhos: “pé-palma”, “pé-palma”. Outro exemplo: o catira dos gaúchos não é como o nosso; é mais caboclo. Cada lugar tem o seu jeito de “bater” o catira; digo isso porque conheço, no mínimo, uns quatro ou cinco modos diferentes. Entre os elementos em comum, apenas os extensos versos entoados: 14, 20, 22 “pés”.

Acompanho e participo de apresentações de catira desde juvenzinho, pois essa era a dança que prevalecia no gosto da população de Jacuba, sempre o “batido” naqueles bailinhos realizados em sítios e fazendas. Fazíamos muita festa – e com maior apreço por festas juninas e quermesses. Em quaisquer festas, assava-se bastante carne, e os comes e bebes eram saboreados ao som da moda de viola e em meio à diversão oferecida pela dança do catira, que corriam noite adentro.

Eu e os amigos nos reuníamos aos domingos à tarde, nos entornos da estação. À medida que começou a crescer a população do povoado, formou-se até um time de futebol, o primeiro de Jacuba, organizado por um senhor chamado Joaquim Basso, que jogava em um campo localizado atrás das dependências da estação – por um tempo, eu até “batia uma bolinha”. Primeiramente, vinha mais gente de fora do que pessoal daqui mesmo para jogar no time desse senhor. Anos mais tarde, quando aqui já havia passado a se chamar Hortolândia, é que foram se formando outros times: por exemplo, os times da IBM, da Cerâmica Sumaré, do Jardim Rosolém, entre outros. Como por aqui não havia o que se fazer, nas horas vagas, além de um catira, reunimo-nos para acompanhar esse futebol, tomar um sorvete, ir à igreja, que ficava um pouco para cima da estação, construída no mesmo local da atual Matriz. Juntava por ali umas meninas bonitas, que iam à estação só para ver o trem passar. E nós, rapazes, fazia-

mos o mesmo. Era divertido; uma festa.

Uma festa da qual tenho muita lembrança aconteceu quando eu era violeiro jovem, tinha uns 17 anos de idade, e já estava em parceria com o Salvador. Fui a uma festa cujo anfitrião, um fazendeiro daqui de Jacuba, plantador de laranja, vizinho nosso, muito amigo de meus pais, comprou um sítio lá para as bandas de Cajuru, uma localidade do município de Sorocaba. O homem mandou organizar uma festa junina que durou a noite toda, e convidou nossa turma do catira para entreter o povo. Era muita gente presente, moças e rapazes de tudo quanto era fazenda das redondezas reunidos no salão do homem. Fiquei todo orgulhoso de mim, pois eu escutava elogios daquela gente e do fazendeiro, que diziam: “Mas esse menino canta muito bem...”. A festa estava tão animada que cheguei ao parceiro Salvador e aos outros amigos e disse: “Dessa festa não saio mais”. Meu parceiro e parte da turma do catira foram embora; eu fiquei e dormi por ali mesmo, por volta das 5 da manhã, com o restante do pessoal. Mas dormimos só um “cadinho”. Na hora de ir embora, no dia seguinte, o fazendeiro, homem “cheio da grana”, abriu a carteira e mostrou uma nota de 500 mil-réis, aquela vermelha, grande, como gratificação pela apresentação. Ao lado do fazendeiro estava um companheiro dele, chamado José Costa, dono de um posto de gasolina em Cajuru, que aproveitou a oportunidade e me disse: “Dou mais 200 mil-réis para você cantar ali no meu estabelecimento”. Mais tarde, eu e a turma que ficou por lá fomos até o tal posto de gasolina, onde havia também uma lanchonete. Em um instante, juntou um monte de gente ali. Tocamos e cantamos a noite inteira e em mais um pedaço do outro dia, no posto desse José Costa.

Além da dupla de viola, eu e Salvador também tocávamos em um “conjunto regional”, para o qual nos dedicávamos muito. Fazíamos apresentações em bailes de salão e tocávamos diversos instrumentos de corda: viola, violão, cavaquinho. Outros componentes tocavam sanfona, saxofone, bateria e percussão. O sanfoneiro era muito bom músico, gente boa; o saxofonista era professor. Fui convidado a participar desse conjunto para

tocar especialmente o cavaquinho, que era um instrumento com o qual eu tinha muita facilidade – foi o primeiro que aprendi a tocar, quando criança, ensinado pelo meu irmão, que mais tarde se tornou professor de música. Apesar dessa dedicação com o “conjunto regional”, digo que a moda de viola sempre esteve à frente em minhas predileções.

Sou um entusiasta não só da moda de viola e do catira, mas também de folias ou companhias de Santos Reis, desde sempre. A formação de companhias de Santos Reis teve início quando aqui já era denominado Hortolândia; não havia uma companhia propriamente dita no tempo em que a região ainda se chamava Jacuba. Naquele tempo havia, na localidade onde atualmente se encontra o Jardim Santa Emília, uma companhia de Santos Reis organizada por gente que vivia lá mesmo. Era algo bonito, com alegorias benfeitas, com belos cânticos, mas sem a organização – quanto ao esclarecimento da missão evangelizadora – que se percebe na Companhia de Santos Reis Rosa dos Anjos, encabeçada por Mestre Chiquinho e há mais de duas décadas em atividade, aqui em Hortolândia. Para mim é muito importante que em uma cidade tenha a presença de companhias de Santos Reis, como aqui ocorre nos dias de hoje. É tão importante quanto qualquer outra manifestação cultural a partir da qual se faz o uso da viola. É uma cultura muito linda, que merece atenção e respeito, como é o caso dessa companhia encabeçada por Mestre Chiquinho.

Uma companhia de Santos Reis tem tamanha complexidade que usa, no mínimo, cinco vozes, sendo a última entoada apenas no final dos versos, no momento certo. O tempo da melodia das violas que acompanham os cânticos, o ditame dos versos, é bem compassado. A percussão é basicamente composta de bumbo e pandeiro: seus instrumentistas marcam o ritmo da batida melódica da viola. É algo muito bem elaborado o conjunto feito pelos cânticos em cinco vozes, a batida melódica das violas, a marcação das percussões e demais instrumentos utilizados na apresentação de uma companhia de Santos Reis.

A companhia de Santos Reis é uma manifestação cultural muito religiosa. Acho muito bonito e de uma riqueza religiosa expressiva, por exemplo, essa missão evangelizadora representada pela história dos Reis Magos e do nascimento do Menino Jesus. Creio que os elementos que mais distinguem uma companhia de Santos Reis de outra são suas alegorias: o bandeireiro, aquele que considero o elemento essencial, e que por isso abre a sessão; e o palhaço, aquele que faz aquelas brincadeiras, ginásticas, manobras. É uma manifestação que demanda bastante tempo daqueles que acompanham o cortejo, algo que se faz com muito empenho e dedicação, com uma programação rigorosa. Vejo com satisfação e alegria essa reunião, que conta com tanta gente de fé, que visita casas de famílias que comungam desse sentimento.

Assim entendo o conceito e a prática das companhias de Santos Reis: não o suficiente quanto tenho experiência em moda de viola e do catira, mas “dá pro gasto”. Hoje quase não participo de cortejos, mas admiro demais essa manifestação cultural. Gosto de receber em casa ou presenciar um cortejo de companhia de Santos Reis. Muito bom estarmos juntos – nós do catira e o pessoal de companhia de Santos Reis.

Minha família me enche de saudade. Eu e meus irmãos somos descendentes de italianos, família Ghiraldelli. Mas, no cartório de Campinas, o oficial resolveu escrever o sobrenome de cada irmão ou parente com uma grafia diferente. O meu ficou Geraldelli. Assim, tornei-me mais brasileiro ainda – como gosto de brincar com a situação.

Não conheci meus avós. Minha última avó veio a falecer quando eu tinha 1 ano de idade. Ela faleceu aqui em Jacuba, no sítio de propriedade de meu pai, Paulo Ghiraldelli, homem de quem tenho orgulho de ser filho. Não se encontra por aí ser humano como aquele: homem sério, comprometido, sempre alegre. Um homem desse faz falta em qualquer tempo da vida da gente. Minha mãe, Ema Frederichi Ghiraldelli, era um exemplo de mulher.

Meu pai sempre estava com a gente. Era muito presente na formação dos filhos. Gostava muito de música e dança. Cuidadoso, levava minhas irmãs para dançar nos bailes e festas. Nós somos nove irmãos – quatro homens e cinco mulheres, alguns já falecidos. Apesar de tamanha prole, não havia diferenças ou desavenças entre nós.

Tenho muitas recordações da minha infância e da minha mocidade. Mas boa parte do que sei foram o pai e a mãe, meus irmãos e irmãs mais velhos que contaram, em algumas histórias de família. O pai, natural de Jaguariúna – na época, ainda distrito de Mogi Mirim – viveu algum tempo em Pedreira, com a nossa mãe. Ele nos dizia que seus pais sofreram bastante para “chegar aonde chegaram”. Tudo era sofrido, trabalhado – tempo em que era um grande negócio, para os fazendeiros, as roças de café. De lá, eles se mudaram para Jacuba, já com filhos pequenos. Os dois começaram a vida por aqui em uma casinha de barro, de propriedade de Luiz Camargo, cujas terras eram vizinhas às de Zacharias da Costa Camargo, para quem o pai trabalhou, inicialmente roçando pastos. Foi naquela casinha de barro que nasci.

Depois de um tempo, o pai e a mãe deixaram de trabalhar para o Zacharias e foram para a fazenda Santo Antônio, propriedade de Antônio Balancin. Enquanto isso, a família de um tio nosso, paterno, muito próximo a nós, mudou-se para uma fazenda vizinha, propriedade de Clemente Agostini, separada da outra apenas por um córrego. Após esse período, o pai conseguiu comprar as próprias terras, nas redondezas onde hoje se situa a entrada principal da cidade de Hortolândia, em um local que depois de certo tempo passou a se chamar bairro Três Casas. Era uma propriedade de 22 alqueires, pela qual cruzavam alguns córregos e onde havia algumas nascentes de água – o terreno ia desde onde, atualmente, encontra-se a indústria farmacêutica EMS, até um pouco para baixo do hospital Mário Covas. Eu tinha um 1 ano de idade quando o pai e a mãe compraram essas terras, local para onde nos mudamos em seguida.

O sítio: um matão, uma capoeira grande, cheia de bichinhos: lagartos,

cachorros-do-mato, macacos, jaguatiricas, passarinhos. De início, ficava até difícil manter qualquer tipo de criação na propriedade. Para fazer a casa, o pai teve até que chamar um pessoal para ajudá-lo a arrancar da terra tocos de raízes. A casa ficava praticamente cercada por um matagal. Logo que o pai roçou o terreno do sítio, primeiramente plantou algodão; mas, com o tempo, veio a plantar de tudo: milho, arroz, feijão, batata, verduras. Até melancia. As terras eram muito férteis, porque recém-“desbravadas”. Era só arar e semear. Nossa alimentação era espetacular, um “faturão”. Comprávamos na vendinha apenas o sal e o óleo. Carne bovina, nós comprávamos ou ganhávamos de vizinhos, até chegar o açogue a Jacuba.



Os vizinhos daquele tempo eram de uma bondade extraordinária. Um ajudava o outro. Quando alguém estava necessitando de um apoio, a gente

ia até a pessoa e fazia o que fosse preciso. E quando éramos nós que necessitávamos de algo, igualmente recebíamos a gentileza e a solidariedade de nossos vizinhos. Em retribuição, meu pai sempre convidava os vizinhos para uma brincadeira, um bailinho. Lá em casa havia uma tulha, um celeiro. Quando estava tudo limpo, não havia produção alguma para armazenar, meu pai chamava tudo quanto era vizinho, pessoal também repleto de filhos e filhas – porque antigamente as famílias eram numerosas; moças e rapazes de sobra –, e nos divertíamos bastante com essas festanças.

Fomos educados, dentro de casa, com muita seriedade e respeito. Nunca apanhamos de nossos pais. Em determinadas situações, o pai nos olhava de tal modo que sabíamos, de imediato, como agir. A mãe dizia: “Comportem-se à hora que chegar gente em casa. Se quiserem brincar ou conversar, encontrem outro lugar. Ou fiquem ao nosso lado, prestando atenção nos adultos”. Se não lhes obedecêssemos, o pai olhava de uma maneira que impunha de imediato um ar de autoridade. Não há hoje uma educação familiar sólida como antigamente. Aliás, lembro com carinho do quanto o pai e a mãe nos ajudavam com nossos deveres escolares.

Eu e Zilda tentamos passar aos nossos filhos a educação que recebemos de nossos pais. Eu acredito que essa educação que lhes passamos foi exemplar: não deram “um pingão de trabalho”, seja em casa, seja na escola. Eu e Zilda vivemos no regime de educação antigo. Nunca precisamos bater nos filhos. Às vezes, quando um errava, sentávamos para conversar, sem constrangimentos ou traumas. Assim os ensinamos a encarar a vida fora de casa, a vida do trabalho. Meus filhos sempre trabalharam e até hoje trabalham em empresas e indústrias da região – gostam muito daqui. Meu caçula trabalha na PUCCAMP, no setor de informática.

Naquele tempo a educação seguia um regime rigoroso. A escola em que eu e meus irmãos estudávamos fica no bairro Três Casas. Nesse tempo, Hortolândia ainda era Jacuba. Ali permaneci por um ano apenas – minha esposa concluiu os estudos primários nessa escola mesmo. Fui transferido para outra escola, próxima do local onde foi instalada a IBM, muitos anos

mais tarde, já na década de 1970. E nesta última concluí meus estudos primários. Eu e Zilda, então, temos até hoje escolaridade de 4ª série.

No meu tempo, escola era lugar para se ensinar e aprender; ao contrário do que acontece hoje, uma “bagunceira”, um “fuzuê”. Aprendíamos muito. Mas havia outras atividades, capazes de prender a atenção da molecada: festinhas, com moderação; ensaiávamos teatro; alguma cantoria – boas lembranças dos meus 8, 9, 10 anos de idade.

Desde os 8 anos de idade, eu e meus irmãos já dividíamos o tempo entre os exercícios da escola e o trabalho no sítio. Ajudávamos o pai até às dez horas da manhã, tomávamos banho, almoçávamos, e nos preparávamos para ir à escola, no período da tarde; voltávamos às quatro horas da tarde. Na época da colheita do algodão, tornávamos à roça logo que saíamos da escola, e trabalhávamos até o sol baixar; ao chegar em casa, tomávamos banho novamente, fazíamos um café da noite, uma refeição, e nos debruçávamos sobre as lições de casa, passadas pela professora. Eu e meus irmãos estudávamos à luz de lampião.



Junto dessas paisagens e vivências que havia em Jacuba, não há como deixar de lembrar do ribeirão que dava o nome à localidade, derivado da-

quele alimento à base de farinha de mandioca preparado por tropeiros. Havia muito peixe no ribeirão Jacuba, cuja nascente se encontra em um local próximo ao presídio, construído há algumas décadas. O ribeirão Jacuba desce pelo atual Jardim Santa Emília e segue em direção à região central da cidade, onde eram fazendas das famílias Camargo. Hoje o ribeirão se encontra em um estado lamentável, seja por causa do presídio, seja por todas as indústrias e domicílios que também despejam sujeira em suas águas. Eu soube que os governos estão tentando recuperar suas nascentes, há mais ou menos dois anos. Agora, a “porcaria” que é despejada no ribeirão pelo menos passa por algum saneamento.

Mas em todos os ribeirões das redondezas se pescava muito bem, até mesmo nos corretozinhos que cruzavam o sítio do pai. Os tropeiros gostavam de parar por aqui, pela riqueza natural desses ribeirões, pelo maior conforto de descansar em lugares descampados, e pela receptividade dos moradores – humilde, porém sincera. Pela propriedade do pai passava uma estrada que começava em Santa Bárbara d’Oeste; era uma estrada de chão com uma vala de cada lado. Por essa estrada os tropeiros conduziam o gado. Era na divisa entre os terrenos do pai e da família de minha esposa que os tropeiros paravam para descansar, comer, beber água. Escutávamos, logo pelo horário da madrugada, o som dos berrantes, dos animais – muito bonita essa lembrança, a qual tanto evoca a cultura caipira.

Quando fiquei mais moço, fui trabalhar em um laboratório farmacêutico chamado Dória, no exato local onde hoje se encontram os galpões da EMS. Lá permaneci por dois anos. Voltei para o sítio; trabalhei ainda mais uns quatro anos na roça, registrado em carteira, lá para os lados do atual Jardim Campos Verdes, nas terras da família Vigorelli, compradas de Zacharias da Costa Camargo. O laboratório Dória, então, mudou-se para um terreno mais aos fundos, porque ali se instalou um outro laboratório, chamado Pelozzi, que também faliu; trabalhei por dois anos nesse laboratório, que também ofereceu o primeiro emprego de minha filha, a “do meio”, que

por ali ficou entre 1974 e 1978; até que recebi um convite do subprefeito, José Francisco Breda, o Tico Breda, daqui de Hortolândia, para trabalhar com ele, na prefeitura de Sumaré. Era um cargo nomeado. Mas o próprio prefeito certa vez conversou comigo e disse: “Vou duplicar a área de uma escola, preciso que você esteja lá, para ser encarregado da entrada e saída dos materiais de construção, e assinar as notas. É meu homem de confiança”. Fiquei nessa escola, aqui em Hortolândia, cerca de sete meses, até a conclusão da reforma, quando o prefeito veio à inauguração. Em seguida a esses sete meses de reforma, o subprefeito veio falar comigo: “Acho que vou perdê-lo. O pessoal da escola não quer deixar você sair. Todos querem você muito bem. Gostaram muito do seu trabalho”. Respondi: “Mas sou seu empregado. Na verdade, eu só cumpro ordens. Faça o que tiver de ser feito”.

A diretora da escola e demais funcionários não queriam que eu os deixasse. Sugeriram-me prestar concurso público para a prefeitura de Sumaré, para o cargo de inspetor escolar, o qual ocorreria naquela mesma época do ano. Esta seria a única alternativa para eu continuar na escola. A diretora, naquela oportunidade, disse: “Você é um rapaz de sabedoria. Estude. Tenho certeza que você será aprovado. Inclusive, seu ordenado receberá até uma melhoria, pois você já é encarregado daqui da escola”. Fiz a inscrição para o concurso público. As provas foram realizadas em três etapas, uma em cada final de semana. Fui aprovado, tive uma boa colocação. Tudo isso ocorreu em 1973.

Permaneci como servidor público, no cargo de inspetor escolar, por vinte e tantos anos, até me aposentar, na mesma escola, pela qual tenho enorme apreço. Por boa vontade, fazia mais do que meu cargo exigia: sempre dava um apoio às merendeiras e a outros colegas. Lembro de quantos sacos de feijão ainda empalhados precisei bater e peneirar, para posteriormente serem armazenados, aptos para o cozimento; até ajudei em obras; prestei auxílio na secretaria quando faltou pessoal; ocupei seguidas vezes, emergencialmente, as obrigações de diretor de escola, durante o período

de vacância do cargo, à espera de um novo nome. Foi uma luta para melhorarmos a condição do ensino em Hortolândia e, especialmente, dessa escola, hoje Escola Municipal de Ensino Fundamental Guido Rosolen. Da prestação de serviços públicos nessa escola cultivei grandes amizades, para o resto da vida, como a que fiz com Luzia Zulmira Francisco Bressan – amiga como essa eu não encontro outra por aí.

O ex-prefeito de Sumaré, João Smânio Franceschini, é muito amigo de minha família, há tempos; desde a época que o pai e a mãe e os pais dele eram amigos. Foi ele quem me ofereceu o emprego de encarregado aqui em Hortolândia, antes de eu me tornar servidor concursado. Uma das minhas principais tarefas era ligar à noite e desligar na manhã seguinte a chave de energia elétrica distribuída para o distrito de Hortolândia. Eu usava um bastão para alcançar o botão e cumprir a tarefa. E foi João Franceschini o prefeito que trouxe energia elétrica para cá. Um homem muito presente no cotidiano da localidade. Vinha regularmente a reuniões. Atendia aos pedidos de moradores. Construiu postos de saúde e escolas. Exigia que os postos de saúde funcionassem 24 horas por dia, com auxílio de ambulância no atendimento de emergência, e que não faltassem professores e merenda em nossas escolas. Ele sempre teve um carinho muito grande pela nossa gente. Para mim, ele foi o prefeito sumareense que mais fez pelo distrito de Hortolândia. Após seu mandato, a continuidade das melhorias variava de acordo com o prefeito que estava no poder.

Um empreendedor, João Ortolan, pioneiro do desenvolvimento econômico de Jacuba, primeiro proprietário da olaria posteriormente chamada Cerâmica Sumaré, também foi o primeiro cidadão a transformar essas capoeiras, pastagens e plantações em loteamentos. Lembro que alguns desses primeiros compradores de lotes, vindos de outros lugares, de outras regiões, tinham o mau hábito de invadir e roubar objetos, criações, ferramentas de antigos moradores. Cortavam até cercas que separavam terras de diferentes proprietários. Até mandioca já roubaram em nosso sítio. Essa

situação foi se agravando à medida que não conseguíamos impedir o vandalismo. E isso gerou desgosto e decepção em muita gente. O pai também ficou muito descontente com isso. Algumas vezes, ele me dizia: “Acho que o mais certo é vender nossas terras. Como a gente fica em meio a uma situação tão ruim?”.

E foi o que aconteceu: o pai chamou os filhos e explicou quais eram suas intenções; basicamente, vender as terras e partilhar igualmente entre os filhos o montante adquirido com o valor das vendas – porque para ele era sagrada essa divisão igual dos bens entre a família. Bateu certa tristeza no pai, em ter que se desfazer de suas terras. Mas ele estava decidido a seguir sua consciência. Creio que ele fez o negócio na hora certa. Ele e a mãe continuaram a viver em um sítiozinho, comprado posteriormente às vendas, onde hoje existe o Jardim Rosolém, local onde também resido, há 46 anos, em uma rua que hoje leva o nome de meu irmão, já falecido, Orlando Geraldelli. A rua de trás leva o nome de meu avô por parte de mãe. Falta ainda conversar com as autoridades para colocar o nome do pai em algum lugar: alguma rua, avenida ou praça.

O pai e a mãe eram muito amigos da família de Guido Rosolen, outro fazendeiro que abriu loteamentos em suas terras. Hoje o bairro leva seu sobrenome. Para o pai e a mãe, o Guido reservou lotes muito bons. Dizia que não queria vender suas terras para gente estranha perto dele demais. Ele e o pai se davam muito bem. Quando o pai tinha necessidade, ele sempre emprestava o dinheiro que fosse preciso. Generoso, lembro que ele anotava os empréstimos em uma folha de papel, para melhor controlar esses valores. Eu e meus irmãos, então, compramos nossos terrenos onde hoje é o Jardim Rosolém – terrenos grandes, na época. Tanto que hoje o Jardim Rosolém é tratado com muito carinho pela população que nele reside, bem como por todo o restante da população de Hortolândia. Percebe-se que, no entanto, a grafia de “Rosolen” foi alterada quando o bairro recebeu o sobrenome do Guido.

No nosso caso – meu e de minha família –, fazemos deste bairro nosso

xodó, pois somos pioneiros, vivemos e vimos como aqui era antes e como é hoje. Nas proximidades das terras loteadas pelo Guido, havia outros fazendeiros de respeito no povoado, como João Coelho, e o próprio Vicente Agostini, para quem o pai trabalhou por alguns anos. E eles, como tantos, tomaram a mesma decisão do Guido e do pai, de lotear suas terras. Aqueles que não lotearam suas terras, os herdeiros assim o fizeram; muitos dos quais, apenas pelo prazer de “torrar a grana” dos pais e avós.

Na época em que o pai comprou o sítio, não havia ônibus em Jacuba. Eram poucos os automóveis. O fluxo de trânsito por aqui era composto basicamente de cavalos, carroças, charretes e carros de boi. A população dos bairros mais centrais utilizava regularmente o transporte ferroviário, embarcando na Estação Jacuba. Para quem morasse mais próximo de onde hoje se localiza a entrada principal de Hortolândia – como eu e minha família – e precisasse ir a Campinas ou a Rebouças, era mais conveniente embarcar na Estação Ferroviária Boa Vista – bonitinha, pequena e confortável, como a Estação Jacuba. Do sítio, íamos a pé ou de carroça até a estação, para embarcarmos. Percorríamos uma distância de aproximadamente seis quilômetros.

A Estação Ferroviária Jacuba era limpa, bem arranjada, bonita. A sala de embarque era bastante confortável. Havia uma mangueira muito linda, em frente à entrada do edifício. Observávamos o embarque e o desembarque do gado – um momento de muita beleza. A bem da verdade, quanto mais se melhoravam os transportes rodoviários, maior era o abandono, por sua vez, dos transportes ferroviários. A estação ferroviária era a marca registrada da região central de Jacuba, de Hortolândia; a “salvação” para o povo mais humilde – e até hoje faz falta. O governo bem que poderia manter uma linha regular para transporte de passageiros que ligasse, ao menos, Americana a São Paulo; pois esse trecho, pelo qual Hortolândia está no caminho, é de bitola dupla, 1,60 metro de largura, bem conservada. É uma tristeza constatar que uma cidade com tradição em produzir vagões

de trem é incapaz de manter uma linha regular de passageiros – e fazem ainda cada vagão bonito!

Quando aqui passou a se chamar Hortolândia, ocorreu uma melhoria nos transportes rodoviários. O governo abriu mais rodovias, melhorou a conservação de algumas estradas. Até um cascalho, um pedregulho, foi utilizado para reforçar o capeamento das rodovias, pois ainda não se utilizava o asfalto, o piche. Na mesma época foi fundada uma pequena empresa de transporte rodoviário em Monte Mor, cujo proprietário era um senhor chamado Vitalino Tuca. Em seguida, apareceram outras empresas de transporte, bem maiores, e aumentou-se o número de linhas e horários. Nesses ônibus, amarelinhos, fiz muitas viagens da escola para casa, e vice-versa. De fato, os motoristas, ao nos verem a pé beirando a estrada, eu e outras crianças, com frequência nos ofereciam carona, de tal modo que isso facilitou muito nossas vidas. O pai, quando fazia as compras do mês em Campinas, abarrotava de mercadorias o bagageiro suspenso desses ônibus. Chegando ao seu ponto de desembarque, ficava por ali com as mercadorias, esperando alguém da família aparecer com a carroça para completar o trajeto – e haja paciência!

Jacuba era um povoado insignificante para os governantes de Campinas, por sua agricultura e pecuária de pouca perspectiva econômica. Algumas melhorias somente vieram com a transferência de território do povoado de Jacuba para o município de Sumaré, antiga Rebouças, recém-emancipado de Campinas, graças aos esforços do padre José Giordano e de José Miranda, os quais se tornaram, sucessivamente, prefeitos do município. Assim, o povoado de Jacuba, que passou a se chamar Distrito de Hortolândia, teve pela primeira vez subprefeito, servidores públicos. A partir de então, mais ruas foram abertas; limpamos eucaliptais e arrancamos tocos de raízes para urbanizar o vilarejo. Sempre nós, a população de Hortolândia, estávamos junto do poder público em busca dessas melhorias, como voluntários.

Por exemplo, no edifício onde hoje é a escola que leva o nome do Guido Rosolen funcionava um posto de saúde, um dos primeiros de Hortolândia. Anos depois que a prefeitura de Sumaré decidiu transformar o posto de saúde em escola, resolvemos homenagear o Guido, que faleceu em um acidente de automóvel, e que muito ajudou a comunidade. Era um edifício pequeno, que, quando já funcionava como escola mista, tinha apenas duas salas de aula. Tivemos que derrubar muitos eucaliptos e arrancar tocos de raízes para ampliar a escola, deixando-a com quatro salas de aula. O Guido nos ajudava oferecendo caminhonete, trator e gasolina para facilitar todo esse serviço, feito em regime de mutirão.

O real crescimento econômico de Hortolândia se deu a partir da emancipação política, com a instalação de diversas indústrias, em sua maioria estrangeiras, que ocuparam o que era, até então, um local de pastagens, roças e capoeiras. Esse impulso pelo crescimento econômico vem sendo cada vez maior, desde o primeiro prefeito, Antônio Dias, e continuando com seus sucessores. Esse crescimento econômico sempre dependeu muito da iniciativa pessoal dos políticos para ter o sucesso esperado, com a assinatura de diversos acordos e incentivos ou isenções fiscais. Mas o processo de crescimento econômico se iniciou bem lá atrás, com a instalação da Cerâmica Ortolan, que pouco tempo depois passaria a se chamar Cerâmica Sumaré, até ser fechada, poucos anos atrás; da IBM; dos antigos laboratórios farmoquímicos localizados onde hoje está a EMS, que eram terras do pai e da mãe; das Granjas Ito; da Cobrasma, instalada pouco depois das Granjas Ito; entre outras. Apesar de aqui, antigamente, plantarmos muito algodão, produção têxtil mesmo, apenas em Sumaré, Americana e cidades vizinhas.

A Cerâmica Sumaré, instalada no começo da década de 1950, foi pioneira aqui em Jacuba; foi a primeira a contratar grande quantidade de funcionários, tanto operários como auxiliares de escritório. Em pouco tempo de produção, o serviço já era realizado em três turnos. Produzia uma boa variedade em olaria: tijolos, telhas, pisos, ladrilhos. Para mim, a Cerâmica

Sumaré foi o coração econômico de Hortolândia. Somente com a instalação dessa cerâmica é que começou a se gerar riqueza financeira aqui no distrito. A estação ferroviária, por si só, não bastou para impulsionar o crescimento do povoado. As Granjas Ito iniciaram a produção lá pelos idos de 1972, se não estou enganado, e fechou as portas há pouco tempo. Onde hoje está a Magnetti Marelli havia uma fábrica chamada Ingersoll-Ranger, há anos transferida de Hortolândia. No terreno das antigas Granjas Ito estão construindo um barracão para sediar uma indústria chinesa de tecnologia de informação. Entra e sai empresa, Hortolândia continua seu crescimento econômico.

À medida que o vilarejo foi se desenvolvendo, e o acesso a Campinas, principalmente, melhorando, recebíamos cada vez mais gente para aqui também residir: muitos paranaenses, mineiros; após a emancipação, chegou a população vinda de mais longe, do Norte e Nordeste. Essas migrações, o crescimento populacional, a transformação de roça, pastagem e capoeiras em cidade, comércio e indústrias influenciaram na transformação da identidade e do comportamento de quem reside aqui.

A maioria das indústrias do município de Sumaré estava instalada em nosso distrito. Havia chegado um ponto em que Hortolândia arrecadava mais dinheiro proveniente de impostos que o próprio distrito-sede, que, na época, não dispunha de tantos recursos para se manter, como é hoje. E nossa população não recebia as devidas melhorias. Com o passar do tempo, nós começamos a enxergar de outra forma a situação, cada vez mais calamitosa.

Encontramos na emancipação a melhor alternativa para suprir nossas carências. Lembro bem do período da luta por emancipação política, pela qual Hortolândia passou décadas atrás. Na década de 1970, eu ainda não escutava pelas ruas, ou entre servidores do município de Sumaré, alguém falar em emancipação política. Com o passar dos anos, foram se formando lideranças políticas à frente de um movimento com propósitos emanci-

pacionistas, com o qual a população se identificou e cuja causa abraçou. Nas cercanias do Jardim Rosolém – que não era parte do distrito de Hortolândia, e sim mais um bairro afastado do distrito-sede de Sumaré –, um cidadão foi muito presente nos debates e manifestações: um dentista chamado Dr. Hélio, cujo sobrenome não consigo lembrar no momento, que contribuiu muito para esclarecer a população sobre a importância daquele movimento e de suas reivindicações. Precedido por um abaixo-assinado que correu Hortolândia toda, e não só o Jardim Rosolém, foi realizado um plebiscito muito bem organizado, em 19 de maio de 1991, no qual fui mesário, na Escola Municipal Guido Rosolen. Votei “sim”, com muita satisfação, bem como a maioria absoluta da população eleitora daqui do distrito.

Apesar de o movimento ter um grupo de lideranças interessadas, creio que a população se identificava com a causa da emancipação. Isso se afe-re pelas expressivas votações favoráveis registradas não só no plebiscito, como também no abaixo-assinado, que foi o germe de tudo. Desde o abaixo-assinado já se comprovava o anseio da população em tornar Hortolândia um novo município, em vista dos milhares de assinaturas reunidas naquele documento – a minha foi apenas mais uma entre tantas outras.

Penso até que, se o movimento emancipacionista não voltasse atenção para os moradores do Jardim Rosolém, possivelmente aqui seria outro local que lutaria pela sua autonomia, ou mesmo seria englobado pelo município de Campinas, como se dizia muito, naqueles tempos. Tanto que ainda hoje há pessoas daqui, do Jardim Rosolém, que dizem: “Fulano, vou a Hortolândia, resolver um problema...”, como se aqui fosse outra cidade.

Comportamento de quem vive em cidade grande, mas sem aprendizado: falta de amor e respeito ao próximo. Quando falece um amigo, um colega, um vizinho, ou mesmo um parente, ninguém reage ao acontecido, como se fosse apenas mais um defunto – um distanciamento que vem acometendo cada vez mais as pessoas. Creio que nos últimos anos Hor-

tolândia está aprendendo a ser cidade grande; e já passou a época em que a localidade era composta apenas de algumas roças e um pequenino centro urbano. Mas, para consolidarmos o aprendizado de se viver em cidade grande, como cidadãos hortolandenses, devemos valorizar o passado das pessoas e dos lugares que guardam a memória e a cultura da localidade.

Conforme dito, a parceria Toninho e Salvador, ou Salvador e Toninho – uma vez que, por fim, essa dupla sempre existiu por descontração, entretenimento – permaneceu por 45 anos. Fiquei, de repente, sem parceiro, e isto se estendeu por mais de cinco anos. Eu havia me habituado a fazer parceria com ele; desanimei-me. Até que o Mestre Chiquinho me procurou para organizarmos uma apresentação do catira. A aproximação entre nós se deu por intermédio de dois meninos, Nelsinho e Francisco, que ainda moram em Hortolândia, e que começaram conosco no catira aos 8 anos de idade. Mestre Chiquinho já os conhecia, e um deles me indicou para ajudar na organização da apresentação do catira. O menino me indicou, certamente, por eu saber variações do “bate-pé”, das “bate-palmas”, da entoação das cantorias, o ponteio da viola.



Mestre Chiquinho me procurou na porta de casa. Nosso primeiro contato: “Tudo bem, o senhor é o Mestre Toninho? O Nelsinho me falou do senhor”. “Sim, sou eu mesmo. Ele também me falou do senhor. Se quiser, podemos marcar uma reunião, para conversarmos um pouco” – solícito, respondi. Dias depois, buscou-me em casa; fez o mesmo com o Nelsinho e o Francisco; e fomos à reunião. Lá havia violeiros e catireiros conhecidos na região, um dos quais já tocava e cantava com o Mestre Chiquinho, e na mesma hora fizemos uma improvisação. Lembro que alguns disseram não me conhecer, mas que se impressionaram muito comigo: “Olhem, esse violeiro é bom mesmo”. Desde então, há seis anos, estou com esse pessoal, e estamos na estrada, fazendo muitas apresentações, como antigamente.

Os Pioneiros do Catira, nosso grupo atual, fundado em 2006, por mim, Mestre Chiquinho e outros companheiros, regularmente vai a São Paulo e outras cidades para prestigiar e participar de bailes e festivais do gênero

caipira. São Paulo, capital, é um lugar no qual se encontram muitos catireiros, em eventos que duram o dia inteiro, com apresentações de modas de viola e diversos modos de dançar o catira – lá se encontram catireiros e “catireirinhos” da melhor qualidade. O pessoal que costumamos encontrar por lá tem muita consideração por nós e aplaude nosso trabalho. Recentemente foi realizado um evento que marcou profundamente os Pioneiros do Catira – o evento foi na Vila Carioba, em Americana, e contou com a presença de 3 mil espectadores ou mais, e mais uma vez nos aplaudiram de pé. Todas as apresentações, de fato, marcam-nos muito – a mim e certamente a todos que formam nosso grupo. Nosso pessoal é formado por gente que não é mais tão jovem; apesar disso, os companheiros obedecem minhas ordens, uma vez que sou o mestre do catira: sabem que as apresentações sairão bonitas se o ensaio for levado a sério. Fico contente por conseguirmos construir essa belíssima relação de respeito mútuo, que parte de mim e de todos os companheiros. O catira, que eu e outros companheiros temos o privilégio de ainda praticar, guardo-o com muito carinho, em minhas lembranças mais recentes.



Estou com mais de 80 anos de idade, e é uma benção de Deus fazer parte de tudo isso, estar junto com esse pessoal. Essa experiência é uma beleza em minha vida. Sou um pouco receoso quanto ao futuro das próximas gerações. Não sei se o mundo vai continuar em pé, caso continuemos nesse caminho de barbaridades que todos nós percebemos ao nosso redor. Mas prefiro ser otimista. Torço para que mudem para melhor o pensamento e o comportamento das próximas gerações. Esse é o recado que deixo aos mais jovens.



Luzia Zulmira Francisco Bressan, “Dona Luzia”

“Amigos para toda a vida” é a melhor forma pela qual é possível definir o sentimento mútuo entre dona Luzia Zulmira Francisco Bressan e “Toninho” Geraldelli, que a recomendou para dar continuidade à tessitura da rede de colaboradores do projeto “Memória em construção”. Primeira mulher partícipe do presente projeto, suas narrativas preenchem espaços simbólicos até então não compreendidos, em plenitude, pelos colaboradores anteriores: subjetividades e intimidades fruídas em espaços públicos e ambientes domésticos; o sentimento materno em relação não somente aos próprios filhos, a exemplo das crianças em idade escolar; o entendimento de que o tempo corre, e que as relações de gênero, as crenças e a inserção social do cidadão por meio de trabalho e estudos possivelmente não são mais as mesmas que antes.

Neta de pioneiros no povoamento da antiga Jacuba, dona Luzia tem uma ideia muito clara sobre o quão marcante foi a transformação da localidade, de vilarejo e campo a a cidade e indústria. Em seu relato, percebe-se que o espírito de vivência comum entre família e vizinhos superava as dificuldades de acesso aos direitos e bens de consumo necessários ao sustento da casa; que longas caminhadas ao lado da mãe – senhora de idade centenária – e dos irmãos – todos vivos, “graças a Deus”, rumo à fazenda dos avós, não era um martírio, mas um passeio; que o centrinho de Jacuba, as festas religiosas e os casamentos eram importantes agregadores sociais, imbuídos de uma inocência e simplicidade talvez perdidos com a chegada do “progresso”, da modernidade “elétrica”, “industrial”, “migrante”; e, o mais importante, que pelas crianças quaisquer sacrifícios deveriam ser feitos para garantir um futuro melhor, diferentemente de mais uma geração que não pôde prosseguir nos estudos, ou tampouco teve essa oportunidade na vida. A viuvez precoce, em vez de ser recebida como trágica, fortaleceu o senso de responsabilidade de quem já tinha o hábito do trabalho e um casal de crianças em idade escolar para criar.

Inspetora escolar aposentada, ofício do qual Toninho Geraldelli também se retirou, dona Luzia tem orgulho semelhante ao de professores e educadores ao rememorar os tempos de convivência na escola, sobretudo com os alunos da Escola Estadual Guido Rosolen, na qual passou décadas zelando pelo patrimônio público e pela alimentação sadia dos filhos da “comunidade”. Por circunstâncias que a vida oferece, foi em Sumaré, e não em Hortolândia, que conseguiu adquirir definitivamente a casa própria – ainda assim, quitada ao longo de mais de uma década. Apesar de residir em Sumaré desde a década de 1990, até quase recentemente,

aos 74 anos de idade, dona Luzia dividia com irmãos e irmãs os cuidados para com a matriarca da família; desse modo, seis vezes por semana fazia o trajeto de sua casa até o bairro Chácaras Fazenda Coelho, à beira da Rodovia SP-101. Talvez essa rotina alimentada por afeto e cumprimento de responsabilidades sejam os maiores alentos à longevidade não apenas de dona Luzia, mas de muitos de seus familiares.

O encontro com dona Luzia, cuja entrevista registrada em áudio contou com a presença de Gustavo Esteves Lopes, autor deste trabalho, e do jornalista Anderson Zotesso Rodrigues, ocorreu às 14 horas do dia 1º de fevereiro de 2012, sob ventos constantes e céu aberto, na varanda da residência de Maria da Costa Camargo, mãe da colaboradora. O tempo de duração do registro em áudio é de 1 h 33 min 25 s.



“[...] fico muito gratificada quando encontro antigos alunos nossos, que nos agradecem pelo zelo e carinho, vindos de nós, servidores das escolas em que trabalhamos: desde a limpeza das salas de aula e do pátio até as sopinhas de feijão e legumes bem temperadas na hora da merenda.”

Meus avós paternos – o casal José Francisco Junior, mais conhecido

em Jacuba como Juca Rodrigues, e dona Beatriz Piedade – eram descendentes de portugueses; da parte de meus avós maternos, meu avô, Zacharias da Costa Camargo, tinha alguma ascendência alemã e também portuguesa, enquanto minha avó, sua esposa, Francisca Costa Camargo, era cabocla mesmo, “parente de índios”. Nasci no sítio de minha avó materna. Eu e meus seis irmãos e irmãs – graças a Deus, todos vivos, por enquanto –, toda nossa família, vivemos uma infância feliz. Morávamos em sítio; havia muita fartura em nossas plantações e hortas; estudávamos na “escolinha” do bairro, próxima de casa. Criei-me; casei-me à cada da família Francisco; até que fui residir em Valinhos, onde permaneci por nove anos.

A casa que tínhamos em Valinhos, nós a vendemos para cuidar de minha filha, gravemente adoecida. Passados nove anos, retornamos a Hortolândia – a terra natal me chamou de volta; fiquei por estas “bandas” – e, naquele tempo, havia o costume de se emprestar dinheiro para quem necessitasse, embora nem sempre o reembolso fosse garantido. Mesmo em dificuldades financeiras, não deixávamos de auxiliar os amigos. Demorei vinte anos para ter novamente casa própria – desta vez, somente às minhas custas, com meu próprio suor. Ainda que eu e meus filhos amemos Hortolândia, a oportunidade que a vida me deu para adquirir a casa própria foi em Sumaré, em sorteio público, promovido pela prefeitura municipal, como medida de facilitação do acesso ao crédito imobiliário. Dessa forma, adquiri-a por meio de financiamento junto à Caixa Econômica Federal – quitado há pouco mais de dez anos.

Quando aqui ainda era Jacuba, ou mesmo quando passou a se chamar Hortolândia, posso dizer que todas as famílias, ou quase todas, conheciam umas às outras. Antigamente, quem nascia em Jacuba vivia o resto da vida no povoado, seja no vilarejo, seja nos sítios e fazendas. Entre as famílias antigas mais conhecidas, ou tradicionais, de Hortolândia, estão: Costa Camargo, Camilo Camargo, Rosolen, Andretta, Ghiraldelli, Baumgartner, Gomes, Martins e Coelho. Em muitas famílias havia laços consanguíneos; por exemplo, meu pai, Alberto Francisco, descendente de portugueses, ti-

nha laços de família com os Gomes, dos quais era primo. A vizinhança era muito amiga entre si. Bons vizinhos, dos quais tenho lembrança, eram os da família Baumgartner. Ocorriam, contudo, como em qualquer lugar, algumas exceções: meu avô, Zacharias da Costa Camargo, por exemplo, era encrencado com um meio parente, Artur Camargo, por causa de terras. Essas desavenças, na maior parte das vezes, ocorriam devido a disputas por: avanço ou recuo de cercas; margens de córregos e vales.

Logo na mocidade, comecei a trabalhar no armazém e na casa do Guido Rosolen, serviço que mantive até os 18 anos de idade, quando me casei e parti com meu marido para Valinhos. Quando retornei a Hortolândia, passamos algumas dificuldades. Tínhamos despesas com aluguel, e meu marido começou a apresentar uma série de enfermidades, apesar da pouca idade. Inicialmente, alugamos um sítio que ficava bem em frente à escola municipal de Ensino Fundamental, hoje chamada Guido Rosolen; e, pouco depois, uma casa na propriedade do Otavio Rosolen, chacarazinha que existe até hoje. Após esse período pagando aluguel, passamos pelo sítio de meu pai, e em seguida pelo sítio de um alemão – neste último ficamos por sete anos, onde trabalhávamos como caseiros. Foi onde meu marido faleceu, em 1974. Meu marido, anteriormente, teve um bom emprego, no cargo de pedreiro, no Laboratório Dória – e fico contente em saber que continuam em pé os antigos edifícios dessa empresa onde hoje é a EMS, os quais apesar de pequenos resistem ao tempo. Desde então, tive que enfrentar a vida, ao lado de meus dois filhos.

Recém-viúva, trabalhei na fazenda da ex-sogra da atriz Regina Duarte, onde eu tive emprego registrado, e “tudo o mais certinho”, ainda que por pouco tempo: fazia faxina e, por vezes, prestava-me a ajudante de roceiro. Pedi demissão quando fui investida em cargo público no município de Sumaré. Em geral, quem quisesse continuar em Hortolândia, sem trabalhar na roça, até a chegada das grandes indústrias, tinha como únicas opções de emprego a Cerâmica Sumaré e, tempos mais tarde, as Granjas Ito. Meu filho mais velho, aos 11 anos de idade, começou a trabalhar, com peque-

nos afazeres; até que, aos 14 anos, foi contratado pela Cobrasma S.A., empresa em que permaneceu por quatorze anos. A menina, quando chegou aos 14 anos de idade, já estava trabalhando em escritórios de autoescola e despachantes.

Durante os primeiros anos como servidora do município de Sumaré, morei em uma casa que meu pai havia comprado, onde permaneci até meus filhos se casarem. Mudei-me depois para um sobradinho atrás da Guido Rosolen, porque foi onde eu trabalhei, entre 1975 e 1992, até me aposentar. Nesse sobradinho passei meus últimos seis anos vivendo de aluguel. Então, deixei de residir definitivamente em Hortolândia, pois consegui financiar uma casa em Sumaré, onde estou até hoje.

Há sete anos, venho todos os dias – exceto aos sábados – de Sumaré a Hortolândia para ajudar nos cuidados com minha mãe, Maria da Costa Camargo, que hoje está com 100 anos de idade. Até os 94 anos, ela era uma mulher bem mais forte: cozinhava, arrumava toda a casa, carpia todo o mato do quintal de casa. Sua saúde se sensibilizou muito após uma forte pneumonia. Mas ela ainda gosta de falar; fica até “braba” se contrariada; é lúcida, e, apesar de passar a maior parte do tempo deitada, ainda caminha, vai ao banheiro. É necessário, apenas, que nós não descuidemos dela, para que seja bem alimentada e que não haja fraturas, gripes, resfriados. Durante o dia, sou eu quem cuida dela; no fim de tarde e à noite, é uma de minhas irmãs, que mora com ela. Chego às sete horas da manhã e volto às quatro horas da tarde – vou e volto de ônibus. Aos sábados, minha irmã que mora no bairro Aparecidinha, divisa de Campinas com Hortolândia, é a responsável por esses cuidados.

Meus avós paternos e maternos viveram no final do século XIX, no tempo em que Jacuba tinha apenas o posto telegráfico; os filhos deles, no tempo em que a estação ferroviária estava em construção ou era recém-construída. Meu avô Zacharias era proprietário de uma fazenda com 150 alqueires de terra, em cujo pasto havia criação de gado, principalmente

leiteiro, bem como pedaços de terra arrendados a terceiros para produção de milho, arroz, algodão. Meu avô Juca era proprietário de 30 alqueires de terra, nos quais ele plantava o milho para a produção de fubá e farinha, em seu próprio moinho tracionado por um monjolinho, além de plantar o necessário para o sustento da casa, criar algumas dúzias de cabeças de boi e dúzias de porco. Fazíamos muita canjica; descascávamos o café – sempre socado no pilão do nosso monjolinho – em parceria com nossos vizinhos. Os “italianos” do povoado iam sempre à nossa casa moer o milho produzido em suas roças, para depois levarem sacos de fubá embora, e fazerem a típica polenta.

Meus avós paternos e maternos eram muito generosos com os vizinhos. O avô Zacharias, quando abatia um boi, não havia quem ficasse sem ganhar uma peça de carne. O mesmo acontecia com o avô Juca; quando ele pedia ao meu pai para retirar um porco adulto do chiqueiro, para abate-lo, já havia outro em período de engorda – era uma granja muito bem organizada –, e no dia em que se abatia um porco, nós e a vizinhança ficávamos sem trabalhar na roça, pois todos ajudavam. No sítio do avô Juca não se abatia o gado, apenas na fazenda de meu avô Zacharias, onde aproveitávamos tudo: fazíamos linguiça e torresmo, e conservávamos a carne em latões de gordura – como todos os sitiantes daquele tempo.

No sítio dos meus pais havia uma variedade de culturas – alho e cebola, arroz, milho – para vendermos e mantermos o sustento da família. Até vassouras “de bruxa” confeccionávamos para vender. Tínhamos algumas cabeças de gado leiteiro; assim, leite, manteiga e queijo fresco estavam sempre à mesa. Meu pai ia de charrete às sextas-feiras ao centrinho de Jacuba comprar apenas sal, óleo, fósforos e carne de boi “fresquinha” quando faltasse em casa. Se alguém precisasse de algo com mais urgência, um vizinho oferecia ao outro aquilo de que dispunha. Mas, via de regra, a vizinhança estocava seus respectivos produtos na tulha dos Ghirdelli, para serem vendidos – quase tudo por medida de arroba, cuja unidade equivale a quase 15 quilos. Apesar de trabalhar durante o dia na fazenda

do Guido, à noite eu e meus irmãos separávamos as cebolas e alhos, do tamanho certo, para prepará-las em réstias – e, a bem da verdade, acho que sou corcunda até hoje por carregá-las nas costas por horas a fio.



Minha avó descendente de portugueses, Beatriz Piedade, esposa do avô Juca, comia muito peixe – com maior predileção pelo bacalhau. A outra avó, Francisca Costa Camargo, mais dada à cultura cabocla, gostava mesmo era de carne vermelha, virado de feijão e uma canjica semprequentinha ao fogão de lenha, para alegria dos netos. Tive maior convivência com a família Francisco, uma vez que morávamos, durante a infância e mocidade, no sítio de meu avô, apesar de todos os domingos passarmos a maior parte do tempo com a família Camargo. Na época, era um pas-

seio e tanto sair do sítio do avô Juca, vizinho dos Baumgartner, Rosolen e Coelho, e seguir a pé ou de carroça para a fazenda do avô Zacharias, onde hoje se localiza o bairro Remanso Campineiro. Saíamos bem cedinho e retornávamos ao escurecer. Eram muito comuns as longas caminhadas.

Minha mãe conta que, quando solteira, já era comum gente de Jacuba percorrer, a pé, a estrada de Monte Mor em direção a Campinas, a atual SP-101; por vezes inclusive à noite, em procissões fúnebres, cantando e rezando, carregando o defunto envolto em lençol e dependurado em taquara, para realizar velório e enterro em determinada localidade. Também eu tenho lembrança disso; pois, quando crianças, eu e amigos, como o Toninho, chegamos a acompanhar esses cortejos: ríamos, sem maldade alguma, daqueles homens de terno preto e chapéu, solenes. Nesse percurso, tempos depois, caminhões conduziam o caixão e o pessoal até um trecho barrancoso próximo à Vila Boa Vista, onde hoje se encontram as fábricas da Bosch. Desse ponto em diante, íamos a pé, como já fazíamos na época de infância, até o Cemitério da Saudade, na Vila Joaquim Inácio. Era tão cansativo o percurso que, se falecesse alguém de Jacuba que seria enterrado em Campinas, o dia de serviço era perdido ou abonado – ou até mesmo “virava feriado”.

A Estação Ferroviária de Jacuba era pequena, mas limpinha e confortável; tinha um serviço e atendimento sempre “nos conformes”; seus funcionários eram exemplares, competentes. Fico cheia de dó quando passo pelo centrinho de Hortolândia e vejo, de longe, a triste situação da estação. Lembro bem de um trem que vinha e voltava de Araraquara, e que passava por Hortolândia – há muito tempo. Seus vagões eram luxuosos; os horários, pontuais, uma vez que, sempre às 10h20 da manhã, os trens estavam prontos para o embarque e desembarque de passageiros, na estação. No auge das operações, havia vários horários para embarque e desembarque passageiros, pois era o principal meio de condução para os cidadãos de Hortolândia, no que tange às viagens mais longas.

Meu irmão, quando jovem, ia sempre a Sumaré com o Toninho, simplesmente para “passear”: saíam logo após o almoço, e retornavam a Hortolândia às onze horas da noite, no último horário, para depois caminhar mais de hora até chegar em casa. Eu mesma fiz viagens a diversas cidades, a passeio e por obrigações: Rio Claro, Americana, Indaiatuba e outras. Aos poucos foi diminuindo a demanda de passageiros usuários da estação, a ponto de ser necessário, de ônibus ou carro, ir a Campinas para embarcar rumo a São Paulo, por exemplo. Meus filhos adoravam passeios de trem; e meus netos sempre lhes pedem para fazer também esse passeio – pena que não há mais como viajar de trem rotineiramente, como à moda antiga; resta-lhes, apenas, o trenzinho turístico do trecho de Anhumas, aqui em Campinas; ou este, nada turístico, de Jundiaí a São Paulo.

Maneira de se paquerar à beira da estação ferroviária de Jacuba: as moças, espertas, sabiam de tudo – quem eram os maquinistas; quais as datas e horários de embarque e desembarque. E, como essas moças não tinham mais o que fazer, os maquinistas se aproveitavam disso e arremessavam pedras com bilhетinhos amarrados, para combinar hora e local dos encontros. Isso remete a uma lembrança familiar nossa, sempre evocada, e “passada pra frente”: minha tia, irmã mais velha de minha mãe, mulher bonita, quando moça, aos 16 anos de idade, foi embora com um maquinista; permaneceu por quatro anos longe de casa, sem dar notícias. Conforme conta minha mãe, casou-se com o rapaz, de um jeito próprio da época: meu avô praticamente a “vendeu” para um homem mais velho, chamado Manuel – um “português”. Esse maquinista tinha como ponto final alguma estação ferroviária para as “bandas” do noroeste do estado de São Paulo, e, a bem dizer, deixou-a por lá, em certo sentido, abandonada, sozinha, pois viajava por todo estado e capital. Pelo que se diz, minha tia passava até fome na ausência do marido; este, por vezes, chegava à cidade onde moravam e mal aparecia em casa para vê-la, preferindo passear por vagões, rodeado de “mulheres da vida”. Como era demasiado o sofrimento de minha tia, um casal lhe ofereceu casa e serviço, pois “aquilo não era

vida”. Certamente, esses quatro anos em que ficara afastada da família se deram em razão do constrangimento pelo casamento fracassado com esse maquinista.

Por lá mesmo, para onde fugiu com esse maquinista, no entanto, conseguiu “dar a volta por cima” e seguir em frente. Conheceu outro rapaz, por quem se apaixonou, chamado Paulino, operário da Companhia Paulista de Transportes Ferroviários, que posteriormente ingressou no Exército Brasileiro, e com o qual vivera o resto da vida, apesar de nunca terem se casado no civil e no religioso. Paulino foi um homem muito bom para ela, pelo que soube. Juntos, abriram um pensionato em São Paulo, onde receberam famílias e mais famílias de migrantes do Norte e Nordeste brasileiros, e imigrantes italianos, espanhóis, portugueses, argentinos, paraguaios e uruguaios. Militar, na época, reformado, Paulino faleceu tempos depois da Revolução de 1932; que minha tia continuou tocando o negócio até o fim da vida. Ou seja, minha tia foi uma representante pioneira de Jacuba na “metrópole”.

Para os jovens de antigamente havia poucos lugares para se reunir, como o centrinho de Jacuba, a não ser que se pegasse o trem para Sumaré ou Campinas. Nas imediações da estação ferroviária havia alguns locais de lazer, como um cinema, por um breve período; a sorveteria; as “vendas” que assavam frango; o campo de futebol; as pistas de bocha e malha. Nas festas em homenagem ao padroeiro – época em que a igreja era pequenina, semelhante à primeira de Aparecida – havia de tudo: leilão de animais e prendas; barracas com bebidas e comidas típicas; brinquedos; danças como o catira. Eu, meu marido, o Toninho e sua esposa, dona Zilda Baumgartner, e mais outros, éramos uma turma frequentadora de todas essas festas, desde quando ainda éramos solteiros.

O bar que existe até hoje à beira do cruzamento da linha férrea com a avenida São Francisco de Assis é o mesmo edifício desde sempre; continua como outrora – apesar de merecer uma reforma. Por muitos anos, quando havia casamentos ou batizados na Igreja Matriz, o povo comia,

bebia e se divertia nesse bar, passadas as celebrações. Sempre que passo em frente a ele e em frente à praça de São Francisco de Assis, no trajeto da casa de minha mãe a Sumaré, bate uma saudade dos tempos de infância e mocidade, e principalmente do momento em que comecei a namorar aquele que seria meu marido, em uma festa do Padroeiro.

As principais festas no povoado de Jacuba eram de motivo religioso. Em certas épocas do ano eram organizadas algumas procissões e quermesses. Em sua maioria, essas festas aconteciam na praça de São Francisco de Assis, em frente à Igreja Matriz – que há um bom tempo passou por uma reconstrução, pois não é a original. Uma festa que havia por aqui antigamente e que não há mais é a festa do Divino, ainda muito comum em Minas. Passava-se, de casa em casa, um cortejo liderado por uma bandeira ilustrada com uma pombinha, que simboliza a presença do Espírito Santo. Os integrantes do cortejo eram vestidos com alegorias adereçadas com um sem-número de fitinhas coloridas. Meus pais esperavam cheios de alegria pelo cortejo do Divino, com mesa repleta de bolos e pães preparados em casa. Eram muito bonitas essas festas religiosas – quermesses, procissões, cortejos.

Eram comuns os passeios a outros lugares da região de Campinas, Sumaré, Jacuba, em que se festejavam os santos. Durante o período das festas juninas, sabíamos de antemão onde aconteceria cada uma delas. Quando não havia festa na praça São Francisco de Assis, íamos muito à Vila Boa Vista, em Campinas, para as festas em homenagem ao Bom Jesus de Aparecidinha. Íamos a pé, juntávamos um bando de gente, e fazíamos todos juntos esse trajeto – uma de minhas irmãs até arrumou namorado por lá em certa ocasião. Íamos também às festas de casamento, ou àquelas promovidas por gente de maior posse, como as realizadas por João Coelho, proprietário das antigas Chácaras Fazenda Coelho, e que hoje dá nome ao bairro onde minha mãe ainda reside. João Coelho era um homem de muitas posses, empregador de muita gente, principalmente em suas terras e em sua olaria; era também um homem de muito bom coração, assim

como seus familiares. Para ele havia um tratamento respeitoso e igual entre todos os seus empregados. Nós, sitiantes da vizinhança, esperávamos ansiosos pelas festas realizadas na sede da propriedade. Até se tornou tradicional a festa de São João que acontecia lá: muita gente, fogueiras enormes, churrasco à vontade a todos os presentes, e até tela de cinema, a única de Jacuba. Para quem morava no “meio do mato”, tudo aquilo era uma festança. Após a morte de João Coelho, suas terras foram loteadas, e aquela festança se acabou.

Quando crianças e jovens, reuníamos-nos com os nossos vizinhos mais próximos: os Baumgartner, os Favaro. Estes últimos, oriundos de Valinhos, eram empregados da fazenda de Fiori Rosolen, pai do Guido; homem que empregava famílias italianas, de modo que ali em sua propriedade vivia-se em um ambiente de colônia. Na sede da fazenda, Fiori gostava muito de realizar bailes, com música ao vivo; ali, o Carlos Favaro, pai de nossos amigos, tinha um gramofone: eram festas e bailinhos que não acabavam mais. Do que resta da propriedade, veem-se de longe, ainda, algumas cabeças de gado.

Minha mãe foi quem me ensinou que o povoado de Jacuba era assim chamado devido à comida básica preparada por tropeiros; e, pelo que sei, há diversos tipos de jacuba, dependendo apenas do que se dispõe de ingredientes: na fazenda de meu avô Zacharias, minha mãe, quando solteira, e Inácio, seu irmão, logo pela madrugada, preparavam uma variedade feita a partir de farinha de mandioca e carne seca. Por onde passa a SP-101, antiga estrada Campinas-Monte Mor, em “nosso” trecho passava uma boa quantidade de tropeiros, guiando cavalos, mulas e boiadas. Meu avô também era tropeiro; ficava, por vezes, mais de duas semanas fora de casa; mesma em sua fazenda, acompanhava aquele enorme bando de tropeiros na hora do almoço, que era bem cedo, com todos repousando embaixo de arvoredos. De início, estranhávamos essa mudança de nome do povoado, de Jacuba para Hortolândia; foi difícil acostumar a chamar o povoado

pelo novo nome, ao se tornar distrito de Sumaré. Creio que a denominação Hortolândia não é derivada do Horto de Sumaré, na época propriedade da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, como poucos dizem. Pelo que sei, foi uma homenagem à família de João Ortolan, empresário pioneiro que chegou a Jacuba; ele abriu diversos terrenos e loteamentos, além de ter sido o primeiro proprietário da Cerâmica Ortolan – logo em seguida à venda, Cerâmica Sumaré. É certo que teve muita gente influente envolvida nisto.

De maneira semelhante, isso ocorreu pouco depois que Rebouças mudou seu nome para Sumaré, por determinação de lei federal. Lembro que há algum tempo fui ao antigo INPS, por procuração em nome de minha mãe, para adiantar uma documentação ligada à sua aposentadoria. Dois rapazes, servidores do órgão, diziam que nada podiam fazer por ela, porque nós deveríamos ir a Rebouças resolver a situação; e que, na verdade, nem sabiam onde era essa tal Rebouças, no estado de São Paulo. “Vocês estão pisando em Rebouças!”, exclamei, rindo, de certa maneira, da situação. Minha mãe dizia que o padre Giordano, que tempos mais tarde seria articulador da emancipação de Sumaré, não gostava desse nome, escolhido em concurso cultural – gostava do nome antigo, Rebouças. Eu mesma não sei o porquê de “Sumaré, Cidade Orquídea” – a não ser que há tempos atrás fosse encontrada, realmente, grande quantidade de exemplares dessa espécie, ainda à “época dos fazendeiros e escravos”. Tanto que ocorreu um caso, um fato ilustrativo desse episódio, contado por minha mãe: o despeito do padre Giordano era tão grande com a escolha desse nome para substituir o antigo que, de alguma forma, talvez sobrenatural ou milagrosa, houve uma chuva de granizo que interrompeu por três dias o funcionamento da estação ferroviária de Rebouças, devido ao enorme acúmulo de gelo nos trilhos e entornos. Enfim, o padre Giordano não gostou, mas teve que aceitar a mudança de nome, determinada pelos políticos e referendada pelo povo.

Além desse gado conduzido pelos tropeiros, havia também aquele em-

barcado e desembarcado na Estação Ferroviária Jacuba, na época em que o contorno do trecho era outro caminho que não este – construído durante as reformas ocorridas para a instalação das primeiras grandes indústrias de Hortolândia, como a Cobrasma S.A., no antigo bairro da Morada da Serra. Adorávamos ver o trem passar com toda aquela boiada, mas ele era muito mais importante para nós do que isso: na época, o transporte ferroviário de passageiros era a melhor opção para os mais necessitados. Para quem habitasse onde hoje se localiza o Jardim Rosolém e arredores, era mais conveniente embarcar na Estação Ferroviária Boa Vista; enquanto, para os moradores mais próximos ao centro do povoado, a única opção era a Estação Jacuba. Quando éramos crianças, poucas vezes pegávamos o trem; apenas no caso de termos afazeres ou visitas para além das redondezas do vilarejo. Meu pai, por sua vez, fazia mais uso do trem: sempre estacionava sua carroça junto às estações de Boa Vista ou Jacuba, para resolver compromissos em Campinas ou Sumaré, respectivamente – charretes, carroças e cavalos, quase todas as famílias dispunham, em vista das necessidades de então; inclusive, para se chegar às estações ferroviárias.

À parte nossa vida sob e carroças e trens, pouco tempo depois que Jacuba passou a se chamar Hortolândia, linhas de ônibus e excursões começaram a atender à população local. As primeiras “jardineiras” a cruzarem pela estrada Campinas-Monte Mor foram de um senhor chamado José Moura, e as da empresa Caprioli – esta última, hoje, uma potência regional. Vi também de perto os primeiros passos da empresa de ônibus da família Padovani. Nossa turma começou, então, a fazer alguns passeios mais longos, como a Aparecida, Tambaú, Pirapora do Bom Jesus, Poços de Caldas. O frete do ônibus funcionava pelo regime de lotação: quando se completavam todas as vagas, partíamos em viagem. Muito boa essa época, pois os motoristas já nos buscavam aqui mesmo em Hortolândia, de forma que não precisávamos mais ir a Campinas ou Sumaré para excursionar.

Minha mãe dependia do transporte ferroviário para chegar ao Grupo

Escolar em Jacuba – vivia à beira da linha, quando criança e moça. Assim, graças ao trem, teve a oportunidade de estudar; era uma boa aluna, escrevia muito bem, e com letra bonita – pena que há muito tempo começou a sofrer com problemas de visão, e não pôde mais ler e escrever. Meu pai, a bem da verdade, nunca deu atenção aos estudos: ia à escola para namorar, paquerar as mulatas. Entre seus familiares, no que se refere aos estudos, seu irmão mais velho conseguiu concluir o ensino do Mobral, no Grupo Escolar da Vila Boa Vista. Havia uma grande diferença entre ambos: desinteressado nos estudos, meu pai ficava pela estrada, a cavalo, paquerando as mulatas, enquanto meu tio parecia um advogado ao conversar com os colegas, tamanho foi o aprendizado adquirido durante o tempo de Grupo Escolar. Um diferencial em favor de meu pai: apesar de, basicamente, saber apenas assinar o próprio nome, poucos do povoado lidavam bem com a matemática como ele, e tampouco “calculadoras lhe faziam páreo” – deixo também registrado que hoje faz 32 anos que faleceu nosso pai.

Eu era bem criança quando construíram o Instituto Adventista São Paulo – o Iasp –, o primeiro colégio particular de Hortolândia, ainda na era Jacuba. Não sei quem cedeu ou vendeu o terreno para a construção do Iasp – talvez as famílias Camargo e Franceschini. De qualquer forma, foi uma boa ação na época, para Jacuba, a construção de uma escola, independentemente da crença e das posses de cada um. Não há como esquecer um triste episódio: alguns jovens adventistas, internos do Iasp, tinham o costume de nadar nos açudes do sítio de meu falecido tio, Joaquim da Costa Camargo, próximo ao terreno da Cerâmica Confibra, até que um moço morreu afogado, em infeliz ocasião, neste mesmo sítio, e nunca mais tornaram ao local para se divertirem. Por décadas, em Jacuba, ou Hortolândia, havia poucas escolas públicas, em sua maioria estaduais, em parceria com o município: basicamente, a Manoel Inácio, a “Guido Rosolen”, a “Santa Esmeralda”, a “Taquara Branca” e a “Terra Preta” - esta última, a primeira escola onde eu havia estudado, recentemente desativada. Com o passar do tempo foi aumentando o número de unidades: a “Maria de Lour-

des”, a “Bom Pastor”, a “La Fortezza”, a “Sumarezinho”, entre outras. O número de escolas foi aumentando à medida que crescia a população do distrito e que chegavam as primeiras grandes indústrias; Cobrasma e Braseixos; IBM; Sadia; Laboratório Dória, posteriormente, incorporado à EMS; Nativa Cosméticos. Lembro com carinho de algumas professoras, muito atuantes nos tempos de Jacuba e distrito de Hortolândia: havia a dona Ada, professora da “Terra Preta”, que também morava em Campinas; e dona Dolores Alves, da “Guido Rosolen”, residente em Campinas, que também lecionou a vida inteira por aqui e se aposentou conosco. Para chegarem aqui e para irem embora, pegavam os ônibus que circulavam três vezes por dia em Hortolândia: de manhãzinha, ao meio-dia e no fim da tarde.

Obviamente, tenho maior carinho pela escola Guido Rosolen, pois ali passei toda uma vida: acompanhei o amadurecimento dos alunos, além de conviver com grandes amigos, como o Toninho Geraldelli, o qual já conhecia, desde mocinha, pois éramos frequentadores de festinhas do padroeiro de Hortolândia, São Francisco de Assis, e de quermesses; meu irmão era seu companheiro no grupo do catira, quando eram moços. Passado algum tempo, reencontrei-o na “Guido Rosolen”, quando fui investida no cargo público, uma vez que ele já trabalhava ali há uns dois anos. A partir de então, fortalecemos uma amizade que já tínhamos, para toda a vida. De início, na “Guido Rosolen” havia duas salas de aula; tempos mais tarde, quatro. Foi uma luta para instalarmos o curso ginásial. Todos davam sua parcela de contribuição para as melhorias, em momentos que o poder público não conseguia se fazer presente. Quando meus filhos eram crescidos, sempre dava minha contribuição nos conselhos comunitários de escola, da Polícia Militar, e outros. Para gerar renda de apoio a nós, servidores, e à própria escola, eu e Toninho tocamos uma cantina que vendia doces e quitutes dentro da escola, e que, com o passar do tempo, foi melhorando. Antes de nós, esta cantina estava sob os cuidados de soldados da PM. Prestávamos regularmente as contas do “dinheirinho” que girava

dentro da cantina. Pagávamos até uma quantia pelo aluguel do espaço à diretoria – nada mais justo, uma vez que aquilo havia se tornado um pequeno comércio em espaço público escolar. Com essas pequenas quantias arrecadadas, fazíamos festas juninas e “dia das crianças”.

Nos tempos em que eu era inspetora escolar, para prepararmos a merenda, muitas vezes, tínhamos de ir ao sítio do Tico Breda, para colhermos frutas, verduras e legumes. Não havia quem fizesse esse serviço pra nós. Até frangos nós conseguíamos para incrementar a refeição das crianças, pois as Granjas Ito tinham enorme generosidade para conosco. A merenda que se oferecia na “Guido Rosolen”, na época em que eu e Toninho éramos inspetores, era modesta, mas muito saborosa; nunca faltou, porque essa sempre foi uma preocupação nossa, como pais, cidadãos e servidores públicos. Íamos atrás do que faltasse para complementar a refeição: pedíamos a colaboração de toda a comunidade, enquanto a prefeitura de Sumaré procurava o apoio de outras prefeituras por alimentos subsidiados. Na época do governo estadual de Paulo Maluf, o leite disponibilizado nas escolas era feito de soja processada; ninguém se acostumava àquilo, a rejeição ao alimento era muito grande. Tínhamos vontade de fazer com que o governador bebesse esse leite de soja, à base do arreo, se necessário. Na entrada, pela manhã, bem cedo, nunca faltou o leite, porque era sagrado. Exemplo de nosso cardápio semanal, básico: segundas e terças-feiras, arroz e polenta com carne; quarta-feira, polenta com leite e sopas; quinta-feira, sopa de feijão; sexta-feira, pão com salsicha. E frutas, todos os dias, frequentemente bananas e laranjas, como sobremesa. Variávamos com carnes, legumes e verduras de toda sorte.

Lembro que, pouco antes de eu me aposentar, as escolas de Hortolândia já faziam o trabalho de levar os alunos para conhecer a nascente do ribeirão Jacuba, que fica para os lados de trás do presídio e do antigo galpão da Sadia, próximo a grandes plantações de eucaliptos, em meio às quais se deixavam soltas um sem-número de cabeças de gado – a nascente do ribeirão se encontra onde antigamente era propriedade do João Coelho.

Isso faz muito tempo; foi na época em que a água do ribeirão era limpa, utilizada principalmente pelos colonos da fazenda do João Coelho, cujo núcleo habitacional se chamava Mascatinhos, próximo de onde se originou o atual bairro Perón, vizinho ao presídio – creio que o lugar tinha esse nome, Mascatinhos, pois era ponto de descanso para vendedores de roupa e utensílios domésticos, como ainda existem muitos que circulam pelos bairros mais pobres de Hortolândia. E, pelo que tenho de conhecimento, o ribeirão Quilombo nasce em Campinas, mas recebe água de vários afluentes cujas nascentes se encontram em Hortolândia, como dos conhecidos Três Córregos, que surgem para as bandas derradeiras do Jardim Rosolém e, principalmente, do ribeirão Jacuba, até passar por Sumaré, e seguir rumo ao rio Atibaia; que deságua, por sua vez, no rio Piracicaba.

Não me lembro de terem fixado residência por aqui, em Hortolândia, nos primeiros tempos, médicos, engenheiros e advogados – preferiam cidades vizinhas. Os primeiros “doutores” de Hortolândia foram gente natural daqui mesmo, que ia embora para completar os estudos e retornar com o diploma nas mãos. Eu, como inspetora escolar, acompanhei a trajetória de muitos desses alunos que avançaram nos estudos. Muitos não voltaram mais pra cá; no máximo, vinham para visitar os familiares; como o dr. Luís Ângelo Berni, que estudou na Guido Rosolen, no Adventistae na Universidade Estadual de Capinas – a Unicamp –; tornou-se físico, professor e pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – o Inpe; e com cujo pai eu trabalhei, quando solteira, no armazém do Guido. Ao se formar na faculdade, o dr. Luís Ângelo retornou a Hortolândia para lecionar na Guido Rosolen, para depois seguir seu caminho. Há outros que por aqui permaneceram, mesmo depois de formados, como o professor José Geraldo da Silva, educador físico, que foi nosso aluno desde a 1ª série – atualmente, ele exerce mandato de vereador.

Alguns períodos foram duros para todos os envolvidos com a educação: professores, diretores, servidores, alunos. Em certa época, a Guido Rosolen funcionava em cinco horários, pois as atividades da Escola Esta-

dual Sumarezinho tiveram início ainda dentro de nossa escola, até receber o edifício próprio – eram duas escolas em uma só. De qualquer forma, fico muito gratificada quando encontro antigos alunos nossos, que nos agradecem pelo zelo e carinho, vindos de nós, servidores das escolas em que trabalhamos: desde a limpeza das salas de aula e do pátio até as sopinhas de feijão e legumes bem temperadas na hora da merenda.



Havia poucos protestantes e evangélicos por aqui. Dava para “contar nos dedos” quantos havia. Lembro apenas que uma parente de minha mãe, natural de Campinas, que veio residir no distrito de Hortolândia, e que era protestante ou evangélica. Preconceituosos como éramos, por ignorância, chamávamos-lhes de “línguas de fogo”. Tempos mais tarde, anos após a criação do Iasp, na época um educandário em construção, é que se viu um crescimento da população evangélica, protestante. Isso veio ocorrendo des-

de as décadas de 1970 e 1980, com a chegada de migrantes de todo o país.

Sempre é bom recordar de devotos que se destacavam no povoado: um deles era o próprio Guido Rosolen, que doou o terreno para a construção de uma igreja em louvor a Santo Antônio, na época que abriu loteamentos de sua propriedade; além disso, era um praticante da caridade, e contribuía com os eventos realizados nas paróquias das redondezas, como a de São Sebastião, e a de Aparecidinha, em Campinas; e adorava construir e enfeitar andores, como um que ostentava uma linda imagem de São José. Quando o Guido faleceu, sua esposa se chateou tanto com a paróquia que abrange os arredores do Jardim Rosolém, que, ao saber que um padre e algumas freiras recém-chegados haviam feito de Nossa Senhora Aparecida a nova padroeira da comunidade, mudou de religião; dentro de pouco tempo, tornou-se testemunha de Jeová.

Em certa oportunidade de conversar com a viúva do Guido, dois meses antes de ela também falecer, perguntei-lhe se era verdade que havia mudado de religião; ela respondeu que sim, que mudara por desgosto e desaforo. Fiquei espantada, pois ela e o marido eram muito católicos e participativos na igreja Católica – ela, em particular, uma beata. Curioso: logo que mudou de religião, faleceu. Eu até compreendo sua tristeza e inconformidade, pois seu falecido esposo foi devoto atuante na comunidade e seus esforços pela igreja se tornaram vãos, em vista da atitude desses religiosos recém-chegados, que não consultaram a comunidade sobre a decisão de mudar de padroeiro.

Até o fim de minha infância, não havia luz elétrica em Jacuba; exceto em algumas propriedades, que já possuíam geradores de energia a *diesel* ou recarregáveis, destinados basicamente à produção agropecuária e derivados. Demorou muito para nós deixarmos de tomar banho de “bacião”, com água aquecida em fogão a lenha – não havia outro jeito. Tínhamos luz elétrica apenas porque meu tio nos oferecia energia a partir de seu gerador a *diesel*; mas para o banho, não. Televisão, não havia por aqui; rádio, algu-

mas famílias tinham. Luz elétrica, com rede regular, foi instalada quando Jacuba já havia mudado de nome para Hortolândia – e demorou muito. Com exceção da área que circunda a Cerâmica Sumaré e a estação ferroviária de trem, lembro que o primeiro bairro a ter rede elétrica instalada fora da região central – o que ocorreu pouco antes de meu marido falecer – foi o Jardim Santa Izabel, próximo de onde foi construída, tempos mais tarde, a praça “A Poderosa”. Acredito que o processo de instalação de rede elétrica foi lento devido à necessidade de se reunir um número suficiente de sitiantes para cobrir os gastos de instalação dos equipamentos.



José Francisco Breda, o Tico Breda, foi uma pessoa muito influente em Hortolândia, desde períodos bem anteriores à emancipação – inclusive para a chegada da rede elétrica. Era gente da terra; vereador de Sumaré e subprefeito de Hortolândia por alguns mandatos; cidadão atuante na luta pela emancipação. Não faz muito tempo que ele faleceu – onde se localiza o estádio municipal que leva seu nome eram terras de meu avô Zacharias.

Foi ele quem me ofereceu a oportunidade de emprego na prefeitura de Sumaré. Um ano após eu ter ficado viúva, fui com meu cunhado, irmão de meu marido, em seu sítio, no bairro Taquara Branca; expliquei minha situação, e ele interveio por mim junto à prefeitura. De antemão, disse-me: “Quando surgir alguma vaga, irei procurá-la”. E cumpriu o que me prometeu, em virtude de uma enfermidade de outrem.

Minha ex-patroa, dona Cezira Arten Rosolen, esposa do Guido, quando ficou viúva, teve que trabalhar como servente na escola do bairro, que hoje leva o sobrenome do finado marido. Guido faleceu em 1973, em acidente ocorrido nos arredores de Tatuí, onde ele tinha plantações em sociedade com o irmão: sua caminhonete capotou por diversas vezes e caiu de uma ponte, após atropelar um cavalo ou um boi – foi fatal. Ele deixou muitos negócios pendentes: loteamentos, terrenos próprios, que ele mesmo vendia; fianças, por exemplo, a seu irmão, investidor no ramo de adubos e insumos agrícolas em Tatuí, o qual não pagou os empréstimos contratados após sua morte. Era um homem de bem, mas gostava de se meter em política. Era época de eleição, e mais uma vez voltava às pressas para se reunir com uma turma de políticos de Sumaré em sua casa – ex-prefeito José de Nadai, prof. Leovigildo Duarte Junior, Tico Breda e outros. O velório e o enterro foram marcantes – até carreata teve, partindo de sua casa em direção ao local do velório. E, em menos de um ano, dona Cezira, sua esposa, faleceu; anos mais tarde foi a vez de seu filho, Carmo, que morreu de infarto. Dona Cezira mal sabia o que fazer quando da elaboração do inventário, no qual se arrolaram tantas dívidas quanto os bens imóveis; além disso, ela mesma não se dava bem com dinheiro e negócios. Apesar de tudo, a mulher fez o que pôde para honrar os compromissos do finado marido, e conseguiu pagar essas dívidas. E foi justamente quando dona Cezira se adoentou e teve que se afastar do trabalho durante três meses que consegui uma vaga como servente da escola, conforme o Tico Breda havia me prometido.

Entreguei meus documentos ao Tico Breda e dei início ao meu trabalho

na escola. Fiquei dois meses sem receber os vencimentos. Naquele tempo, no serviço público, havia contrato de experiência de três meses. Procurei saber o que estava ocorrendo: pensava, inclusive, que eu não seria aprovada nesse estágio probatório. Fiquei muito preocupada, pois tinha meus meninos em idade escolar, sem marido e casa própria. Fui ao encontro do Tico Breda. Ele me explicou a necessidade de eu procurar pelo secretário de Educação da prefeitura municipal de Sumaré, o prof. Leovigildo, o qual amistosamente me recebeu naquela oportunidade. “Dona Luzia, eu soube que a senhora está há mais de dois meses sem receber os vencimentos” – disse-me o professor. Os documentos que eu havia deixado aos cuidados do Tico Breda estavam dispostos da mesma maneira, em um saquinho plástico, guardados em uma gaveta da mesa do prof. Leovigildo, que imediatamente resolveu minha situação: “Dona Luzia, abra uma conta corrente no Banco do Estado de São Paulo – o Banespa”. Para tanto, eu teria de levar alguém como testemunha, procedimento ainda comum na época. Levei comigo uma colega, dona Lourde, que por fim, e não sei o porquê, não quis assinar o contrato na mesa da gerência bancária, e me esperou sentada no banco da praça, em frente à agência – de maneira que um fazendeiro da região, um senhor chamado José, que nunca mais vi, prestou-me essa gentileza. Retornei em seguida ao prédio da prefeitura com uma cópia do contrato – finalmente, consegui receber meus primeiros vencimentos, após dois ou três dias úteis. Pouco depois, soube que fui muito bem avaliada pelo diretor da escola e pela prefeitura de Sumaré, de forma que assinei contrato definitivo em 1975, e me aposentei como servidora municipal.



Nos meus últimos tempos de serviço em Hortolândia eu sofri muito: aumentou a violência; marginais rondando pessoas de bem – não se parecia mais com o povoado no qual nasci e cresci. Eu estava prestes a me aposentar, e fazia pouco tempo que eu havia adquirido minha casa em Sumaré, em 1990. Mesmo assim, trabalhei mais dois anos em Hortolândia na Guido Rosolen, até surgir vaga na Escola Estadual Professora Elizabeth Melo Rodrigues, bem próximo de onde resido até hoje. Mas minha função já não era a mesma: passei de inspetora escolar a merendeira – o que foi também uma experiência muito construtiva, tanto que eu e algumas colegas fomos convidadas em diversas oportunidades para sermos as cozinheiras da delegação sumareense nos Jogos Regionais paulistas. Viajamos para Piracicaba, Jundiaí, São João da Boa Vista, e preparávamos mais de trezentos pratos por dia.

Foi nos últimos tempos de quando Guido ainda era vivo que o distrito de Hortolândia e arredores foram se transformando de roça em cidade, época em que foram abertos muitos loteamentos. Por ali onde hoje é o Jardim Rosolém, Nossa Senhora de Fátima, Santa Izabel, havia apenas algumas casas à beira da pista, e sítios e fazendas mais adentro. Até então, nas propriedades do Guido, por exemplo, havia um pomar, um laranjal bonito; o restante, um eucaliptal e capoeira. Lembro bem do dia em que Guido, seus funcionários e diversos vizinhos em regime de mutirão cortaram as árvores, arrancaram à mão os tocos de raízes e limparam todo o terreno, para serem demarcados os loteamentos – quem liderava todo esse pessoal era um homem grande e forte, cujo apelido era Alcindão.

Tenho conhecimento de que imediações do Jardim Rosolém pertenciam ainda a Campinas pouco tempo antes de Hortolândia se emancipar de Sumaré; e de que, muito tempo atrás, o povoado de Jacuba pertencia ao antigo distrito campineiro de Santa Cruz, até se tornar distrito sumareense de Hortolândia. A emancipação de Hortolândia se deu em virtude do rápido crescimento populacional do distrito e imediações, sem que houvesse uma devida assistência da prefeitura de Sumaré em melhorar a infraestrutura nessas localidades. Até a emancipação, para qualquer necessidade, o cidadão residente no distrito de Hortolândia dependia de Sumaré e Campinas. Isso tornava mais difícil a vida do povo daqui. Mesmo com a chegada das grandes indústrias ao distrito, a situação não se alterava. O dinheiro arrecadado na região era levado para o distrito-sede. O que havia por aqui, até a emancipação, era uma salinha apertada, utilizada como posto bancário para os servidores municipais de Sumaré. Depois que Hortolândia se separou de Sumaré é que se pôde enxergar melhorias – um abandono só, até então. Creio que, cerca de três a quatro anos após a emancipação, a população daqui começou a perceber as primeiras melhorias em infraestrutura e prestação de serviços – hoje temos até Fórum. Antes, se precisássemos ir a um banco, tínhamos de ir até Sumaré.

Minha contribuição efetiva na emancipação se deu como mesária do

plebiciscito. Eu e Toninho ajudamos para que na escola Guido Rosolen, durante a votação, tudo transcorresse na maior tranquilidade possível. Embora todos nós tenhamos sido a favor do “sim”, enquanto mesários a postura era de neutralidade. Creio que agimos de forma correta, pois de forma alguma procuramos influenciar os eleitores.

Nessa época, minha filha era servidora municipal de Sumaré, concursada; até que, pouco depois, “pediu as contas” e veio trabalhar em Hortolândia emancipada – ela foi da primeira turma de servidores concursados do município. Durante certo período, ela esteve lotada no gabinete do primeiro prefeito municipal eleito, Luís Antônio Dias, grande liderança nas lutas por emancipação. Passou também por outras secretarias, nas duas gestões do prefeito Jair Padovani. Há alguns anos ela trabalha no Fórum daqui de Hortolândia.

Minha mensagem: nossos pais não tinham condições nem estrutura para nos ajudar a avançar nos estudos. Tenho uma irmã, que mora em Campinas, cujo sonho sempre foi se tornar professora, e de seus olhos escorriam lágrimas por não ter tido a real oportunidade de realizá-lo; como muita gente, ela parou com os estudos na 4ª série do primário. Os mais jovens devem estudar e produzir o melhor para o futuro deles mesmos. Não se pode deixar o que está ao nosso redor abandonado como vem acontecendo. Os jovens de hoje têm a oportunidade que nós não tivemos a vida inteira – eles têm tudo nas mãos. Cada vez mais, “só não estuda quem não quer”.



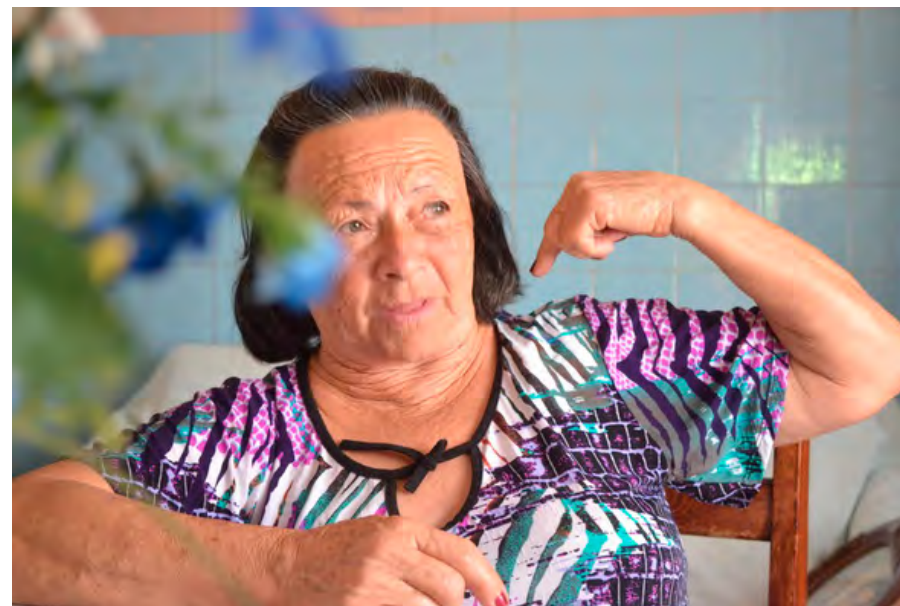
Zilda Ferracini dos Santos, “Dona Zilda”

Dona Zilda Ferracini dos Santos e familiares representam perfeitamente o elo entre o passado rural do povoado de Jacuba e o presente industrial, de prestação de serviços e de mercado especulativo do município de Hortolândia, localidade-chave para compreender a complexidade socioeconômica da Região Metropolitana de Campinas, em sua totalidade. Filha de migrantes mineiros que se instalaram em Jacuba há mais de sessenta anos, dona Zilda, hoje com 70 anos de idade, acompanhou desde cedo, “menina de tudo”, as transformações pelas quais passou a localidade ao longo dos anos. Seu pai, Miguel Antônio dos Santos, foi peça importante e anônima na engrenagem de um mecanismo chamado “progresso”; a primeira missão desse lavrador em Jacuba era desmatar as capoeiras de indaiás para que o terreno da fazenda Bela Vista – atual Jardim Amanda – desse mais lugar às pastagens destinadas às criações de gado e equinos. Em busca de uma vida melhor para si e para sua esposa e filhos, Miguel mudou de emprego quantas vezes foi possível, até alcançar uma situação econômica mais estável. Com justeza, ele e sua esposa, Maria Ferracini dos Santos, apoiaram os estudos de seus filhos o quanto puderam – de modo que dona Zilda fizesse parte da primeira turma de 1ª série do ensino básico do antigo Educandário Adventista Campineiro, atual Instituto Adventista São Paulo, bem em seus primórdios – mesmo que a procura por empregos melhores lhes fizesse demorar a encontrar uma morada segura e definitiva e, por conseguinte, fizesse com que as crianças estudassem, a cada ano, em escolas diferentes dessa região a oeste de Campinas.

Deixando o seio familiar aos 18 anos de idade para viver com seu então recém-esposo, Euclides Ferreira Costa, o Cridinho, “jacubense da terra”, dona Zilda continuou a conviver com a obstinação de homens em busca de melhores oportunidades. Cridinho foi outra peça importante e anônima na engrenagem do mecanismo chamado “progresso”. Sua “vontade de crescer” era a mesma de senhor Miguel, ex-sogro de dona Zilda. A diferença é que Cridinho, apesar de ter nascido na roça, mais especificamente na Terra Preta, dava preferência aos ares de cidade, talvez por ser um empreendedor nato. Ex-dono de panificadoras e armazéns, ele não se bastava como um comerciante qualquer: desfazia-se de um terreno, um sítio, uma roça na primeira oportunidade de obter “lucro garantido” – tanto que adquiriu propriedades até mesmo ao norte de Goiás, no atual estado do Tocantins.

Essa obstinação fez muito mal à vida conjugal e familiar de dona Zilda e Cridinho. Quando da separação, dona Zilda, já com mais de 50 anos de idade, teve de encarar a responsabilidade de viver somente às próprias custas, mesmo que para isso tivesse que embarcar cedo à beira da SP-101, em um ônibus lotado, para trabalhar como empregada doméstica em Campinas – por dez anos de sua vida –, igualmente a milhares de cidadãos e cidadãs hortolandenses, o que deu ao município o título inevitável de “cidade-dormitório”. Falecido há pouco mais de dez anos, Cridinho não sai da memória de dona Zilda. Prova disso é que, em seu relato, a colaboradora narrou mais sobre o ex-marido e outros familiares do que sobre si mesma. É como se o finado ex-marido estivesse observando durante a experiência da entrevista cada palavra proferida por dona Zilda – a todo instante interrompida por Euclides Ferreira Costa Filho, o Kridinho, com “K”, prototipista especializado em fibra de vidro (PRFV), 55 anos de idade, único homem de uma prole de cinco “crianças”.

O encontro com dona Zilda, cuja entrevista registrada em áudio contou com a presença de Gustavo Esteves Lopes, autor deste trabalho, e do jornalista Anderson Zotesso Rodrigues, ocorreu às 14 horas do dia 23 de fevereiro de 2012, sob um calor dantesco, com alívio proporcionado por um copo de refrigerante de guaraná bem gelado, bebido na sala de estar de sua residência – localizada exatamente em frente à propriedade de dona Mariquinha Camargo, mãe de dona Luzia Francisco Bressan, colaboradora que sugeriu a participação de dona Zilda no presente projeto.



“Espero que Hortolândia receba mais e mais ‘progressos’; que acabe, de uma vez por todas, com as drogas, e que a segurança seja mais eficaz em nossas ruas; que nossas escolas sejam cada vez melhor estruturadas; que nossos alunos tenham mais vontade de estudar; e que os jovens e as próximas gerações tenham um bom futuro.”

Apesar dos 70 anos de idade, tenho ainda boa memória. Nós somos em seis irmãos, todos vivos: quatro nascidos em Monte Santo de Minas – eu, Zilda, Zélia e José – e dois aqui em Hortolândia – Décio e Maria –, no sítio da granja de que meu pai era caseiro. Meus avós paternos se chamavam Miguel Antônio dos Santos e Edwirges Modesto dos Santos; e os maternos, Antonio Ferracini e Ermínia Ferracini. Meu pai se chamava Miguel Antônio dos Santos, e minha mãe, Ana Ferracini dos Santos.

Meus pais eram de Monte Santo de Minas, sul de Minas Gerais. Minha mãe, de família italiana – por isso carrego o sobrenome Ferracini. Meu pai teve sítios; foi administrador de fazendas. Era bem conhecido em sua

região de origem. Certo dia, um tio meu, chamado João Albertini, trouxe-o para estas “bandas de cá” – apesar de não se darem bem – para trabalhar na fazenda Bela Vista, cujo proprietário, na época, era um parente ou agregado do então governador paulista, Adhemar de Barros. Meu pai era o responsável pela ordenha e alimentação do gado, além de servir em plantações; mas, na fazenda Bela Vista, sua primeira tarefa foi ajudar no desmatamento do terreno da propriedade, repleto de indaiás e capoeiras. Tinha muito bicho rasteiro por ali – cobras, lagartos. Do jeito que os peões iam desmatando, os bichos também iam desaparecendo.

João Ferreira Quental, português “legítimo”, avô de meu finado ex-marido, foi um dos proprietários anteriores dessa fazenda, a qual passou às mãos de vários outros donos. Pelo que sei, foi dele até meados da década de 1940 – sua cerimônia de casamento, inclusive, foi na sede da propriedade. Seu filho, Adelino Ferreira Quental, e o neto, meu finado ex-marido, também foram funcionários da fazenda Bela Vista, depois de vendida a parentes ou agregados do ex-governador. Anos mais tarde, a fazenda Bela Vista passou a se chamar Haras Mato Grosso, nome dado por seus proprietários, vindos desse estado, os quais abriram os loteamentos que futuramente se tornariam o Jardim Amanda – “o maior bairro da América Latina”. Na época da abertura desses loteamentos, o haras possuía área ainda maior que a da antiga fazenda Bela Vista, chegando a ocupar mais de 200 alqueires de terra.

Trechos de Monte Mor, Sumaré, Hortolândia eram importantes rotas de tropeiros. Mas, na minha época de criança, a fazenda Bela Vista, por exemplo, já não permitia mais o pouso de tropeiros, talvez por ser propriedade do governador Adhemar de Barros. Era toda cercada, vigiada. Era diferenciada em relação às outras fazendas de Jacuba. Havia uma enorme raia para corrida de cavalos – até meu finado ex-marido foi jóquei nessa pista. Até um campo de aviação foi construído na propriedade. Talvez por isso a fazenda tenha se transformado em haras, tempos depois. Mas em outros sítios e fazendas, como a antiga propriedade de um senhor chamado

Gumercindo, os tropeiros recebiam o apoio de que precisavam.

Antes de meus pais virem de Minas para cá, meus tios, junto de minha avó, foram os primeiros da família a se instalarem na fazenda Bela Vista, e foram morar justamente na casa dos avós de meu finado ex-marido; uma casa que fora a primeira sede da fazenda, muito bonita. Depois vieram meus pais, para também morar nessa casa, enquanto meus tios se mudaram para Campinas e, em seguida, para São Paulo; depois disso, fomos perdendo contato – lembro que, em Campinas, moraram nas proximidades de onde fora construída a Escola de Cadetes do Exército; mas, em São Paulo, não faço ideia de para onde se mudaram.

Desde o primeiro emprego conquistado aqui em Jacuba, meu pai trouxe sua família consigo. Mas nossa situação, de início, era mais difícil: meu pai ganhava pouco dinheiro e, por um bom tempo, teve que procurar melhores oportunidades, mudando sempre de emprego, e por seguidas vezes. Meu pai era tão sobrecarregado de serviços, principalmente em leiteria, que mal tinha tempo para se divertir: pescar no ribeirão Jacuba e açudes das redondezas era um costume dos moradores daqui, mas ele mesmo não adquiriu esse hábito. Entre esses empregos passageiros de meu pai, lembro-me de alguns; como nas fazendas Campo Luca e Chapadão, propriedades relativamente próximas à atual divisa de Campinas com Hortolândia, nas quais lidava principalmente com gado, além de ser encarregado de outros afazeres; após deixarmos a fazenda “hapadão, mudamos para um sítio próximo de onde fica hoje uma fábrica da 3M, em Sumaré, bem na época de sua construção; até que meu pai acertou com um sitiante do bairro Aparecidinha, para cuidar de sua granja, nas cercanias das fazendas do João Coelho. Creio que tinha uns 10 anos de idade quando nos mudados para o sítio dessa granja, do qual somente saí para me casar, aos 18 anos de idade. Casei-me no dia 28 de abril de 1960, no civil, e no dia seguinte, no religioso. Assinei a papelada no cartório de Santa Cruz, em Campinas. No religioso, a celebração foi na Igreja de Santa Catarina, no bairro Vila Teixeira, também em Campinas. Com o passar dos anos, tive meus cinco

filhos: Elisabete, Euclides, Eliane, Elisandra e Ana Lúcia.

Experiência cuja lembrança me dá gosto até hoje é o curso de corte e costura que fiz aos 15 anos de idade. Mesmo que eu não tenha trabalhado, ganhado dinheiro com isso, essa arte sempre me deu prazer. Não cheguei a exercer a profissão porque pouco tempo depois eu me casei, e novas exigências para a vida foram construídas.

Quando criança, dos 8 aos 9 anos de idade, o primeiro colégio onde estudei, em Jacuba, foi o Instituto Adventista São Paulo, na época Educandário Adventista Campineiro – EAC. Sei que colégio adventista sempre foi particular, mas não sabíamos o valor das mensalidades – éramos apenas crianças. Íamos a pé, da fazenda Bela Vista até o colégio, caminho pelo qual cortávamos estradinhas de terra e pastos. Lá, estudávamos eu e meus primos, Roberto e Luzia, filhos deste meu tio ao qual me referi, e com os quais eu perdi o contato no decorrer dos anos, quando seus pais se mudaram para Monte Santo de Minas.

Com muito carinho, lembro de minha primeira professora, Elisabete Pacheco, também responsável pelas aulas de educação física. Eu sempre dizia: “Quando eu me casar vou colocar o nome de minha professora em minha filha”. Era comum mudarmos de sala, pois o colégio ainda estava em construção. As aulas eram em regime misto; mas, para os internos, era rígida a separação entre meninos e meninas, nos alojamentos. Era muito bonito também os dias em que os pastores e professores nos levavam para orarmos embaixo das mangueiras, que já existiam de tempos bem anteriores à construção do colégio.

Era interessante conviver com tanta gente vinda de fora: alunos, professores, pastores, funcionários. Eram muito respeitosos com pessoas afeitas a outras religiões, fossem católicos, protestantes, evangélicos. Logo após eu mudar de colégio, os adventistas conseguiram concluir a construção de seu primeiro templo, dentro do terreno do colégio, que foi crescendo ano a ano. Sempre considerei muito bom o ensino ministrado pelos adventis-

tas – tanto que tenho um neto, Thiago, hoje com 30 anos, que estudou no Iasp, de pequeno até completar os estudos colegiais. Talvez por sermos uma família com diferentes gerações de ex-alunos do Iasp, os adventistas sempre foram muito generosos para conosco. Uma de minhas filhas, decoradora profissional, de vez em quando presta serviços à igreja e ao colégio. Depois, fui estudar, no segundo ano do ensino primário, no Grupo Escolar Boa Vista, hoje Centro Municipal de Educação Infantil; no terceiro ano, na Três Marias, hoje escola Julia Luiz Ruete, da qual jamais me esquecerei, também, pelo carinho que sempre tive pela minha professora, dona Cacilda; e, no quarto ano do curso primário, estudei na escola Orozimbo Maia, região central de Campinas. Depois, parei de estudar, apesar de gostar muito de ler. Estudei em tantos colégios devido às frequentes mudanças de emprego de meu pai.



Aprendi em casa e na escola, principalmente no Iasp, a ser tolerante com pessoas de outras religiões. Prova disso é que alguns de meus filhos não são católicos. Por exemplo, o Kridinho, meu filho, converteu-se aos mórmons – e antes disso já havia estudado no Colégio Batista de Campinas. Aos 21 anos de idade, apaixonado por uma moça de religião mórmon,

foi-lhe necessário se converter para selar o matrimônio, do qual surgiu um belo fruto, minha neta. Lembro de ter sido uma bela cerimônia – quem a presidiu no estado civil foi o juiz de paz Mauro Basso. O Kridinho foi muito atuante nas missões dessa igreja, apesar de não ter chegado a ser “Elder”. Afastou-se da igreja depois que se separou da mulher, e mudou novamente de religião. Em resumo: cada um segue a religião que bem entender; não é porque sou católica que eu não permitirei que meus filhos se convertam a outras crenças.



Meu finado ex-marido, Euclides Ferreira Costa, o Cridinho, nasceu aqui em Jacuba, na Terra Preta, antes de aqui se tornar Hortolândia. Encontram-se ainda, por toda a região de Campinas, pessoas com alguma familiaridade de sangue com ele. Antes de se casar comigo, ele já havia tentado a sorte em Campinas, uma vez que conhecia muita gente “de tudo quanto era lugar”. Quando ele tinha seus 18 anos de idade, conseguiu montar uma panificadora, mas não teve sucesso no negócio – embora tenha feito um

bom serviço, como um dos únicos padeiros de Hortolândia, utilizando-se apenas de uma “perua”. Nos primeiros anos de nosso casamento, tentamos novamente morar para os lados de Campinas, mas a melhor alternativa era nos enraizarmos por aqui mesmo, pois os primeiros loteamentos abertos em Hortolândia eram mais baratos que em outros lugares.

Tivemos alguns sítios, até nos estabelecermos definitivamente nas Chácaras Coelho. Antes de sermos comerciantes, tivemos que plantar e colher; seja para nós, ou para os outros. Tínhamos uma boa plantação de arroz na Terra Preta, mas plantávamos e colhíamos algodão e feijão para terceiros no Taquara Branca – esta era a realidade de Hortolândia naquela época. Mesmo atarefada com os serviços domésticos, sempre ajudei a complementar a renda da casa: por exemplo, debaixo de um “baita” sol quente, eu dava conta de trabalhar em colheitas de algodão – até grávida de cinco meses de minha caçula, a Ana Lúcia. Morávamos no Jardim Rosolém; saíamos de casa às seis horas da manhã – eu e meu finado ex-marido –, em caçambas de caminhão ou caminhonete, até o Taquara Branca, de fazenda em fazenda, para trabalhar nessas colheitas, cujas safras geralmente ocorriam em abril ou maio de cada ano. Voltávamos pra casa até as seis horas da tarde, antes de anoitecer. Recebíamos o dia de serviço pela arroba do algodão colhido – não faço ideia de quanto eu receberia nos dias de hoje. Eu conseguia colher, em média, 5 arrobas por dia. Com as economias, conseguimos abrir um mercadinho, um armazém, nas Chácaras Coelho. No mesmo período, tive minha filha.

Dei à luz a caçula Ana Lúcia em 1º de setembro de 1970, e abrimos nosso negócio dias depois, no feriado de 7 de setembro. Em nosso armazém vendíamos arroz, feijão, milho, óleo de cozinha, querosene, tudo a granel, por quilo. Em 1973, ampliamos o armazém e abrimos também um pequeno açougue, pois havia falta desse tipo de comércio aqui em Hortolândia. A carne bovina vinha de um matadouro do antigo centro de Hortolândia, onde hoje se localiza o parque Chico Mendes, cuja propriedade era de uma família pioneira daqui, os Baccan. Meu finado ex-marido

comprava dos vizinhos os porcos e fazia o abate; juntos, separávamos as peças e preparávamos também linguiça e chouriço defumados.

Depois de alguns anos, em 1979, meu finado ex-marido vendeu nosso armazém para um parente seu. Seus amigos de infância o acompanharam em muitos de seus negócios – alguns demasiado arriscados –, como o próprio Oscar Ghiraldelli, e o pai do ex-prefeito Antônio Dias, entre outros parceiros, que o ajudaram, por exemplo, a desmatar uma área enorme ao norte de Goiás, na região que é hoje Tocantins, propriedade adquirida na troca de um terreno aqui em Hortolândia. Empreendedor desde jovem, ele sempre ia de cabeça nos negócios com os quais se envolvia. Era um comerciante nato, e passou esse dom aos filhos, que desde cedo trabalhavam. Jamais pediu opinião aos demais da família. Dessa forma, foi um traço marcante em nossa vida familiar a situação de “altos e baixos” decorrentes dos negócios dele.



Ainda que o antigo centro de Hortolândia tivesse sua animação, com festas e bailinhos, meus pais não deixavam os filhos participarem dessas algazarras. E esse hábito caseiro carrego comigo desde pequena. Meu finado ex-marido era bem diferente de mim. Festeiro que só ele, sempre tirava dinheiro do próprio bolso para promover bailes, inclusive em nosso armazém, que se chamava Bar do Cridinho. Era muito relaxado com os compromissos da casa. Teve até filho fora do casamento – ao menos, teve a dignidade de reconhecer a criança. E nosso casamento foi se tornando insustentável, dia após dia. Depois que me separei, nossa vida ficou bem mais difícil. Isso faz quase vinte anos. Trabalhei, durante dez anos, como empregada doméstica em Campinas. Eu saía cedo de casa de segunda a sexta-feira, para retornar no fim do dia – sempre de ônibus. O dinheiro que complementava nossas demandas veio da venda de um pedaço do terreno da casa.

Há 52 anos eu moro na região do Jardim Rosolém. E, por felicidade minha, fiz muitas amizades por aqui. Pessoa pela qual tenho enorme estima é a dona Luzia. Fomos vizinhas por muitos anos, até ela se mudar para Sumaré. Conheço-a desde antes de se casar com o Bressan – inclusive, fui à celebração de casamento, ocorrida no sítio do pai dela. Sempre fomos amigas. E seus familiares eram ótimos clientes de nosso armazém.

Posso dizer que conheço bastante sobre o crescimento de muitos bairros de Hortolândia. Os primeiros bairros a surgirem em Hortolândia, fora da região central, foram: Sumarezinho, do qual meu pai foi um dos primeiros moradores, os jardins Santa Izabel, Nossa Senhora de Fátima e Chácaras Coelho, todos colados ou próximos ao Jardim Rosolém – maior referência de localização para estas bandas da rodovia SP-101, por ser também o mais antigo, pelo que sei. Após a formação do Jardim Rosolém, no final da década de 1950, estes outros bairros foram se formando, principalmente a partir da década de 1970. Até essa época, quando meu marido comprou o terreno para levantar nossa casa, não havia ainda a Rodovia

SP-101; apenas uma estradinha, mais à frente, que ligava Monte Mor a Campinas, na qual havia um cruzamento com a linha férrea, em trecho que não existe mais.

O primeiro núcleo industrial de Hortolândia foi a Cerâmica Sumaré, pois a terra daqui sempre foi boa para produção em olaria – não sei ao certo, porém, onde eram ou são os locais de extração de barro e argila para produção de telhas e tijolos. Mas também tem que se destacar a importância de outra cerâmica no desenvolvimento de Hortolândia – a Confibra, que sempre foi bem maior que a própria Cerâmica Sumaré. Vilas e colônias se formaram no entorno dessa usina, pois era grande o número de famílias inteiras ali empregadas. Meu finado ex-marido teve vários parentes empregados na Cerâmica Confibra, entre os quais a família Negri – pai, filhos e filhas, distribuídos em diversos cargos.

O progresso foi chegando aos poucos a Hortolândia e, por conseguinte, a estas bandas do Jardim Rosolém; as Chácaras Coelho, contudo, eram sempre deixadas por último, ou de lado, no que se refere a assistência social e de infraestrutura. Até essa época, nosso bairro não tinha asfalto e tampouco luz elétrica. Meus filhos sofriam muito em dias de chuva, com todo aquele brejeiro, para ir à escola; e, durante os primeiros anos do período ginásial, tinham que estudar em Sumaré, na escola Dom Jaime de Barros Câmara; algo muito difícil, pois a principal estrada de acesso era muito ruim, a qual seguia por um caminho desfavorável para quem residisse para estas bandas do Jardim Rosolém – sua rota ia por trás das Granjas Ito; não havia ainda a avenida Emancipação, na época. A iluminação em casa, à noite, era à base de lampião a gás e lamparinas – inclusive a do armazém. As ruas ficavam completamente escuras.

Também era muito difícil viajar a Sumaré para resolver problemas de burocracia, expedição de documentos – que o diga, ir todos os dias para estudar, por não haver curso ginásial em Hortolândia. Creio que, no passado, um dos poucos benefícios de que se dispunha em Hortolândia, com certa presteza, era consumir o matrimônio no estado civil, uma vez

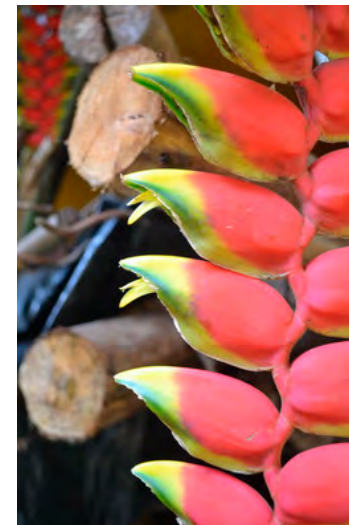
que aqui já havia o atendimento de juiz de paz. Aliás, é impressionante a quantidade de casais atendidos pelo dr. Mauro Basso – e mal faço ideia de quantos matrimônios ele selou em mais de quarenta anos de ofício.

Meu finado ex-marido e meu filho Euclides – o Kridinho – participaram efetivamente das manifestações pela emancipação de Hortolândia – e eu, obviamente, dei todo apoio ao movimento. Reuniram-se tanto pessoas de mais idade – como meu finado ex-marido e amigos seus, também envolvidos com a política local – quanto alguns mais jovens – como meu filho e seus amigos, antigos colegas de escola. Sentíamos que os moradores do antigo centro de Hortolândia, remanescentes da época em que aqui ainda se chamava Jacuba, eram mais acomodados quanto à necessidade de lutar pela emancipação. Olhando para trás, percebo que a luta pela nossa emancipação foi vitoriosa graças aos esforços dos moradores de bairros como Jardim Rosolém, Nossa Senhora de Fátima, Santa Izabel, Chácaras Coelho, Sumarezinho – talvez por haver mais gente de fora, moradores com novas ideias, outro entusiasmo; gente que chegou por essas bandas depois que se instalaram em Hortolândia as primeiras grandes indústrias. Reflexo disto se percebe pelo fato de que nenhum de nossos prefeitos nasceu em Hortolândia – Antônio Dias, Jair Padovani, Ângelo Perugini. Entre eles, cite-se Antônio Dias, que, apesar de “forasteiro”, em pouco tempo recebeu apoio de homens influentes da região de Campinas, como Orestes Quércia, que apostaram suas fichas para promovê-lo a candidato eleitoral. Tanto que, logo que Hortolândia conquistou sua emancipação, esse cidadão já era o candidato a prefeito mais bem cotado. Resultado disso foi sua vitória nas urnas, tornando-se nosso primeiro prefeito municipal.

Nas primeiras eleições, meu finado ex-marido se candidatou a vereador e quase foi eleito. Foi impressionante a quantidade de famílias antigas, ou de longa data, daqui de Hortolândia, que conseguiram eleger vereadores durante as primeiras eleições – muitos destes, amigos nossos, e cujos filhos eram amigos de meus filhos. Minha família, bem como a de meu fina-

do ex-marido, sempre foi muito bem relacionada, até politicamente, com os mais antigos moradores, bem como com aqueles que vieram se instalando no decorrer do tempo, aqui em Hortolândia. Lembro como se fosse ontem, quando eu era bem moça, e carregava em meu colo o empresário e ex-prefeito Jair Padovani, ainda criancinha – seus pais, recém-chegados de Monte Mor, eram vizinhos do sítio de meu pai. Por mais que a política daqui, antigamente, fosse feita por amigos e parentes, o maior sentimento que havia entre nós era o de querer bem para Hortolândia.

Lembro da época em que o ex-prefeito Ângelo Perugini, natural de Jacutinga, Minas Gerais, ex-seminarista, dava aulas de história nas escolas públicas daqui de Hortolândia; e que sua esposa, Ana Lippaus Perugini, hoje deputada federal, estudava com meu filho. Ângelo e Ana Perugini sempre foram muitos prestativos para com as comunidades mais pobres que iam se formando, principalmente no entorno do presídio – como os bairros Perón e Nova América. Foram pioneiros do PT em Hortolândia. Tenho a consciência de que cada prefeito deu sua contribuição para a melhoria das condições de vida dos cidadãos de Hortolândia – por exemplo, um criou as primeiras leis municipais; outro se preocupou com o abastecimento de água e a chegada de novas empresas; e este último procurou aperfeiçoar tudo que já estava em curso. Tive uma sensação de orgulho por ser cidadã hortolandense quando li um jornalzinho informando que nosso município está entre os trezentos mais dinâmicos do mundo.



Percebo o quanto Hortolândia se transformou desde que se emancipou de Sumaré. Nos primeiros anos, o comércio era mais forte por aqui no Jardim Rosolém, enquanto o antigo centro se limitava a uma agência bancária do Bradesco, além das quermesses em frente à Matriz. Havia um comércio bem concorrido no Jardim Rosolém quando a primeira gestão municipal construiu a praça “A Poderosa”, a qual passou, ano após ano, abandonada pelas autoridades dos sucessivos governos, tornando-se, inclusive, um lugar violento e mal afamado pela boca da própria população local, bem como de toda a Região Metropolitana de Campinas. Hoje o comércio se instalou definitivamente no novo centro de Hortolândia, no Remanso Campineiro. Espero que haja um novo ciclo de obras públicas que estimule novamente o comércio em bairros da região do Jardim Rosolém.



O que me desanima muito, há algum tempo, é a violência que se perpetua pelas ruas de Hortolândia. Assaltos, o sentimento de insegurança e de medo dentro da própria casa, e outras atribulações, são resultados principalmente do crescimento descontrolado vivido em nosso município, nas últimas décadas. Antigamente, a situação era mais confortável, ao menos quanto à segurança: meus filhos saíam daqui de casa, nas Chácaras Coelho, a pé, para frequentar o curso ginásial na escola Guido Rosolen, no período noturno. Ainda que o caminho até lá fosse um breu àquela hora

da noite, na volta para casa jamais ocorreu algo de ruim aos meus filhos. Hoje não é mais assim: semana passada, a loja de roupas de minha filha foi assaltada de forma amedrontadora. Levaram tudo o podiam – uma quantia significativa em dinheiro e em mercadoria. Também recentemente, dois rapazes armados levaram a motocicleta de meu sobrinho, em frente à sua residência. Sentimos como se nosso sossego tivesse acabado.

Minha mensagem: espero que Hortolândia receba mais e mais progressos, que acabe de uma vez por todas com as drogas, e que a segurança seja mais eficaz em nossas ruas; que nossas escolas sejam cada vez melhor estruturadas, que nossos alunos tenham mais vontade de estudar, e que os jovens e as próximas gerações tenham um bom futuro.

Nelson Blumer, “Nelsinho Catireiro”

Céu claro e calorzinho agradável, este que acompanhou o presente autor e seu companheiro jornalista a caminho da residência de Nelson Blumer, localizada em uma das ruas mais significativas da nova região central de Hortolândia, rua Zacharias Costa Camargo. Obviamente, por sua gentileza e de sua esposa, a dupla foi recebida com um cafezinho feito na hora, e não houve como recusar a segunda xícara.

Sob recomendação dos mestres Chiquinho e Toninho, Nelson Blumer aceitou de bom grado ser o quinto colaborador do projeto “Memória em construção”, porque é homem “que sabe muito sobre Hortolândia”, como afirmam os próprios colaboradores. E isso se afere pelo conteúdo narrativo de seu relato, no qual foram abordados temas pertinentes ao processo constitutivo do município, como a importância da antiga Cerâmica Sumaré para a economia do então jovem distrito; a desenfreada abertura de loteamentos e a saudade que os antigos sentem do trem de passageiros aportado na Estação Jacuba; a relevância do catira para a identidade cultural do município; e a fé e a crença popular arraigadas no seio de sua gente. Mas seu relato não se deteve a assuntos históricos propriamente ditos: narrativas partidas de suas memórias afetivas de infância, juventude e maturidade foram apresentadas à luz de objetos biográficos, muito bem conservados, e que não somente ilustram sua vida pessoal e familiar, mas também a de muitas outras pessoas que fizeram parte da história de Jacuba, Hortolândia. A preciosidade de seu álbum fotográfico é ímpar entre toda a documentação de apoio ao desenvolvimento deste trabalho. Tanto quanto seu álbum fotográfico, citem-se as plantas cartográficas originais, datadas das décadas de 1940 e 1950, encomendadas pela Cerâmica Sumaré, as quais evidenciam a dimensão “urbana” do que era essa localidade em seus primórdios de desenvolvimento demográfico e econômico. Em suma, a dupla de pesquisadores encarregada do projeto “Memória em construção” teve o privilégio de topar em sua pesquisa com um cidadão memorialista “autêntico”. Elogios à parte, Nelson Blumer carrega consigo um espírito crítico que o faz aparentar ser um homem um pouco ranzinza, apesar de isso soar cômico para desavisados.

O encontro com Nelson Blumer, cuja entrevista registrada em áudio contou com a presença de Gustavo Esteves Lopes, autor deste trabalho, e

do jornalista Anderson Zotesso Rodrigues, ocorreu em 3 de abril 2012, às 10 horas, em sua residência, na rua Zacharias Costa Camargo, Remanso Campineiro, Hortolândia. O tempo de duração do registro em áudio é de 2 h 24 min 55 s.



“Cubro as autoridades por aquilo que me é de direito, bem como de meus parceiros; desde uma botina e uniforme adequados e de melhor qualidade para representarmos Hortolândia com os Pioneiros do Catira até sermos melhor atendidos por caixas bancários e lotéricas quando temos que pegar filas para pagar as contas.”

Meu pai se chamava João Blumer; minha mãe, Amélia Camargo Blumer; meus avós maternos, Gabriel Camargo e Iana Pinto de Arruda; meus

avós paternos, Cristóvão Blumer e Margarida Murbach Blumer. Meus irmãos: Alcino, Adalgisa, Narcisa, José, Geraldo, Lair. Quatro homens e três mulheres. Sou o do meio. Estão todos vivos. Antigamente, as famílias eram numerosas. As famílias eram grandes, porém unidas. Hoje são cada vez menos numerosas, e desagregadas. A minha, ao contrário, é muito unida, apesar de ser pequena. Era para ser duas filhas, mas a primeira faleceu bebê.

Minha esposa, eu a conheci aqui em Hortolândia. Temos uma filha, Amélia, assim chamada em homenagem à avó. Minha esposa veio de Irapuru, Oeste Paulista, município vizinho ao de Pacaembu, do qual era anteriormente um distrito. Sua família, bem como a de muitos outros daquela região, vieram para cá em busca de serviço. Na época, a Cerâmica Sumaré era a principal geradora de empregos de Hortolândia. Para lá não havia muito serviço: basicamente, olarias e agricultura. Então, desistiram das olarias de Irapuru para se tornarem operários da Cerâmica Sumaré.

Tenho comigo uma anotação de uma prima minha, falecida, que faz um histórico de nossos antepassados, meio distantes, na qual está escrito: “João Blumer era pai da vovó Clara, mãe de minha mãe, Nair; Josué Blumer, pai do Zuza, que mora em Campinas, na Rua Ibrahim Nobre, nº 345; os filhos do tio Cristóvão moram em Piracicaba; eu conheço a Cacilda, neta do Cristóvão, que também mora em Piracicaba; o pai dele é o Leonardo; esta certidão de casamento é do pai do Zuza, 23 de janeiro de 1894. Os irmãos da vovó Clara Blumer são: Leonardo, Bárbara, Margarida, Josué, Catarina e João Blumer Filho”. Esse primeiro João Blumer é o imigrante alemão. Mas esse João Blumer Filho não é o meu pai. O que quero dizer é que Blumer é um ramo familiar muito grande, pois está presente em diversos municípios da região: Campinas, Piracicaba, Rio Claro, Sumaré, Hortolândia, entre outros – até o Elano, atleta do Santos Futebol Clube, é da família; há outro Blumer que joga ou já jogou no Paulista de Jundiá, cujos pais são daqui do Jardim Rosolém. Acredito que até há ligação entre

o sobrenome Blumer com o município de Blumenau, em Santa Catarina, pois tenho conhecimento de que alguns parentes distantes também se fixaram para aquelas bandas de lá.

Nasci em 1942. Comecei a ir à escola aos 8 anos de idade. Antes disto, ia à roça para trabalhar: carpir, plantar, arrumar cercas – fazer quaisquer obrigações que os pais mandavam. A partir dos 8 anos de idade, ia e voltava da escola, mas sempre trabalhando. Em nosso sítio, tínhamos uma horta à beira do ribeirão Jacuba, na qual se plantava de tudo; tínhamos também um cavalo, uma carrocinha. Tenho presente a lembrança de meu pai sair cedinho de casa para ir ao centrinho do povoado de Jacuba para vender o que era produzido em nossa horta. Circulava pelas vielas do povoado, vendendo, de casa em casa, verduras, legumes. Mas eu nunca ajudei o pai com a carrocinha – era só ele mesmo.

Era uma carrocinha “de padeiro” a que meu pai usava. Antes ele havia adquirido uma carroça do tipo trole, com quatro rodas. Mas esta nem chegou ao sítio: no meio do caminho, meu pai encontrou um amigo que havia comentado com ele que precisava de uma condução como aquela, com quatro rodas. O rapaz lhe perguntou: “Vamos fazer um ‘rolo’? Eu troco uma carrocinha ‘de padeiro’ por este trole”. De imediato, meu pai se interessou, pois era mais prático colocar as verduras e legumes protegidos do sol por um forro sobre a carroça. Tudo era bem fresquinho, pois o pai tinha o costume de também forrar as verduras e legumes com pano molhado.

Além dessa horta, no restante das terras tínhamos lavouras de feijão, amendoim, milho, arroz à beira do ribeirão. Com o amendoim, a mãe preparava paçocas, salgadas e doces. O antigo pilão do nosso sítio hoje serve de enfeite à casa de minha irmã, cujo recipiente se tornou um vaso de flores. Com os maquinários modernos que substituem as antigas moendas, o pilão se tornou uma ferramenta antiquada. Eu mesmo tenho em casa um processador que faz de tudo. É raro alguém produzir fubá ou paçoca com o uso de pilões e soquetes, à moda antiga.

Quando penso na comida da mãe, o primeiro sentimento que tenho é o

de dó. Era muito trabalhoso escolher o arroz; esse serviço era muito puxado, cansativo para minha mãe – maquinário, na época, só havia em Monte Mor. Então, quando podíamos, ajudávamos-lhe a socar no pilão e abanar para separar a palha do arroz. No braço, dá um trabalho danado preparar o arroz servido à mesa.

O serviço de escolher o arroz me faz lembrar de um homem que nos ajudava com pequenos serviços, e cujo nome é bem conhecido até hoje em Hortolândia: João Cesário. Andarilho, o homem dormia no relento ou em paióis, em tudo quanto era canto: Jacuba, Santa Cruz, Aparecida – mas tinha família. Meus pais conheciam seus familiares. Era filho de um homem chamado Luiz Cesário. Seus irmãos: André e Bastião, além das moças. Seu pai, Luiz Cesário, muito teimoso, só queria filhos homens. Dizem que quando nascia uma menina, sua vontade era de matá-la – e isto é real. No fim das contas, suas filhas sempre foram inteligentes, bem-sucedidas profissionalmente, “bem de vida”; e os homens, por outro lado, uma cambada de gente burra, atrapalhada, até meio tonta. De vez em quando, dormia no paiol de nosso sítio, enquanto lavrava a terra, carpia. Quando o João Cesário passava pelo nosso sítio, a mãe aproveitava a oportunidade para por o homem na tarefa de socar o arroz, pois sua qualidade é que ele era forte – ainda que fraco de ideias. Em meu álbum, tenho uma fotografia em que este João Cesário está junto de uma turma, fazendo “não sei o quê”.

Não criávamos gado. Em nossa família, quem tocava esse negócio era meu tio Artur Camargo, pai de “Chico Galo”, primo meu e catireiro de longa data, daqui de Hortolândia. Por isso mesmo, não tivemos o hábito de consumir leite em casa. Algumas vezes o pai comprava; mas também ganhávamos, de vez em quando, um litro de algum parente ou amigo nossos. Eu e meus irmãos adorávamos quando tinha coalhada em casa – era gostoso demais!

Tínhamos também, em nosso sítio, galinheiro e chiqueiro – até peru criávamos. Certa época, nós chegamos a ter nove peruzinhos. Os bichinhos já estavam “fazendo roda” e soltando um barulho do peito que soava

algo como “puf, puf” – hábitos comuns do animal.

E meu tio Artur Camargo, que também era vizinho nosso – vizinho de cerca mesmo, pois as terras eram todas de meu avô –, arrendou suas terras para uma família de descendentes de japoneses – a família Oto –, para trabalhar como operário da Cerâmica Confibra. Na realidade, meu tio arrendou suas terras para não trabalhar com roça, pois nunca fora apegado à vida rural. Ao contrário de nosso tio, nós vivíamos da terra; vivíamos do que cultivávamos. Em nosso pomar havia parreira, bananeira, mangueira, goiabeira, jabuticabeira. Sua propriedade era bem maior do que a nossa, mas não havia plantação alguma – nem mesmo um pé de banana. Até havia por ali algumas laranjeiras e mangueiras, mas que, na verdade, eram do tempo de meu avô – eram enormes aqueles pés. Mas era tudo abandonado: um matagal feio bem ali no meio do pomar de meu avô, que já havia falecido há um tempo.

Essa família Oto, primeiramente, arrendou as terras de meu tio Artur; até que, por fim, comprou – e ele ficou sem terra alguma. Pelo que eu sei, os filhos do “japonês” – Neno, Tigueiro, Tião – fixaram-se definitivamente em Cosmópolis. Na divisa de cercas entre nosso sítio e as terras de meu tio, já arrendadas para o “japonês”, o homem plantava tomates, utilizando muito fertilizante e herbicida. O capim junto à cerca ficava todo envenenado, de forma que aquilo se tornou um perigo para os peruzinhos, que sempre ciscavam por ali. Inevitavelmente, os peruzinhos foram morrendo envenenados um a um. Até um novilho, deixado em nosso sítio pelo meu cunhado, Milton Breda, filho do Tico Breda, também morreu por conta dessa pulverização. Perdemos todos os bichinhos. Foi uma tristeza.

Aos 13 anos de idade, depois de lavrar muita terra, consegui um emprego na Cerâmica Sumaré. Ali permaneci até os 17 anos. Do primeiro ao último dia, sempre trabalhei registrado. Guardo até hoje minhas carteiras de trabalho e da associação sindical. Lá eu fazia tudo quanto era serviço: por exemplo, quando faltava alguma moça para comandar as prensas –

pois este era um serviço feito por mulheres –, era eu que ia substituí-las. Assim, produzi lotes e mais lotes de telhas francesas. Foi muito importante esse serviço em minha vida, pois aprendi muito durante esse período. Da Cerâmica Sumaré saí sabendo não só assentar um tijolo, mas também a produzi-lo.

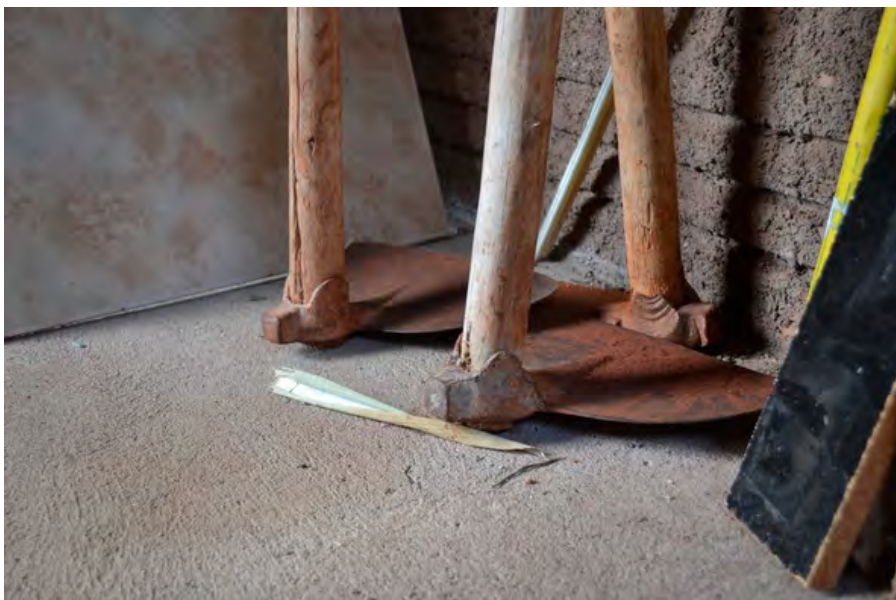
Logo após João Ortolan se desfazer de sua cerâmica, quem a adquiriu foi um senhor chamado Juvenal Sousa Pinto, o qual, após pouco tempo, passou-a para frente, para um português chamado Estanislau Martins. Lembro perfeitamente do dia em que Estanislau e mais uma turma foram visitar a cerâmica antes de comprá-la – foi uma visita bem rápida. Foram embora em seguida; e sumiram por um tempo. O Estanislau era moço ainda, solteiro, rapaz invocado; usava umas botonas chiques, calças amarelas, camisa elegante. Depois que ele havia comprado a cerâmica, descobri que um tio seu já era empresário do ramo de olarias e cerâmicas em Campinas – uma usina chamada Cerâmica Santo André. É bem possível que tenha sido este tio que o introduzira neste negócio. Para isso era necessário que se casasse com alguma prima lá em Portugal, para não comprometer a integridade da herança familiar. Foi o que aconteceu: Estanislau viajou para Portugal e casou-se; retornou ao Brasil; seu tio lhe transferiu sua parte da herança; e, por fim, comprou a Cerâmica Sumaré. Décadas depois, comprou outra cerâmica, a Confibra, que era de seu irmão, Davi Martins. O terreno da Confibra era grande, mas o da Cerâmica Sumaré, bem maior, aproximadamente nove alqueires.

Essas cerâmicas se instalaram em Jacuba, depois Hortolândia, devido às características do solo – bem argiloso. Até hoje não entendo como o povo hoje está construindo prédios em cima destes terrenos de argila. É muito perigoso que o terreno, uma hora, não resista e ceda. Na época em que Hortolândia era distrito de Sumaré, por diversas vezes solicitei à prefeitura municipal que fossem cortados eucaliptos localizados próximos à nossa área central, pois eu já sabia do perigo iminente de árvores de grande porte não suportarem a fragilidade do terreno e caírem sobre casas após

uma ventania, tempestade ou enchente. Sorte de todos que minha solicitação foi atendida. Se essas árvores fossem mantidas, certamente haveria uma tragédia anunciada. O restante dos eucaliptos, localizados dentro da propriedade da cerâmica, foi derrubado e aterrado pelos próprios funcionários, a mando dos encarregados, anos mais tarde.

Guardo comigo mapas e plantas de terrenos e vias públicas originais, sendo um destes encomendado pela própria Cerâmica Sumaré, elaborado há mais de quarenta anos. Estes mapas e plantas estão preservados, até hoje, não somente por eu saber conservá-los, como também por me serem úteis para toda vida. Foram muito bem elaborados. Desde então, as vias preexistentes tiveram seus nomes alterados, além de outras que foram abertas no decorrer dos anos. Exemplo disto, parte deste terreno passou por uma limpeza geral, realizada pela prefeitura de Hortolândia, para que se construísse uma avenida, há um pouco mais de dez anos.

Depois que pedi demissão da Cerâmica Sumaré, prestei muito serviço aqui em Hortolândia e região de Campinas: cortei lenha, voltei a trabalhar em roça; logo mais, tornei-me construtor civil e levantei muitas casas. No auge de minhas atividades, iniciei outro negócio: eu comprava e vendia terrenos, aqui em Hortolândia, além de construir casas para terceiros. Creio que aproveitei bem a oportunidade do crescimento populacional iniciado com a construção e o funcionamento da Cobrasma S.A. Mas eu vendia esses terrenos a preços menores: não gostava de divulgar a presença de grandes indústrias no distrito, pois isso causaria uma valorização e concorrência ainda inapropriadas para aquele momento, em 1974. A publicidade destes negócios eu fazia no esquema de boca em boca, até mesmo como uma forma de me precaver na ocorrência de qualquer incidente. Eu era um proprietário intermediário, que fazia o “meio campo” entre o loteador e o cliente final.



Naquela época, fazíamos churrasco embaixo de uma mangueira onde há muitos anos está o antigo edifício Banco Bradesco; que, aliás, passava por inúmeras ocorrências de alagamento, porque próximo demais do ribeirão Jacuba. Nosso costume: convidávamos gente de fora, corretores de imóveis que chegavam em excursões, para comerem um churrasquinho e beberem um chope, para assim melhor divulgarmos nossas ofertas quanto aos loteamentos, de uma forma mais informal. Acho que conseguíamos vender tantos terrenos em tão curto prazo de tempo devido à atenção que dávamos a esses corretores. Saíam daqui quase todos “de fogo”. Compravam até meio que às cegas os terrenos. Alguns nem sabiam que terreno haviam comprado. Achavam que tinham comprado tal terreno de acordo com o que viam no mapa, e descobriam que este se localizava em outro lugar. Ninguém ficava sem o terreno que havia comprado, mas voltavam para casa, creio eu, enfurecidos. São modos de negociar compreendidos segundo outras épocas. Agora tudo é diferente por aqui.

Os primeiros dois lotes que eu comprei foram na atual rua João Ca-

milo de Camargo, próxima à também atual Rua João Blumer – a qual leva o nome de meu pai. Paguei, com dinheiro da época, o valor de Cr\$ 1 mil – cerca de Cr\$ 500 por cada um. A bem da verdade, eu não tinha esse dinheiro: peguei emprestado com o banco, com o compromisso de quitar a dívida de acordo com os juros estipulados em vista do contrato. Vendi-os por Cr\$ 5.000 cada, para um ex-sitiente, proprietário das terras adquiridas pela Cobrasma. Depois, com esse dinheiro, comprei mais dois lotes, cada um a Cr\$ 3 mil, na atual Rua José Camilo de Camargo, onde funcionam há pouco tempo uma casa lotérica e uma loja de tintas. Com o dinheiro que sobrou dessa primeira venda, construí uma casa por Cr\$ 2 mil. Vendi, pois, esta casa por Cr\$ 30 mil, também para o mesmo homem, ex-proprietário das terras compradas pela Cobrasma. Com esse dinheiro, comprei mais oito lotes aqui no centro, no valor de Cr\$ 20 mil, somados. Nesses empreendimentos, solicitei à prefeitura de Sumaré os serviços de limpeza e terraplanagem dos lotes; em seguida, levantei os muros para construir minha casa; no restante dos lotes, construí galinheiros, chiqueiros, pomares, até vendê-los um a um – destes, sobra um último. Comprei e vendi lotes na Vila Real, Parque Ortolândia – neste último, tenho um lote o qual não consigo vender, pois a prefeitura ainda não abriu via pública. Mas continuei nesse negócio por muito tempo – era muito rápido fazer negócio na década de 1970.

É muito importante eu ter comigo um mapa do Parque Ortolândia, datado de 1947, não somente por este ser original – o que pode ser aferido se levado ao cartório de imóveis de Campinas –, mas por me servir ainda para os dias atuais, pois nem todos os lotes foram objetos de edificação. Na área do loteamento aberto por João Ortolan, em que ainda possuo um lotezinho, há políticos interessados em modificar o plano original para benefício próprio – atitude que considero errada. “Que se mude o curso de um rio”, mas que não se mude o trajeto de uma via pública indiscriminadamente, o que pode prejudicar a economia e os interesses de muitos outros proprietários, que dependem dessa renda para sobreviver.

Nunca joguei bola, pois desde os 8 anos de idade aprendi a dançar o catira. Eu e meu primo Chico Galo, Francisco Ghiraldelli de Camargo, desde pequeninhos dançamos o catira. O tio Artur Camargo era catireiro, muito bom nisto; sabia dançar três coreografias do catira: o “recortado, o “repicado” e o “corta-jaca”. Era ele que ensinava as coreografias às crianças, que obviamente não tinham a destreza inicial necessária para se dançar o catira. Gostava de ensinar em casa, não em dias de apresentação. O tio fazia da seguinte forma: primeiro, reproduzia os sons do sapateado e do “bate-palmas” com as próprias mãos em uma mesa; em seguida, dançando mesmo. Dava tão certo que aprendíamos com enorme facilidade. Em pouco tempo sabíamos fazer as coreografias com os mais adultos. Não demorou muito para estrearmos no grupo.

A turma que dançava o catira, até a época em que éramos crianças, depois moços, era grande. Era só um grupo, porém grande, em se tratando do tamanho do povoado de Jacuba. A dupla de violeiros que acompanhava o catira era Toninho Geraldelli e Salvador Baumgartner. Entre os catireiros mais antigos, além do tio Artur, havia o tio Luís Costa, Oscar Ghiraldelli, Edmundo, Chico Galo e seu irmão Zezé, Alcino, eu, meu irmão, e outros.

Íamos para todo lado dançar o catira: fomos até Cajuru, distrito de Sorocaba, em festa de fazendeiro, para nos apresentar; e, mais frequentemente, estávamos na Vila Boa Vista e arredores de Campinas. Naquele tempo, a turma não dizia que dançávamos o catira, mas “função”, ou “função de viola” – uma gíria da época. Dizíamos assim: “Vamos sapatear uma ‘função’ lá na tulha do ‘fulano de tal’?”. Celeiros eram bons para dançar o catira, pois o piso atijolado combinava com a sola de couro dos sapatos de antigamente. O som era outro – bem melhor; o piso áspero era perfeito para se fazer o “corta-jaca” – além de que, para melhorar, jogávamos até um pouco de areia no chão. O recortado é um “batidão ritmado”; o repicado, “meio balançado”; enquanto o “corta-jaca”, um “leve arrastado na sola do pé”. Lembro, há alguns anos – quando um pessoal da Unicamp veio

gravar um vídeo da gente dançando o catira, em um sítio localizado à Terra Preta, e que na ocasião havia a presença da Ana Perugini – foi preciso eu mesmo jogar um pouco de areia em um tabuado para podermos fazer a coreografia do “corta-jaca” – aliás, gosto muito deste estilo. Foi uma reunião muito interessante – pena que os pesquisadores não nos deram retorno, e não sabemos que fim se deu àquele registro.

Recentemente, tivemos a oportunidade de nos apresentar em vários lugares, de maneira que percebemos como em cada localidade o apoio à cultura é “mais avançado” ou “mais empacado”: é muito bonito quando podemos ver gente jovem – meninos e meninas, portando trajes novos, violões e violas bem encordoadas – dançar o catira. Creio, pois, que o catira possa crescer em Hortolândia se for praticado, sobretudo, por crianças. Infelizmente, aqui em Hortolândia somos ainda um grupo de idosos. Por exemplo, Toninho Geraldelli está com 80 anos de idade; Chico Galo, meu primo, 70 anos de idade, bem como eu; os outros também, entre 60 e 70. É necessário maior apoio para que essa tradição chegue às próximas gerações. Para isso, quaisquer iniciativas em cultura são fundamentais; principalmente, aquelas partidas do público, uma vez que somos representantes dessa cultura em Hortolândia.

Tenho o prazer de guardar fotografias. Nas mais antigas eu não costumo aparecer, pois era eu, em geral, quem fazia os registros. Tenho muitas fotos individuais, ou de grupos reunidos, valiosas para a história de Hortolândia. Ao folhear meu álbum, são encontradas muitas fotografias de valor pessoal, afetivo, bem como de pessoas que considero grandes referências para Jacuba, Hortolândia. Por exemplo: Francisca, esposa de Zacharias da Costa Camargo, conhecida como “Nhá Chica”, junto de um de seus filhos, Aparício; tia Julia e minha mãe, juntas, ainda crianças, usando roupas feitas com o mesmo tecido; dona Sabina, ainda moça; Tigrão, violeiro; Julio Camilo, Laerte, Tristeza e Jucão, e outros que jogavam em antigos times daqui, como o Brasil Futebol Clube, o da Cerâmica Sumaré

e o Serrano; Gabriel e José Camilo; José Atanásio Bueno, avô do Laerte, e muitas outras pessoas. Estou para reproduzir uma foto do Zacharias montado a cavalo, que está em posse de um conhecido, meio parente meu, lá do Jardim Rosolém. Tenho também fotos de apresentações dos Pioneiros do Catira. São registros feitos em diversas localidades: em Hortolândia, no Centro de Convivência da Melhor Idade, em várias escolas e, por vezes, com políticos, e em outros eventos; em Atibaia, na Água Branca; em Americana, na Vila Carioba.

Toco minha vida até quando eu puder, ou tiver forças. Enquanto isso, continuo a vender meus terrenos, meus imóveis. Hoje está se valorizando demais todas as áreas de Hortolândia, inclusive, as áreas do novo centro, o Remanso Campineiro, onde resido. Por aqui, ainda tenho dois terrenos e uma casa. No momento, seria conveniente aproveitar a especulação imobiliária e vender tudo. Não é como antes, em que era preciso se precaver com a valorização dos imóveis, mas com a certeza de que no lote adquirido o proprietário conseguiria construir uma casa, um barracão. Hoje é mais fácil vender caro um imóvel do que mantê-lo e reformá-lo para abrir ao comércio – os custos são enormes, e é difícil “dar conta do recado”. Apesar de meu inquilino ser correto com os compromissos, penso seriamente em vender o imóvel. Penso que devemos deixar a cidade crescer e nos adaptar aos novos tempos, mudar de vida.

Se os herdeiros do bairro Sítio da Serra não vendessem os terrenos, aqui não haveria, por exemplo, as antigas Cobrasma e Braseixos; no entorno do cemitério, seriam ainda alqueires de pasto improdutivo. O melhor a fazer, a meu ver, é vender esses terrenos todos, pois aqui, há tempos, não é mais como antes; contudo, é necessário saber aplicar o dinheiro. Há famílias tradicionais, daqui de Hortolândia, que desperdiçaram dinheiro e propriedades adquiridos por heranças. Tem gente dessas famílias que hoje não têm posse alguma, senão uma casinha para morar, ou algo do tipo. Os netos dessas famílias possivelmente tiveram que suar a camisa para

conquistar suas casas, pois os filhos dos antigos fazendeiros de Jacuba “torraram” o dinheiro proveniente da venda de terras. Gastavam dinheiro até mesmo com jogatina, lá em Campinas. Até gente famosa passava por Hortolândia, há muito tempo atrás, como a atriz Regina Duarte, que foi casada com um cara da região de Campinas cujos pais eram donos de um sítio. Creio que a propriedade também já tenha sido vendida.

Mas há gente e empresas, bem estruturadas, que dia a dia investem no mercado imobiliário daqui, do atual centro urbano: basta observar os novos supermercados, bancos, bares e restaurantes, pequenos comércios e outros edifícios que vem sendo construídos ou reformados. Ainda é necessário que a prefeitura construa um novo calçamento, por exemplo, à área do comércio, pois está feio demais aquilo! Esse calçamento ainda é do tempo do ex-prefeito de Sumaré, Paulino Carrara, último prefeito da época em que Hortolândia era distrito desse município. Para mim, a Hortolândia dos primeiros tempos, como distrito de Sumaré, era um local razoável de se viver – depois, nem tanto.



A prefeitura de Hortolândia precisa ser mais forte, no sentido de enriquecer seu patrimônio, para ajudar diretamente a população local, sem depender tanto de empresas terceirizadas. É como se o único patrimônio público pertencente à prefeitura fossem cadeiras e mesas usadas pelos servidores. Hoje é muito difícil recorrer à prefeitura para podar ou cortar uma árvore que põe em risco uma via pública ou uma casa, ou qualquer edifício. E é muito ruim agir sem comunicar os órgãos públicos, pois isso pode prejudicar o cidadão, justamente aquele que precisa de um apoio. Prova disso foi eu ter me ferido após podar uma árvore sem a ajuda da prefeitura: solicitei o serviço por diversas vezes, mas não fui atendido. Para mim, além de trabalhar com má vontade, esses operários com uniformes vermelhos não trabalham direito. Preocupam-se com denúncia de crime ambiental, mas a verdade é que eles não sabem podar as árvores. Do jeito

que o serviço é feito, qualquer hora pode acontecer acidentes com vítimas, em situações de ventanias e temporais.

Há muitos anos, fui cabo eleitoral do Paulino Carrara, político para o qual trabalhei em três campanhas. Na hora que ele venceu para prefeito, deu-me às costas e deixou de falar comigo; tampouco me recebeu uma vez sequer em seu gabinete. Tenho comigo documentos, os primeiros desde as eleições de 1976, que provam o apoio que eu lhe prestei, quando era candidato pelo MDB, em oposição à Arena. Eu usava condução própria para ajudar em sua campanha. Levava gente em comícios para tudo quanto era lado. Trabalhei de graça; considerava-o um irmão, bem como seus irmãos, e sua mãe, dona Amélia – pela qual sempre cultivei enorme respeito, por toda a vida.

Depois que venceu a eleição municipal, lembro que Paulino Carrara fez um discurso em Hortolândia, na praça São Francisco de Assis, com o qual fiquei contrariado, pois era justamente a partir de sua posse como prefeito que ele deveria atender os interesses do povo. E esse homem era contra Hortolândia se emancipar. Via como prejuízo para Sumaré a perda do distrito de Hortolândia. Gastou muito dinheiro com advogados para emperrar o processo de emancipação. Pior, as obras da prefeitura de Sumaré em Hortolândia, em sua gestão, eram péssimas; cite-se o asfaltamento do centro de Hortolândia com aquilo de chamávamos de “baba de cupim” – um produto químico em pó esbranquiçado, por baixo de uma camada fina de piche. No primeiro dia, até parecia um serviço decente; mas, depois, era ruim até mesmo para remendar o asfalto. Outro problema grave, decorrente daqueles dias, e que se estende aos dias de hoje, foi o asfaltamento sem a construção de galerias pluviais e de esgoto doméstico – e, para resolver a situação, hoje é necessário um serviço mais complicado. Veem-se ainda inundar, em dias de chuva forte, lojas do centro, do Remanso Campineiro. Dizem que esses “piscinões” margeando o ribeirão Jacuba poderão aliviar um pouco o problema.

Muitas empresas contribuíram para o crescimento de Hortolândia. Uma das primeiras foi a IBM. Lembro quando a empresa chegou a procurar meu pai, por meio de anúncio em jornal, para convocá-lo a receber uma quantia indenizatória sobre uma terra ocupada ilegalmente, e comprovada por escritura. A quantia foi boa; pena que a maior parte havia ficado com o advogado da causa, devido aos honorários. Achei correto a IBM nos procurar para que tivéssemos algum ressarcimento sobre essas terras, apesar de nossa imprudência de permitir que o advogado tivesse amplos poderes sobre nossos direitos.

A cidade vem crescendo em todos os sentidos – em população, indústrias, renda –, ainda que não se possa esquecer que também cresceu demais em insegurança, em ladrões e bandidos. Tornou-se rotina saber de conhecido que teve seu veículo furtado, seja aqui no centro, seja em locais mais afastados. Faltam guardas, policiais capacitados e, principalmente, políticos decentes. Para eu construir tudo o que alcancei, tive que bater de frente com muita autoridade, pois aqui encontrei muita gente desinteressada e de má-fé, controlando nosso dinheiro e permitindo que gente de fora construísse seus barracos em beiras de rodovias, com água e luz ilegais. Nem coragem de melhorar as condições de vida dessa gente os políticos tiveram, até então. Essa precariedade somente contribui para o crescimento da violência, insegurança e bandagem. Cobro as autoridades por aquilo que me é de direito, bem como de meus parceiros, desde uma botina e uniforme adequados e de melhor qualidade para representarmos Hortolândia com os Pioneiros do Catira até sermos melhor atendidos por caixas bancários e lotéricas quando temos que pegar filas para pagar as contas.

Para a construção das estradas de ferro, nos seu início, os caminhos eram abertos e aterrados “no braço” mesmo, com enxadão, soquetes e pás; e carrocinhas puxadas por mulas e cavalos eram utilizadas no transporte de terra para auxiliar na terraplanagem – não havia maquinário moderno

na época. Prova disso: tivemos aqui em Hortolândia, até um tempo atrás, uma pessoa que fazia esse tipo de serviço; era um senhor chamado Chico Panaino, dono de carrocinhas e animais muito bem tratados e treinados. Certamente, na época da construção das estradas de ferro, o serviço era feito dessa mesma maneira.

O trem era uma maravilha. Eu gostava muito de viajar de trem. Da Estação Ferroviária Jacuba, eu ia a Araraquara, São Paulo e diversos outros lugares. Em geral, era barata a passagem. Havia passagens mais caras, para embarque em carros de primeira classe, cortinados, com melhores poltronas; ao passo que havia passagens mais baratas, para os carros de segunda classe, com aqueles balcões de madeira. O serviço de lanchonete era ótimo: os garçons passavam nos oferecendo os comes e bebes – que obviamente não eram de graça. Os banheiros eram confortáveis. Havia de tudo. O trem corria perfeitamente sobre os trilhos: jamais dava aqueles “soquinhos”, como quando a gente viaja de carro ou de ônibus, devidos às más condições das rodovias. Nem acho que o trem era barulhento demais – fazia um som algo como “trelelém-trelelém-trelelém”. Em minha época, as locomotivas eram elétricas; ficavam batendo nos fios dependurados em postes no decorrer das estradas de ferro. Era bem diferente desta movida a *diesel*, que passa ainda por aqui – a qual, além de ser barulhenta, expele uma fumaceira danada.

Na época, eu e minha família morávamos em uma casa que ficava perto de onde hoje está construído o Hospital Mário Covas. Depois que eu saí da Cerâmica Sumaré e aprendi o ofício de pedreiro, construtor civil, fui empregado na Companhia Estrada de Ferro Mogyana, em Campinas, no complexo da estação ferroviária. A bem da verdade, eu era funcionário de uma empresa terceirizada. Meu serviço era reformar alguns sobrados, uns prédios administrativos ali no entorno, próximos da Vila Industrial. Eu fazia a parte de acabamento destas obras: beirais, telhados. O serviço era um pouco perigoso, pois eu trabalhava a não sei quantos metros de altura, sobre um andaime feito de madeiras encaixadas. Rapidamente fiquei can-

sado de trabalhar com isso, e cheguei a comentar com meu encarregado de obras, Burdín, sobre minha insatisfação, por ser empregado de empresa terceirizada. Ele me pediu para ficar – pois meu serviço “era bonito” e o pessoal gostava –, e disse que eu iria ser efetivado, a convite do Leal – o chefe – no quadro da Mogyana. Mesmo assim não aceitei: peguei meus pertences e “piquei a mula”. Pedi demissão após alguns meses de serviço. Achei que aquele serviço não me daria futuro. Fiz o certo. Voltei para fazer minha vida em Hortolândia; comecei a trabalhar como pedreiro e estudar em uma escola do Jardim Sumarezinho, onde hoje tem construído um templo mórmon. A partir daí comecei a fazer negócios em terrenos e casas. Tanto que consegui, em seguida, acertar minha vida, ter onde morar, enquanto as companhias de trem faliram, e seus empregados foram deixados de lado, pouco a pouco.

Lembro bem como começaram as primeiras modificações nas estradas de ferro de Hortolândia: em meados da década de 1960, logo após a morte de minha mãe, em 1973, o governo desapropriou pedaços de nossas terras, bem como a de outras pessoas, para alterar um trecho do ramal, o qual, aliás, é o mesmo de hoje. Curioso que, após essa modificação, foi diminuindo o fluxo de passageiros da Estação Jacuba, até esta ser fechada, em 1975. Tentaram algumas vezes reabri-la, sem sucesso. Enquanto a estação funcionava, eu sempre ia Campinas de trem – jamais de ônibus. Para mim, é uma vergonha e uma tristeza o que fizeram com nossos trens, com a estação. Deveria ser uma obrigação dos governos reformarem tudo o que havia antes.

A crendice e a fé em Jacuba, Hortolândia, sempre foram muito fortes, presentes. Tem um caso bem conhecido por aqui, do Zezinho Atanásio, filho de José Atanásio, um rapaz que não queria ir para a guerra de 1932, após ser convocado pelo governo paulista. Sem dizer uma palavra a pessoa alguma, foi à venda, comprou uma latinha de formicida Tatu; “temperou” algum tipo de bebida com aquele veneno, bebeu escondido e saiu andan-

do. Meu tio Artur Camargo o viu de passagem por sua casa. De repente, a curta distância, o rapaz caiu morto, à beira da estrada, em um gramadinho. No mesmo local, o pessoal levantou uma capelinha, simples, feita de taipa. Ali se rezou o terço – somente terços, nunca missas – por muitos anos, até ser derrubada. O João Cesário, ao qual eu me referi anteriormente, dormia frequentemente naquela capelinha. Em suas andanças, em vez de dormir debaixo de chuva, ou ao relento, dormia dentro da capelinha, que jamais era trancada.



Tem também o caso de uma menina benzedeira. Ela morava em uma casinha de sapé, com a família, no bairro Sítio da Serra, em um sítio de João Rodrigues – este lugar se chamava “Sítio da Serra” não porque havia uma serra, um morro, propriamente dito, e sim uma serra de cortar madeira movida por um monjolinho, devido à força da correnteza do ribeirão Jacuba. Se não estou enganado, parte de suas terras foi comprada por Paschoal Jardim que, posteriormente, vendeu-as ao meu tio, José Camargo. Lá havia uma nascente, uma mina de água, que abastecia um pequeno caixote de tijolos, de onde essa menina enchia garrafas; benzia-as, e dava

às pessoas que a procuravam. Essa nascente deve estar no terreno comprado pela Cobrasma. Por muitos anos, o pessoal das redondezas costumava pegar água dessa nascente, e a fama dessa menina era muito grande. Vinha gente de todo lado atrás dela. Sua família não tinha sossego. Sei que muita gente foi atrás dessa menina, e que ela foi tirada dos pais por certo tempo, e colocada em um orfanato ou convento. Depois não se ouviu falar mais dela e de sua família. Talvez a menina tenha crescido e tomado seu rumo. É uma possibilidade.

Há outros casos de fé e credices populares aqui em Hortolândia. Um deles é o da dona Aneta, ainda viva, benzedeira desde criança. Sua mãe também era benzedeira: curava cobreiros, mal de simioto e outras doenças. Ela via a mãe benzer e brincava de benzer suas bonecas. A mãe a ensinou a benzer, e logo ela aprendeu. Sua mãe, tempos depois, faleceu, e ela começou a benzer os vizinhos, gente de fora. Hoje ela tem 86 anos de idade, e continua a benzer. Há uns três meses, a dona Aneta me benzeu para me curar de um cobreiro: estava horrível, tudo empipocado em minhas costas e no peito. Ela me disse que era um cobreiro de aranha. Ela me benzeu com uma tisana – o suficiente para logo desaparecer todo o cobreiro. Fui ao médico, que em nada resolveu minha situação. Dona Aneta foi quem resolveu o problema.



Há também o caso de minha tia e madrinha, dona Sabina, esposa de meu tio José Camargo – meu tio, que foi morar nas terras da esposa, depois comprou a parte dela, e por fim do Paschoal Jardim. Muitos anos após o falecimento de meu tio, dona Sabina veio morar aqui no centro de Hortolândia. Ela ficava bastante tempo sentada, embaixo de uma árvore, em frente a sua casa. Este era um costume seu, até falecer. E havia um menino, bem molequinho, cuja família chegara à rua tempos depois de minha tia Sabina falecer. Estranhamente, um dia ele foi falar comigo o seguinte: “Tio, ô tio, o senhor está vendo aquela velhinha embaixo da árvore, do outro lado da rua?”; respondi: “Onde? Não estou vendo nada!”. “Ali, tio, vestida de branco, sentada!” – e insistiu, teimou. Fui falar com minha prima, dona Idalina, que o menino poderia estar vendo sua mãe, dona Sabina, pois aquele era o lugar onde ela ficava sentada boa parte do dia. No momento, minha prima se emocionou, chorou. Digo até hoje: quem sabe não é o vulto de minha tia que está olhando por nós? Quem sabe? Crianças podem ter esse tipo de visão; adultos não, mas crianças sim.

Hermínio Cancian, “Sô Luca”

Havia uma expectativa de que Hermínio Cancian, mais conhecido por “Sô Luca”, colaborasse, na condição de entrevistado, para com o presente projeto “Memória em construção”, desde sua fase de elaboração. Apesar de não ser adotado o procedimento de entrevistas pré-selecionadas com os eventuais colaboradores, foi chegado o momento que se formalizou o convite para tal finalidade. Dona Anna Camargo Martins, natural de Jacuba, colega de grupo escolar de dona Maria Vinar; esposa de Sô Luca, sugeriu sua participação, a qual foi muito bem-vinda. Essa recomendação já havia sido feito por pessoas que acompanham o presente projeto desde seu início, como dona Odete de Moares, bibliotecária-chefe da Prefeitura Municipal de Hortolândia. No momento mais oportuno, o projeto foi agraciado com a colaboração de Sô Luca.

Aos recentemente completados 84 anos, filho de “jacubana” e ferroviário aposentado de origem italiana que fez a vida também na localidade, Sô Luca é cidadão que deu sua contribuição direta no crescimento e desenvolvimento socioeconômico da localidade, devido à sua personalidade empreendedora, ou de um self-made man; aprendeu desde jovem a tomar conta por si mesmo de seu destino profissional e financeiro. Jamais trabalhou na antiga Companhia Paulista, diferentemente do pai e do irmão, mas iniciou a vida profissional como operário oleiro da então recém-fundada Cerâmica Ortolan – pouco tempo depois, Cerâmica Sumaré. Insatisfeito com a falta de perspectiva profissional dentro da fábrica, “pediu as contas”. Em seguida, foi empregado por seu próprio pai no ramo de pequena pecuária leiteira, até adquirir suas próprias cabeças de gado com a esposa, com quem está casado desde 1948. Além de leiteiro por mais de cinquenta anos, Sô Luca e esposa também foram pioneiros no ramo de secos e molhados em Jacuba, depois distrito de Hortolândia.

Muito da sabedoria de vida e sucesso comercial deste casal veio do apreço à leitura, estimulada não somente durante os anos de estudo no Grupo Escolar de Jacuba, mas sobremaneira dentro da Igreja Presbiteriana de Jacuba, fundada em meados da década de 1920, por meio da colaboração direta do tio materno de Sô Luca, Miguel Pinelli. A conduta pessoal viabilizada por meio da doutrina religiosa calvinista, bem como esse apreço pela leitura em geral, decorrente da vida em comunidade evangélica, marcam profundamente as identidades pessoal, familiar e pública do casal Cancian. A presente narrativa de Sô Luca certamente faz parte das memórias coletivas identitárias de comunidades e famílias residentes em Hortolândia, de variada orientação religiosa evangélica –

qual soma mais de 35% da população municipal, conforme dados recém-divulgados pelo IBGE, a partir de resultados obtidos no Censo 2010 – e cuja cultura e cotidiano não haviam sido direta e devidamente abordados no desenvolvimento do presente projeto.

O encontro com Hermínio Cancian, cuja entrevista registrada em áudio contou com a presença de Gustavo Esteves Lopes, autor deste trabalho, e do jornalista Anderson Zotesso Rodrigues, ocorreu em 12 de junho de 2012, às 14 horas, em sua residência, acompanhado da esposa, na rua Luiz Camilo de Camargo, Remanso Campineiro, Hortolândia. O tempo de duração do registro em áudio é de 1 h 52 min 10 s.



“Tenho consciência de minha contribuição para com Hortolândia. Fiz o quanto pude para o bem daqueles ao meu redor. Nunca fiz algo de mal, algo com o interesse de prejudicar outrem. Sempre digo: ‘Em todos os cantos por onde ando, posso sempre estar com a cabeça erguida’”.

Antigamente, os pais não contavam tantas histórias aos filhos, diferente de hoje. Antes, os assuntos eram mais reservados. A pessoa guardava

para si aquilo que conhecia. Havia o receio de a pessoa se inteirar de um assunto que pudesse prejudicá-lo “mais para frente”. Se um assunto era passado para frente, era um segredo. Até sé conversava aquilo com um vizinho, com um conhecido – conosco, filhos, geralmente não. Filho raramente sabia daquilo de conhecimento dos pais. Hoje os mais jovens conhecem mais histórias, pois a informação circula de maneira mais aberta.

Há alguns anos, fui entrevistado pela equipe do “Almanaque Hortolândia” para dizer algo sobre as primeiras ruas de Hortolândia, bem como sobre um Jatobá plantado ao lado da estação ferroviária. Guardei comigo um toco bem grosso desta árvore, quando a prefeitura municipal o podou certa vez. Seus galhos, muito grandes, puseram em risco algumas das antigas casas da Companhia Paulista. A vizinhança, amedrontada, acionou a prefeitura, que fez o serviço de poda. O toco está “bem guardadinho” no paiol de casa. Esse jatobá nasceu de uma semente “jogada” no terreiro de casa pelo meu pai; que dava aquele miolo do caroço do fruto – que exala um cheiro bem próprio – misturado com capim às vacas, que se alimentavam na manjedoura feita por ele mesmo, junto à casa da Companhia Paulista, em que nós morávamos. Eu devia ter uns 12 anos quando a árvore nasceu. Outra lembrança que tenho, por exemplo, é que em meio às plantações de melancia havia outro jatobá enorme. E nós, moleques, brincávamos muito por ali, empoleirando-nos neles, além de levar os frutos para casa e comê-los.

Minha mãe era viúva, e meu pai também. Nascida e crescida em Jacuba, minha mãe, Maria Joana Pinelli, primeiramente casou-se com um argentino, que a levou consigo para seu país. Lá ela teve um casal de filhos, Trípoli e Lina. Por lá mesmo ficou viúva, vindo então a residir por um tempo com os parentes do falecido marido, apesar de não se dar tão bem com aquela família. Chegou a escrever, da Argentina, para um tio meu, Felício Pinelli, sobre as dificuldades pelas quais estava passando, pedindo também que a buscasse ou ao menos enviasse o valor da passagem

de volta – seu retorno foi de navio, acompanhada deste meu tio. Minha mãe, acompanhada dos filhos, retornou à casa de meus avós, proprietários do terreno onde se encontra, há décadas, a escola Manoel Ignacio da Silva.

Meu pai, Eugenio Cancian, por sua vez, italiano de nascimento – chegou ao Brasil com apenas 1 ano de idade –, cresceu em Santa Rita do Passaquatro. No porto de Santos, um fazendeiro dessa localidade veio de lá para buscar famílias para trabalhar em suas terras – inclusive na de meu avô, João Cancian. Infelizmente não sei o nome dessa fazenda, pois jamais este me foi mencionado. Anos mais tarde, rapaz feito, meu pai se casou com uma moça também de Santa Rita do Passaquatro, que findou por falecer. Nesse meio tempo eles tiveram um filho, Alcides Cancian, falecido aos 77 anos de idade. Já viúvo, meu pai, funcionário da antiga Companhia Paulista de Estradas de Ferro, foi transferido de lá para Limeira, e em seguida para Jacuba. Junto com ele veio apenas o filho Alcides, para residirem em uma casinha, propriedade da Companhia Paulista, anexada à estação ferroviária. A bem da verdade, não sei o porquê de ele ser transferido para Limeira, tampouco para Jacuba – neste percurso, algo não deu certo.

Enquanto isto, depois de minha mãe retornar da Argentina e residir com meus avós, e meu pai ser transferido pela Cia. Paulista de Limeira para Jacuba, ambos se conheceram e, em pouco tempo, casaram-se, e formaram uma nova família. Juntos, tiveram mais cinco homens e uma mulher: João, Hermínio, Durval, Zuza e Noêmia. Após 35 anos de serviços prestados à Cia. Paulista, meu pai se aposentou. Assim, toda a família deixou, pois, a casa anexada à estação ferroviária, para residir em uma casinha que ele havia comprado. Posso dizer que estas são nossas origens: todos os filhos desta nova família nasceram e cresceram em Jacuba. Aqueles de nossa família que já partiram, em sua maioria, estão sepultados em Sumaré, bem no início do Cemitério Municipal, em nossos jazigos.

Popularmente sou conhecido por “Luca”. Isto decorre de minha mãe e de uma irmã mais velha. Sempre perguntei à minha irmã, Lina: “Por que me chamam de Luca?”. “Também não sei o porquê de Luca!” – respon-

dia-me. “Lembro apenas que você, com um ano e meio de idade, dizia a todos, como primeiras palavras aprendidas: ‘Luca, Luca... – sem motivo algum!’” –, acrescentava. E assim o apelido ficou para o resto da vida. Nem Lina, nem meus outros irmãos e tampouco eu sabemos o porquê de eu ser chamado de Luca. Penso de mim, ao mesmo tempo, como Hermínio e como Luca: eu os considero válidos e acho muito bonitos ambos os nomes. E hoje tenho um bisneto, com 1 ano de idade, que se chama Luca – registrado como Luca, mesmo. É um privilégio, para mim, ter um bisneto com esse nome; pois, daqui para frente, seja o que Deus permitir, seja quantos anos ele viver, com ele estará marcado com mais um traço de sua origem, de seu meio: o apelido do bisavô.

Meus tios, Miguel Pinelli e Antônia Massini Pinelli, foram os primeiros entre nós a se converter ao presbiterianismo, após um senhor vir aqui a Jacuba pregar o evangelho. Foram eles que abriram as portas da sala de casa para este homem realizar seu trabalho. Foi a partir daí que eles se converteram, bem como tantos outros. O terreno onde fora edificado o primeiro e o segundo templos da igreja Presbiteriana em Jacuba – pouco depois, Hortolândia – foram ambos doados por eles, após a conversão. Inclusive a casa ao lado da atual igreja, onde residiam, também foi transferida para nossa comunidade antes de partirem.

Meus pais não eram evangélicos; e meus tios, já convertidos, diziam à minha mãe: “Joana, leve as crianças para a igreja” – e ela assim o fez. Apesar de todos os filhos frequentarem, quando crianças, o culto presbiteriano, apenas eu, minha irmã – que mais tarde se casaria com o pastor – e minha mãe nos convertemos à religião. Meu pai e meus irmãos, não – ainda que alguns tivessem frequentado igrejas evangélicas, depois de adultos.

Meus tios tinham um terreno entre o início da rua Eugênio Cancian, a avenida Amélia Basso Breda e a rua José da Silva Galvão, que fora desapropriado pela Prefeitura Municipal de Sumaré, durante a fase de abertura dos primeiros loteamentos, para criar passagem entre estas duas vias, além

de área na qual eles mesmos construíram voluntariamente edifícios para duas escolas da rede municipal, bem no coração da Vila Real. Para tanto, meus tios nunca cobraram tostão algum. Anos após a desapropriação, durante a gestão do prefeito José de Nadai – criado em Hortolândia, ao lado do “barreiro” da cerâmica –, resolveu-se acertar as contas com a família, de maneira que isto contribuiu na edificação da atual sede da igreja Presbiteriana em Hortolândia. Junto com o advogado, um pastor de Campinas, para tratar da desapropriação, meu tio tratou o assunto do seguinte modo: “Zé, veja o quanto você pode nos ressarcir, pois o próprio povo será beneficiado, além de que você já foi beneficiado dentro da nossa igreja”. Por fim, meus tios receberam cerca de R\$ 1.200,00, nos valores da época, em parcelas de R\$ 200,00. Com o dinheiro, meus tios ajudaram a erigir o novo edifício, este que está aí. Apesar do valor baixo, todos nós aceitamos as condições do processo, para que tais discussões se encerrassem. Para mim, olhando para trás, acho que o ex-prefeito José de Nadai poderia ter sido mais sensível e ter ajudado um pouco mais toda nossa comunidade presbiteriana; pois ninguém é o dono da igreja, ou todos o somos, uma vez que somos todos são “filhos de Deus”, somos todos o “corpo de Cristo”. Hoje, ele mesmo poderia receber mais bênçãos do que já recebeu na vida. Foi algo que começou lá embaixo, a construção de nossa igreja: custou uma vida toda de fiéis mais antigos, bem como de jovens da comunidade presbiteriana de Hortolândia.

Em um primeiro momento a população de Jacuba não aceitava tão bem a presença da igreja Presbiteriana no povoado. A primeira sede, localizada na Rua Eugênio Cancian, foi demolida. Isto se deu por volta da mesma época em que se ampliou a edificação da Igreja de São Francisco de Assis. Antigamente, nós presbiterianos, éramos chamados de protestantes de maneira pejorativa. Esse termo gerava muita desconfiança e aversão junto da comunidade católica. Lembro até hoje da vez que o comerciante da venda próxima à estação, Rodrigo Carvalho, agrediu fisicamente um senhor da nossa igreja, apenas pelo fato de ele ser “crente”. Com o decorrer do

tempo, no entanto, a mentalidade de famílias e pessoas enraizadas em tradições católicas foi mudando, e fomos ganhando o devido respeito. Hoje fico abismado com a quantidade de pessoas evangélicas e protestantes que eu encontro em Hortolândia.

Vale também ressaltar o bom relacionamento de minha família, bem como de outras, que compõem a comunidade presbiteriana de Hortolândia, junto a outras igrejas aqui instaladas – inclusive a igreja Adventista do Sétimo Dia. Essa igreja evangélica já está há décadas instalada em Hortolândia, de maneira que a comunidade hoje é reconhecida por sua tradição, sobretudo por meio de sua ação pedagógica, através do Instituto Adventista São Paulo, o Iasp. Obviamente, há divergências doutrinárias entre nós presbiterianos e os adventistas – por exemplo, com relação aos sábados e quanto ao que consumimos em casa. Por outro lado, é muito enriquecedora a mensagem espiritual e humana de tolerância ao diferente pregada por essa comunidade evangélica.

No início, muitas vezes tínhamos que cortar caminho por terrenos de moradores para chegar a algum lugar, como o de meu tio, Miguel Pinelli, um cidadão que muito contribuiu para a primeira infraestrutura mais urbana do povoado. O povoado foi se tornando um vilarejo quando foram abertas as primeiras vias, hoje denominadas rua José da Silva Galvão e a que recebe o nome de meu pai – esta última ainda inteiramente pavimentada com paralelepípedos de pedra. Com o passar do tempo, as autoridades abriram outras vias, como a hoje denominada avenida Amélia Basso Breda. Outra via importante, há tempos, é a avenida São Francisco de Assis: no início, um “corredorzão”, cercado de arames de ambos os lados, péssimo para quem estivesse a pé, a cavalo ou a carroça – todavia um dos únicos meios para se entrar ou sair do povoado. Na época, não havia reparo nas ruas; e a cada chuva era um sofrimento para quem precisasse seguir por ali e enfrentar enormes valetas feitas por enxurradas – dava até medo! Mesmo a antiga saída para Rebouças era um corredor repleto de barran-

cos, buracos e valetas, entrecortando pastos e plantações. Basicamente, antes de iniciarem o loteamento de terras, não havia em Jacuba, mais tarde Hortolândia, ruas e estradas como as de hoje.

Tenho um sobrinho chofer, que há pouco tempo comprou um automóvel no valor de R\$ 50 mil. Diferentemente, décadas atrás, mal havia gente circulando com automóvel pelas vias de chão batido de Hortolândia. Aqui já havia automóveis antes da chegada de João Ortolan, em 1947. Poucos, mas havia. Era uma ou outra camioneta – uns “Fordinhos, anos 1934-1936”. Em 1951, começou a aparecer por aqui um maior número de carrinhos, de camionetas. Um dos primeiros proprietários de automóveis da região foi um fazendeiro, dono de 88 hectares de terras onde atualmente existe o bairro Oreste Ongaro. O homem era de Sumaré, mas em determinado momento se mudou para Campinas. Quando precisava chegar à sua fazenda, ia de carro até Rebouças, e de lá pegava o trem até Jacuba, pois as vias de acesso eram terríveis. Fazer o percurso desgastava por demais os carros. O jeito mesmo era o transporte por tração animal. Durante anos eu transportei de carroça os tambores de leite. Alguns moradores antigos daqui também tinham carros de boi – transporte muito útil para cargas mais pesadas. Entre eles estava Oscarlino Silvério de Moraes, o Carrinho, e o Tico Guilherme, que morava próximo ao sítio do Pedro Gomes, localizado quase à beira da então recentemente construída Rodovia dos Bandeirantes, ali no bairro Taquara Branca. Por exemplo, certa época aqui em Hortolândia se plantava muita melancia onde atualmente existe o bairro Remanso Campineiro – se não me engano, o principal produtor de melancias era um “italianão”, calabrês, chamado André Limordi. E, para o transporte dessa produção, o mais apropriado eram os carros de boi.

Quando a cerâmica foi fundada, havia fornecimento de luz apenas para lá. De início, João Ortolan “emprestava força” apenas para José Costa Camargo, que tinha uma máquina de beneficiar arroz – José Costa era pai do comerciante e ex-vereador Geraldo Costa Camargo. Demorou demais para se distribuir luz elétrica no distrito de Hortolândia. Enquanto isso,

meu pai era quem alimentava o tambor de carboreto que fornecia luz para a estação ferroviária, a partir de um sistema de encanamento a gás. Era uma manutenção feita com muito cuidado. A sinalização para a entrada de trens na área da estação, também realizada pelo meu pai, era feita com dois lampiões a querosene, cada um pesando cerca de dez quilos, que iluminavam os chamados “paus de sinal”, com um lado verde e outro vermelho. Era necessário subir uma escada para colocá-los na posição correta; em seguida, acionava-se manualmente a alavanca que sinalizava a permissão ou não de o trem passar pela área da estação ferroviária.



Próximo de onde fora construído o pontilhão que liga a região central ao bairro Nova Hortolândia ficava o antigo Grupo Escolar de Jacuba, vizinho às propriedades da família Gomes. Em minha infância, a sede do Grupo Escolar já era uma casinha velha, que foi destruída em meio a um temporal, anos depois, quando foi derrubada por um coqueiro ao lado, muito grande. O Grupo Escolar funcionava do primeiro ao terceiro ano do curso primário. Durante o quarto ano do curso primário, eu estudei, igual-

mente a outras crianças de Jacuba, no Grupo Escolar do antigo distrito de Rebouças.

Quando pequeno, eu precisava pegar o trem regularmente para Rebouças, para fazer o quarto ano primário. E, basicamente, viagem de trem, era apenas para lá. Quando fiquei adulto, viajei com maior frequência para outras localidades, pois já havia irmãos e parentes meus residindo fora de Hortolândia, além de haver outras necessidades na ordem do dia que me faziam pegar o trem, sobretudo para Campinas. Viajava para localidades como Americana, Nova Odessa, Limeira, Duartina, Cabrália Paulista, Piratininga, Bauru. Tive o privilégio, por causa de meu pai, de viajar com bilhetes a preços reduzidos, com até 75% de desconto.

Sou nascido “no corpo” da estação ferroviária, dentro do edifício principal, na sala de espera. Foi Antônio Gomes, avô de minha esposa, quem doou parte do terreno à Cia. Paulista para a construção da estação ferroviária, que primeiramente funcionou apenas como posto telegráfico. O edifício da estação ferroviária era composto de alguns cômodos e de uma ampla área de embarque e desembarque de passageiros e mercadorias, protegida por uma cobertura considerável sobre os portões das salas de bagagens e de espera. Dentro do edifício principal também havia as salas do telegrafista e do administrador-chefe – época em que tudo era manual, operado “com os dedos da mão”. A sala de espera servia como espaço de maior conforto aos passageiros no aguardo do trem. No entorno da estação havia um armazém para receber e despachar mercadorias e encomendas em lotes maiores, além das casas dos ferroviários e do telegrafista.

Foi um pecado a Fepasa, até aonde eu sei, desmanchar esse armazém, décadas atrás. Quem comprou os entulhos do desmanche – vigotas, tijolos, portais e madeiramentos em geral – foi gente, se não estou enganado, vinculada a políticos da época, para utilizar em suas propriedades, pois esses materiais eram comprados a baixo preço, diferentemente de hoje. Por fim, quase todo o equipamento utilizado na prestação de serviços e

manutenção da linha férrea e da estação – balanças, *staffs*, *interlocks*, alavancas, sinaleiros – desapareceu. Ninguém tinha a consciência de preservar o patrimônio cultural; não se dava valor algum por tudo aquilo. Talvez agora tal situação esteja se modificando. Eu mesmo poderia ter preservado comigo qualquer objeto da estação ferroviária – contudo, não tenho nem um prego. Eu não tinha a vontade de ter, inclusive porque nada era meu.

Sei que, com o decorrer do tempo, também ocorreram algumas modificações estruturais no interior da estação ferroviária, apesar de a fachada continuar a mesma, ao menos desde 1928 – inclusive a janela do cômodo onde eu nasci. Era também muito confortável e ampla a casa onde morávamos quando meu pai era funcionário da Cia. Paulista, anexada à estação. E, para manter a segurança do pátio e do entorno da estação, quanto ao fluxo de pedestres e animais, havia um cercado muito bem-feito: ninguém atravessava os trilhos férreos no entorno da estação. Se ocorresse esse tipo de infração, rapidamente os ferroviários estavam a postos para resolver o problema – obviamente, tudo à base do sermão. E toda essa boa estrutura oferecida pela Cia. Paulista se somava à precisa prestação de serviços dos ferroviários de então: portadores, responsáveis pela limpeza; cabineiros, responsáveis pelas alavancas; telegrafistas; e o administrador-chefe da estação. Por exemplo, remetentes e destinatários tinham certeza de que suas encomendas estavam bem guardadas pelos portadores – como meu pai o era. Além de portador, ele também era cabineiro, aquele responsável pelas alavancas de comando e sinalização das linhas férreas, durante o momento do cruzamento de comboios, e de embarques e desembarques, de passageiros e mercadorias. Essa função dependia das informações transmitidas pelos telegrafistas, para que tudo fosse bem coordenado pelo chefe. Para tanto, todos os ferroviários passavam por treinamento de acordo com os cargos ocupados.

A alguns metros da estação ferroviária havia uma cabina construída em tijolo, com o teto em madeira. Dentro dessa cabina havia as alavancas que comandavam e sinalizavam o tráfego. Era ali que meu pai trabalhava.

Apesar de não haver um fluxo de trens tão grande como hoje, chefes, telegrafistas, cabineiros e portadores trabalhavam de maneira contínua, dia e noite. Lembro de meu pai deitado, a qualquer horário da noite, sempre aguardando o momento de ser chamado pelo chefe para ir à cabine realizar sua função. Havia menos trens naquela época, mas a velocidade média das locomotivas com vagões de aço para o transporte de passageiros era mais alta – cerca de 80 km/h.

Se um trem pegasse um carro àquela época, em que a velocidade alcançava até 80 km/h, não sobrava parte alguma do veículo. De fato, já ocorreram tragédias decorrentes de choques entre trens e veículos, ou atropelamentos de pessoas que tentavam cruzar a linha férrea, apesar de as ocorrências serem raras; ao passo que atropelamentos de vacas, cabritos, carneiros, porcos e outros animais ocorriam com maior frequência. Havia gente que, por exemplo, vinha do trabalho fora de hora, e combinava com o maquinista para o trem passar um pouco mais devagar próximo à estação ferroviária, sem parar, durante o período em que fora interrompido seu funcionamento; isso já ocasionou alguns graves acidentes. Teve um homem, vizinho nosso, que se acidentou fatalmente dessa maneira, ao saltar desequilibrado do vagão. Ficou em pedacinhos.

A cancela no cruzamento entre a avenida São Francisco e a linha férrea era muito útil. Acredito que tenha havido menos acidentes nos primeiros tempos do que no tempo recente, em que carros e motos cruzam por ali imprudentemente. A casa da família de minha esposa, em oito pessoas, beirava a linha férrea, igualmente à nossa. Jamais sofremos com esse tipo de tragédia. Sabíamos dos horários e do perigo iminente de se atravessar a linha férrea.

Meu irmão por parte de mãe, Trípoli, também se tornou ferroviário, devido à consideração dos empregadores em relação ao meu pai. Naquele tempo era difícil de arranjar emprego. Mas a oportunidade se deu não somente em função do histórico de família na Cia. Paulista, mas por sua boa conduta. Mesmo depois das linhas férreas se reunirem, meu irmão

continuou como ferroviário, até se aposentar. Trabalhou por muitos anos em Duartina. Lá foi telegrafista, casou-se e se transferiu para Campinas, com o cargo de chefia da já demolida estação ferroviária localizada no bairro Samambaia.



Somente dois irmãos meus deram maior sequência à instrução escolar: Álvaro, que reside em Americana, e Durval, já falecido. Independentemente disto, sempre tive o hábito da leitura, o qual foi estimulado em mim, desde pequeno, dentro da igreja Presbiteriana – para melhor compreender a hermenêutica bíblica. Também não me esqueço do conselho de um velho amigo: “Luca, a gente tem que ler bastante, ficar orientado para saber o que se passa ao nosso redor”. Isso me marcou definitivamente. Até hoje, qualquer jornal que recebo em casa, “esbagaço-o de cabo a rabo”. Leio tudo quanto é notícia. Noto que hoje não há tanto interesse dos jovens em adquirir o hábito da leitura; apesar de minhas netas, com idade de vinte e

poucos anos, diferentemente, serem estudadas e com condição de instruir a todos nós, “mais antigos”. Por isso valorizo muito o hábito de leitura, que tanto me ajudou no decorrer da vida.

Posso dizer que minha família foi pioneira na vivência urbana de Jacuba. Apesar disso, tivemos que, durante anos, trabalhar como empregados nas roças dos outros para complementar a renda de casa, pois o salário de meu pai na Cia. Paulista era modesto. Plantávamos e colhíamos milho e algodão. Somente depois que plantávamos as lavouras, ou que as safras eram colhidas, recebíamos pelo serviço. O milho, por exemplo, não somente o colhíamos, mas o descascávamos, debulhávamos, abanávamos, ensacávamos e pesávamos, até entregá-lo prontinho aos proprietários. Para isso, nós tivemos que passar por certa instrução, para saber fazer as contas direitinho. Tínhamos que ser práticos em cálculos para fazer melhor todo o serviço na roça.



De outra parte, a vida em Jacuba começou com o empreendedorismo

de João Ortolan, fundador da cerâmica que levou, primeiramente, seu sobrenome. Para isso, João Ortolan comprou uma “maromba de olaria”, máquina que fabrica tijolos. A fabricação se dava do seguinte modo: primeiro se abria um buraco com um pau cravado no meio, que afilava dois burros ou bois, nos quais havia arados bem afiados fixados em cada um, para revirar o barro que seria utilizado no processo de fabricação dos tijolos. Em seguida, o barro extraído era posto em uma espécie de bocal da maromba, permitindo assim que este ficasse bem amassado, espremido. Então, o operário vinha com um carrinho para pegar o barro amassado, e levava-o para batê-lo nas formas, chamadas de “bancas”, e fabricar os tijolos. Ali eu comecei a trabalhar quando tinha 16 para 17 anos de idade. Lembro perfeitamente da rotina de trabalho: um operário me perguntava quanto de barro eu precisava, e eu lhe respondia que queria o suficiente para fabricar oitenta tijolos, por exemplo. Eu mesmo cortava o barro; colocava-o dentro da forma; batia-o; passava a régua de arame para aplainá-lo corretamente; retirava-o a forma, e deixava-o pronto para ser levado ao forno. Assim que manualmente se fazia o tijolo. Os demais companheiros e eu, quando já tinha uns 18 anos de idade, chegávamos a fabricar mais de mil tijolos por dia cada um. Foi como oleiro da Cerâmica Ortolan que comecei a trabalhar de verdade, a ganhar a vida.

Comecei a vida adulta trabalhando como empregado, mas não queria isso. Certo dia, um primo do meu ex-patrão, chamado Francisco Ortolan, disse-me, no dia anterior à minha folga: “Amanhã você irá trabalhar” – e respondi-lhe que não iria. Ameaçou de me despedir; e, de imediato, exigiu que a cerâmica me pagasse pelo estava em haver. Recebi a devida quantia dois dias depois da demissão. Nunca mais trabalhei como empregado – exceto alguns serviços que eu prestei à própria família, até que se definisse uma situação melhor para mim, àquela altura da vida. Meu pai e um de meus irmãos começaram a trabalhar com gado leiteiro. Havia um homem com algumas vacas para vender, e fizeram negócio. Chamaram-me para ser seu empregado. Aceitei prontamente. Isso foi em 1947. Logo depois, casei-

-me, em 1948, e em pouco tempo nasceu meu primeiro filho. A partir daí, continuei com minha esposa mexendo com criação, por conta própria. Por mais de cinquenta anos, eu e minha esposa trabalhamos com leiteira.



Havia muito leiteiro aqui em Hortolândia. Chegava, pela manhã, o caminhão para recolher os tambores de cinquenta litros fornecidos pelos produtores. Cada um tinha sua banca, onde eram dispostos de um a três tambores de cinquenta litros. Cada leiteiro tinha um cadastro, a partir do qual se registrava quais e quantos tambores eram levados embora para as usinas – na época, os tambores eram levados para as usinas da Leco, em Campinas, e da Nestlé, em Araras. Fomos fornecedores da Nestlé, por exemplo, por muitos anos. Guardo comigo até hoje esse cadastro que identificava os meus tambores.

Além de trabalharmos no ramo de leiteira, tivemos uma venda, um comércio de secos e molhados, onde se localizam hoje propriedades que

ainda são nossas. São 2 mil m² de construção, em sete lotes de terras, comprados pouco a pouco. Nesse comércio tínhamos também uma máquina de beneficiar arroz que eu havia comprado. Era gente daqui mesmo que mantinha os arrozais, todos plantados no “chão seco”. De início, eu mal sabia pô-la para funcionar, pois nunca havíamos trabalhado na produção de arroz. Foi lendo as instruções que aprendemos a operá-la. A partir daí, ganhei dinheiro. E “me fiz” dentro do centro comercial de Hortolândia. Com o tempo, foi aumentando a variedade agrícola plantada em Hortolândia. Arroz, algodão, milho e mandioca eram as principais plantações de então. Por fim, ocorreu também uma boa fase de lavouras de tomate; até que esta e outras lavouras foram diminuindo o rendimento, e o interesse geral recaiu sobre a abertura de loteamentos.

Muita gente foi trabalhar ali, em sua construção, como roçador de mato, servente, pedreiro. Além do próprio João Ortolan, um empreendedor chamado Juvenal de Souza Pinto, primeiro comprador da Cerâmica Ortolan, que passou a se chamar Cerâmica Sumaré, foi também um dos primeiros loteadores de terra de Jacuba, Hortolândia, principalmente de toda a área do Remanso Campineiro. Ele vendia muita terra para gente de fora, para gente da Grande São Paulo. Era muito baixo o preço pelo qual se vendiam os terrenos. Eu mesmo deixei de comprar terras pois não acreditava que a localidade iria crescer de tal maneira. Tampouco eu aceitava isso. Agi com a mentalidade de quem nasceu e cresceu em Jacuba. Outro empreendimento relevante para o crescimento de Hortolândia, que na época ainda era Jacuba, foi a construção do Instituto Adventista São Paulo, cujo primeiro nome era Educandário Adventista de Campinas.

Vem aumentando consideravelmente o número de prédios construídos e em construção em Hortolândia. Não encontramos, com facilidade, casas antigas como antes. Em sua maioria, são construções recentes. Um a um, os proprietários estão prontos para vender sua casa, pois sabem que ao redor serão erguidos diversos prédios. A infraestrutura vem melhorando, tentando-se recuperar investimentos perdidos, como o encanamento mal

feito pelas administrações anteriores, que está sendo substituído por um mais adequado, capaz de suportar o crescimento da cidade.

Se as localidades da região de Campinas tivessem se mantido unidas, certamente a situação não seria tão favorável hoje. Para mim, ocorreu uma abertura de oportunidades que não havia antes. Eu mesmo não aceitava o crescimento de Jacuba, de Hortolândia. Se tudo acontecesse conforme o que eu desejava, tais localidades estariam estacionadas no tempo. Era inevitável as localidades se separarem de Campinas. De qualquer forma, Hortolândia cresceu muito, mas os problemas ainda não foram resolvidos, pois na política sempre há os espertalhões. De minha parte, continuo a lutar para ter o pão de cada dia. Nada vem de graça. E não reclamo da vida.

Meu tio, Miguel Pinelli, dizia-me: “A gente se afoga no rio grande, caudaloso”. Na época, os antigos achavam que Sumaré era um “riozinho” – e que era melhor continuar daquele jeito, que Campinas “deveria ser dona de tudo”. Meu tio também pensava isso. Em uma comparação, hoje não conseguimos compreender a mentalidade e o potencial dos jovens, todos hábeis com a tal de internet. Sumaré e Hortolândia são como esses jovens de hoje. É um erro não levá-los a sério.

Semana passada, dia 5 de junho último, fiz aniversário, 84 anos de idade; e minha esposa, Maria Vinar Cancian, completará amanhã, dia 13, 80 anos de idade. Eu e minha esposa tivemos três filhos: um homem, Eunísio; e duas mulheres, Sirlei e Sueli. Eunísio faleceu aos 57 anos de idade – há cinco anos; ele residia em Sumaré. Sirlei reside no distrito de Barão Geraldo, Campinas. Sueli reside em Hortolândia. Temos nove netos e oito bisnetos. Fico contente que todos moram aqui na região, alguns dos quais em Hortolândia.

Tenho consciência de minha contribuição para com Hortolândia. Fiz o quanto pude para o bem daqueles ao meu redor. Nunca fiz algo de mal, algo com o interesse de prejudicar outrem. Sempre digo: “Em todos os cantos por onde ando, posso sempre estar com a cabeça erguida”. Digo,

como comerciante, que não era fácil negociar com atacadistas antigamente. No início, sendo pessoa simples, mesmo sem recursos financeiros, nós já conseguíamos comprar as mercadorias para abastecer nosso comércio de secos e molhados. Por conta de minha idoneidade, eu e minha esposa sempre tivemos crédito junto aos atacadistas. Faziam questão de negociar conosco. Até hoje, mesmo que esses atacadistas e outros empresários tenham transferido seus negócios a filhos e netos, ou a terceiros que não nos conhecem pessoalmente, ainda se encontra em Campinas gente que nos conhece e nos respeita pelo sobrenome Cancian. Por exemplo, há um posto de gasolina em Campinas, a certa altura da avenida João Jorge, que, se eu sair de casa sem um tostão, ainda assim consigo abastecer o automóvel, pois ali se tem a certeza de receber da gente pelo serviço prestado. O dono é um rapaz baixo, chamado Duvílio, um “italiano vindo do Paraná”, que sempre nos tratou bem; e que, se qualquer um lhe perguntar se conhece o Luca Cancian, de Hortolândia, vai responder à pergunta com presteza. Hoje, certamente, as relações comerciais são feitas de modo diferente: na maior parte das vezes, recebe-se a mercadoria somente à vista, independentemente da honestidade do comerciante – tudo por conta do que se chama hoje de “nome sujo”.

Tínhamos uma caixa repleta de cadernetas para marcar as compras dos fregueses em haver – que até jogamos fora, não sei o porquê. O dinheiro que poderia ser computado, somando-se todas aquelas notinhas, daria para eu comprar metade de Hortolândia. Dinheiro nunca me fez falta, graças a Deus. Por exemplo, o terreno ao lado de minha chácara, onde resido, tem 18 mil metros quadrados; e eu deixei de comprá-lo por apenas R\$ 20 mil. Simplesmente não o quis. Não me era necessário. As terras eram de um rapaz de São Paulo, Rubens Vidigal. Geraldo Costa Camargo, ao negociar com o rapaz essas terras, quis que eu fosse testemunha de seu contrato. Assim o fiz. Fui ao banco e assinei o termo. Geraldo me chamou para ser sua testemunha porque acreditava em minha honestidade, acreditava na criação dada pelos meus pais. Tem coisas na vida que não têm preço; não

há o que pague. Esse episódio foi uma delas. O que de melhor posso deixar para meus filhos e netos é minha honestidade.



Uma reflexão: os médicos, com as ferramentas de hoje, prontamente informam-nos o diagnóstico. Eu uso marca-passo há vinte anos. O primeiro durou cinco anos. O segundo também, cinco anos. O terceiro durou dez anos. Há dois meses coloquei um novo que pode durar ao menos mais doze anos. Antes, os médicos mal sabiam exatamente por quanto tempo durariam as pilhas desses marca-passos. Se não fossem as melhorias da medicina, talvez eu já tivesse partido. A turma reclama à toa, em meio às mordomias oferecidas no mundo de hoje. Basta-nos aprender a controlar as diversas situações, para levarmos a vida com maior tranquilidade.

Anna Camargo Martins, “Dona Anna”

Acompanhados do catireiro Nelson Blumer, o presente autor e o jornalista Anderson Zotesso Rodrigues foram ao encontro de Anna Camargo Martins, a dona Anna, em uma tarde ensolarada de quarta-feira. Prima deste colaborador para com o projeto “Memória em construção”, dona Anna recebeu os dois pesquisadores esperando que todos os quatro fizessem um traslado de carro até as antigas terras de seus pais, José Camargo e Sabina Baptista Camargo, para que in loco fossem registradas suas memórias acerca dos tempos em que ali viveu a família da intrigante menina benzedeira, Maria Appolonia, conhecida na época de 1930, pelos jornais e curiosos de então, como a “Santinha de Jacuba”, conforme caso relatado em narrativa anterior.

Esse foi um dos principais temas que suscitaram sua recomendação a também colaborar para com o presente projeto. Mas a premissa do desenvolvimento desta pesquisa é o de narrar histórias de Hortolândia a partir das histórias de vida de cidadãos e cidadãs munícipes, por eles relatadas. Apesar de impreterível a circunstância de visitar as antigas terras de seus pais, para se obter mais informações sobre a menina Maria Appolonia, o mais importante, para o momento, era conhecer seu ambiente privado, ter contato com objetos que estimulassem sua narrativa sobre a própria história e a de seus entes e pessoas mais queridos e/ou significativos em sua trajetória de vida.

Decisão certa esta, ainda que momentaneamente tímida, interrompida em seu relato por seu primo, embora sem prejuízos; portadora de impressões reticentes sobre a real importância e finalidade desta experiência em produção documental a partir de entrevistas e registros fotográficos, o resultado positivo de tudo isso se afere pelo cruzamento de paisagens, situações e pessoas reunidas e balizadas pela razão e emoção de quem não se furtou a vivenciar memórias individuais e coletivas de uma Hortolândia que em pouco lembra a antiga Jacuba. É muito marcante para o presente projeto não somente este perpassar por temas inéditos como o caso “Santinha de Jacuba”, mas também reiterar a importância de cidadãos e cidadãs da maior simplicidade e generosidade, inclusive que deram suas respectivas parcelas de contribuição para a construção desse jovem município, como o fez dona Sabina Baptista Camargo, durante o período de lutas pela emancipação, enquanto voz ativa e referencial nos momentos ímpares da história local.

O encontro com dona Anna Camargo Martins, cuja entrevista registrada em áudio contou com a presença de Gustavo Esteves Lopes, autor

deste trabalho, e do jornalista Anderson Zotesso Rodrigues, ocorreu às 14 horas do dia 9 de maio de 2012, na varanda de sua residência. O tempo de duração do registro em áudio é de 1 h 9 min 1 s.



“Antigamente era tudo difícil. Exemplo disso é que tínhamos de puxar água do poço com carretilha, se não do próprio rio, quando este ainda era ao menos limpo. Hortolândia melhorou muito. Pode ter piorado no sentido de haver por aqui mais roubos, ladrões – mas isto há em todo lugar. Gosto mais da Hortolândia de hoje do que da Jacuba de ontem.”

Aprendi a costurar aos 13 anos de idade. Aprendi na casa de uma senhora chamada Catarina Basso. Vinha para Jacuba uma instrutora de Campinas, para orientar as meninas. Desde então, continuei a costurar durante toda minha vida, mesmo depois de casada, apesar de pouco “costurar para fora”. Vez ou outra eu costurava para vizinhos, algumas lojas, camisarias de Campinas. Com o tempo, aprendi a costurar calças masculinas – fiz muitas, além de camisas. Inclusive, é muito cansativo costurar calças: é

trabalhoso demais. Comprei uma máquina mais moderna há alguns anos, mas hoje costuro algumas peças. Faço barras, zíperes. Com muito gosto, costuro roupas para minhas netas.

Na cozinha não vario muito na hora de preparar os pratos. Meu marido se acostumou com a comida de todo dia – não gosta de provar pratos muito diferentes. Arroz, feijão, bife; bolos, bolinhos, cuscuzes, pães: eis alguns pratos os quais tenho predileção em fazer; outra: sou eu mesma quem prepara as massas. Não me é necessário comprar aquelas massas prontas que vendem em supermercados.

A população daqui era pequena: havia poucas famílias. Tanto que havia o costume de se casar primos com primas no povoado de Jacuba. Meu pai sempre nos alertava para nunca casarmos com parentes. Então, em casa, ninguém se casou com primos e primas. Mas tenho parentes, amigos e conhecidos que se casaram com primos e primas.

Tenho um primo que ia à casa de uma tia minha para desabafar, pedir a ela que o ajudasse a resolver um problema: não queria de jeito algum se casar com a prima. A moça o ameaçava de cometer suicídio. E ele gostava de outra pessoa. Mas não adiantou. Teve que se casar, não suportou a pressão, tinha medo das ameaças. Penso até hoje que, se ele não se casasse com a prima, não iria acontecer tragédia alguma. Esse primo nosso já faleceu, mas sua esposa, que é sua prima, ainda está viva. Bem idosa.

Casei-me nova, com 18 anos, onde hoje há o bairro Santa Clara do Lago – local que em boa parte era do meu sogro, inclusive aquela área do córrego que abastece a represa do parque. Meu marido se chama Mario Martins. Quando nos casamos, passei a assinar também seu sobrenome. Quando eu e Mario nos casamos, fomos morar em um sítio próximo de onde fora instalada a fábrica da IBM. Depois, em um sítio de meu pai. Em seguida, mudamos para Campinas. Ficamos por lá durante doze anos. Lá meus filhos se formaram e se casaram. Então tornamos a viver em Hortolândia. Estamos aqui em definitivo. Isso faz mais de 34 anos. Construí-

mos nossa casa onde hoje é o Remanso Campineiro, e daqui não saímos mais. A vizinhança era pequena. O restante, pastagens.



Meus filhos são muito bons. Tenho dois. Já estão até aposentados: um está com 60 anos de idade, e o outro, com 59 anos. Um mora em Hortolândia; o outro, em Campinas. O que mora em Campinas telefona todos os dias para saber como anda a saúde do pai; o outro visita-nos quase todos os dias, além de sempre nos telefonar: são muito cuidadosos conosco. Não tenho reclamação alguma de meus filhos: sem vícios, corretos, educados. Meus netos também estão encaminhados: trabalham, estudam. Uma das netas leciona informática; a outra trabalha na IBM. Meu primeiro filho nasceu na Maternidade de Campinas. O segundo nasceu na fazenda de meu sogro, no Santa Clara, sozinho, sem nenhum auxílio. O pessoal até foi atrás de uma parteira, que morava em uma roça das redondezas, mas ela demorou demais para chegar à casa de meu sogro. Foi por Deus que deu tudo certo durante o parto. Que dificuldades e sacrifícios pelos quais passávamos, para todas as necessidades... Por isso digo que aqui é muito melhor hoje. Digo sempre ao meu marido que “estamos no céu”, em vista de todas as precariedades de outrora.

Meu marido está passando por um momento delicado: 86 anos de idade, anêmico, com problemas de audição. Preparo fígado semanalmente,

para compensar sua fraqueza – hoje mesmo preparei. Mas está se tratando – inclusive, tomando injeções de ferro. Por vezes, fica mais animado; outras, passa por recaídas. O médico mandou tomar mais injeções nestes últimos tempos. Meu marido, Mario, trabalhou demais nesta vida. Trabalhou muitos anos na roça; cortou lenha; plantou muito aqui para cima de onde estamos morando há mais de trinta anos, quando havia lavoura e pasto para todo lado. Trabalhou por doze anos na Rhodia, em Campinas, com serviços de rua, jardinagem. Quando tornamos para cá, trabalhou também como pedreiro, por muitos anos. Era muito parceiro de trabalho de um parente de segundo grau nosso, o Zael, filho de Maria Costa Camargo. Aposentou por idade. A vida era muito dura.

Meus pais eram amáveis. Ele se chamava José Camargo; ela, Sabina Baptista Camargo. Da parte paterna, meus avós se chamavam Gabriel Camargo e Ana Pinto de Arruda Camargo. Da outra, minha avó se chamava Idalina Bueno da Silva; meu avô, não o conheci. Existem dois ramos dos Camargo muito conhecidos em Hortolândia: os Costa e os Camilo; são todos parentes. Minha mãe tinha tios das duas partes, além de ser Bueno. Mas meu pai, também Camargo, pelo que sei, não era parente de nenhuma das partes – a não ser que esses laços familiares venham de longe. Sobre meus familiares, lembro que minha avó Idalina, que faleceu bem idosa para a época, com 65 anos de idade, e que vivia com minha tia Vicentina, sua filha, levantava cedo todos os dias para preparar o café. Como minha tia percebeu que ela não tinha se levantado, foi vê-la. Encontrou-a falecida na cama. Morreu dormindo. Faz 64 anos que ela faleceu. Meu pai também morreu com essa idade.

Meus pais, no início, eram muito pobres. Trabalharam muito. Mas, graças a Deus, viviam bem. Quando jovem, meu pai morava no bairro Taquara Branca, onde havia bastante gente com o sobrenome Camargo. Minha mãe nos dizia que, quando criança, morava à beira do ribeirão Jacuba, no Sítio da Serra, em uma casinha de barro, até meu avô construir

outra, mais para cima. Essa outra também era de barro. E lá vivi até me casar. Depois que eu me casei, meu pai fez um casarão, que hoje já não existe mais. No Sítio da Serra, plantávamos mais para comer: arroz, feijão, milho. Algodão, plantávamos para vender. Criávamos frangos, porcos. O gado era mais para termos o leite em casa. Meu pai, vez ou outra, até vendeu um boizinho.



Minha mãe gostava de cuidar da casa: cozinha, costurava. Mas, de fato, não chegou a aprender a costurar algo mais elaborado. Era mais para os afazeres e as pessoas de casa, parente, vizinhos. Na verdade, trabalhou muito mais na roça, apesar de ter tido muitas crianças para cuidar. Enquanto ela ia com meu pai trabalhar em outros sítios, já mocinhas, eu cozinhava e minha irmã lavava roupas. Onde meu pai ia trabalhar, ela o acompanhava.

va na lida. No fim, veio morar bem aqui na rua debaixo da minha, já viúva. Tinha o costume de ficar sentada por horas, sob a sombra de uma árvore em frente à sua casa, desde que chegou ao Remanso Campineiro.

Minha mãe não sofreu ao falecer; não passou por doença grave. Foi enterrada com um vestido que nós, familiares, demos a ela de presente na comemoração de seus 90 anos de idade. Há um outro vestido, além de um casaco, um dos últimos que costurei para minha mãe, que após seu falecimento foi dado, por minha irmã Idalina, a uma vizinha nossa, pois as roupas de minha mãe caíam muito bem nela. Minha mãe gostava muito de presentear filhos, netos, afilhados, vizinhos com peças de roupa, panos, toalhas. E dela adquirimos esse costume.

Meu pai faleceu há 32 anos, em maio de 1980, aos 64 anos de idade; minha mãe, há dez anos, aos 91 anos de idade. Na comemoração de seus 90 anos, um festão foi organizado. Em 2000, eu fiz cinquenta anos de casada – quem entregou as alianças, como “dama de honra”, a mim e ao meu marido, foi minha mãe.

Meu pai, em vida, não chegou a vender terras. Após seu falecimento é que suas terras começaram a ser loteadas, vendidas. Ele nunca quis vendê-las. A propriedade do pai fazia divisa com a Cobrasma, mas nunca vendeu uma porção de terra sequer à empresa e a ninguém; seus vizinhos, sim.

Suas primeiras terras a serem vendidas foram transmitidas a um fazendeiro de Americana. Nosso antigo pedaço de terra era aquele onde havia uma capelinha para a reza de terços, novenas, construída em homenagem a um primo nosso, José Atanásio, que cometeu suicídio, ingerindo o formicida Tatu, para não lutar na guerra de 1932. Meu pai nos ensinou desde pequenos: “Terra a gente não vende, a gente compra”. Ele chegou até a ter uma quantidade boa de terras: cerca de 11 alqueires, se não estou enganada – ou seja, nunca vendeu, sempre comprou.

Há um caso em que um sitiante chamado Paschoal Jardim queria se desfazer de suas terras e as colocou em leilão, no qual foram arrematadas

por meu pai. O fazendeiro Zacharias Costa Camargo queria muito comprá-las. Era um homem muito ambicioso, de difícil trato. Brigava até com conhecidos e parentes por limite de terras, córregos. Zacharias era muito ruim com meu pai – e alguns dos seus filhos eram como ele. Lidava com as pessoas como se fosse ainda do tempo da escravidão. Chegava a cavar valos para demarcar suas terras. Meu pai, que ficou com umas terras de meu avô, foi levar para lá um gado para pastar. Mas, para isso, era necessário atravessar estradas que passavam por dentro das propriedades do Zacharias, para encurtar o caminho. Por maldade, o homem mandou trancar suas porteiras, apenas para meu pai não poder atravessá-la com os animais. Por fim, meu pai teve que dar uma volta enorme para chegar às antigas terras de meu avô. Ruindade mesmo.



No sítio que meu pai arrematou do Paschoal Jardim havia uma menina com o dom de benzer – e que minha mãe até a conhecia bem, porque eram vizinhas –, chamada Maria Appolonia, apelidada de Pelônia, se estou certa. Lá sua família vivia em regime de colônia. Recordo-me ainda da sede do sítio, cujo casarão era cheio de vitrais, a entrada ornada por um grande bambuzal. Creio que tudo já foi derrubado, até mesmo o ranchinho. Minha mãe contava que vinha muita gente de fora para receber o benzimento da menina. Pelônia benzia a água para as pessoas que iam visitá-la. Esse pessoal de fora que vinha para cá passava até fome esperando pelo atendimento da menina, pois não havia nenhuma venda por aquelas bandas.

Não sei se minha mãe era da idade dela ou mais velha. Sei apenas que elas se conheciam. Tanto que, antes de Pelônia falecer, já idosa, minha mãe foi visitá-la, lá no bairro Taquara Branca, perto da igreja, onde residia, depois que retornou a Hortolândia; pois ela e sua família passaram um tempo longe daqui – e não sei por onde estiveram. Nessa visita, minha mãe foi presenteada com uma toalha. Quem a levou até o Taquara Branca para a visita foi meu irmão. Se faz dez anos que minha mãe faleceu, essa visita já ocorreu há “algum tempinho”. Possivelmente, Pelônia está sepultada em Sumaré. Se minha mãe estivesse aqui, muitas histórias teríamos para contar sobre essa benzedeira. Tínhamos ainda Maria Costa Camargo, filha de Zacharias, prima de minha mãe, para contar estas e outras histórias; mas sua fragilidade, por não enxergar e escutar bem, devido à idade avançada, 101 anos, também já complicava um pouco solicitar sua colaboração – apesar de todos os seus filhos estarem ainda vivos. Aliás, ela era geniosa como o pai.



Caminhávamos, todos os dias, um “chãozinho” para chegarmos à escola, próxima de onde se encontra a Igreja Presbiteriana, na rua hoje denominada Amélia Basso, na Vila Real. Caminhávamos cerca de quarenta minutos. Estudávamos à tarde. Seguíamos pela linha férrea para encurtar o caminho. Tempos depois, na linha férrea, foi instalado o cabeamento elétrico para a locomoção dos trens. Para Jacuba, o Grupo Escolar até certa época era o suficiente para acomodar todas as crianças. Pelo que sei, foi construído para ser escola mesmo. Tenho boas recordações de nossa professora, dona Gessi – muito boa professora. Ali estudei até o terceiro ano. Em Sumaré, antigo distrito de Rebouças, fiz o quarto ano. Para lá, íamos de trem. O Grupo Escolar de lá era na praça da República, para baixo da Igreja Matriz. O trem, para nós de Jacuba, era um meio de transporte confortável. Aliás, o único que tínhamos. Era barata a passagem. Custou

muito para ter ônibus por aqui. Não deveriam ter acabado com os trens de passageiros.

Lembrança bonita é de quando embarcávamos no trem para irmos à escola e de dentro do vagão avistávamos belas imagens: boiadas, tropas de cavaleiros. Outra lembrança gostosa: em nosso tempo de mocidade, costume em Jacuba era paquerar nos arredores da estação, aos fins de tarde – eram bons encontros. Íamos e voltávamos pelas poucas ruas do centrinho do povoado: não havia muito mais o que se fazer. À beira da porteira próxima, na rua de entrada da estação ferroviária, havia um bar e mercearia, cujo proprietário era um homem chamado Rodrigo Carvalho. Outras diversões, as festas na praça da Matriz – muito boas e bonitas. Havia leilões, procissões. Hoje não se organizam tantos eventos na praça como antigamente. Na verdade são outras festas, comemorações.

Outra diversão e ao mesmo tempo necessidade presente em Jacuba: o povo tinha o costume de pescar à beira do ribeirão quando este ainda era limpo. Havia também os pescadores que se sentavam sobre o pontilhão da linha férrea, o que era mais perigoso. Lembro que minha avó gostava muito de pescar. Ali havia muito mandi, mariscado. Estas e outras são “reviranças” que mexem com nossas memórias.

Não sei para os outros, mas para mim Hortolândia está bem melhor do que tempos atrás. Mesmo em relação a quando aqui era Jacuba. Existe emprego, supermercado, farmácia, banco. Hoje aqui se encontra de tudo. Até determinada época, havia no centro de Jacuba, Hortolândia, apenas a venda do Rodrigo Carvalho, que vendia arroz, feijão, farinha, secos e molhados em geral. Havia também, muito antigamente, apenas uma farmácia, que “não valia um grão de arroz”. Seu proprietário enxergava muito mal. Era um perigo. Um caso exemplar: eu estava grávida do meu primeiro filho, e eu não estava me sentindo bem, e o médico me receitou tomar uns medicamentos e algumas injeções. Por aqui só havia ele. Deu o que fazer para o farmacêutico encontrar minha veia. Estava muito difícil para ele. Desaforo, pediu-me para engolir o remédio a ser injetado. Discordei,

fiquei nervosa. Como eu engoliria um remédio para ser aplicado na veia? Dispensei o serviço, e pedi ao meu marido para me levar a Campinas, para ser tratada na casa de minha prima. Foi melhor assim. Hoje isso é engraçado, quando lembro, mas no momento fiquei muito contrariada.

Não posso esquecer de dizer que a instalação da Cerâmica Sumaré ajudou muita gente. Tive alguns parentes que chegaram a trabalhar ali. Mas o pessoal de casa mesmo, ninguém passou pela Cerâmica. Aliás, João Ortolan, fundador da Cerâmica Ortolan, depois Sumaré, foi um homem de posses: tanto que loteou uma área, ainda central, chamada Parque Ortolândia – o primeiro de Hortolândia. Em seguida, o Colégio Adventista foi inaugurado em 1947, cujo terreno fora doado por um homem chamado Antonio Biasi, se estou certa. Mas havia outros loteadores, como Olívio Franceschini, Zacharias Costa Camargo, Juvenal, entre outros. Os terrenos daquela área eram enormes, enquanto o interesse em comprá-lo e neles construir não era como o de tempos depois.

Na época do movimento pela emancipação, já havia mais de dez anos que havíamos tornado a residir em Hortolândia. Eu e meu marido não íamos às reuniões políticas, mas alguns parentes nossos as frequentavam. Para mim, esses encontros aconteciam porque havia necessidade de melhoria de qualidade de vida da população. A emancipação era uma vontade de quem vivia em Hortolândia, pois para tudo dependíamos de Sumaré – bem como, antes, de Campinas.

Lembro que o prefeito de Sumaré na época, Paulino Carrara, gastou uma quantia enorme para reverter o processo de emancipação – pois este não era de seu interesse. Mas tenho boas lembranças de quando eu ia muito a Sumaré, mesmo na época do ex-prefeito Carrara. Eu fazia parte do grupo da terceira idade de Sumaré, e gostava muito das atividades. Foi um tempo bom de minha vida. Por ora, diminuí minha rotina de passeios. Fico mais em casa – melhor assim. Passo meus dias tricotando aqui em minha poltrona da sala. Ambiente agradável, tenho grande apreço pelas fotos de

família, algumas das quais estão expostas na estante e nas paredes.

Minha mãe, dona Sabina, era muito ativa na vida em família, e gostava muito de passear, acompanhar encontros de grupos de terceira idade. Mas ela também era uma referência, uma pessoa de muita importância para Jacuba, Hortolândia. Prova disso: tenho um recorte de jornal, com fotografia sua, em que ela afirma que votaria “sim” no plebiscito pela emancipação. Ela sempre quis e gostou de votar. Eu mesma deixei de votar nestas últimas eleições, porque não há obrigatoriedade: diferentemente de minha mãe, que votou até os 90 anos de idade. Minha irmã, Júlia, sempre me disse: “Vou fazer como a mãe, que votou até os 90 anos”. Mesmo assim não fui votar, ainda que o certo seja participar. Nos primeiros anos após a emancipação, muitas ruas, mesmo nos bairros mais centrais da cidade, eram de terra. O comércio era ainda muito fraco. Havia apenas algumas lojinhas e bazares, um mercadinho. Quando tornamos para Hortolândia, ficamos doze anos no bairro Remanso Campineiro com as ruas ainda sem asfalto – era uma tristeza quando chovia. Foi um homem, cujo sobrenome era Chianaia, quem correu atrás para fazer a pavimentação das ruas do Remanso – acho que ele fazia parte de alguma comunidade ou associação de moradores.



Antigamente era tudo difícil. Um exemplo disso é que tínhamos de puxar água do poço com carretilha, se não do próprio rio, quando este ainda era ao menos limpo. Hortolândia melhorou muito. Pode ter piorado no sentido de haver por aqui mais roubos, ladrões – mas isto há em todo lugar. Gosto mais da Hortolândia de hoje do que da Jacuba de ontem.

Apontamentos conclusivos – pela construção de uma história pública

A experiência em pesquisa e produção documental, no âmbito da história oral, se determinada à devolução pública não comercial, e preocupada com os processos de mediação e trabalho colaborativo com finalidade de (re)construções identitárias e de memória coletiva, talvez seja um apropriado ponto de partida para a estruturação do que se compreende por “história pública” em Hortolândia, enquanto proposta de políticas socio-culturais a serem formuladas, preferencialmente, a partir do diálogo entre representantes de comunidades locais, da sociedade civil organizada (por exemplo, associações socioculturais e de moradores etc.) e do poder público municipal. A presente pesquisa deve ser encarada como um modesto subsídio para o estímulo a iniciativas e ações socioculturais, com ênfase em processos de mediação e trabalho colaborativo junto de comunidades locais – e por meio de indivíduos interessados, entusiastas e/ou militantes da promoção da memória e história de suas comunidades locais.

Esta é uma produção em história pública, não em função da gratuidade de acesso ao seu conteúdo (isto é, não confundir o que é “público” com o que é “de graça”), mas em vista do que o historiador Gerald Zahavi – em artigo intitulado “Ensinando história pública no século XXI” – aponta como um escopo para-acadêmico de sua prática e disseminação, assim como esta pode ser desenvolvida com pretensão maior que a de evocar, de forma honesta e simples, os artefatos, as imagens e os documentos do passado da comunidade pertencentes àqueles a quem chamou de “guardiões provincianos das histórias local e regional” (2011: 53). Da mesma forma que a entrevista é tida como “o ato de fundação da história oral”, a evocação de memórias coletivas e individuais, resgatadas de objetos biográficos e de outros bens e referências culturais, pode ser também *o ponto de partida para a construção da história pública*.

Há como avançar em relação a descomprometidas iniciativas e ações culturais colecionistas e memorialistas. O autor Gerald Zahavi, no artigo acima referido, apresenta suas perspectivas para aquilo que entende como “história pública”:

Hoje, a história pública é abrangente, empolgante, cativante e provocativa. Ela é uma avenida para a formulação de políticas públicas por meio de pesquisas historicamente fundamentadas; ela é um veículo para ampliar nossa visão do passado através do uso sofisticado e criativo de exposições museológicas, *performances* teatrais, mídia audiovisual e muito mais. Ela é uma arena de disputas vigorosas, na qual adversários ideológicos lutam pelo legado, patrimônio e memória pública de acontecimentos ocorridos há muito ou há pouco tempo, e que ainda estão se desdobrando. A história pública amadureceu como um campo variado e cada vez mais sofisticado, gerando criativos e imaginativos museólogos, arquivistas, curadores, cineastas, documentaristas, criadores de *web sites*, historiadores de políticas públicas e uma variedade de outros profissionais – todos, de diversas maneiras, engajados em compilar, pesquisar, interpretar e aplicar história em todas as facetas da vida pública.⁷⁹

A prática da história oral, em iniciativas e ações culturais em história pública, depende de certa flexibilidade, não apenas de gestores e pesquisadores, para a criação de pontes com outras práticas também afeitas a processos de mediação e trabalho colaborativo. A história oral – mais uma vez –, mediante critérios previamente estabelecidos desde a elaboração de projetos socioculturais, pode dialogar com práticas que empreguem outros equipamentos, técnicas, concepções estéticas e éticas inclusivas, que deem sentido, som e imagem a faces de memórias coletivas e individuais (e a objetos biográficos, privados, públicos e comunitários), necessários a (re)construções identitárias e de memória coletiva.

Apesar de ter havido apenas uma primeira devolução pública da pes-

⁷⁹ ZAHAVI, Gerald. Ensinando história pública no século XXI. In: ALMEIDA e ROVAL. *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2001. p. 53-54.

quisa e produção documental em história oral – por meio deste livro e do ainda incipiente *banco de histórias* depositado e gerido pelo Centro de Memória de Hortolândia Prof. Leovigildo Duarte Junior –, reitera-se o quanto fundamental é, para a formulação, estruturação e desenvolvimento de ações socioculturais em história pública, a manutenção e consolidação deste já iniciado processo de mediação e de trabalho colaborativo junto de comunidades locais residentes em Hortolândia e na Região Metropolitana de Campinas.

Para dizer que esta não é uma ação isolada, ao menos em termos regionais, vale fazer referência a um exemplar livro suscitado por processos de mediação e de trabalho colaborativo, produzido pelo Centro de Memória de Cosmópolis (município localizado também na Região Metropolitana de Campinas): *Baú de memórias – Centro de Memória de Cosmópolis* (2013). Essa obra, organizada e editada por Carina Bentlin, foi desenvolvida a partir de oficina de história oral ministrada por Suzana Lopes Salgado Ribeiro e Marcela Boni Evangelista, pesquisadoras do Núcleo de Estudos em História Oral da USP (Neho-USP), junto à comunidade local de Cosmópolis, que frequentou as aulas e saiu em pesquisa de campo, mediante o emprego de alguns procedimentos básicos, em busca de colaboradores para narrarem suas histórias de vida, e constituir para fins de utilidade pública um “banco de histórias”, composto de produção documental em áudio e audiovisual, e de textos transcritos e transcritos a partir de entrevistas realizadas. Tais iniciativas têm origem nas demandas locais sobre o fortalecimento dos saberes e fazeres específicos e particulares da comunidade local. Esses registros, assim como o próprio livro publicado, servem-se como ferramentas para o empoderamento sociocultural da comunidade local e particularmente dos grupos que a formam. Como afirmam Suzana Ribeiro e Marcela Evangelista, sobre essa prática em história oral (e que bem condiz com preceitos de história pública) que gera empoderamento sociocultural:

Mais que isso, tal apropriação reflete em um movimento crescente de produção de novos conhecimentos e de reconhecimento de habilidades entre os integrantes dos grupos. O cenário que se forma, por sua vez, possibilita a ressignificação dos papéis assumidos socialmente tanto internamente à comunidade como nas relações que se delineiam externamente. As pessoas encontram nas suas histórias e nas histórias de seu grupo os elos de pertencimento e empoderamento. Não se veem mais sozinhas e podem falar a todo um grupo. Têm uma história. A questão do empoderamento é muito importante, pois com isso os sujeitos se sentem melhores, percebem a possibilidade de outros caminhos além de receber um suporte para o caminhar conjunto. Estas iniciativas, assim, contribuem para o empoderamento dos grupos que se propõem a protagonizar sua própria história.⁸⁰

Mais que a continuidade do emprego da história oral e de outros procedimentos de pesquisa e de produção documental – por exemplo, documentários conhecidos como “vídeo-história”, ou produções museográficas e expográficas de caráter histórico e mnemônico, desenvolvidas a partir de políticas socioculturais, e iniciativas e ações do Centro de Memória de Hortolândia Prof. Leovigildo Duarte Junior –, é preciso que poder público, sociedade civil organizada e comunidades locais não deixem que se rompam as correntes e treliças que sustentam tais propósitos em história pública, ora vislumbrados e praticados.

Que a expressão “memória em construção”, inspiradora para o desenvolvimento da presente pesquisa e produção documental, possa servir de emblema para a manutenção desse processo de mediação e trabalho colaborativo, rumo a (re)construções identitárias e de memória coletiva pelo bem comum, pela cultura de paz, pelo imprescindível respeito à dignidade humana.

⁸⁰ RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado; EVANGELISTA, Marcela Boni. Protagonizando a própria história: história oral e empoderamento comunitário. In: BENTLIN, Carina da Silva. *Baú de memórias – Centro de Memória de Cosmópolis*. Cosmópolis: Bentlin/Prefeitura Municipal de Cosmópolis, 2013. p. 11. Disponível em: <www.cosmopolis.sp.gov.br/news/2013-11-19/livro-digital-bau-de-memorias/>. Acesso em: jan. 2014.

Bibliografia e fontes consultadas

Referências bibliográficas citadas e/ou consultadas

- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letras e Voz, 2011.
- AMARAL, Amadeu. *O dialecto caipira: gramática – vocabulário*. São Paulo: Casa Editora O Livro, 1920.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista*. Campinas (SP): CMU/Unicamp, 1997.
- BAENINGER, Rosana. *Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do polo industrial paulista*. Campinas (SP): CMU/Unicamp, 1996.
- BENTLIN, Carina da Silva (Org.). *Baú de memórias – Centro de Memória de Cosmópolis*. Cosmópolis: Bentlin/Prefeitura de Cosmópolis, 2013.
- BRASIL. *As metas do Plano Nacional de Cultura*. Brasília: Ministério da Cultura/São Paulo: Instituto Via Pública, 2012.
- _____. *Estruturação, institucionalização e implementação do SNC*. Brasília: Ministério da Cultura, 2011.
- _____. *Guia de orientações para os municípios – perguntas e respostas*. Brasília: Ministério da Cultura, 2011.
- BRITO, Jolumá. *História da cidade de Campinas – volume 18*. Campinas (SP): Saraiva, 1963.
- CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos A. (Orgs.). *A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças, e meio ambiente*. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 2002. 2 v.
- DUARTE JUNIOR, Leovigildo. *Hortolândia município: a preparação (volume 1)*. Hortolândia (SP), 1994. Hemeroteca.
- _____. *Hortolândia município: a campanha (volume 2)*. Hortolândia (SP), 1994. Hemeroteca.

_____. *Hortolândia município: a votação (volume 3)*. Hortolândia (SP), 1994. Hemeroteca.

_____. *Cartilha da emancipação: história de Hortolândia*. Hortolândia (SP), 1993.

_____. *Hortolândia município: subsídios para a história*. Hortolândia (SP), 1992. Hemeroteca.

_____. *Sumaré: as eleições municipais de 1988 – Acertos e desacertos: preparando a campanha (volume 1)*. Sumaré (SP), 1990. Hemeroteca.

_____. *Sumaré: as eleições municipais de 1988 – Dada a largada, a campanha pega fogo (volume 2)*. Sumaré (SP), 1990. Hemeroteca.

_____. *Sumaré: As eleições municipais de 1988 – Na reta final, do tudo vale à posse” (volume 3)*. Sumaré (SP), 1990. Hemeroteca.

DUARTE JUNIOR, Leovigildo (Dir.); PEDRONI, Ulisses; ARAÚJO (Pesq. Hist.); ASSIS, Benedito (Pesq. Estat.). *Sumaré - edição histórica*. São Paulo: Focus, 1975.

DUARTE JUNIOR, Leovigildo. *Sumaré – aspectos: econômicos, políticos, sociais*. Sumaré: Colégio Comercial Municipal Dr. Leandro Franceschini, 1972.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: IEB/USP, 1969.

FREITAS, Affonso A. de. *Tradições e reminiscências paulistanas*. São Paulo: Revista do Brasil, 1921.

HAYDEN, Dolores. *The power of place: urban landscapes as public history*. Cambridge: IT Press, 1997.

KAMMEN, Carol. *On doing local history*. Walnut Creek: Altmira, 2003.

KURKA, Anita Burth. *A participação social no território usado: o processo de emancipação do município de Hortolândia*. São Paulo: PUC-SP, 2008. Tese de Doutorado.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros – Campi-*

nas (1850-1900). São Paulo: Edusp, 2000.

_____. *Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-2930)*. São Paulo: Edusp, 2002.

LOPES, Gustavo Esteves. *Presença da história pública em comunidades locais: políticas culturais e exercício de cidadania no contexto de repertórios de ação coletiva – a experiência recente do Centro de Memória de Hortolândia*. Campinas (SP): ABHO, 2013. Disponível em: <http://www.sudeste2013.historiaoral.org.br/resources/anais/4/1372580944_ARQUIVO_PresencadaHistoriaPublicaemComunidadesLocais.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2013.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da Terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 5. ed., 1990.

MALAQUIAS, Nazário Eugênio. *Nossa terra, nossa gente: Monte Mor, SP, Brasil*. Itu (SP): NossaGraf, 2009.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. *Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias*. São Paulo: Contexto, 2011.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 2005.

MORAIS, Hermenérico; SANTOS, Luís Henrique dos. *Iasp: 60 Anos transformando vidas*. São Paulo: Multicomm, 2009.

MOURA, Denise Aparecida. Soares. *Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas (SP): CMU/Unicamp, 1998.

PASCHOAL, Aparecido. *Hortolândia sempre*. Uberlândia (MG): Edilivro, 2012.

PEREZ, Filemon. *Album Ilustrado da Companhia Paulista de Estradas de Ferro*. São Paulo, [s. n.], 1918.

PUPO, Celso Maria Melo. *Campinas, município do Império: fundação e constituição, usos familiares, a morada, sesmarias, engenhos e fazendas*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1983.

_____. *Campinas, seu berço e juventude*. Campinas (SP): Academia Campinense de Letras, 1968.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações sociais bairro rural-cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado; EVANGELISTA, Marcela Boni. Protagonizando a própria história: história oral e empoderamento comunitário. In: BENTLIN, Carina da Silva. *Bau de memórias – Centro de Memória de Cosmópolis*. Cosmópolis: Bentlin/Prefeitura Municipal de Cosmópolis, 2013. Disponível em: <<http://www.cosmopolis.sp.gov.br/news/2013-11-19/livro-digital-bau-de-memorias/>>. Acesso em: jan. 2014.

RODRIGUES, Josemil. *Sumaré por inteiro: os primeiros passos da integração da Cidade Orquídea*. São Paulo: Komedi, 2004.

SABER, Aziz Nacib Ab'. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

SOARES NETO (Coord.). *Sumaré: monografia histórico-estatística*. Sumaré (SP): [s. n.], 1966.

SOUSA JUNIOR, Teodoro (et al.). *Monografia histórica do município de Campinas*. Rio de Janeiro: IBGE/Serviços Gráficos, 1952.

TÁPIA, Marcelo; NÓBREGA, Thelma Médici. *Haroldo de Campos – transcrição*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

TOLEDO, Francisco Antonio de. *Migração em Sumaré: o tempo e o espaço do migrante*. Guararema (SP): Anadarco, 2009.

_____. *Sumaré – outras histórias*. Campinas (SP): IDB, 2005.

_____. *Uma história de Sumaré: da sesmaria à indústria*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1995.

XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade: libertos em*

Campinas na segunda metade do século XIX. Campinas (SP): CMU/Unicamp, 1996.

ZAHAVI, Gerald. Ensinando história pública no século XXI. In: ALMEIDA e ROVAI. *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2001.

Periódicos consultados e citados (impressos e digitalizados)

A Cidade (Sumaré-SP)

Almanaque Hortolândia. São Paulo: Mundo Digital, 2006.

Correio Paulistano

Folha da Manhã

Folha de Hortolândia

O Estado de S. Paulo

A Província de S. Paulo

Diário Oficial do Estado de São Paulo

Fontes primárias consultadas e citadas (com exceção de marcos jurídicos)

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Coleção Sesmarias, Patentes e Provisões, Lata 371, Livro 30, fls.77v-78v.

ARQUIVOS HISTÓRICOS/CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP (AH/CMU), Coleção Tribunal de Justiça de Campinas (TJC), 1º Ofício, Caixa 29, processo 629, de 1821. fls.2-3.

Sites consultados e/ou citados

al.sp.gov.br

arquivoestado.sp.gov.br

acervo.estadao.com.br

acervo.folha.uol.com.br

bibliotecadigital.bn.br

brasiana.usp.br

bma.sp.gov.br

cidades.ibge.gov.br
camarasumare.sp.gov.br
cmh.sp.gov.br
cmu.unicamp.br/arq-historicos
hortolandia.sp.gov.br
ie.unicamp.br/nepo
memoria.bn.br
seade.sp.gov.br
sudeste2013.historiaoral.org.br
sumare.sp.gov.br

Bibliotecas e arquivos públicos consultados

Arquivo Público do Estado de São Paulo
Arquivos Históricos – Centro de Memória da Unicamp
Arquivo Histórico e Biblioteca de Referência – Centro de Memória Prof.
Leovigildo Duarte Junior
Arquivo Histórico – Associação Pró-Memória de Sumaré
Biblioteca – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp
Biblioteca – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP
Biblioteca Municipal Therezinha França de Mendonça Duarte
Prefeitura Municipal de Hortolândia
Divisão de Arquivos – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
(Alesp)

Apêndice

Dossiê: Cultura caipira e patrimônio cultural imaterial

Cultura caipira e patrimônio cultural imaterial: outras narrativas

A intenção de buscar relatos sobre outras experiências em patrimônio cultural imaterial reside na necessidade de trazer para Hortolândia detentores e produtores socioculturais de todos os lugares, bem como de apresentar a estudiosos, pesquisadores, gestores e mediadores uma pluralidade de narrativas evocadas por gente que sente na pele a realidade e os esforços para a valoração, promoção e salvaguarda de bens e referências socioculturais. Sem a qualidade de levar a cabo uma pesquisa e/ou um estudo comparado, tipicamente acadêmico, o ato de entrevistar gestores, mediadores, detentores e produtores de bens e referências da cultura caipira, para além de Hortolândia e Região Metropolitana de Campinas, foi entendido como um modo de estreitar laços entre comunidades, grupos, mestres e aprendizes, por meio do compartilhamento de experiências e realidades socioculturais inteiramente distintas, mas que aparentam rumar no sentido do robustecimento de tradições, saberes e fazeres que, sem apoio em termos de políticas públicas, tendem a minguar ou se destoar de suas características originais ou historicamente construídas.

Outrora um bairro rural campineiro de parco povoamento, o município de Hortolândia, nos dias atuais, apresenta-se como localidade em franco desenvolvimento econômico, alavancado por variados setores industriais, e com grande concentração populacional (cerca de 200 mil habitantes, em sua maioria de origem migrante, distribuídos em 62,2 km², algo na razão de pouco mais de 3 mil hab./km²). Perene de uma diversidade sociocultural tradicional e popular, que convive de modo relativamente pacífico com outros elementos tipicamente forjados pela indústria cultural, percebe-se no jovem município de Hortolândia, emancipado desde 1991, o quão importante é a valoração de seus bens e referências socioculturais, em busca de melhoria da qualidade de vida da própria comunidade municipal (e mesmo regional). Apreciar e promover, por exemplo, a cultura caipira, local e regional, ao apoiar as ações de comunidades, grupos, mestres e aprendizes, evidencia-se, nos dias atuais, como imprescindível estratégia para essa de-

manda sociocultural. Tanto que, mais do que disseminar positivamente o nome de Hortolândia por onde passam, grupos como a Companhia de Santos Reis Rosa dos Anjos, a Orquestra de Viola Caipira de Hortolândia e os Pioneiros do Catira contribuem para que a própria comunidade municipal e regional teça e reforce seus laços identitários para com o lugar onde residem, trabalham e criam seus filhos e netos.

É preciso, contudo, que se aprofundem as políticas socioculturais e patrimoniais em Hortolândia. Ir a Brasília, Distrito Federal, para entrevistar a atual diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPI-Iphan), a museóloga Célia Maria Corsino, foi uma ação ímpar, no sentido de trazer para a realidade local e regional uma mensagem de quem tem amplo conhecimento e prática acerca do patrimônio cultural, para que seu relato pudesse ser lido coletivamente, inclusive por gestores, mestres, detentores e produtores socioculturais, servindo como um aporte à execução do projeto, conveniado ao Iphan, “Patrimônios vivos da cultura caipira em Hortolândia: mestres violeiros, foliões e catireiros”. Para tanto, foram designados o presente pesquisador e o fotógrafo Gabriel Oliveira, rumo ao “Brasil central”, para realizar esta pesquisa de campo, entre 2 e 7 de maio de 2013.

Outrossim, depois de passar por Brasília, era imprescindível conhecer presencialmente outra localidade cuja gente respira o patrimônio cultural, seja o tangível, seja o intangível: Pirenópolis, em Goiás, cidade histórica oficialmente fundada em 7 de outubro de 1927, arraial originalmente denominado “Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meya Ponte”. Chegados a Pirenópolis justamente no período de início das atividades da grandiosa Festa do Divino Espírito Santo, patrimônio cultural do Brasil registrado no “Livro de registro de celebrações” do Iphan, em 13 de maio de 2010, o presente pesquisador e o fotógrafo tiveram o privilégio de ser recebidos com distinta hospitalidade e cordialidade pela comunidade local, de modo a favorecer uma pesquisa de campo realizada com dinamismo, e de poder circular por vários cantos da localidade, rurais e urbanos, por onde

se desenrola a Festa do Divino. Ainda que previamente cientes de quais seriam algumas das pessoas a entrevistar, o presente pesquisador e o fotógrafo tiveram o trabalho facilitado, em vista de que alguns novos amigos pirenopolinos se prestaram a mediar os contatos e até mesmo a adiantar ao pessoal sobre nossa presença na localidade.

Em Pirenópolis, foram entrevistados: Maurício Imenes, chefe do Escritório Técnico do Iphan de Pirenópolis; Emivaldo Pacheco de Santana, fazendeiro e organizador do pouso Seringueiras, da Folia de Roça da Festa do Divino; Roque de Fonte, “alferes” da Folia de Roça; e Pompeu Christovam de Pina, advogado e historiador, organizador de diversas manifestações englobadas na Festa do Divino, como a encenação de “As pastorinhas”, Cavalhadas e Império do Divino. Basicamente, percebeu-se, mesmo que com posicionamentos divergentes, do ponto de vista organizacional, um devotado esforço da comunidade munícipe e participe da Festa do Divino, e com algum apoio de administrações públicas, para a perpetuação de suas tradições e para a preservação e salvaguarda de seu patrimônio cultural.

Enfim, mais importante que comparar tais realidades socioculturais, entre Hortolândia e Pirenópolis – principalmente se for para apontar mazelas e debilidades de ambas as partes – é revelar uma luta comum pela vivacidade de bens e referências da cultura caipira, tradicional e popular, seja em um polo urbanizado, seja em um pequeno centro histórico. Espera-se, no mais, que os resultados desta pesquisa de campo sirvam de estímulo à apreciação, promoção e salvaguarda dessa cultura caipira disseminada por este vasto “Brasil meridional”, dentro do qual há diversidade sociocultural ainda a ser registrada a contento.

Célia Maria Corsino

Ponto de partida da pesquisa de campo, realizada a partir de procedimentos em história oral – e que é seção estrutural de dossiê composto por estudos e pesquisas a ser elaborado como estratégia de ação para o projeto “Patrimônios vivos da cultura caipira em Hortolândia: mestres violeiros, foliões e catireiros”; sendo este apoiado técnica e financeiramente pelo Iphan, e executado pelo município de Hortolândia. Este é o relato “ponto zero”, a partir do qual será confeccionada uma rede de colaboradores a serem entrevistados, entre gestores, mestres, acadêmicos, e agentes mobilizadores do patrimônio cultural imaterial. Para essa primeira oportunidade – no caso, em busca de entrevistas que produzissem relatos de gestores culturais e, por sua vez, do patrimônio cultural imaterial –, o pesquisador optou por convidar Célia Maria Corsino, museóloga e atual diretora do DPI-Iphan, para que, de imediato, fosse possível registrar o apelo institucional e empírico que motiva e mobiliza o poder público, grupos e comunidades na salvaguarda de seus bens e referências culturais. No relato de Célia M. Corsino são identificáveis três fios condutores narrativos que justificam a escolha da colaboradora entrevistada: um brevíário sobre a trajetória histórica do Iphan, tendo sempre em vista as ações da Unesco, até esta alcançar a criação do DPI, e apresentando suas atuais demandas; uma discussão sobre conceitos, marcos legais e práticas que permeiam as políticas culturais para o patrimônio imaterial; e, o posicionamento – ora institucional, ora mais subjetivo – sobre a premente necessidade de mobilização de indivíduos, mestres, grupos e comunidades para que seus bens e referências culturais recebam o devido tratamento patrimonial, e sejam motivos para a construção de planos e ações de salvaguarda. A entrevista realizada com a colaboradora Célia M. Corsino, com a presença do fotógrafo do referido projeto, Gabriel Oliveira, ocorreu em 2 de maio de 2013, nas dependências da sede do Iphan em Brasília, na sala de reuniões do PI. A entrevista teve a duração de 1 h 36 min 25 s, e foi registrada em gravador digital de áudio. Logo depois da entrevista, pesquisador e fotógrafo partiram a Pirenópolis (GO), para dar continuidade à pesquisa de campo em história oral. A transcrição foi procedida por Gustavo Esteves Lopes (coordenador técnico e pesquisador do projeto) e Cinthia de Paula Patroni (produtora cultural, voluntária do projeto). A transcrição, realizada pelo pesquisador, foi concluída em 30 de abril de 2014.



“A valorização do patrimônio cultural, como um todo, o reconhecimento do patrimônio cultural imaterial, assim como da diversidade cultural brasileira, tais posturas devem dar suporte a esta cultura – que, às vezes, certas pessoas dizem ser “cultura menor” –, para que seja colocada no mesmo patamar das demais culturas. É isso que precisa ser feito, porque, na verdade, essa é uma cultura que está no alicerce de outras que, por sua vez, servem de portal, e que dão sentido ao que é cultural e brasileiro.”

Não se pode tratar de conceitos e marcos legais quanto ao patrimônio cultural imaterial sem tratar da trajetória histórica de construção das políticas de salvaguarda no país. A política de salvaguarda e preservação do patrimônio cultural no Brasil teve seu início, oficialmente, na área federal, em 1937, com o Decreto-lei nº 25. Antes do decreto já havia uma solicitação de estudos para formalizar este marco legal, por parte de Mário de

Andrade, que fez um estudo fundamentando uma futura legislação para o patrimônio cultural brasileiro. Esse estudo, contudo, não foi adiante; quer dizer, foi aceito, mas não se transformou, de fato, no que seria a lei para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. O que aconteceu foi que o grupo liderado pelos modernistas, encabeçado pelo mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade, havia dado entrada de projeto de lei na Câmara dos Deputados, mas o Congresso foi fechado em 10 de novembro de 1937. Por isso, algumas pessoas costumam dizer que o Decreto-lei nº 25/1937 é fruto de um regime autoritário. Não é verdade, pois ainda que tenha sido decretado logo após o golpe que deu origem ao Estado Novo, já havia negociações anteriores em torno desse marco legal. Então, a partir de 1937, observa-se a estruturação na esfera federal de dois órgãos distintos e paralelos: primeiramente, o Iphan – o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o qual recebeu por determinado período a denominação de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –; e, posteriormente, a Comissão Nacional de Folclore, criada em 1947, por Renato de Almeida.

O Iphan assumiu o escopo de fazer o trabalho com o patrimônio cultural edificado, geralmente em reclusos urbanos, procurando descobrir o Brasil um pouco dentro daquela lógica das viagens feitas pelos paulistas a Minas Gerais, nas décadas de 1920 e 1930, depois da Semana de 1922. Ocorre que, nessa lógica, de certa forma, o Iphan não assumiu para si aquilo que se pode perceber nas missões que Mário de Andrade fez com pessoas que eram inclusive do patrimônio; por exemplo, viajando ao Nordeste, em suas “missões folclóricas”, e recolhendo muito material acerca do patrimônio cultural que hoje denominamos “patrimônio cultural de natureza imaterial” –um nome novo para designar termos antigos, e que é compreendido no bojo da Constituição Federal de 1988. Na época da redação da Constituição de 1988, houve até uma discussão se o mais adequado seria aplicar conceituações como “tangível/intangível” ou “material/imaterial”, pois havia um problema também de tradução – não propriamente

com incertezas das traduções, mas de adequação à realidade brasileira.

A partir das décadas de 1940 e de 1950, existiu uma preocupação muito grande por parte da Unesco quanto aos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, mais especificamente com relação ao despedaçamento de culturas locais, sobretudo europeias. Com a criação da ONU e, por sua vez, da Unesco, ambas em 1945, ocorreu um movimento mundial para voltar atenções ao que se chamava naquela ocasião, e ainda se chama, de “folclore”. No Brasil, logo em seguida à criação da ONU e da Unesco, foi criada a Comissão Nacional de Folclore do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura – o IBECC, no Itamaraty –, vinculada à própria Unesco. Vale também ressaltar o quão importante foram as comissões regionais do folclore, como a do estado de São Paulo, que proporcionou missões importantíssimas no que se refere à identificação de seu folclore. Na esfera federal, foi criada a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, em 1954. Essa campanha surge também com a presença de muitos intelectuais, e com diversas pessoas que trabalhavam com cultura popular.

Não se pode deixar de dizer que a denominação “folclore” passou por um momento de desvalorização, em termos semânticos. Na verdade, contudo, folclore é um vocábulo de relevância mundial, enquanto “cultura do povo”, ou “cultura popular”. Nesse contexto, percebe-se uma trajetória na Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro com a presença de grandes homens; entre os quais, nomes como Edison Carneiro e, depois, Bráulio de Nascimento. Essa campanha era vinculada ao Departamento de Assuntos Culturais do Ministério de Educação e Cultura (DAC-MEC), liderado por Manuel Diégues Júnior; a partir disso emanou todo um pensamento paralelo, contudo em consonância às ações de então do Iphan. Entre as produções do antigo DAC-MEC, vale fazer referência aos “Cadernos de folclore”.

Graças a algumas produções do antigo DAC-MEC, temos hoje em acervo documental, formado desde as décadas de 1940 e 1950, que revela, por exemplo, trajetórias como a do “coco dos paraíbas”, assim como

várias outras – ou seja, citei o exemplo do “coco”, mas poderia fazer referência a outras trajetórias, como a da “dança do catira”. É nesse panorama que nós do Iphan hoje trabalhamos juntamente com a noção de “referências culturais” e “bens culturais” que surgiram no final da década de 1970. Quer dizer, acerca dos conceitos “referências culturais” e “bens culturais”, quando são sinônimos e quando não o são, é preciso entender que referências culturais e bens culturais só existem quando lhes são atribuídos algum valor. Tanto que, até pouco tempo, havia na internet uma discussão sobre isso – inclusive no que tange à Constituição de 1988 –, que “colocou no mesmo saco” coisas que são culturais e coisas que não são culturais. Por exemplo: no meu ponto de vista, um bem paleontológico não é propriamente cultural, é científico. Um “bem cultural” sempre tem a ver com a manifestação do homem a partir de uma circunstância ou referência para sua vida social, comunitária, familiar. Nesse sentido, em meio às discussões suscitadas entre 1978 e 1979, o conceito “referência cultural” foi usado dentro de um escopo em contraponto ao patrimônio histórico edificado propriamente dito.

O CNRC, Centro Nacional de Referências Culturais – criado em 1975, inicialmente instalado na Universidade de Brasília, e depois agregado à Fundação Nacional Pró-Memória (em 1979) –, traz a noção exatamente de que referência cultural é aquilo que é importante para os grupos. Quer dizer, quem dá importância e *status* ao bem cultural o faz na medida em que esse bem é referência cultural para grupos e pessoas que se reconhecem naquilo, e criam o sentimento de pertencimento. Nesse contexto, o conceito de referência cultural pode ser aplicado sobre bens materiais, ou imateriais, valiosos para um grupo ou comunidade.

Estes conceitos de bem cultural e referência cultural foram carregados para a Fundação Nacional Pró-Memória, uma fundação da década de 1980, momento quando ocorreram mudanças na política pública. Havia, basicamente, duas vertentes da política cultural patrimonial: uma de preservação e outra de divulgação e promoção; sendo estas respectivamente

direcionadas a duas grandes fundações até então criadas – a Funarte e a Pró-Memória. Diante dessas políticas governamentais bastante diferentes, a da Pró-Memória agregou atribuições do Iphan, no que se refere propriamente ao patrimônio histórico, mas também trouxe consigo o CNRC nesse contraponto. Ou seja, foi a partir do final da década de 1970 e durante a década de 1980 que ocorreu a inovação contida nos conceitos de bem cultural e referência cultural conduzidos para a área da preservação.



Naquele momento, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, que trabalhava muito com a noção de promoção cultural, estava vinculada à Funarte, de modo que as ações deste órgão não eram compreendidas enquanto ações de patrimonialização, pois eram compreendidas como ações de promoção cultural daquelas manifestações culturais populares; até que, em determinado momento, a CDFB tornou a fazer parte do Iphan. Desde então, as ações para com o folclore permanecem aos cuidados para a área do Iphan – e vale lembrar que, em 1990, o governo Collor extinguiu a

FNPM, estruturou o Iphan conforme se encontra nos dias de hoje, como autarquia.

É necessário ainda aprofundar mais sobre esta questão controversa, relacionada à CDFB, pois as ações para com o folclore não vingaram somente após o Iphan assumir tais responsabilidades. Estas ações vingaram desde 1958, com a criação da CDFB, cuja equipe trabalhou muito bem desde o início. Deve-se compreender que as ações de promoção cultural e de patrimonialização são dois campos de atuação necessários, e que depois de um determinado momento foram unidos. É complicado dizer que a política cultural patrimonial, fundada em conceitos como “bem cultural” e “referência cultural”, somente vingou após a década de 1990, porque até a década de 1980 a CDFB fazia muito bem a sua parte. Ainda hoje sou ciente do que se espalha muito sobre toda essa história. Temos em nossa responsabilidade o acervo da CDFB, hoje gerido pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular Edison Carneiro, órgão vinculado ao Iphan, sediado no Rio de Janeiro, no mesmo prédio que abrigava a CDFB.

É importante fazer menção ao *lobby* feito pelo grupo que trabalhava com Aluísio Magalhães no CNRC, para a inclusão do artigo 216 na Constituição de 1988. Aluísio Magalhães foi um grande líder na promoção dos conceitos de “bem cultural” e “referência cultural”; era um *designer* bastante produtivo, brilhante mesmo. Ele sabia fazer colocações e tinha grande conhecimento de todos os políticos, em meio aos quais transitava muito bem; e conseguiu fazer da Secretaria de Cultura uma divisão forte dentro do Ministério da Educação e Cultura, onde transformou estes conceitos em vertentes.

Este é o plano de fundo de criação do trabalho que hoje é compreendido como patrimônio cultural. A Constituição de 1988 coloca a questão do patrimônio cultural nos artigos 215 e 216, e eu sempre costumo dizer: “Não invente nada, por favor, leia a Constituição, a gente não precisa inventar razões, porque está tudo lá”. O DPI-Iphan possui um programa de mestrado que é voltado para a área do Direito, e contamos com um técnico

desta área, que trabalha conosco, que diz o seguinte: “Se o Decreto nº 3.551/2000 tem força de lei, este marco legal está exatamente no âmbito do texto constitucional”. A política pública do patrimônio cultural imaterial, neste contexto, foi suscitada a partir de algumas discussões de dentro do Iphan, em meados da década de 1990, mais precisamente quando o instituto comemorava sessenta anos; e este era o teor daquelas discussões: “Chega! O patrimônio imaterial não pode mais ficar invisível! Já estamos trabalhando segundo os conceitos de bens e referências culturais, temos um texto constitucional inovador, e não podemos mais deixar de considerar o patrimônio de natureza imaterial”. Inclusive, tais discussões e estudos foram reunidos em um dossiê, para divulgar as atividades do grupo de trabalho. Esse foi o ponto de partida para se chegar ao texto do decreto assinado em 2000.



Foi muito importante o trabalho que desenvolvemos a partir deste grupo de trabalho. Na época eu era diretora do Iphan, e em minha gestão foram feitas as primeiras identificações de bens e referências culturais em âmbito regional e nacional. Vale dizer, inclusive, que eu não coordenei o referido grupo de trabalho, pois quem ocupa o cargo de diretor não pode exercer coordenação destas atividades, apesar de haver todas facilidades para que eu trabalhasse e colaborasse com tudo que foi possível ser feito. Tínhamos duas opções para viabilizar o marco legal referente ao patrimônio cultural de natureza imaterial: um decreto ou um projeto de lei que, na verdade, não se sabia quando seria votado. Julgávamos, naquela ocasião, que era impossível esperar mais: tínhamos uma minuta de decreto e o projeto de lei, de autoria da então senadora Marina Silva, discutido há uns cinco anos para um substitutivo. Foram cinco anos de discussão relacionada a assuntos que ainda hoje são pertinentes – como a questão da pirataria, por exemplo – e não se chegava a uma conclusão, sobretudo quando todo mundo fala ao mesmo tempo. Por fim decidimos arriscar com o decreto, pois com o projeto de lei possivelmente não teríamos chegado a lugar algum até hoje.

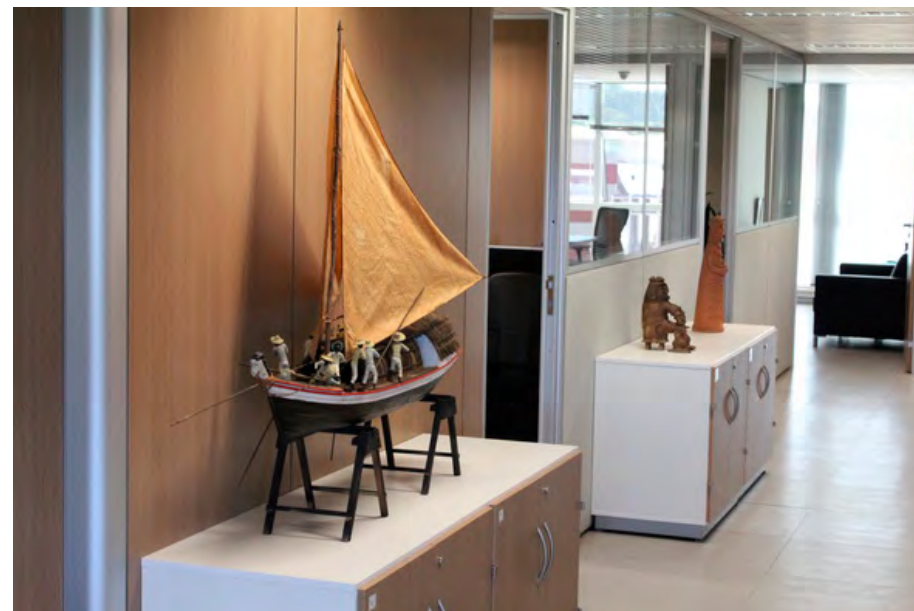
Digo tudo isso após anos de formalização do Decreto nº 3.551/2000 – e o vi sair do papel, pois trabalhei no Iphan até 2002, depois saí, e voltei em 2012. Estive dez anos fora, e ainda assim posso dizer que o decreto deu certo, pois a partir de então o Iphan foi responsável por várias ações. O decreto era a opção que nós tínhamos, não era tomada de posição autoritária. Tínhamos apenas estes dois caminhos: ou se fazia um projeto de lei ou um decreto. Com o decreto, sabíamos o que iria acontecer, enquanto com o projeto de lei não. A desvantagem do decreto é que esse modelo de marco legal, de fato, não cria e promove direitos. Estávamos e ainda estamos trabalhando em um limite, em uma borda, em uma fronteira, no que se refere a essa questão de criação e promoção de direitos – entre os quais está o da propriedade intelectual.

Esse é um problema ainda hoje. Direitos difusos, por exemplo. São

questões de direitos coletivos pouco ouvidos no Brasil. Basta imaginar se tivéssemos que esperar que tais questões fossem resolvidas. Passado algum tempo, o Iphan assume uma posição muito positiva em relação ao decreto, pois independentemente de este ser um decreto, nós já tivemos grandes ganhos de ações por conta de esse marco legal ser algo, de fato, reconhecido. Há exemplos de *designers* que tiveram que pagar para os índios pelo uso de sua padronagem; músicas sobre as quais tiveram que ser recolhidos direitos autorais em benefício de verdadeiros grupos detentores e produtores, uma vez que foram apropriadas por outrem; além de o Iphan oferecer condições adequadas, a partir de ações em termos de reconhecimento sociocultural, para que tais grupos de detentores e produtores façam os seus próprios CDs, e tudo o mais.

Após o Decreto nº 3.551/2000, bases sociais foram mobilizadas. A partir de então, é possível identificar e reconhecer socioculturalmente as comunidades, os grupos, os mestres. Pode-se identificar e reconhecer os detentores como um todo, enquanto detentores/produtores; por outro lado, muitas das vezes uma pessoa até detém um conhecimento, mas não o produz. Um exemplo: nossa língua portuguesa é muito rica; tanto que, em língua inglesa, para algumas situações, só há uma ou duas palavras que lhes conferem significados. Há quem detém um conhecimento, contudo outros também podem produzir objetos culturais; por exemplo: um mestre produtor de viola de cocho produz o instrumento, de modo que é correto reconhecê-lo como produtor de um bem cultural; ele detém o saber e produz, e ainda participa do processo de produção do bem cultural – seja na confecção de um instrumento, seja tocando um siriri ou um cururu. Como diz a Regina Casé, “é tudo junto e misturado”.

No Iphan, costuma-se dizer o seguinte: “Há pessoas que trabalham com cidades e edifícios, ao passo que outras pessoas trabalham com gente. E aqui, quem trabalha com gente é nosso Departamento do Patrimônio Imaterial”.



Tais semelhanças e diferenças que perfazem esta divisão entre patrimônio material e patrimônio imaterial, contudo, são estabelecidas dentro de uma linha de racionalização do trabalho, para fins quase apenas operacionais. É preciso ter sempre em mente a compreensão do patrimônio cultural como um todo. Desde 2004, do ponto de vista estrutural, está estabelecido o Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI). Há dez anos ou mais, no entanto, o Iphan já vinha trabalhando com processos de documentação, identificação, proteção e promoção do patrimônio cultural imaterial. Estes processos estavam a cargo de diretorias preocupadas com a documentação e identificação de bens e referências culturais. O processamento técnico era estabelecido da seguinte forma: uma diretoria identifica o bem ou referência cultural e o documenta; outra diretoria protege esse bem por meio de diversos modos e procedimentos; e uma terceira diretoria promove esse bem através da condução do processo de registro e de apoio e fomento.

Sempre digo ao diretor do patrimônio cultural material que hoje no Brasil não se justifica efetuar um tombamento caso não se identifique o

componente do patrimônio imaterial. Quer dizer, o tombamento é o ato legal que existe desde o Decreto-lei nº 25/1937, para se fazer o reconhecimento da cultura material das cidades, dos prédios etc. Do meu ponto de vista, não há como desprezar o componente do patrimônio cultural imaterial, durante um processo de tombamento. Não é caso de ignorância, mas de burrice, efetuar um processo de tombamento, por exemplo, de uma igreja, sem ter conhecimento das festas: quais são as celebrações ali ocorridas? Quais irmandades existem ali? Quem são os indivíduos que compõem aquela comunidade? Qual é a referência cultural que a comunidade detém e/ou produz nesses espaços?

Apesar de estar mudando bastante, a grande diferença de trabalho, entre a Diretoria do Patrimônio Material e o DPI é que em nossa diretoria não se toma providência alguma sem consulta ou anuência. Nem mesmo o inventário o DPI faz sem anuência: consideramos passo obrigatório a anuência das comunidades, grupos, mestres e indivíduos beneficiários para o desenvolvimento de uma ação patrimonial – e vale também acrescentar que não pode ser qualquer anuência, porque o procedimento é complexo. Essa é a única forma possível de reconhecer e promover o patrimônio cultural imaterial.

A política patrimonial tem razão de ser tanto para o dirigente quanto para os produtores e detentores de bens e referências culturais. Por exemplo: nós, do DPI-Iphan, estamos fazendo o processo de registro do “teatro de bonecos popular”, cuja dimensão é “do tamanho do mundo”. Há três ou quatro anos estamos percorrendo esse trajeto, promovendo e participando de encontros de bonequeiros. Percorremos esse trajeto para que seja possível construir e validar a anuência dos vários grupos envolvidos; além da busca dessa anuência, temos que explicar o porquê do registro, pois muitas pessoas ainda não sabem a importância e a necessidade desse instrumento. Para chegarmos até aqui, passaram-se setenta anos de consolidação da política pública do patrimônio cultural imaterial; e deve demorar mais uns vinte e poucos anos até atingirmos certa plenitude de ação: o DPI-Iphan

ainda é um “neném”, mas vamos chegar lá, não há por que desanimar.

Por que se estudou a implantação do instrumento legal chamado “registro”, ainda dentro do Departamento de Identificação e Documentação do Iphan? Porque, antes de tudo, no que se refere à implantação do registro, trabalhamos com bens e referências culturais que são muito dinâmicos, estão em constante interação/movimento para com aquela comunidade, que vai recebendo as influências e vai se transformando – como o Carnaval, dentro do qual tudo vai se transformando. Outro exemplo: temos alguns problemas com o Ibama, que não permite o corte indiscriminado de árvores ou a utilização de tripa animal para fazer viola de cocho. Tudo isso deve ser encarado com normalidade devido às transformações ocorridas com os bens e referências culturais.



Quando formalizamos o registro, elaboramos um dossiê que o fundamenta, conforme o momento em que ocorreu a pesquisa para fins de identi-

ficação dos bens e referências culturais. Tanto que o próprio decreto determina sua avaliação a cada dez anos, para que haja a revalidação desses bens e referências culturais enquanto patrimônios culturais imateriais reconhecidos pelo Iphan. Somente agora começamos as primeiras revalidações. Nesse procedimento de revalidação, o DPI-Iphan reexamina tudo que o que foi feito ao longo dos dez anos de registro daquele patrimônio cultural imaterial. É um trabalho conjunto entre o DPI-Iphan e os detentores e produtores de bens e referências culturais. Por meio desse procedimento revela-se o que caminhou e o que não caminhou, quais foram as transformações ocorridas sobre aqueles bens e referências culturais. A partir desses dossiês, o DPI-Iphan pode disponibilizar a pesquisa e a documentação adequadas para historiadores, antropólogos e demais especialistas dispostos a efetuar análises mais firmes.

Posso dizer que não há ingerência política com relação a processos de registro e procedimentos de revalidação. É imprescindível ao DPI-Iphan dar continuidade às ações de apoio e fomento aos detentores e produtores de bens e referências culturais, após os atos de registro. A revalidação é um momento de consolidação, que somente agora demos início. Estamos fazendo um levantamento daquilo que é necessário e que precisa de alguma forma continuar a existir, e que, para tanto, sugerimos e empregamos a produção, sobretudo, de documentação audiovisual – não somente em relação ao uso da tecnologia de produção, mas no sentido da propriedade e possibilidade de alternativas oferecidas por esse modo de produção documental.

Dou o exemplo da experiência pela qual passamos com as mulheres paneleiras do município de Goiabeiras, no Espírito Santo, a primeira referência cultural a ser reconhecida como patrimônio cultural imaterial do Brasil: quando fomos registrar os saberes das paneleiras, o Sesc-ES havia produzido um vídeo sobre essa referência cultural, e nos emprestou com restrições essa produção documental, para que pudéssemos inseri-la no dossiê do registro. O Sesc-ES restringiu o uso do vídeo de tal forma que

não foi possível divulgá-lo. No meu entendimento, isso ocorreu, naquela ocasião, porque ainda não era bem percebido o que estávamos iniciando, inclusive em meio à construção e consolidação das respectivas legislações do audiovisual e do direito autoral, as quais passaram por radicais mudanças nestes últimos quase vinte anos. A importância daquela documentação audiovisual produzida pelo Sesc-ES é primordial, ainda hoje, para efetuar os procedimentos de revalidação do registro, no “Livro de registro dos saberes”, das paneleiras do município de Goiabeiras.

Aliás, no Brasil, quem trabalha com fotografia sabe bem disto: o fotógrafo sempre deve ser citado, pois jamais perde a autoria sobre sua produção, mesmo que tenha vendido uma obra sua para um desconhecido. Não se pode mais usar de forma indiscriminada a produção técnico-artística de outrem sem sua expressa autorização. Por exemplo, não posso reproduzir em um cartão postal, para ser vendido ou não, a imagem de uma obra de arte que possuo em casa sem a autorização do artista plástico ou herdeiro.

Menciono outro exemplo: eu sou museóloga e montei um micromuseu numa cidadezinha do sul de Minas onde havia a tradição de se fazer marmelada, o município de Delfim Moreira. Havia no município uma antiga fábrica de doces da marca Cica. Pode-se dizer que a história de Delfim Moreira está vinculada à trajetória daquela fábrica que fechou e que hoje serve de sede administrativa da prefeitura municipal. É bem sabido que a marmelada tinha um anúncio da década de 1960, ainda em preto e branco, muito interessante, em que o personagem Chico Bento pegava uma faca e experimentava o doce, e ao final aparecia o Jotalhão, personagem-propaganda da marca Cica. Pedimos, então, a autorização de uso desse anúncio para reproduzi-lo no museu, porque tem tudo a ver com a história local; tem a ver com a trajetória da Cica. Digo isso para reafirmar que, apesar da demora para os detentores da marca responderem, ao final concederam licenciamento de uso do anúncio.

O DPI-Iphan, como dito anteriormente, foi criado em 2004. A par-

tir daí, o departamento desenvolveu ações, inclusive, dentro do próprio Iphan, como medida para se fortalecer institucionalmente e consolidar o registro enquanto marco legal para reconhecimento de bens e referências culturais no âmbito do patrimônio cultural imaterial. Para que houvesse a devida consolidação de sua posição institucional, o DPI-Iphan teve de centralizar muitas ações para posteriormente ter mais força. Hoje posso dizer que o órgão vive outro momento, a partir do trabalho desenvolvido pela então diretora Márcia Sant’Anna: um trabalho fundamental, que deu plataforma para hoje trabalharmos de forma descentralizada, para podermos aumentar nossas demandas, pois seria impossível dar continuidade às nossas ações de modo centralizado.

O Iphan responde por 27 superintendências, uma em cada unidade da federação, de modo que as demandas sobre o patrimônio cultural imaterial hoje fazem parte do trabalho cotidiano de cada uma de nossas superintendências. Se tais demandas há algum tempo não faziam parte do trabalho cotidiano de cada superintendência – porque tudo estava centralizado no Departamento de Identificação e Documentação, até a criação do DPI-Iphan –, hoje não é mais assim, pois partimos para ações descentralizadas. Por exemplo: os editais do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, o PNPI, publicados desde 2005, contemplavam cinco propostas; em seguida, seis; agora, chegam a contemplar até quinze propostas. Para se chegar a quinze propostas, não há como o fiscal do convênio ser o próprio DPI-Iphan, mas a superintendência de cada unidade federativa. Se o convênio é executado em São Paulo, a respectiva superintendência deve assumir as responsabilidades enquanto ente fiscalizador – além de tomar conta do bem ou referência cultural registrada –; ainda nos cabe, enquanto DPI-Iphan, realizar um vultoso trabalho de mapeamento e identificação, pois lidar com comunidades é um trabalho de corpo a corpo.

Por exemplo, atualmente, cedemos espaço e estrutura para os mestres de capoeira na sede da superintendência de Minas Gerais. Os mestres de capoeira queriam um lugar mais adequado para suas reuniões, e

perceberam que a sede da superintendência é um lugar ótimo, onde lhes são oferecidos água, cafezinho, auditório. Mas, apesar de ali ser um lugar neutro, às vezes alguns grupos estranham-se uns com os outros. Estamos vivendo um momento de iniciar uma descentralização ainda mais forte, pois as superintendências ainda requerem uma estrutura mais apropriada para as demandas sobre o patrimônio cultural imaterial. É possível que coloquemos nas superintendências mais técnicos com formação nas áreas de ciências humanas e sociais, com vistas a oferecer um melhor suporte.

É necessário também tecer comentários sobre a Unesco e suas convenções. Entre as cartas patrimoniais de caráter internacional, pertinentes ao patrimônio cultural imaterial, citem-se a “Recomendação para a salvaguarda das culturas tradicionais e populares”, de 1989, e a “Recomendação Paris 2003 – Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial”, sobre a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial ou intangível. Ouso dizer que o Brasil teve uma participação bastante importante na concretização dessa convenção, de 2003, pois a legislação brasileira é de 2000, e muitas das discussões que tivemos aqui, até chegarmos ao decreto, foram levadas à França, para as reuniões preparatórias da referida convenção. Logo depois, em 2006, ratificamos as resoluções da Convenção de 2003, de modo que, desde então, estamos trabalhando muito bem com essa carta patrimonial.

Na época, o Brasil teve assento no Comitê do Patrimônio Cultural Imaterial por quatro anos, e novamente está assentado por igual período, sendo o terceiro ano em exercício. Outro diploma internacional com o qual trabalhamos, ainda que discretamente, mas sempre a partir de um horizonte próximo, é o da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais, de 2005 – igualmente muito importante –, e que o DPI-Iphan trabalha a partir de um diálogo com outras convenções e recomendações, das mais antigas – como a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, popularmente chamada Recomendação de Paris –, às mais recentemente publicadas. Para tanto, o DPI-I-

phan proporcionou vários encontros com representantes da Unesco, para discutir com maior ênfase as duas históricas Recomendações de Paris, a de 1972 e a de 2003, para afinarmos nossos posicionamentos, de maneira que chegasse à Unesco nosso discurso de que não há mais como trabalharmos separadamente, no âmbito das políticas governamentais patrimoniais, o patrimônio cultural material e o imaterial – isto é, não há mais como trabalharmos com edificações sem trabalharmos com as pessoas, com as celebrações e com o que acontece junto dessas edificações.

Essa é a trajetória dos conceitos, posicionamentos e ações institucionais que fundam e movem o DPI-Iphan, e que, basicamente, residem na importância e relevância desta imprescindível aproximação com o detentor – o que, de fato, ainda é algo relativamente novo para o septuagenário Iphan, pois são vários os instrumentos de gestão e reconhecimento patrimonial. Vale pensar o seguinte: o DPI é o departamento mais modesto dentro do Iphan, em termos de estrutura administrativa, além de ser o que tem menor número de cargos comissionados. Por vezes, falta-nos um maior corpo técnico e administrativo; mas na verdade não importa, pois não deixamos de realizar nossas tarefas concernentes a identificação, reconhecimento, apoio e fomento, procurando trazer para o Iphan um ganho institucional à medida que tentamos implementar as resoluções dessas cartas patrimoniais internacionais, que são as convenções e recomendações da Unesco.

Posso dizer que fazemos dessas cartas patrimoniais internacionais o nosso mote. O que fazemos aqui é a política pública de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial brasileiro. Esta salvaguarda é entendida como identificação, reconhecimento, apoio e fomento, apesar de ser um pouco diferente do que estava proposto inicialmente em 2004, quando foi estruturado o DPI-Iphan. Atualmente, o departamento tem uma Coordenação de Identificação, Reconhecimento e Registro, e uma Coordenação Geral de Salvaguarda, todavia trabalhamos conjuntamente as ações de identificação, reconhecimento, apoio, promoção e fomento. Entendemos, enquanto DPI-Iphan, que “salvaguarda é tudo”, e que se inicia, vale dizer,

desde os primeiros estudos para fins de identificação e inventariação, pois, de algum modo, já estamos salvaguardando manifestações, bens e referências culturais – uma vez que estes se tornaram motivos para a produção documental.

O Iphan, como um todo, emprega alguns tipos de inventário – entre os quais, o Inventário Nacional de Referências Culturais, o INRC. Então, por meio do INRC documentamos esses estudos para fins de identificação de bens e referências culturais. Na verdade, a identificação pode ser efetuada de vários modos: pelo mapeamento e pelos inventários inicial, parcial e integral. O INRC é um instrumento que o Iphan emprega em suas ações desde 1999 – ou seja, antes do Decreto nº 3551/200 –, elaborado pelo antigo Departamento de Identificação e Documentação, para identificar os bens e referências culturais ainda não observados por meio de outros instrumentos. Até então, o Iphan lançava mão de instrumentos como o Inventário Nacional de Sítios Urbanos, o Inventário Nacional de Bens Arqueológicos, entre outros – e ainda não havia um inventário próprio da identificação de bens e referências culturais – que veio a ser denominado, por fim, INRC.

As propostas e ações de inventariação, após a implantação do INRC, vieram se modificando ao longo dos anos; de modo que, inicialmente, este instrumento tinha um viés de maior preocupação com o território, enquanto referência a ser pesquisada – dado que, para determinado grupo, as referências culturais podem ser uma igreja, um terreiro de candomblé, uma casa de farinha ou algum outro tipo de bem cultural material. O Iphan dispõe de inventários mais antigos, realizados por meio do INRC, para a identificação de edifícios enquanto referências culturais de determinados grupos. No caso, tempos atrás, o INRC foi utilizado para catalogar até mesmo edificações previamente tombadas, uma vez que estas poderiam fazer parte, de algum modo, do imaginário das pessoas. Um exemplo poderia ser uma igreja do século XVIII, muito bonita, contudo de edificação singela, e cuja valoração se fez por esta ser uma capela de devoção a

um santo milagroso para uma comunidade.

A referência cultural do grupo é muito mais para aquela do que para aquela outra que às vezes é feita o grupo que habita aquela localidade às vezes não tem aquela, não é dali, não tem aquilo como referência dele, referência de uma outra época que não a dele, essa questão de referência é muito interessante da gente estudar porque te traz uma série de procedimentos de releituras dos espaços, se você inventaria e documenta você pode reconhecer, a gente reconhece pelo registro ou pelo INDL que é o Inventário Nacional de Diversidade Linguística que é uma coisa absolutamente nova de 2010, a gente não tem nada declarado patrimônio linguístico mas estamos nesse processo. O marco legal está sendo implantado, mas a coisa é muito mais complexa, porque nós temos mais de duzentas línguas no Brasil e nós temos línguas indígenas, de imigração, línguas afrodescendentes, então, temos uma discussão linguística grande e há uma tendência de a gente ver só a de índio e não ver as outras. Hoje, o DPI-Iphan está mais mobilizado na promoção do patrimônio cultural linguístico brasileiro. Temos um método de inventário, já experimentado com dez tipos de línguas, inclusive Libras – e que é uma linguagem – e vamos chegar lá!

Um dos maiores desafios, em termos de política pública patrimonial, para mim, é que estados e municípios, na pessoa de seus representantes, entendam o que é o registro do patrimônio cultural imaterial. Aliás, é inadequado, por exemplo, que deputados recorram a nós solicitando o registro sobre bens ou referências culturais – não admitimos isso no DPI-Iphan. Muitos pensam, do ponto de vista formal, que o registro é o complemento do tombamento. Se para o reconhecimento patrimonial sobre prédios há o processo de tombamento, que também se façam as legislações específicas para o reconhecimento do patrimônio imaterial. Legislação específica, contudo, não basta para concretizar um processo de registro; e não é um indivíduo que o requer, mesmo que seja um deputado, pois é preciso haver anuência de grupos e comunidades detentores e produtores de bens e

referências culturais, que preferencialmente endossam tal requerimento.

Por que há tantos pedidos de reconhecimento do patrimônio cultural no âmbito nacional e em menor volume nos âmbitos municipal e estadual, respectivamente? Talvez por falta de articulação institucional. Conversei recentemente com o atual Secretário de Estado da Cultura do estado de São Paulo, o advogado e museólogo Marcelo Mattos Araújo, bem como com sua equipe, no sentido de fazermos uma grande ação institucional descentralizadora, porque sabemos que, no Brasil, o estado de São Paulo faz um trabalho bem-feito, e outros estados observam o que se está fazendo lá. É nesse contexto que vamos trabalhar com o patrimônio imaterial no âmbito regional, e respeitar as diretrizes que o Condephaat – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico – adota para reconhecer bens e referências culturais patrimoniais. É muito importante para o DPI-Iphan consolidar ações patrimoniais em todos os âmbitos da esfera pública; isso porque nem tudo pode ser somente patrimônio cultural nacional, embora seja possível ser patrimônio cultural municipal, estadual e até mesmo nacional. A política patrimonial tem de ser aplicada às três esferas; e, na maioria dos estados brasileiros, o processo de registro do patrimônio cultural imaterial ainda depende da ação do órgão federal.

É necessário tocar em outro conceito importante, que se tornou uma linha de ação promovida pela Unesco, chamado Tesouros Humanos Vivos, e que alguns estados brasileiros trilharam por esse lado. A partir da implantação dessa linha, o que me parece um problema, é que não se pode fazer da política pública cultural tão somente uma política social ou de referência. O que nós propomos, no DPI-Iphan, é o maior enfoque no conjunto, no grupo, na comunidade – isto é, algo para além do indivíduo. Propomos que haja preocupação com um mestre violeiro, com seu aprendiz, com sua matéria-prima, com a transmissão de saber como um todo, e não apenas com um indivíduo isolado. A política do DPI-Iphan é direcionada a grupos e não a indivíduos – inclusive porque é muito difícil declarar “mestre” alguma pessoa. Por outro lado, há uma tramitação na Câmara

dos Deputados: a Lei de Mestres e Griôs – proposta cujas definições são complicadas, porque nem todos os mestres são griôs. Aliás, quanto ao termo “griô”, considero que não é dos melhores, mas estamos propondo um substitutivo que possa estar à altura, e dentro do escopo do Ministério da Cultura.

Estamos propondo que os indivíduos detentores e produtores de bens e referências culturais recebam um título vitalício de “mestre” e sejam fomentados por meio de bolsas semelhantes às de mestrado e doutorado, por um período de quatro anos. Durante o período de vigência das bolsas, os mestres elaborariam um plano de trabalho, no qual seria apresentado, por exemplo, o número de aprendizes, ou o que é necessário para a organização de um ateliê. Com isso o Iphan não agiria, como não age, de modo assistencialista – inclusive, não podemos ser assistencialistas, pois isso é escopo de outras pastas ministeriais. O DPI-Iphan trabalha com política pública de transmissão de saberes, de valorização de conhecimentos – não com incentivos, e principalmente da valorização a apoiar a ele fica com esse ateliê e tem a bolsa, com isso a gente nos o com a prática de ajuda com dois salários mínimos. Pretendemos utilizar o exemplo do CNPq, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que repassa recursos a instituições acadêmicas para fomentar estudantes de graduação e pós-graduação, e nesse sentido pretendemos conceder bolsas aos mestres da cultura popular, sempre mediante a apresentação e o cumprimento de planos de trabalho.

Os planos e ações de salvaguarda devem ser entendidos no contexto das intersectorialidades, pois são exatamente ações de apoio, fomento e articulação. Cito como exemplo a problemática que envolve os planos de salvaguarda do “queijo da canastra” como patrimônio cultural do Brasil, sobre a qual estamos em articulação com a Anvisa, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, para que a produção e circulação do queijo artesanal não seja prejudicada. Para tanto, também é necessário informar melhor os produtores sobre seus direitos e deveres – por exemplo, sobre como

obter o certificado do SIF, Serviço de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura.

É fundamental o respeito ao modo artesanal de se fazer o queijo. Sem o SIF, por exemplo, o produtor não consegue vender legalmente seu queijo, e acaba por recorrer ao mercado informal – temos que trabalhar para isso não acontecer.

Sabemos que nossos mestres precisam de um benefício continuado, o que demanda uma ação transversal, como que juntamente a da previdência social, uma vez que não há como resolver tais demandas apenas com a política pública cultural e patrimonial. O nosso grande desafio, no que se refere a planos e ações de salvaguarda, é dar sustentabilidade ao bem cultural registrado. Dou um exemplo: durante a gestão Gilberto Gil no Ministério da Cultura, a pasta estruturou um programa chamado Cultura Viva, muito identificado pela criação e fomento de Pontos de Cultura, e que está em processo de reformulação. Na época, quase que automaticamente havia a criação de um Ponto de Cultura para a promoção de um bem ou referência cultural, registrado ou não, e o MinC se comprometia com determinada quantia por um ano ou mais, ao passo que os gestores desse Ponto de Cultura se comprometiam com elaboração de projetos e plano de trabalho.

No meu entender, ocorreram alguns equívocos. O programa estava sujeito a situações aleatórias, pois Pontos de Cultura têm que estipular um teto orçamentário, obviamente, mutável, ano a ano – situação delicada esta, e que eu considero péssima. Quando cheguei aqui, deixei claro e solicitei que se reformulassem algumas estratégias; que aqui não haveria mais essa diretriz política; e que eu não iria me comprometer com um cidadão com algo que eu não pudesse cumprir. Não sei se daqui a quatro anos teremos recursos o suficiente para bancar determinado Ponto de Cultura. Nós, do DPI-Iphan, trabalhamos com gente. E com gente tem que ter muito cuidado, não se pode prometer aquilo que não podemos cumprir. Senão, “não dá pé”.

Então, é importante ações de transversalidade: que é o que estamos fazendo mais agora, ao invés de partirmos apenas para ações diretas – estas feitas, de fato, para mobilizar grupos capazes de estruturar centros de referências daquele bem cultural com vistas ao que é sustentável. Recentemente, um grupo veio me perguntar: “Esse ano vai ter dinheiro e não vai ter dinheiro?” – eu tive que perguntar se o pessoal tem ou fez proposta, se estipulou orçamento, quais eram os outros parceiros... Porque em médios e grandes centros urbanos há a presença e ação de universidades, por meio de seus programas de extensão, e que cresceram muito nos últimos anos. Agora, foi disponibilizado mais de R\$ 8 milhões para projetos em patrimônio cultural, de modo que universidades, grupos e comunidades, detentores e produtores, podem trabalhar em conjunto – seja com a criançada, seja com a comunidade universitária. A chave é trabalhar em conjunto. Além de buscar promoção e fomento, é muito importante que grupos e comunidades proponentes solicitem autorização para o uso de nossos instrumentos de identificação e inventariação, pois nos é muito importante o comprometimento dos proponentes quanto ao uso adequado do INRC, do INDL, e/ou de outros instrumentos. O Iphan está aqui tanto para apanhar como também para ganhar os louros.

Após discorrer sobre conceitos e marcos legais; sobre os instrumentos de reconhecimento, produção documentação a partir de estudos de identificação e inventariação e ações de apoio e fomento, posso garantir que a assim chamada cultura caipira tem que receber a devida valoração, e de modo sanar alguns estigmas que causam danos aos seus bens e às suas referências culturais, assim como para mestres, grupos e comunidades – isto é, a cultura caipira merece ser vista sob outro sentido. Para nós, do DPI-Iphan, este é um trabalho que ainda temos que fazer; e que não podemos fazer sozinhos – quer dizer, como é que funciona a cultura caipira no contexto do patrimônio cultural imaterial, como será sua identificação etc. Os processos de reconhecimento e registro patrimonial só funcionam sob demanda; e se os próprios detentores e produtores da cultura caipira “não

baterem à nossa porta”, pleiteando o reconhecimento patrimonial e entendendo o que essa política de patrimônio cultural imaterial, até podemos chegar lá, mas vai demorar muito.

A chamada cultura caipira está muito relacionada à própria história sociocultural de São Paulo. Há vários estudos sobre cultura caipira suscitados e produzidos a partir da antiga Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, e do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular Edison Carneiro, sendo o CNPFC vinculado do Iphan; mas não é um movimento conciso de reconhecimento patrimonial de cultura caipira como um todo. Inclusive, acho difícil o reconhecimento da cultura caipira como um todo: é possível dar reconhecimento patrimonial a bens e referências, mas não “como um todo”. A cultura caipira é demasiado difusa, fomentar e promover uma referência assim não se consegue planejar e realizar ações de salvaguarda concretas.

O que é muito importante, e que todo mundo esquece – principalmente, quando vem aqui dizer “Vamos declarar não ‘sei o quê’ patrimônio cultural do Brasil” –, é que quando a gente declara algum bem ou referência patrimonial cultural do Brasil imaterial, o DPI-Iphan assume uma responsabilidade com a salvaguarda daquele bem ou referência, no mínimo por dez anos, no caso federal, conforme é explicitado no Decreto nº 3551 e em diplomas e certificados deste decorrentes. Na verdade, queremos que o registro não seja entendido como um título, um *botton* ou um diploma pregado à parede. É necessário o entendimento de que, na hora em que o Iphan e o governo dizem que tal bem ou referência é patrimônio cultural imaterial do Brasil, o Estado está assumindo responsabilidades em termos de apoio, fomento, salvaguarda e preservação.

Obviamente, fica muito difícil se fazer uma salvaguarda geral da cultura caipira – isto é, vamos trabalhar com os violeiros; com seus mestres de viola; com a confecção da viola caipira, que é uma viola toda especial, um instrumento muito diferente de outros. Por exemplo, com o Samba de Roda do Recôncavo Baiano, nós fazemos isso, pois só dois mestres, bem

velhinhos, sabiam confeccionar a viola própria para o samba de roda; e foi ótimo, porque conseguimos fazer uma “oficina de transporte dos saberes”. Hoje, no Recôncavo Baiano, encontramos quatro ou cinco jovens confeccionando violas, mesmo após esses dois mestres falecerem.

Quer dizer, o Iphan colaborou para com a transmissão intergeracional desse conhecimento tradicional, e isso é importante para nós. Não posso deixar de dizer que, este ano, estou muito empenhada em dar prosseguimento a um assunto, ainda nada oficial, que é o reconhecimento do “samba rural paulista”; este não é cultura caipira do jeito que se entende por aí, mas acho que tem tudo a ver, porque agora a gente tem uns documentos produzidos a partir de grupos e comunidades de municípios como São Luís do Paraitinga, Pirapora do Bom Jesus, e outras localidades. Há estudos realizados e, principalmente, anuências. Entendo, contudo, que essas propostas têm que caminhar e amadurecer mais. O samba rural paulista, que é um bem da cultura caipira, ainda não está reconhecido em âmbito federal, porque este processo deve advir de um movimento, tem que vim da base – pois não sou eu quem, tão simplesmente, irá reconhecê-lo.

Como costumamos dizer, este movimento tem que começar com grupos e comunidades, a partir de municípios e estados. Não se trata de uma política que se faz “de cima para baixo” – são propostas e ações que devem emanar da própria sociedade, e partir de mestres detentores e produtores, de grupos organizados, de comunidades. Conhecimentos tradicionais residem nessas pessoas, e elas mesmas devem exigir o seu reconhecimento patrimonial como parte do universo cultural brasileiro.

Em um contexto mais amplo, podemos falar, potencialmente, em termos de “cidade cultural” – isto é, deste caldeirão fervoroso de grupos reunidos em comunidades locais. Isto se relaciona com o que afirmei anteriormente, sobre a importância de trabalharmos com a mobilização. Um trabalho como esse que os grupos detentores e produtores de Hortolândia estão fazendo é a oportunidade que se apresenta para mobilizar as comunidades. Pessoas ainda desconhecem que existe o reconhecimento patrimo-

nial, desconhecem o que fazem como algo que valor, de importância – este é um dos maiores problemas. Na verdade, a cultura caipira muitas vezes é deixada de lado, não é valorizada, como ocorre com as culturas tradicionais, sempre colocadas em contraponto ao desenvolvimento. Precisamos saber como achar “o ponto do doce” – isto é, de que modo alcançaremos não qualquer desenvolvimento, mas um modelo de desenvolvimento qualificado por culturas regionais. Havia muito medo de que a globalização sinalizava que tudo ficaria igual, e o que vimos foi uma globalização em que usuários de diversos países procuram evidenciar ao máximo suas características culturais e identitárias. Apesar de falarmos a mesma língua, o Brasil é diferente de Portugal, que é diferente de Angola, e que é diferente de Moçambique; de modo que há controversas linguísticas dado que são países diferentes, com culturas diferentes.

Nesse sentido, fenômenos atuais no campo da comunicação fazem com que hoje possamos estar em casa vendo o que acontece, por exemplo, na Turquia, pela tela da televisão, ao passo que não podemos esquecer que a Turquia também está aqui entre nós. Precisamos olhar para os nossos vizinhos de rua e saber que ali onde eles estão também se produz uma cultura igualmente importante e que deve ser valorizada, porque é especial. No caso, a cultura caipira, na atualidade, é composta de bens e referências situados entre o rural e o urbano, e geralmente é feita por pessoas que saíram desse rural e vieram para o urbano, como acontece muito com gente de Minas Gerais – eu tenho esse dado muito preciso, porque trabalhei em Minas até o último ano. Trata-se de uma geração de urbanos – muitos dos quais emigrados para São Paulo –, e que, ainda assim, estão perto do que é o rural, do que são fazendas – e muitas das vezes, graças aos avós. Costumo dizer que os avós são muito importantes dentro do processo de transmissão de saberes a gerações futuras, e que há ainda, no Brasil, uma geração que é desse mundo mais brasileiro, menos globalizado – as mudanças estão muito rápidas, e a tendência é a de não conferir devido valor a essas pessoas. Nosso desafio é valorizar essas pessoas, porque é a partir

dessas culturas regionais, como a cultura caipira, que a gente pode tirar o melhor do que é ser “o povo brasileiro”. A valorização do patrimônio cultural, como um todo, e o reconhecimento do patrimônio cultural imaterial, assim como da diversidade cultural brasileira: tais posturas devem dar suporte a essa cultura – que, às vezes, certas pessoas dizem ser “cultura menor” –, para que seja colocada no mesmo patamar das demais culturas. É isso que precisa ser feito, porque, na verdade, essa é uma cultura que está no alicerce de outras que, por sua vez, servem de portal, e que dá sentido ao que é cultural e brasileiro.

Acho que nos últimos dez anos nós tivemos muitas ações de governos, mas também de instituições privadas; pois ações culturais patrimoniais não advêm apenas do poder público, mas passam pelas organizações não governamentais, as ONGs; por agremiações; por grupos dispostos a se colocar mais firmemente neste contexto, se souberem de seu lugar e de sua importância na atual realidade. Por isso, eu acho que hoje existem algumas oportunidades para serem trabalhadas. No entanto, falta muito o que fazer, diante de um aparente problema: chegamos atrasados a uma época em que o tempo passa muito rápido, e que tudo se transforma. Então, o nosso trabalho é muito grande, não porque queiramos que as coisas fiquem como eram antigamente, paralisadas no tempo, mas porque temos que reconhecer que existe esse conhecimento tradicional, hoje diferente para as atuais gerações.



As “garrafadas” de São Paulo, por exemplo: hoje a gente já perdeu uma porção de receitas deste saber, e tampouco há espaço para cultivá-lo, ou mesmo para plantar uma erva. Quando a pessoa não tem um espaço próprio, muda-se mais de domicílio, e assim fica cada vez mais difícil trabalhar com raízes. Sei que ainda havia bastante gente no Vale do Paraíba trabalhando com raízes, e que hoje em dia são poucos os que resistem. Esses detentores e produtores de bens e referências culturais, como os que cultivam raízes e fazem as garrafadas, devem se preparar diante das indústrias e das recentes normatizações – uma vez que, para áreas de farmoquímica e fitoterápicas, os conhecimentos tradicionais relacionados a culturas regionais e populares são realmente muito importantes. Não adianta só documentar, mas também planejar e mobilizar. Sobre garrafa-

das e raizeiros, também ocorre o mesmo no campo da música, inclusive com o que é hoje considerado “música caipira”. Aliás, ontem, trabalhei em Uberaba, Minas Gerais, no Museu da Música Sertaneja.

Maurício Imenes

Após realizar entrevista com Célia Maria Corsino, em 2 de maio de 2013, nas dependências da sede do Iphan, em Brasília, o presente pesquisador e o fotógrafo Gabriel Oliveira seguiram imediatamente para Pirenópolis, Goiás, a fim de conhecer uma distinta realidade em termos de patrimônio cultural brasileiro. Município com mais de trezentos anos de história, Pirenópolis é reconhecida tanto pelo seu patrimônio edificado, reunido em seu Centro Histórico, tombado em 10 de janeiro de 1990, como pela complexa manifestação cultural que é compreendida dentro de sua Festa do Divino Espírito Santo, originária do primeiro quartel do século XIX e registrada em 13 de maio de 2010 como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, no “Livro de celebrações”. A partir de prévio contato, encontramos, no dia seguinte, à tarde, com Maurício Imenes, chefe do Escritório Técnico do Iphan de Pirenópolis, que nos relatou com devida cordialidade sobre seu entendimento acerca das imbricadas relações entre o patrimônio material e o imaterial – obviamente, com maior ênfase em sua experiência pirenopolina. Arquiteto, cuja atribuição corriqueira enquanto chefe do Escritório Técnico do Iphan em Pirenópolis é fiscalizar a manutenção e intervenções sobre o casario do Centro Histórico. Maurício Imenes vem aprendendo a conviver também com algo diferente de identificar e preservar edificações históricas: lidar com bens e referências culturais locais, cuja legítima e real detentora e produtora é a própria comunidade pirenopolina, que há séculos mantém viva uma das mais antigas tradições religiosas luso-brasileiras, a Festa do Divino – dentro da qual estão compreendidos os “impérios” e “reinados”; os “tiros de toco”; os giros e pousos de duas folias (a Folia de Roça e a Folia do Padre), estas recheadas de rezas, cantorias e dança do catira; as encenações da peça “As pastorinhas” e Cavalhadas, entre outras manifestações, originárias e/ou agregadas à festividade ao longo do tempo. Não mais, tampouco menos, que manifestações culturais ocorridas em outras localidades – com vocação cultural e patrimonial ou não – a Festa do Divino em Pirenópolis, como bem relatou Maurício, reflete todas as características e nuances da comunidade local – características e nuances estas que exalam o que há de mais grandioso e valoroso em sua gente, como também trazem à tona mazelas que acompanham a humanidade, in illo tempore. Ou seja,

é preciso, enquanto gestor e/ou agente cultural, manter cautela quanto a eventuais interferências sobre os bens e referências culturais de interesse patrimonial, uma vez que é possível gerar graves consequências na vida de muitas pessoas, famílias e comunidades – e este é um dos motivos para que sejam elaborados adequadamente planos e ações de salvaguarda sobre bens e referências culturais de interesse patrimonial. A entrevista com Maurício Imenes, realizada nas dependências do Escritório Técnico do Iphan, em Pirenópolis, em 3 de maio de 2013, teve a duração de 1 h 28 min 25 s, e foi registrada em gravador digital de áudio. Encerrada a entrevista, seguimos a recomendação do colaborador e fomos atrás de pessoas interessantes, gente da comunidade pirenopolina, algumas das quais inteiramente devotadas à realização da Festa do Divino Espírito Santo, que ainda estava em seus primeiros dias. A transcrição foi procedida por Gustavo Esteves Lopes (coordenador técnico e pesquisador do projeto) e Cinthia de Paula Patroni (produtora cultural, voluntária do projeto). A transcrição, realizada pelo pesquisador, foi concluída em 10 de maio de 2014.



“Um aspecto importantíssimo, quando nós começamos a pensar nas políticas de salvaguarda, é o cuidado para não ocorrer qualquer exclusão nesse processo, porque tem aquelas pessoas mais representativas da comunidade pirenopolina – como se diz, as “figurinhas” –, e que todo mundo conhece; mas também há aqueles que nem todo mundo conhece, que estão presentes na Festa do Divino todos os anos, e que são imprescindíveis – quer dizer, imprescindível ninguém é, mas se aquela pessoa não estivesse presente ali, a Festa do Divino não seria a mesma. Não podemos esquecer pessoa alguma, absolutamente.”

Nos dias atuais, temos duas compreensões distintas sobre o patrimônio cultural em Pirenópolis, ainda que este remonte à diferença entre o patrimônio material e imaterial. Tombado seu Centro Histórico em 1990 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Pirenópolis recebeu o reconhecimento oficial a partir do seu valor material, edificado e natural. Na época, ainda era muito recente a noção de patrimônio cultural, e sobre os limites entre o patrimônio material e o imaterial. O motor para se conseguir o tombamento da cidade foi o reconhecimento de sua importância histórica, arquitetônica, e também o patrimônio natural circundante do Centro Histórico; mas, na época, ainda não se pensava na questão da Festa do Divino Espírito Santo, apesar de essa grande celebração praticamente remontar à origem da cidade. Somente agora, no século XXI, é que se começou a voltar atenção para a Festa do Divino, dentro da política nacional do Iphan para o patrimônio imaterial. Foi isso que embasou os estudos de reconhecimento da Festa do Divino como patrimônio nacional, e que, enfim, levou ao seu registro no “Livro de registro das celebrações”. Hoje em dia é mais difícil fazer a separação entre o aspecto material e imaterial dos bens e referências culturais, e por isso é recomendado o uso do termo “patrimônio cultural”. O valor material e o imaterial sobre um bem ou referência cultural são intrínsecos, pois o limite entre

eles não é algo tão claro.

Quanto à política patrimonial do Iphan em Pirenópolis, temos formalizado um procedimento de acompanhamento dessa questão de licenciamento de obras, de modo que para toda e qualquer obra a ser realizada no Centro Histórico é preciso solicitar autorização e aprovação de nosso escritório técnico, o qual submete o projeto a uma análise para avaliar se ele está de acordo ou não com as normas de preservação. Por outro lado, em relação à Festa do Divino, uma vez que o registro é mais recente, só agora estamos começando a pensar na salvaguarda. Não existe procedimento aplicado a esse patrimônio cultural; não existe uma intervenção a ser licenciada no Iphan; o que existe é uma série de medidas para que se mantenha aquilo como uma manifestação cultural. Digo isto porque, efetivamente, nossa atuação ainda é muito maior na questão de licenciamento de obra para o patrimônio edificado, arquitetônico, do que no patrimônio cultural – sobre o qual nossa interferência é muito pequena, atuamos mais como espectadores e ouvintes.

Nosso escritório técnico tem certa limitação de recursos humanos; atualmente temos como arquitetos, além de mim, Paulo Farcetti, que neste momento está de licença, e Ciro Cavalcante, que praticamente está responsável pelo acompanhamento das obras dos projetos Beira Rio, Igreja do Bonfim, Casa Paroquial e Largo da Matriz, enquanto eu fico responsável pela análise e pelo licenciamento desses projetos, assim como pela fiscalização. Contamos com poucas pessoas para trabalhar e para produzir maiores conhecimentos sobre a cidade. Isso não é uma realidade apenas nossa, mas do Iphan em âmbito nacional. Todos os escritórios têm os mesmos problemas, as mesmas dificuldades. Por outro lado, a população em Pirenópolis é bastante participativa com relação a nossas ações – inclusive, o Centro Histórico de Pirenópolis é reconhecido como um espaço relativamente muito bem preservado, sem qualquer ajuda governamental. Não existe nenhuma linha de financiamento e isenção fiscal de nossa parte, uma vez que já existe, no âmbito municipal, tributação específica: ou seja, os proprietários de imóveis que estão de acordo com as normas de

preservação ganham uma declaração do Iphan, e com isso eles conseguem até 50% de desconto no IPTU. Este é um instrumento muito interessante que nós temos aqui, pois é o que mais nos ajuda a manter as características do Centro Histórico. Mesmo assim, existem muitos problemas a serem enfrentados, não tanto pela falta de dinheiro – às vezes é muito mais pelo excesso de dinheiro. Trata-se de um município que tem uma economia muito ativa, de maneira que a própria dinâmica de transformação do espaço, para este receber uma loja nova ou um restaurante novo, é um fator de descaracterização muito maior do que a falta de recursos. Temos essas dificuldades, mas também temos essa situação particular que ajuda na preservação da cidade.



Em relação à Festa do Divino, nossa atuação é muito mais recente. Somente no final do ano passado é que começamos a tratar da questão e começamos a mobilização da comunidade para se falar a respeito das políticas e ações de salvaguarda. Por ser um registro muito novo, sancionado

em 2008, nós até já podíamos ter começado alguma discussão, mas como ainda não existe um consenso por parte da comunidade – principalmente entre os próprios agentes detentores das referências culturais, além dos vários segmentos que organizam a Festa do Divino – a respeito do plano de salvaguarda a ser elaborado e de qual seria o papel do Iphan nesse contexto, percebe-se uma heterogeneidade muito grande de interesses, motivada, há tempos, por disputas familiares e políticas, e mesmo por disputas sobre quem são os agentes detentores das referências culturais que compõem a Festa do Divino. As disputas políticas têm como principais atores membros de grupos ligados a famílias tradicionais interessados no comando político da cidade. Como entendo que a sociedade é um todo, não existe somente uma realidade própria da igreja, ou uma realidade própria da prefeitura, ou uma realidade própria da Festa do Divino, porque tudo isso é feito pela mesma sociedade. Os mesmos componentes se manifestam conjuntamente, de modo que todas as incongruências da sociedade pirenopolina estão retratadas na Festa do Divino: todos os elementos que estão ali, os que promovem algum desequilíbrio e alguma desarticulação são os mesmos que geram sua peculiaridade. Então, não há como separar uma coisa da outra.

O processo de inventário, que subsidiou e culminou com o registro da Festa do Divino, foi feito de acordo com uma série de protocolos que norteiam todas as ações institucionais que tangem o patrimônio cultural. Quer dizer, para todas as manifestações existe uma metodologia a ser seguida. Aqui em Pirenópolis, o processo de inventário foi feito de acordo com essa metodologia, e o proponente foi a prefeitura do município. Para sua execução foram convidados dois pesquisadores pirenopolinos, atuantes na área de história, professores do estado e da Universidade Estadual de Goiás, para acompanhar esse processo. Após sua conclusão, os dois fizeram mestrado e doutorado nessa área, e hoje são os dois primeiros professores doutores de Pirenópolis, de modo que a obtenção destes títulos por esses pesquisadores pode ser entendida como um desdobramento de sua

participação no inventário – e o mais interessante é que, de certa forma, ambos levam para a escola e para a atividade acadêmica essa experiência que tiveram.

Existem alguns atores da Festa do Divino queixosos por não terem tomado conhecimento do registro, como também consideram que o inventário teria sido feito à revelia da comunidade, sem anuência. De fato, essa é uma queixa minoritária, feita por algumas pessoas; efetivamente, todo o processo contou sim com ampla participação. Não há como negar que temos uma dificuldade muito grande de mobilização, até por conta dessas idiossincrasias, dessas disputas entre os atores. Ocorre que, quando um participa, o outro não participa. Nunca conseguimos mobilizar toda a comunidade, mas todos são convidados. Por exemplo, em todos os eventos temos a preocupação de convidar absolutamente todo mundo, contudo ainda temos pouca adesão, o que acaba de certo modo gerando essas queixas quanto à falta de conhecimento do assunto, ou de que todo o trabalho teria sido feito à revelia.

Essa interação do Iphan com a comunidade é muito obscura de ambas as partes, mas principalmente no que se refere à interação da comunidade com o Iphan. Acho que nós ainda não conseguimos colocar para a comunidade qual é o nosso papel e qual é a importância de nossa atuação para a existência e manutenção de suas referências culturais; por outro lado, existe – seja por má vontade ou por má-fé – falta de conhecimento mesmo por parte da população, em relação ao que seja o Iphan e a quais são suas atribuições. Interessante, apesar de tudo muito obscuro, é que, concomitante a algumas queixas em relação ao Iphan, ao tombamento do Centro Histórico, ao registro da Festa do Divino, a comunidade gosta de enaltecer que a Festa do Divino é um patrimônio nacional, pois sabe a importância que há esse reconhecimento institucional promovido pelo Iphan.

Efetivamente, é muito difícil nossa atuação no que diz respeito à propriedade particular – como que, de repente, eu chego e digo que o sujeito não pode pintar a casa dele de roxo, se a casa é dele? Frequentemente,

ouço pessoas argumentarem no sentido de que “se a propriedade é minha, por que não posso pintá-la da cor que eu quiser, colocar a telha ou a janela que eu quiser?”. Não existe uma compreensão do que significa o tombamento e a preservação; até onde vai o interesse particular e o interesse coletivo; a atribuição social da propriedade; o entendimento de que pode conviver a função social da edificação tombada com o direito do indivíduo sobre sua propriedade particular. É como se o Iphan fosse um elemento externo a Pirenópolis, como se não fosse legitimado a interferir a respeito do patrimônio cultural, material e/ou imaterial. Ou seja, existe uma lacuna que precisa ser trabalhada e preenchida; precisa haver uma aproximação maior da instituição com a comunidade, para que se perceba que, a partir do momento que o Iphan garante a preservação, incluindo inclusive quem foi esse tipo de coisa, porque vc veja que a partir do momento que o Iphan est sujeito n e quem foião de seu patrimônio cultural, a comunidade pirenopolina também se beneficia socioeconomicamente, porque faz uso de seu patrimônio arquitetônico preservado, bem como de seu patrimônio cultural imaterial. Em resumo, ao garantir a preservação do patrimônio cultural, a cidade de Pirenópolis também está ganhando socioeconomicamente.



Parte disso se deve a essa dificuldade de relacionamento entre o Iphan e a comunidade, e mesmo entre grupos distintos dentro da própria comunidade. É preciso também dizer que existe uma cisão entre os nascidos em Pirenópolis e os “forasteiros”, os que são de fora, em meio às disputas entre os nascidos em Pirenópolis oriundos de famílias com sobrenomes mais influentes, mais abastadas ou não. São conflitos internos entre famílias, entre pirenopolinos e os de fora, e entre aqueles indivíduos cujas raízes estão aqui, que moram em outro lugar e ainda mantêm interesses na cidade e os que moram em outro lugar; quer dizer, são conflitos intermináveis, até dentro de cada residência. Até um passado recente, quando a população era menor e não existia tamanha influência externa sobre essas manifestações em torno da Festa do Divino – seja a encenação de “As pastorinhas”, sejam apresentações de dança do catira, congada, entre outras –, tudo sempre era feito por pessoas convidadas das famílias mais influentes e que tinham alguma ascendência cultural das famílias mais abastadas. Então, os filhos dessas famílias eram convidados para essas manifestações, e hoje, por uma série de razões, existe uma dificuldade de conseguir participações. Hoje, às vezes se implora para que alunos da escola se envolvam com a Festa do Divino, seja para dançar o catira ou participar do desfile com as bandeiras, com o congo ou com o gado. É muito difícil essa transmissão de saberes e fazeres em Pirenópolis – e eu não saberia explicar quais são as razões, mas existe uma série de fatores que influenciam a própria questão de urbanização da cidade. Creio até que precisaria ser feito um estudo mais abrangente sobre isso. Por exemplo, existem alguns conflitos com relação às escolas estaduais e à população que vem do campo. Ainda que o Ministério da Educação defende que uma população campesina não deve ir para a cidade estudar, e sim estudar em seu ambiente sociocultural, muitas vezes isso não acontece – quer dizer, não adianta termos esse tipo de discernimento se uma pessoa que está no campo quer participar de uma cultura que considera mais avançada, pois é justo ela querer fazer parte da tecnologia e das manifestações da cidade,

e é inerente ao indivíduo um juízo de valores muito nítido sobre o que ele considera melhor ou pior para si mesmo.

Essa patente diminuição de uma cultura de campo em favor de uma cultura de cidade tem como uma das consequências pessoas com origens campesinas não se identificarem mais com bens e referências culturais tipicamente rústicos. Exemplo disso é a dança do catira; hoje há quem avalie o catira como “brega”, “feio”, ou como algo que não tem mais aquela importância que tinha originalmente. É um conflito pelo qual a comunidade pirenopolina vem passando, e que vai se resolver de alguma forma: ou pela extinção ou pela revitalização de seus bens e referências culturais. É complicado imaginarmos o futuro, mas é possível imaginarmos que existe um nó, um conflito que, de alguma forma, vai transformar a Festa do Divino. Eis a grande questão: por que aquilo que é defendido com tanta paixão pelo pai nada significa para o filho e para as gerações que se seguem? Um extremo disto vai de encontro com o que dizia Paulo Freire sobre a ciência do oprimido, imersa no mundo do opressor, em que o próprio oprimido almeja aquilo que vem do opressor, aquilo que é legitimado pela própria sociedade que lhe impôs tal condição.

Não se pode pensar em qualquer medida impositiva, por mais que esta abarque a participação da comunidade. Até que ponto a própria comunidade tem consciência do momento pelo qual está passando em meio a essas transformações acho que ninguém sabe explicar ainda com maior clareza. Podemos sentir estímulos, mas o que está acontecendo ainda não se sabe efetivamente. Entendo que a cultura é viva, por mais que estejamos na tentativa de manter uma tradição. Por exemplo: a encenação de “As Pastorinhas” não existe desde sempre na Festa do Divino, pois a partir de determinado momento acabou por ser introduzida em meio às outras manifestações, de modo que hoje comporta-se como tradição, embora não exista desde sempre. Outro exemplo: a dança do catira, manifestação campesina, também não existe desde sempre; recebe contribuições ao longo do tempo. Enquanto algumas manifestações continuam a receber contribuições,

outras, por sua vez, tendem a desaparecer. Isso é natural da cultura, da própria vida da cultura; não se garante que daqui a cem anos a cidade vai manter essa cultura; pode ser outra, e vai ser outra, porque vai se transformar. O patrimônio material pode ser imutável; quer dizer, é mais fácil você garantir que ele seja imutável, preservado, porque ele é um testemunho, mas a cultura, porque é viva, é muito diferente. O patrimônio imaterial é mais difícil de ser gerido. Como expliquei anteriormente, o próprio olhar sobre o conhecimento do que é considerado “patrimônio imaterial” é muito recente, ao passo que o “patrimônio material” é algo cuja discussão é antiga. Como se sabe, o vocábulo “patrimônio” – aplicado à noção de patrimônio histórico e artístico – foi evocado, pela primeira vez, pouco depois da Revolução Francesa, de modo que há muito tempo está associado à construção dos Estados modernos e contemporâneos.

Diferentemente do que encontramos no Ocidente, a compreensão sobre as múltiplas “culturas orientais” está à frente no que concerne a essa questão da “cultura imaterial”. Para nós, ocidentais, isso tudo é muito novo, da mesma forma que a noção de patrimônio material – isto é, o patrimônio histórico e artístico – outrora também foi algo novo. Isto também ocorre com o trabalho científico, dentro do qual, por exemplo, são abrangidas técnicas de restauro e preservação. Como todo o conhecimento, a própria ciência é mutável: sua validade é conveniente enquanto satisfaz o que pretende explicar, ao passo que, a partir do momento em que se descobre que tal ciência ou técnica não é mais capaz de explicar a que se pretende, outros paradigmas são apresentados pela comunidade científica. A própria tecnologia muda constantemente, de modo que são oferecidas outras formas, outras possibilidades – tanto que há antigas técnicas de restauro hoje condenáveis. Quanto mais multidisciplinar e multissetorial for a visão sobre “patrimônio cultural”, mais se constrói uma cultura de interpretação sobre esse campo do conhecimento. Por exemplo: ao tratarmos da culinária goiana, estamos igualmente preocupados com essa manifestação cultural remete a cuidados com a saúde, com as formas de manipu-

lação de ingredientes, e com a própria educação alimentar. No processo de transmissão do conhecimento de receitas culinárias tipicamente goianas, quanto mais enfoques houver – seja o da saúde, o do meio ambiente, o da educação, o das finanças e tributos – a respeito disso, tende a ser mais eficiente sua manutenção.



Outro exemplo é o da exploração do quartzito em Pirenópolis. Atualmente, encontramos, diversos estudos acadêmicos e técnicos sobre procedimentos mais adequados à exploração do quartzito, menos agressivos ao meio ambiente, e que, ainda assim, podem gerar maiores lucros. Hoje é sabido que o desperdício sobre a atividade mineradora é de 40%, cujos resíduos viram simplesmente lixo. É possível trabalhar com preceitos de redução do impacto ambiental: tanto que, hoje, fala-se no “lixo zero” – quer dizer, não existe “impacto zero”, mas é viável buscar o mínimo, o mais próximo do zero, que seja menos impactante e mais lucrativo. Portanto, há formas de tornar mais qualificada a atividade mineradora, em vez

de acabar com a exploração do quartzito para “defender o meio ambiente”; há como torná-la ainda mais rentável e menos agressiva, e aí, sim, pode-se vislumbrar uma chance maior de sucesso quanto à busca de soluções para os problemas ambientais de Pirenópolis.

É necessário, neste sentido, enxergar a atividade mineradora, o extrativismo mineral, como parte da cultura local, pirenopolina. Hoje, a cidade está em outro momento, em outra dinâmica; mas, até pouco tempo atrás, no Alto do Bonfim, um bairro mais a leste do Centro Histórico, era mais evidente uma cultura com características próprias de sua comunidade, porque relacionada com as pedreiras de quartzito. Trata-se de pessoas que trabalhavam e moravam mais próximas das pedreiras, de modo que havia se formado, ao longo do tempo, uma comunidade quase que à parte de Pirenópolis; trata-se de pessoas cuja cultura ligada ao extrativismo era muito forte. É difícil, simplesmente, pensar em acabar com o extrativismo, apenas pelo fato de que é danoso ao meio ambiente. Ao fechar as pedreiras, e realocar aquela comunidade para outras atividades socioeconômicas, é certo que ocorrerá o esvaecimento daquela cultura extrativista, existente durante tantos anos, mantida por tantas gerações.

Quanto mais agentes envolvidos em ações socioculturais, e patrimoniais, propriamente ditas, maiores as chances de sucesso na preservação e incorporação das alterações necessárias. Percebo, tanto como causa como consequência, essa heterogeneidade identificada na Festa do Divino. Como são diversos participantes, alguns vindos de famílias das mais influentes, enquanto outros não, a distribuição de recursos para a ajuda de custo e fomento na realização da Festa do Divino, não é equitativa; inclusive, porque existe, no caso, apadrinhamento político. Até o presente momento, agentes políticos e financeiros ainda financiam alguns setores aos quais estão ligados, enquanto a outros não; e isso tem uma razão de ser. Enquanto ocorre certa ajuda a alguns setores, por um lado; vem à tona, de outro, um impacto negativo muito visível, patente. Dou um exemplo: se sempre fiz doações em prol da Festa do Divino, e deixo de fazê-las se

caso eu não mais tiver esse porte, não existirá um aporte de recursos por parte do Iphan. O apoio cultural acontece pela Prefeitura Municipal de Pirenópolis, e principalmente pelo Governo do Estado de Goiás, ao passo que o Iphan, até hoje contribui, por exemplo, na confecção de cartazes, folhetos e *folders*. A colaboração de nosso escritório técnico é sempre nesse sentido; jamais dispor recursos nas mãos de determinados agentes. No âmbito institucional, já começamos a pensar nas políticas de salvaguarda, a partir da qual já surgiu a ideia de o Iphan ajudar com recursos para oficinas, por exemplo, de confecção de máscaras e indumentárias utilizadas em manifestações da Festa do Divino, como forma de estímulo à transmissão de saberes e fazeres entre gerações. Hoje, existem poucos artesãos que confeccionam aquelas máscaras e indumentárias, são eles quem detêm esses saberes e fazeres, e não está havendo, a contento, uma transmissão de conhecimento. O Iphan imagina que possa atuar e contribuir nesse sentido – pois o propósito é sempre o da contribuição. Por outro lado, temos que pensar o seguinte: até onde podemos contribuir sem que haja efeitos negativos? Esta é uma questão a que precisamos estar atentos. É uma preocupação constante, porque toda interferência gera impactos.

Um aspecto importantíssimo, quando nós começamos a pensar nas políticas de salvaguarda, é o cuidado para não ocorrer qualquer exclusão nesse processo, porque tem aquelas pessoas mais representativas da comunidade pirenopolina – como se diz, as “figurinhas” –, e que todo mundo conhece; mas também há aqueles que nem todo mundo conhece, que estão presentes na Festa do Divino todos os anos, e que são imprescindíveis – quer dizer, imprescindível ninguém é, mas se aquela pessoa não estivesse presente ali, a Festa do Divino não seria a mesma. Não podemos esquecer pessoa alguma, absolutamente.



Ter essa preocupação, claro, pode gerar uma série de fortalecimentos, mas também pode gerar dificuldades que, de alguma forma, temos que administrar. Por exemplo: existe uma queixa muito significativa por parte da comunidade a respeito do uso de equipamentos sonoros automotivos. Muita gente reclama que os carros, principalmente dos jovens – aqueles carros turbinados, e com potente sistema de som – comprometem, inclusive, a preservação do patrimônio edificado local. Devido ao uso inadequado destes equipamentos sonoros, é perceptível o quanto, realmente e frequentemente, vibram as telhas antigas das casas, implantadas sem quaisquer sistemas de fixação, que escorrem das vigas de sustentação, e que, por sua vez, geram goteiras, e mesmo o apodrecimento da edificação, além de outros efeitos. Outro aspecto prejudicial, danoso, por outro lado, são os “tiros de toco”, manifestação tradicional da Festa do Divino – que são pedaços de toras de madeira escavadas, preenchidas com pólvora, e que, quando acessas, dão tiros, estouram de forma que faz vibrar todo o chão, e mesmo algumas casas do Centro Histórico. Ou seja, quem é que

vai proibir esse tipo de manifestação tradicional, que é um elemento central da Festa do Divino? Coíbe-se o som automotivo, contudo se mantêm os tiros de toco – ambos causam impactos na preservação do patrimônio edificado. Neste sentido, talvez uma próxima geração veja o *funk* de outra maneira. Como nós o vimos nascer, temos conhecimento de sua origem, não percebemos um valor que talvez uma geração futura reconheça.

O que eu posso dizer sobre a cultura caipira é mais ou menos um “achismo”, uma noção, que serve mais para subsidiar um depoimento. Eu acho que existe uma vergonha, um juízo de valores depreciativo sobre a cultura caipira – talvez para os mais antigos, esses detentores com mais idade, que nasceram na roça, que vem dessa vida, não, pois é natural. Para os filhos, ou dentro de uma comunidade, alguns podem até se dizer caipiras, mas não é algo realmente confortável. De certa forma, tenho a oportunidade de conviver com isso, porque a família de minha esposa tem uma origem na roça – a minha sogra nasceu na fazenda. Até hoje, quando quero saber da previsão do tempo, eu pergunto a ela, que olha a nuvem, olha a lua, e fala: “Vai chover na região de Anápolis e Corumbá de Goiás, mas aqui a chuva não chega”. A ligação desta gente com a natureza, com o tempo, é algo impressionante: por terem nascido na roça, esse pessoal ainda preserva uma herança dessa cultura caipira; enquanto que, por exemplo, minha esposa não. Ela já nasceu aqui, vem de outra geração. Vejo como estes mais antigos falam com uma saudade, com um amor, não existe desprezo por sua origem.

Ainda assim, o caipira é uma pessoa do passado que não cabe mais no mundo contemporâneo, mesmo que ainda haja uma consciência da cultura original, da ligação com “a terra da minha infância”, e que tem um sentido de ser. Fazer uma “pamonhada” tem um sentido de juntar toda a família, conversar e trocar informações sobre os vários entes familiares que estão espalhados. Experiências como esta agrega um sentido muito bem-vindo, e que merece ser cultivado. Por mais que exista um tratamento pejorativo sobre a cultura caipira, também existe um sentimento de pertencimento.

E isso demonstra a presença do caráter ambíguo, de modo que, a mesma pessoa que pejorativamente chama o outro de caipira, este também aprecia um restaurante que serve um frango caipira, porque é “comida caipira”. Evidente contradição, chamar o outro de caipira é pejorativo, mas “comida caipira” é boa. Pergunto: como uma cultura pode ser desvinculada de quem a produz? Como pode conferir valor, por exemplo, a um gênero musical, se quem a produz e detém os saberes e fazeres não o tem? É estranho desvincular um produto da cultura de quem a produz. Acho que também precisa haver maior sensibilidade para perceber os vários elementos que constituem uma cultura, porque são deles que se pode gerar um produto cultural.



Mudei-me para Pirenópolis para trabalhar com um arquiteto chamado Mauricio Azevedo, que executou diversos restauros aqui, e que também trabalha com confecção e produção de imóveis. Ele é um mestre que eu tenho na minha vida. Este arquiteto tem um livro publicado de contos de

história. Neste livro, ele conta que, logo quando chegou a Pirenópolis, conheceu um mestre carpinteiro, um dos grandes mestres aqui na época, o Chico Bento. Quando foi fazer o restauro de uma casa, convidou Chico Bento para fazer a obra. Todo dia ele passava de manhã na obra, e reparava no jeito de Chico Bento, típica figura caipira de cócoras e chapéu, que pegava uma pedra redonda, e que cuspiam na pedra para afiar o formão. Certa vez, ele chegou de tarde na obra e Chico Bento continuava lá na mesma posição, até que lhe perguntou: “Se você ficar o dia inteiro afiando o formão, eu vou à falência, qual a razão disso?”. E Chico Bento, por sua vez: “Essa pedra aqui que eu peguei, levei duas horas para ir lá no rio pegar essa pedra, para afiar o formão. Essa pedra levou pelo menos quinhentos anos para ficar desse jeito, e o rio levou não sei quantos mil anos para ficar daquele jeito, e por que só eu que tenho que andar rápido?”. Então, o Mauricio conta que isso foi determinante para ele ter a noção da maneira de se relacionar com o tempo na obra, que é fundamental. Usar da sabedoria desse mestre carpinteiro, ao executar um restauro, pode ser uma garantia de que a casa receberá o devido tratamento, e que o processo será corretamente conduzido. Se, no entanto, o arquiteto restaurador não tiver incorporado o tempo de vida da pessoa com a obra, não há como garantir a plenitude do processo, pois o tempo é um ingrediente que tem que ser respeitado. Não adianta colocar o carpinteiro para fazer em dois meses o que ele deveria fazer em um ano. Quer dizer, que deixe o carpinteiro fazer seu trabalho em um ano, caso queira manter a cultura. Sempre há pontos positivos e negativos em nossas decisões e ações, de modo que, por mais bem-intencionados que possamos ser, a partir do momento em que interferimos, somos capazes de produzir uma série de consequências.

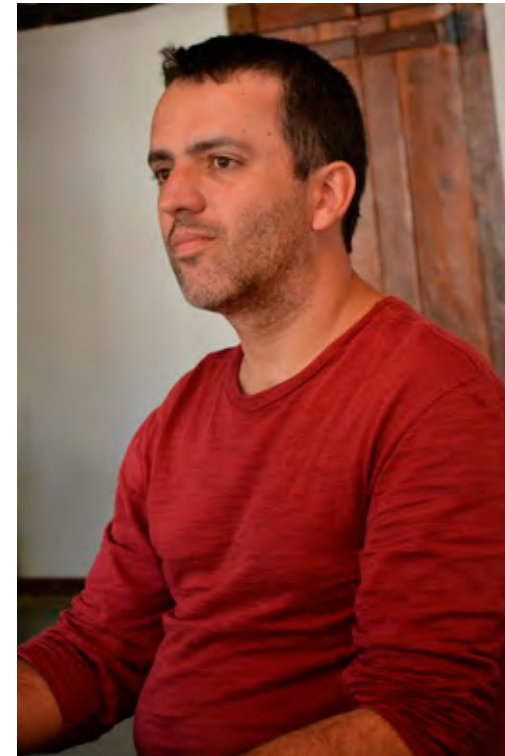
Nem todo mundo tem clareza sobre o quão legítimo é interferir em um processo cultural. A partir do momento em que passa a ser escuso um processo cultural, passa a haver interesse, um privilégio clientelista, é muito comum produzir consequências graves. Isso é uma das grandes queixas que existem em relação à Festa do Divino – particularmente, em relação à

própria arena das Cavalhadas. Originalmente, as Cavalhadas aconteciam atrás da igreja, em um terreno plano de terra, onde se montavam as arquibancadas de madeira. Após as Cavalhadas, as arquibancadas ficavam quase que o resto do ano no mesmo lugar; ao passo que hoje há um estádio próprio para o evento – uma construção de concreto feita pelo governo do estado. Alguns consideram aquilo como imposição, um “elefante branco”, um presente de grego ofertado a Pirenópolis. Há quem ache que não, que é muito melhor oferecer mais conforto, pois o espaço ficou muito maior e apropriado para melhor receber os turistas. Além das Cavalhadas, nesta arena também são realizados festivais de música, campeonatos de futebol e várias outras atividades. Como a arena das Cavalhadas, há que se considerar questionável o uso do estádio. Em outros tempos, quando as Cavalhadas ainda eram realizadas atrás da igreja, eram construídos camarotes feitos de madeira, decorados à base de tecidos com desenhos florais, bem coloridos. Hoje, muito comuns, são os camarotes da arena revestidos, de fora a fora, por faixas publicitárias, algumas das quais promovendo principalmente figuras políticas. Exemplo destas faixas: “Vereador fulano de tal saúda os cavalheiros mouros e cristãos”; “O prefeito da cidade tal parabeniza não-sei-quem”; às vezes, encontram-se faixas como “A comunidade pirenopolina agradece o vereador tal, pelo reconhecimento da festa”. É melhor acreditar que não foi o próprio vereador que mandou confeccionar essa faixa. A arena das Cavalhadas virou um palanque político, algo extremamente exógeno à própria comunidade – claro, não a que montou o camarote. O restante da população não se enxerga ali. Além de palanque político, encontram-se também faixas com anúncios de empresas particulares, que estão de alguma forma financiando, patrocinando o evento, ou mesmo empresas que querem fazer apenas uma propaganda, e que, para tanto, paga-se ao dono do camarote pela afixação de uma faixa publicitária.

Algo para se prestar atenção, e para se dar devida importância, no caso de todos os inventários, a salvaguarda é uma ação que precisa ser

muito bem pensada, muito bem organizada, antes de sua implementação, sobre a qual deve uma visão constante, uma autoavaliação constante. É preciso fazer ações de salvaguarda de forma absolutamente isenta de interesses que não sejam próprios da comunidade, porque real detentora e produtora da Festa do Divino. Vivo uma expectativa muito grande quanto à implementação do plano de salvaguarda para a Festa do Divino. Desde algum tempo atrás, quando ainda eu trabalhava no programa “Monumenta”, bem como quando também estudei para um concurso do Iphan, e apesar de eu lidar com essa área mais relacionada à questão da edificação, por ser arquiteto, tenho contato com a questão do patrimônio cultural imaterial, mas minha experiência como gestor ainda é muito recente.

Ainda tenho muito que aprender com isso. O ano passado foi a primeira Festa do Divino da qual eu participei. Depois de trabalhar aqui no Escritório Técnico do Iphan, porque é tudo muito novo para mim ainda, tenho sempre cuidado, cautela, de ter um domínio do que eu estou falando – isto é, de todo o conhecimento, de todo o processo para falar sobre o que sei. É uma vigília que devemos ter sempre, é algo que deve ser um aprendizado constante. Tem muitas leituras que devemos fazer, mas principalmente devemos manter esse contato com a comunidade, para conseguirmos absorver esse caldo cultural e esses conflitos que lhe são próprios. A Festa do Divino não é homogênea, seus atores não são homogêneos; é tudo muito disperso. Por isso considero que todo mundo ainda precisa aprender muito.



O patrimônio fatalmente acontece em Pirenópolis, assim como acontece em todos os lugares o fenômeno da “gentrificação”. Acho que ainda existem muitos pirenopolinos que são proprietários desses móveis históricos, mas também já tem muita gente de fora, que compra casario, principalmente agora que o mercado imobiliário do Centro Histórico está muito aquecido, muito valorizado. No centro histórico, o casario não é de todos os pirenopolinos; alguns ainda o detêm, mas a grande maioria não. Diferentemente do casario que forma o Centro Histórico, a Festa do Divino é de todos. Fiscalizar o casario significa botar o dedo na ferida de alguém, assim como interferir na Festa do Divino pode gerar consequências.

A cultura é um fenômeno vivo, não homogêneo, diferente da situação em que “todo mundo deve saber o que é uma janela colonial”. A cul-

tura é mais que isso. As pessoas sentem este fenômeno que é a cultura, apesar de ser difícil descrevê-lo, caracterizá-lo. Ainda assim, é extremamente gratificante adentrar um universo que tenho muito por conhecer, aprender. Então, estou nesse processo, que para mim é tudo muito novo ainda, pois preciso aprender muito, conhecer muito, para poder sentir autoridade para falar a respeito. Acho importante ter essa sensibilidade de ouvir, conhecer, respeitar e valorizar os detentores e produtores de bens e referências culturais, uma vez que eu estou comentando sobre uma cultura que é da comunidade, não a minha. Em Pirenópolis, sinto-me extremamente bem recebido. Às vezes, digo que sou tratado melhor até do que eu mereço. Sinto-me muito bem, também, pelo fato de minha esposa ser daqui. Minha filha, que vai nascer daqui a um mês e pouco, também será daqui.

Emivaldo Pacheco de Santana

Seguimos – o presente pesquisador e o fotógrafo Gabriel Oliveira – a recomendação de Maurício Imenes, e fomos atrás de pessoas interessantes as quais poderíamos colaborar conosco. Na noite de sábado, dia 4 de maio de 2013, fomos ao “pouso” da Folia de Roça realizado na fazenda Seringueiras – o primeiro e mais movimentado entre os nove que atualmente fazem parte do giro – não somente para prestigiar integralmente a liturgia das experiências ali ocorridas, mas para contatar duas pessoas em especial: Roque de Fonte, alferes da Folia de Roça, e Emivaldo Pacheco de Santana, proprietário da fazenda e organizador do pouso de folia. Explicamos os motivos pelos quais estávamos ali, e se, no dia seguinte, poderíamos entrevistá-los. Com naturalidade, ambos foram muito receptivos para conosco. No dia seguinte, dia 5, fomos recebidos por Emivaldo e sua esposa Márcia, que procuraram um local adequado para a realização da entrevista. Em um dos quartos do antigo casebre da fazenda, edificação que guarda um altar do Divino Espírito Santo, Emivaldo nos relatou um pouco sobre suas vivências, como organizador e preparador de “pouso de folia”, e sobre as quais ainda agregou suas impressões acerca da atual realidade local, regional e nacional na gestão e promoção das manifestações culturais legitimamente populares, ao menos naquilo que lhe diz respeito. Fazendeiro e empresário, ao mesmo tempo em que se orgulha de ainda não depender de quaisquer aportes financeiros governamentais na organização e preparação do pouso, Emivaldo não deixa de chamar atenção para a necessidade de haver adequada ingerência por parte do poder público na gestão e promoção de manifestações culturais populares. Diferente do discurso tipicamente institucional, quase sempre polido e aparentemente imparcial, Emivaldo fez questão de ser franco em seu relato, de modo a evidenciar o posicionamento particular de quem também se identifica – junto a violeiros, foliões, catireiros, alferes, embaixadores etc. – como detentor e produtor de bens e referências culturais que dão sentido e manutenção à Festa do Divino, pois sua colaboração às festividades é indiscutivelmente fundamental, sendo um organizador de pouso de folia, como muitos outros, que tira dinheiro do próprio bolso em favor do bem comum. Longe de ser novidade, quem vai atrás de gente que promove a contento manifestações culturais populares realizadas sem o

devido apoio institucional sabe que o poder público é quase sempre percebido com certo rechaço – comum percepção esta que emana de detentores e produtores de bens e referências culturais “independentes”, sejam estes ricos, sejam estes pobres, financeiramente, claro. Logo depois da entrevista, fomos nos encontrar com Roque de Fonte, alferes da Folia de Roça. A entrevista com Emivaldo Pacheco de Santana, realizada em 5 de maio de 2013 – como dito anteriormente, em um quartinho do antigo casebre que guarda o altar do Divino Espírito Santo, na fazenda Seringueiras, a 12 quilômetros do Centro Histórico de Pirenópolis –, teve a duração de 14 min 3 s, e foi registrada em gravador digital de áudio. A transcrição foi procedida por Gustavo Esteves Lopes (coordenador técnico e pesquisador do projeto) e Cinthia de Paula Patroni (produtora cultural, voluntária do projeto). A transcrição, realizada pelo pesquisador, foi concluída em 12 de maio de 2014.



“Não podemos perder nosso ‘norte’; não podemos perder essa crença no respeito a nossas manifestações culturais. No meu entendimento, a “essência do povo” não é o povo em si; as pessoas são importantes sim, mas tão importante quanto as pessoas é a sua cultura. Não podemos perder isso aí; pois povo que não respeita sua cultura não é povo. Ao contrário disso, e não estou dizendo novidade alguma, tomemos o pouso de folia e a própria Festa do Divino como prova de respeito. Não se pode deixar apagar isso tudo.”

A Festa do Divino Espírito Santo é uma festividade que se iniciou com poucas pessoas, há quase duzentos anos, e que foi crescendo, ao longo do tempo, dentro do aspecto de religiosidade, bem como do aspecto cultural. A Festa do Divino se iniciou com dois “pousos” – a história diz isto – e com um padre só. Chamam-se “pousos” as paradas da folia, porque o padre pedia para pousar e guardar o gado em giro. Hoje em dia, em torno de nove pousos recebem as folias em giro. Nosso pouso – a fazenda Seringueiras – é um dos principais, e talvez o maior, em número de participantes da Folia de Roça, e em número de pessoas que vêm de fora, inclusive de outros estados, para nos prestigiar.

Entendo que é interessante fazer para continuar, dar uma perpetuação para o aspecto da cultura regional e local. Isso é muito importante para a Festa do Divino. A cultura do estado de Goiás passa pelo caráter regional e local das festas religiosas. Resolvi participar desse tipo de festividade, de manifestação cultural, porque acredito em seu valor cultural e religioso – sobretudo o valor religioso, pois fui criado praticamente dentro da igreja. Não sou um “católico apostólico romano” que está todo dia em pregação, mas a religiosidade sempre foi muito forte em minha vida. Então, são esses dois aspectos de valor, e que caminham juntos – o cultural e o religioso. Além disso, gosto muito da questão da cultura popular, do

povão. Sempre participei da organização, desde rapazinho, de festividades como a Festa do Divino. Quando me veio a oportunidade de organizar um pouso para a Folia de Roça, esta aconteceu e encaixou. No ano de 2013, completamos dezesseis anos diretamente envolvidos nas festividades, de modo que talvez sejamos a fazenda que mais deu pouso ininterruptamente, sem parar nenhuma vez.



Organizar um pouso necessita de uma gerência por parte da fazenda e das pessoas que nela vivem e trabalham. Contamos com um grupo que sempre gostou das festividades. Temos um gerente que está conosco há mais de vinte anos, além de outros funcionários que estão todos na faixa de dez a quinze anos também conosco – e todos já sabem lidar com os detalhes da organização do pouso. Organizamos desde o preparo da estrada,

passando pelas refeições, até a afixação de faixas e artigos decorativos. Para sermos bem-sucedidos na organização do pouso, devemos cumprir um roteiro, cuja preparação chegava a demorar um mês, enquanto hoje já damos conta de tudo em uma semana.



A bem da verdade, sobre nosso pouso de folia, eu diria que é zero a participação do poder público em sua organização, mas talvez não tenhamos corrido atrás. Até acho que há, por parte do poder público, um pouco de apatia sobre nós, porque o pouso de folia da fazenda Seringueiras, atualmente, não é uma festa particular, tampouco apenas mais um pouso: é “o” pouso; quer dizer, se tirar esse pouso daqui, a folia não acaba, mas cai muito seu prestígio, porque é o maior pouso da Folia de Roça da Festa do Divino. Considero nosso pouso não apenas uma festa, mas um marco

religioso da cidade de Pirenópolis, e – por que não? – do estado de Goiás. Seria benéfico para a continuidade e melhoria dos pousos da Folia de Roça da Festa do Divino um aporte do estado mais forte. Também temos um limite. Sou empresário, mas, como qualquer pessoa, eu também tenho um limite. Não podemos ficar vivendo e fazendo festa o tempo todo. Por isso, digo que a participação do poder público é pequena, quase nada, se não zero – com exceção do apoio em segurança pública.

Eu acho que a principal dificuldade é a falta de apoio. Somos uma empresa produtora de tangerina e poncã, e que produz borracha – por isso fazenda Seringueiras –; não somos uma empresa organizadora de eventos. Se o poder público pudesse participar com algum aporte, este seria bem-vindo; inclusive, um dos problemas é minimizar nossas despesas com a organização do pouso, e isso seria interessante. São nossas as despesas com a locação de banheiros químicos, de carros de som, entre outros. Se o poder público não quiser participar da organização, tudo bem. Damos baile, damos banho de organização – não tem pouso como o nosso. Quem quiser visitar outros pousos por aí vai perceber o grau de diferença de organização: dispomos de ponto de água, sanitários químicos, estacionamento arrumado, ponto de apoio da polícia e do corpo de bombeiros, entre outros aparatos. Já conquistamos um grau de organização muito grande, mas acho que, a bem da verdade, a principal dificuldade ainda é essa falta de apoio. Fala-se em apoio por aí, em promessa ou discurso, mas na hora do “pega pra capá” a gente acaba ficando sozinho.



Por isso digo que é necessário trazer gente externa para colaborar conosco, pois somos uma empresa que não é produtora de eventos. Não podemos deslocar nossos funcionários e colocá-los à disposição do pouso e da folia. Como nosso pouso cresceu demais, e como também queremos atender da melhor forma possível, nós estamos absorvendo muito mais mão de obra – aliás, mão de obra da qual não dispomos. A que temos é para produzir tangerina, poncã e borracha. A gratidão é ver que o conjunto da obra foi bem-sucedido. Como disse anteriormente, iniciamos o primeiro pouso há dezesseis anos, com a presença de 700 a 800 pessoas – o que já era muita gente. Atualmente, a polícia militar tem um cálculo próprio. Pela corporação, fui informado de que ontem, entre meia-noite e uma hora da manhã, deveria ter ao menos 8 mil pessoas presentes da festança do pouso.



Entre nós da família, além de nosso pessoal da fazenda, estávamos até pensando em expandir a área de movimentação de nosso pouso, de circulação das pessoas, com devida proteção. Interessante, as pessoas estão aqui porque gostam de vir ao nosso pouso; são 6 mil, 7 mil, 8 mil pessoas que vem pra cá, cuja grande maioria nem sabe quem é o Emivaldo, quem é a Márcia, minha esposa. Nossa satisfação é saber que conseguimos sucesso naquilo que gostamos de fazer. Fazemos tudo isso por puro prazer. Brinco com as pessoas que eu faço pouso de folia muito mais para mim do que para o resto. Porque eu gosto mesmo do que fazemos – obviamente, sem deixar de lado a religiosidade que a gente acredita. Há essa conjunção que envolve boa parte do público que nos prestigia, embora haja muitas pessoas que se concentram apenas na bagunça e na farra. Acho fundamental conseguir congregiar uma quantidade de gente pensando da mesma forma. Como gosto de dizer: “Vamos curtir o pouso de folia, vamos fazer nossa farrinha”. É certo que existe um volume de pensamento de energia

positiva muito grande na festividade. Todos ganham com isso – e eu ganho, a fazenda ganha, os funcionários ganham, e isso que é interessante. É um lado meu meio místico, meio espiritual, mas que acho importante.



Mensagem que gostaria de deixar: Não podemos perder nosso “norte”; não podemos perder essa crença no respeito a nossas manifestações culturais. No meu entendimento, a “essência do povo” não é o povo em si; as pessoas são importantes sim, mas tão importante quanto as pessoas é sua cultura. Não podemos perder isso aí; pois povo que não respeita sua cultura não é povo. Ao contrário disso, e não estou dizendo novidade alguma, tomemos o pouso de folia, e a própria Festa do Divino, como prova de res-

peito. Não se pode deixar apagar isso tudo. Por isso que eu falo que o poder público no Brasil, quando não está mamando, está caducando – quero dizer que o poder público finge que apoia a cultura do povo. Para um país jovem como o nosso, estamos nos perdendo culturalmente ao longo do tempo. Estamos chegando a certo ponto que, se não tiver adequado apoio do governo, para não perdermos nossa veia cultural, para não perdermos nosso fio da meada, isto tudo tende a acabar.

Então, se não são ações como a nossa e de outros que dão pouso também, junto de foliões, embaixadores, regentes, se não é uma posição nossa e deles de manter a fé nisso que realizamos, e dependendo da forma de agir do governo, isso tudo tende a acabar – como devem estar em risco as manifestações culturais, provavelmente, lá em Hortolândia, e como também assim deve estar em outros cantos do Brasil, porque estamos tratando de um país novo, que ainda tem dificuldade em respeitar as poucas, mas variadas, tradições que ainda resistem. É desde já que nós devemos cuidar de nossas tradições. Nós não temos Muralha da China, tampouco pirâmides. Assim penso: enquanto alguns estão construindo a base de uma pirâmide, outros estão retirando tijolos da base – e não deixam erigir a edificação. Nossa cultura é a de um povo eclético, diferenciado, e isso não existe mundo afora. Creio que eu esteja fazendo a minha parte. Dou um último exemplo, a historinha de um beija-flor: um passarinho pergunta ao beija-flor – “Por que você está jogando água nesse monte de flor?”; e o beija-flor lhe responde – “Só estou fazendo minha parte, e você?”. Enquanto eu estiver fazendo minha parte, e tiver pernas, eu estou conduzindo o pouso de folia da fazenda Seringueiras. É por aí.

Roque de Fonte

Em seguida à breve, mas proveitosa, entrevista realizada com Emivaldo Pacheco de Santana – proprietário da fazenda Seringueiras e organizador de pouso de folia –, o presente pesquisador, Gustavo Esteves Lopes e o fotógrafo, Gabriel Oliveira, dirigimo-nos à barraca de Roque de Fonte – alferes da Folia de Roça da Festa do Divino Espírito Santo –, que nos já aguardava, junto de outros cavaleiros, para colaborar com nosso trabalho de campo. Seu relato se balizou na contextualização do que é basicamente necessário para se encaminhar os preparativos, por parte dos foliões, dos pousos, enredados por sua vez em giros com exata duração de uma novena, até que seja, ao final do percurso, entregue ao Imperador a bandeira do Divino Espírito Santo. Assim como Emivaldo, o alferes explicitou seu posicionamento sobre como ocorria e ocorre a participação de poder público e de particulares no fomento da Festa do Divino e, mais especificamente, dos pousos de folia – ao que parece, ainda demasiado dependente da vontade individual de autoridades e pessoas mais abastadas, que se somam à ativa e solidária contribuição por parte da comunidade local. Igualmente relevante como a própria contextualização desses preparativos, Roque de Fonte – honesto sobre a importância do também alferes, Elton “Litão”, nos preparativos do pouso de folia – encontrou palavras para expressar algo sobre sua fé sempre renovada, e sobre sua gratidão aos milagres concedidos pelo Divino Espírito Santo, sentimentos estes que lhe conferem motivação e ânimo altivos, para que assim continue a fazer sua parte na manutenção deste tradicional e quase bicentenário acontecimento, que é a Folia de Roça – acontecimento este que, congregado a outros que também compõem a Festa do Divino Espírito Santo, fundamentam o reconhecimento oficial desta celebração como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Ainda que ciente dos argumentos técnicos, econômicos e/ou socioculturais que perfazem a trajetória de uma manifestação ou bem cultural rumo ao reconhecimento patrimonial, como assim ocorre com Pirenópolis em seu todo, o relato do alferes encontra no cotidiano e no senso comum os motivos pelos quais sua terra é destaque para além dos limites regionais: o respeito às tradições e à cultura caipira e regional, e sobretudo o sentimento de pertencimento e de identidade que emana daqueles que ali foram nascidos e criados.

Gente simples que demonstra ser, aparentemente pouco lhe importa as disputas de poder entre autoridades, figurões, e ilustres desconhecidos pirenopolinos, desde que a chama deste sentimento de pertencimento e de identidade entre seus conterrâneos não desapareça. Após reforçar com palavras o imanente valor da fé que move a festividade, Roque de Fonte deixou à mostra uma das mais marcantes características pirenopolinas, ou ao menos de quem participa dos giros e pousos da Folia de Roça: a hospitalidade que justifica a vontade de ali retornar, seja a serviço, a passeio ou para apaziguar a “anima” carente de fé. Após a entrevista, fomos todos almoçar uma refeição cujas misturas são tradicionalmente preparadas em enormes tachos de cobre e, mais que isso, com o privilégio de compartilhar deste momento com os cavaleiros ali presentes no pouso. A entrevista com Roque de Fonte, realizada em 5 de maio de 2013, no acampamento dos cavaleiros que participaram do pouso de folia na fazenda Seringueiras, teve a duração de 27 min 19 s e foi registrada em gravador digital de áudio. Encerrada a entrevista, tornamos ao Centro Histórico de Pirenópolis, para dar continuidade às entrevistas – no caso, com o dr. Pompeu Christovam de Pina, “homem-memória” pirenopolino. A transcrição foi procedida por Gustavo Esteves Lopes (coordenador técnico e pesquisador do projeto) e Cinthia de Paula Patroni (produtora cultural, voluntária do projeto). A transcrição, realizada pelo pesquisador, foi concluída em 26 de junho de maio de 2014.



“Quero deixar uma mensagem a todos que mexem com cultura em Hortolândia: que não deixe acabar, não deixe morrer essa cultura caipira. Não tomamos como sacrifício todo esse trabalho que nós desenvolvemos: é uma devoção; organizamos a Folia de Roça com todo prazer. Quero pedir às comunidades de Hortolândia que conservem o que têm; que batalhem, lutem; porque, para quem tem fé, não se trata de jogar esforço fora.”

Na Festa do Divino Espírito Santo se celebra o padroeiro de Pirenópolis. Nossa cidade já é município há 379 anos, e tem como padroeiro o Divino Espírito Santo. A Festa do Divino de Pirenópolis reúne muitos acontecimentos, como as Cavalhadas e a Folia de Roça, esta que hoje está em nossas mãos, dos alferes Roque, que sou eu, e Elton, cujo apelido é “Litão”. Digo isto, pois senão ninguém sabe quem são os alferes dessa folia. Somos nós dois, no município. Já houve outras folias, mas no espaço de tempo, as outras desapareceram. Essa foi a que ficou das primeiras folias. Nossa Folia de Roça deve estar com 165 anos, essa que é a folia mais tradicional hoje na cidade. Tem uma folia que gira dentro da cidade, além de outra, a Folia do Padre. Essas são folias mais novas. Esta outra, a Folia do Padre, que também está girando aí no município, que atualmente está completando seis anos de existência, não é o padre mesmo que organiza: são dois fiéis dele, duas pessoas da igreja, Geraldo e Rafael. Eles mesmos costumam dizer Folia do Padre, mas o padre não sai organizando a folia – são os dois. De qualquer modo, todos nós, pirenopolinos, temos a maior fé no Divino Espírito Santo, nosso padroeiro, quando evocado, pode realizar muitos milagres, como dizem os antigos. As pessoas que tem fé no Divino lhe fazem promessas, pedem a benção, e muitos são atendidos pelo padroeiro, que é o nosso Pai. Então, a maior fé que nós temos é no Divino, que é o espírito do nosso Pai.



A Festa do Divino tem muitos acontecimentos. A folia é um deles, a folia é o começo do Festejo do Divino Espírito Santo. Nós saímos com a folia algumas semanas antes do ponto alto da Festa do Divino, que é guiada pelo dia de Pentecostes.

O domingo do Divino Espírito Santo é o Dia de Pentecostes. Muitos ajudam na organização da Festa do Divino: na Folia de Roça, somos nós dois, eu e Litão. As Cavalhadas são sempre organizadas pelo “Rei Cristão” e pelo “Rei Mouro”. Hoje, Aldair é o “Rei Cristão”, enquanto Toninho da Babilônia é o “Rei Mouro”. Toninho é assim chamado por este ser o nome de sua fazenda – Babilônia. É uma propriedade que todos deveriam conhecer; é uma fazenda cuja sede é tombada como patrimônio histórico; é uma fazenda construída por escravos, bastante conservada. E temos “As pastorinhas”, que é uma revista muito linda, uma peça com mais de 170 anos, e que foi trazida de Pernambuco naquela época. É uma revista muito linda, e é composta por diversos personagens: 24 moças, doze com “cordão vermelho” e doze com “cordão azul”; o mestre das pastoras, “Si-

mão Velho”; “Benjamin”, representado por uma criança, cria do “Simão Velho”; “Lidiana”, que faz parte da turma do “Simão Velho”; uma cigana, trajada a caráter, que aparece em cena no meio das pastorinhas e que tem suas próprias cantorias. Na peça há a apresentação da contradança, muito antiga, composta por 24 figurantes, geralmente rapazote e moças, doze meninos e doze meninas, com idade entre 12 e 14 anos, que é muito bonita também.



Na apresentação das Cavalhadas temos os tradicionais “mascarados”, “surucucus”. É muito interessante, é tradição também. Foram criados e plantados na Festa do Divino, na Cavalhada, no intervalo das carreiras dos cavaleiros. Eles entram no campo de batalha da cavalhada e fazem as suas graças. Nós aqui não os chamamos de palhaços; aqui são “surucucus”, os “mascarados”. Inclusive, agora eles têm uma associação que toma conta dessa parte das Cavalhadas.

Na igreja, as novenas e as missas são cantadas por um coro local muito lindo. A música é regida por um maestro também local. Mas temos outros

acontecimentos na Festa do Divino. Por exemplo, é sabido que o catira surgiu da música caipira, e por isto é tradição dançar o catira durante a folia. O catira é presente em nossa folia porque é um acontecimento da zona rural. Temos, geralmente, dois ou três grupos, além daqueles que vêm de outros municípios dançar. No pouso que aconteceu ontem, na fazenda Seringueiras, veio um grupo de Anápolis, formado por uns senhores e uns garotos muito bonitos. Então o catira faz parte da Folia de Roça.



Digo que foi por fé que os dois alferes, Litão e eu, conseguimos organizamos tudo. Começamos nosso trabalho logo após o Natal. Geralmente a organização da Folia de Roça ocorre desde quatro meses antes da Festa do Divino, pois temos que ir às fazendas pedir os pousos. Mas por que quatro meses antes? Antigamente os fazendeiros que davam os pousos para os foliões e o Divino eram diferentes dos fazendeiros de hoje, quando tudo é mais fácil. Naquela época em que os organizadores que Deus já levou pediam pouso aos fazendeiros, não existia o óleo de soja que hoje consumimos. O arroz era pilado e socado, beneficiado no pilão, socado a mão, ou senão em um monjolo de água. Por isso, os fazendeiros adiantavam que eles pedissem pouso uns quatro meses antes, para dar tempo de

o porco engordar e depois bater a carne para ter a gordura para cozinhar. Então, hoje é tudo mais fácil, porque tem óleo e tem tudo. De qualquer modo, adquirimos o hábito de pedir o pouso quatro meses antes; pois o certo é pedir com antecedência. Na vida sempre acontecem coisas que não esperamos, pois pode adoecer ou faltar alguém da família, e com quatro meses de antecedência temos mais tempo de repor e suprir algum imprevisto. Pode acontecer tudo isso, e é duro de alcançarmos o que queremos.

Eu moro dentro de Pirenópolis, enquanto o outro alferes, o Elton Litão, que também é de Pirenópolis, reside em Anápolis – cerca de 60 quilômetros daqui. Como o Litão tem um comércio grande lá, e eu moro em Pirenópolis, eu que dou início aos preparativos, mas aos domingos ele vem para cá me ajudar. Tem mais de mês que eu não trabalho, estou por conta da organização da Folia de Roça. Tempos atrás, havia menos folião, menos gente, de modo que a Folia de Roça em giro tinha em torno de quarenta ou cinquenta foliões, no máximo. Hoje não, nós já somos uniformizados, para destacarmos os foliões dos visitantes e dos convidados. Hoje eu coloco uniforme em torno de 400 foliões; mas, se eu fosse uniformizar todos, uniformizaria até mil, ou mesmo 1.500 pessoas, porque todo mundo quer fazer parte da Folia de Roça. Por que parei nos quatrocentos foliões? Quando chego até os fazendeiros para pedir o pouso, todos perguntam: “Quantos foliões você tem?”. Se eu dizer que estou com mil, ou 1.500 foliões, posso até assustar os fazendeiros. Por isso mantemos o controle nessa média, mas a Folia de Roça vem crescendo cada vez mais.



Atualmente, os pousos que dão menos gente chegam a mil pessoas, 1.500 pessoas. Basta ter presenciado, por exemplo, o pouso de ontem aqui na fazenda Seringueiras. Segundo a Polícia Militar, estiveram aqui de 8 a 10 mil pessoas. É muito famoso o pouso de folia da fazenda Seringueiras, por causa da localidade e do espaço que o proprietário oferece aos convidados. Estamos aqui de frente para a sede da fazenda, que é toda plana, e onde caberiam muitos campos de futebol. Então, o povo vem mesmo; vem gente não só do município de Pirenópolis, mas também das cidades vizinhas; vem gente de Brasília, Anápolis, Jaraguá, Petrolina, São Francisco, Corumbá de Goiás, Cocalzinho e outras. Nossa folia é aquela que vem crescendo cada vez mais. E a fazenda Seringueiras ontem bateu um recorde. Quer dizer, tanto nós que comandamos a folia como os fazendeiros ficamos chocados ao ver a quantidade de gente que participa dos pousos. Neste ano de 2013, percebemos o quanto a Folia de Roça e os pousos estão crescendo. Estamos em um pouso de sexta para sábado que já inteirou mais de dez anos. Esse pouso bateu o recorde de gente.

Quando a fazenda Seringueiras começou a participar da Folia de Roça, é óbvio que começou com bem menos gente; ontem, havia uma enorme

concentração de pessoas, uma coisa absurda. Quer dizer, a Folia de Roça e os pousos vão crescendo a cada ano que passa. Segundo uma pesquisa – que não fomos nós de Pirenópolis que fizemos, pois nós nunca fizemos pesquisa –, há outros municípios que têm Folia de Roça em Festa do Divino, entre os quais Planaltina Grande e Luziânia, municípios de Goiás próximos de Brasília, e somos colocados como uma das maiores do Brasil. Nós fazemos a entrega da bandeira do Divino em nove pousos. Nesta oportunidade, saímos em giro a partir do dia 3, e vamos fazer a entrega da bandeira ao Imperador do Divino, no final da novena. Atualmente, fazemos a entrada na cidade e damos um giro, mais ou menos às duas horas da tarde; um giro grande, para o porte da cidade. Na entrada da cidade vemos muitas meninas e muitas senhoras daqui de Pirenópolis. No sábado próximo já começa a chegar cavalo e carreta de todos os municípios da região. Tem anos que entramos na cidade com quase 2 mil cavaleiros. Tanto que o pessoal tem que instalar camas por todos os lados de Pirenópolis para a cidade receber os cavaleiros e a turma da igreja, pois nosso trajeto é grande. Prova disso tudo é que, alguns anos atrás, o Faustão da TV Globo mandou uma equipe sua para cá, cerca de três dias antes da entrega da bandeira, e convidou a dupla Zezé di Camargo e Luciano para participar do programa de domingo, lá no Rio de Janeiro. Os dois são nascidos aqui no município, na Capela do Riacho do Peixe, um dos dez povoados de Pirenópolis.

Os irmãos Zezé di Camargo e Luciano nasceram em uma fazenda encostada nesse povoado, e o Faustão os convidou para participar de seu programa. Lembro que quando nós estávamos entrando na cidade, já quase chegando ao Largo da Matriz, que é nossa principal praça pública, o Faustão os convidou para subir ao palco da TV Globo, e não lhes tinha dito sobre o que se tratava. Entrou ao vivo no programa, e lhes perguntou: “Vocês conhecem a Folia do Divino Espírito Santo?”. Ambos ficaram parados, e todos nós gritamos: “Pirenópolis! Pirenópolis!”. Com orgulho responderam: “Nossa terra, o lugar onde a

gente nasceu!”. Depois dessa exposição no programa do Faustão, a Folia de Roça da Festa do Divino vem crescendo um absurdo a cada ano. Por isso, segundo as pesquisas, esta é uma das maiores festas do Brasil.

Acontece também o seguinte: como eu disse antes, antigamente a Folia de Roça, assim como toda a Festa do Divino, era menor. Antigamente, saíamos com a Folia de Roça em giro e só pedíamos os pousos, além de que os fazendeiros também bancavam as despesas. Hoje, tudo isso se tornou em algo impressionante: o pouso com menos pessoas nos prestigiando computa cerca de 3 mil pessoas; de modo que, por isso, depende-se muito do prefeito para uma melhor organização dos eventos. Todos os prefeitos passados davam ajuda à Folia de Roça da Festa do Divino, mas uma ajuda pequena; agora, o atual prefeito, reeleito recentemente, Nivaldo Melo – o primeiro a ser reeleito na história de Pirenópolis – desde o primeiro mandato passou a nos dar uma maior ajuda, pois ainda temos dificuldades com a organização. As Cavalhadas e os outros eventos recebem uma verba do estado, não sei o porquê a Folia de Roça não é também beneficiada com uma verba dessa. O atual governador do estado de Goiás, Marcondes Perillo, é nascido na cidade de Palmeiras de Goiás, mas sua esposa faz parte da maior família de Pirenópolis, e é natural daqui –o casal tem uma chácara aqui no município, que é herança por parte da esposa; uma chácara com 24 alqueires de área. Desde quando começou a se candidatar a deputado estadual, deputado federal e governador – está em seu terceiro mandato à frente do estado de Goiás –, o Marcondes Perillo sempre nos dá ajuda. O atual prefeito, o Nivaldo Melo, que está já no segundo mandato, também vem realmente ajudando a Folia de Roça: ajuda-nos com comida e outras coisas, ao lado do apoio que recebemos, por exemplo, de fazendeiros como o Emivaldo, proprietário da fazenda Seringueiras, e que não precisa de verba do governo; eles são ricos, bancam tudo, e por isso não precisamos ajudar no custeio.



Para este ano de Festa do Divino, há também, ainda, uns pousos interessantes, os últimos dos nove, que vai ser do dia 11 para o dia 12, na fazenda que é de um filho de Pirenópolis; filho de uma família tradicional cujos avós também conduziram essa folia, e que foi alferes por muitos anos. É promotor de justiça em Uruaçu. Não precisamos não dar nada para ele, ele é promotor em Uruaçu, pra esse a gente não dá nada. Há outro pouso interessante na fazenda Pulador, que fica entre os municípios de Pirenópolis e Jaraguá. Faz uns vinte e tantos anos que a família proprietária dessa fazenda nos dá pouso. Então, citei alguns dos pousos que não precisamos ajudar no custeio, pois se tratam de fazendeiros capazes de bancar o acontecimento. O restante dos fazendeiros são aquelas pessoas mais fracas, do ponto de vista financeiro; por isso, para os outros pousos temos que ajudar, dar a vaca para matar, para ter a carne, além dos outros mantimentos para fazer a comida. E para isso, hoje podemos contar com o apoio do governador do estado e do prefeito municipal.

Por fim, quero dizer que a maior recompensa que podemos ter é nossa fé. Por isso temos tamanha gratidão; batemos joelho no chão e agradecemos

ao Divino Espírito Santo por nos dar saúde, por termos a paz que todos temos. Somos católicos, e acreditarmos no que fazemos já é um milagre do Divino, por alimentar a fé viva que todos temos. Quero deixar uma mensagem a todos que mexem com cultura em Hortolândia: que não deixe acabar, não deixe morrer essa cultura caipira. Não tomamos como sacrifício todo esse trabalho que nós desenvolvemos: é uma devoção; organizamos a Folia de Roça com todo prazer. Quero pedir às comunidades de Hortolândia que conservem o que têm; que batalhem, lutem; porque, para quem tem fé, não se trata de jogar esforço fora. Gostaria de convidar as comunidades de Hortolândia a levar pra frente essa luta pela cultura caipira, que é muito importante. As pessoas precisam dar um pouquinho de si àquilo que faz bem à humanidade. Saibam que nós, organizadores da Folia de Roça da Festa do Divino Espírito Santo, estamos às ordens, e que todos de Hortolândia sejam bem-vindos a Pirenópolis, e que venham nos visitar quantas vezes quiserem.

Pompeu Christovam de Pina

Havia grande expectativa, tanto do pesquisador quanto do fotógrafo, em encerrar esta pesquisa de campo com a entrevista a ser realizada com Pompeu Christovam de Pina, advogado e historiador. Em propriedade particular, este homem-memória construiu o pequeno, mas fundamental para a memória histórica local e regional, Museu da Família Pompeu – cuja edificação data do final do século XVIII e que funcionou como sede do primeiro jornal local, o Matutina Meyapontense –, que hoje é também seu escritório profissional. Obviamente, o museu está recheado de peças antigas, desde fotografias a mobílias e ferramentas diversas, que remontam a um passado histórico que alcança os tempos em que Pirenópolis ainda se chamava “Meya Ponte”. Nesse espaço sociocultural há uma aura de “tradição viva” que faz dali um lugar de memória; ainda assim, não se comporta estaticamente, dado o intenso trânsito de gente pirenopolina e de turistas no decorrer do calendário de eventos locais. Cada peça tem seu lugar no museu, cuja exposição de longa duração é fonte para diversos estudos e pesquisas, mas também um fulcro para a manutenção dos sentimentos de pertencimento e de identidade emanados da comunidade munícipe e partícipe da Festa do Divino Espírito Santo. Fiel organizador de diversas manifestações englobadas na Festa do Divino, como a encenação de “As pastorinhas” e o “Império”, dr. Pompeu, como é conhecido em Pirenópolis, ofereceu-nos uma sucinta, mas profícua, interpretação histórica e animada dessa celebração que hoje é reconhecida como Patrimônio Cultural do Brasil. As origens da Festa do Divino, o modo pelo qual esta se perpetuou ao longo de quase 200 anos e a situação atual de como se organizam os eventos foram alguns dos assuntos abordados na entrevista. Primeiramente, pela manhã, visitamos como turistas e pesquisadores a parte museal do espaço, para que dr. Pompeu encerrasse alguns compromissos seus. Muito procurado pela comunidade local, durante a entrevista foi necessário interromper a gravação algumas vezes, para que atendesse outras pessoas, em sua maioria também envolvidas com a Festa do Divino. Presenciamos a leitu-

no domingo seguinte na igreja Matriz de Pirenópolis. Inclusive, sua entrevista, muito produtiva, deixou registrados outros assuntos, não relatados para esta oportunidade, mas que, em momento adequado, certamente servirão a outras pesquisas, como a história de “Santa Dica”, Benedicta Cypriano Gomes, uma antiga e conhecida benzedeira e líder política local do distrito de Lagolândia, em Pirenópolis. Pouco tempo depois que partimos de Pirenópolis, de volta a Hortolândia, soubemos que dr. Pompeu foi escolhido o Imperador do Divino, para a liturgia de 2014. A entrevista com Pompeu Christovam de Pina, realizada em 7 de maio de 2013, no Museu da Família Pompeu, teve a duração de 36 min 19 s (excluída sua continuação, acima comentada), e foi registrada em gravador digital de áudio. A transcrição foi procedida por Gustavo Esteves Lopes (coordenador técnico e pesquisador do projeto) e Cinthia de Paula Patroni (produtora cultural, voluntária do projeto). A transcrição, realizada pelo pesquisador, foi concluída em 26 de junho de maio de 2014. Ao retornarmos, na primeira semana de dezembro deste mesmo ano, presenciamos a fragilidade que o acometeu após o falecimento de sua esposa, poucos meses depois do encerramento das festividades do Divino – de modo que sua filha Séfora Cristina de Pina foi quem autorizou o uso da documentação produzida junto de seu pai. Inclusive, comentou conosco sobre a tentativa de se homenagear o pai ainda em vida, proposta pelo governo do estado de Goiás. Em 10 de dezembro de 2014, soubemos que Pompeu Christovam de Pina havia falecido.



“As modificações das tradições que ocorrem no meio de uma sociedade são e devem ser lentas. Não há o que se mudar radicalmente quanto às tradições. Exemplo disso seria eu sair por aí, com minha alta prosopopeia, com meu ‘autoconhecimento’, com vistas a modificar as tradições. O povo, ao longo do tempo, é capaz de modificar as vestimentas, os comportamentos – e isso é natural. No entanto, o que é mais importante é o sentido da fé, ter fé – algo que não se modifica do mesmo modo que as vestimentas e comportamentos de um povo.”

A Festa do Divino Espírito Santo, ou Festa de Pentecostes, tem o seguinte mote: o Cristo, quando ressuscitou, prometeu que iria mandar o Paráclito, o Espírito Santo. Seus discípulos iriam recebê-lo, antecedido, contudo, pelo Cristo Ressuscitado. Após a passagem do Cristo Ressuscitado, o Paráclito foi recebido pelos discípulos conjuntamente, e deste modo foi construída essa história sacra. Desde então, os “matutos”, os “leigos”, os “analfabetos” – como assim o eram os discípulos de Cristo –, receberam o

dom das línguas, e passaram a conhecer línguas diferentes. Este foi o primeiro milagre relacionado ao Espírito Santo, ocorrido mediante a própria vinda do Cristo Ressuscitado, que veio para preparar os discípulos. Acontece que, com a chegada do Espírito Santo, o Cristo Ressuscitado prometeu que as pessoas iriam então ser protegidas por essa entidade –assim começou tal devoção, a partir da Terra Santa e Europa, e veio descendo para outros locais, tomando conta de países que vieram a passar pelo processo de catequização. Passados séculos, os padres jesuítas, muito inteligentes, quiseram alcançar o mais rápido possível a conquista, por meio da catequese, dos pretos e dos índios; e também trouxeram, para o mundo cristão, muitos ensinamentos ligados ao Espírito Santo. Além da catequese, outros grandes legados dos jesuítas foram alguns folguedos e festas religiosas, como Cavalhadas, “As pastorinhas”, Congo e Congada, pois todas essas têm um sinal trazendo, de alguma forma, a mensagem cristã. Aqui em Pirenópolis não foi diferente de outras cidades.



Entre as diversas tradições que podem compor uma Festa do Divino Espírito Santo, faço menção a uma, em especial: a Cavalhada, que se desprende da Europa – e a nossa Cavalhada, daqui de Pirenópolis é encenada no estilo dos Doze Pares de França. Essa festividade entrou cá para o sertão trazendo a mensagem que, por assim dizer, significa “a imposição da fé pela espada” – isto é, o “Deus forte”, o “Deus vencedor”, este não perde a guerra. Essa é a abrangente das Cavalhadas. É uma representação histórica de quando, na Europa, tomaram as terras dos árabes, dos mouros, dos turcos, quando lá não havia países, mas principados. É uma história de expulsão dos mouros de suas terras, por parte dos príncipes europeus. Segundo a tradição, justo no ano seguinte à expulsão dos mouros, os europeus passaram a comemorar aquele ato; começaram a encenar o ocorrido, reunindo soldados e demais personagens, para demonstrar sua cultura e

“fortaleza”. Em toda a América, onde predominou, mais tarde, a tradição de se encenar as Cavalhadas e outras crendices, tudo isso valeu muito para os tempos modernos. A perseguição aos judeus na Europa continuou, de modo que também houve encenações em que os mouros ganhavam as guerras. Eram encenações em que os mouros ali permaneciam junto dos cristãos, como demonstração de força sobre o povo; contudo, os judeus eram expulsos. Essas tradições foram se esparramando mundo afora, e conseguiram chegar aos dias de hoje. No Brasil, quando essas tradições chegaram, na época da colonização, arraigaram-se em muitas cidades.



Aqui na velha “Meya Ponte”, denominada Pirenópolis desde o final do século XIX, tem uma Festa do Divino Espírito Santo diferenciada daquelas ocorridas nas demais cidades, porque sem influência da demasiada imposição dos próprios cristãos. Ainda assim, mantemos as tradições de missas, novenas, cantos, Cavalhadas, “As pastorinhas”, Congo e Congada e outros folguedos, sendo tudo isso parte do acontecimento-mor, que é a própria Festa do Divino. E vale dizer que nossa Festa do Divino foi

agregando ao longo do tempo suas tradições; iniciando-se pela constituição do Império, a realização das Cavalhadas, e depois enriquecida pelo Congo, assim como veio mais tarde “As pastorinhas” e outras referências. A reunião dessas tradições socioculturais é o que forma a religiosidade de nosso povo. Por isso, digo para esperarmos que a própria sociedade possa compreender o sentido deste “modernismo”, algo nada mais que um falso paganismo, além de um falso cristianismo.

Por exemplo, em outras cidades foram agregados não somente o Congo, como também a Congada, que são diferentes entre si – o Congo é africano, e as Congadas, brasileiras, originárias de Minas Gerais, emanadas dos pretos catequizados. Ambos são complexos – como se percebe pela infinidade de textos que reúnem relatos de cânticos e danças, do mesmo modo que se percebe pela Congada. “As pastorinhas” é uma encenação tradicional proveniente do Nordeste, sobre o nascimento do Menino Jesus. Em Pirenópolis, a encenação de “As pastorinhas” estava originalmente fora da Festa do Divino, mas com o passar do tempo foi incorporada ao acontecimento-mor, e hoje se constitui como elemento fundamental e ativo da catequese local. Elementos importantes da Festa do Divino também são as Entradas das Folias, as quais se vinculam ao que chamamos de Império. As Folias nada mais eram que ações para arrecadar fundos ao sustento deste Império – isto é, ações de arrecadar esmolas, por assim dizer. O Império, neste sentido, foi a primeira tradição instituída concebida dentro de nossa Festa do Divino. A partir da anual escolha do Imperador se fez necessário este “pedir esmolas”, para que se pudesse realizar uma bonita Festa do Divino.

A Festa do Divino Espírito Santo tem aproximadamente 200 anos de realização, iniciada pelo Padre Amâncio, como assim a lembramos, ainda que não possamos afirmar com exatidão – assim como ocorre em outras cidades. O que podemos afirmar é que, em Pirenópolis, a Festa do Divino Espírito Santo tomou outro sentido. Exemplo nosso: a “coroa” – todas as coroas são importantes em festividades católicas, além de serem

usadas nas cabeças de rainhas e reis –, entre nós, é a única entronizada no mundo, pois permanece o tempo todo sobre um altar próprio dela, sendo venerada, amada, respeitada, e recorrida para a realização de milagres. Contudo, houve padres que quiseram suprimi-la; quiseram acabar com a devoção sobre a coroa entronizada; entre esses padres, posso até mesmo citar o caso de um sacerdote, jovem, que chegou a Pirenópolis e fez a desconsideração de metê-la debaixo dos braços, junto com a bandeira do Divino Espírito Santo, e dizer, com todas as letras, que aqueles símbolos “não passavam de pedaços de zinco e pano, sem valor algum para a sociedade e perante a religiosidade”. Na oportunidade, entrei em desentendimento com ele, a ponto de tomar de suas mãos a coroa e a bandeira, e dizer que não se poderia jamais desrespeitar uma devoção cristã instituída entre nós, pirenopolinos, que assim queremos manter nosso modo de devoção. Disse-lhe também que se o mesmo considerasse um “atraso” nosso modo de devoção, que assim o fosse, e que aquilo permaneceria a seu contragosto um atraso, pois não há razão de se mudar nossa fé, nossa festa, nosso povo. Devemos manter seguras nossas tradições, nossa fé.

O Espírito Santo é, para nós cristãos, um dos elementos mais importantes que fazem a doutrina da igreja. Não é um elemento que surgiu agora, mas já é conhecido desde o princípio, desde sua chegada para nós, que temos recebido, digamos assim, favores, milagres, desde então. Em Pirenópolis, quando “a coisa apertava em casa” – por exemplo, uma briga entre a família ou com terceiros, a ponto de se “torcer o pescoço de alguém” –, a coroa do Espírito Santo era requisitada para apaziguar os ânimos, de modo que as pessoas envolvidas em contendas deixavam de lado quaisquer atitudes mais agressivas. Era também muito requisitada por doentes, já em estágio final, os quais pediam que esta fosse levada a eles, para que, com sua visita, pudessem morrer tranquilos. São fatos extraordinários, sequências de acontecimentos grandiosos, pautados por tradições que jamais deveriam ser modificadas.



As modificações das tradições, que ocorrem no meio de uma sociedade, são e devem ser lentas. Não há o que se mudar radicalmente quanto às tradições. Exemplo disso seria eu sair por aí, com minha alta prosopopeia, com meu “autoconhecimento”, com vistas a modificar as tradições. O povo, ao longo do tempo, é capaz de modificar as vestimentas, os comportamentos – e isso é natural. No entanto, o que é mais importante é o sentido da fé, ter fé – algo que não se modifica do mesmo modo que as vestimentas e comportamentos de um povo.

As folias de Rua e de Roça se iniciaram concomitantemente. Enquanto a Folia de Rua pedia esmolas na cidade, de bairro em bairro, de casa em casa, a Folia de Roça fazia o percurso rumo ao campo, às fazendas, aos sítios. Com o tempo, teve época de existir mais de dez folias de Roça, utilizando-se do nome de fazendas e santos, em busca do dinheiro a ser

empregado na realização da Festa do Divino. Quanto à tal Folia do Padre, apenas posso dizer que esta nada muda em relação ao motivo de existirem as folias tradicionais. É a mesma coisa que as outras, preexistentes – os cânticos, a música, as rezas, o andamento. A única modificação que os padres se propuseram a fazer – ou melhor, que dizem fazer – foi abolir o álcool do acontecimento. No final das contas, é uma mentira muito grande, pois gente que participa dessa folia mais recente fala que não bebe, mas bebe escondido – essa gente só não bebe, então, às vistas dos outros, talvez com a pretensão de não dar o mau exemplo. É óbvio que fora das vistas alheias tem gente que bebe seu golinho.

Nossa participação – eu digo “nossa” pois esta vem de família – vem de outrora. Meu pai sempre foi um devoto do Espírito Santo. Os homens da família, todos fomos Imperadores – eu também já fui, e novamente fui escolhido para essa responsabilidade agora em 2014. Todos nós guardamos essa responsabilidade com carinho, com respeito e com fé, acima de tudo. Então, mantivemos isso ao longo do tempo. Segui os passos de meu pai, de meus avôs. E mais uma vez, estamos aí, no meio do povo, colaborando na realização de uma festa bonita, porque popular – por isso, tenho há muito assumido diversos compromissos, pois ajudo na preparação e no ensaio da encenação de Cavalhadas, assim como de “As pastorinhas”. Ontem mesmo fiz um pronunciamento na casa de um festeiro, para participar de um acontecimento em que o povo abre suas casas para oferecer comidas aos foliões que continuam em giro dentro da cidade, sempre rezando e cantando. Neste meu pronunciamento, eu lhes disse umas palavras de que me lembro bem; palavras que expressavam minha satisfação com o acontecimento que eu estava prestigiando, pois este serve à religiosidade da cidade, às crianças e a todos. Durante a Festa do Divino, posso isso dizer, não há motivos de separação entre brancos, pretos e índios: todos são iguais, pois ninguém está preocupado que aquele outro seja doutor ou que seja de onde for. Todos estão na Festa do Divino para dela participar – o que não significa nesta apenas comparecer; significa comungar de seu

todo. Comparecer tão somente a uma procissão nada significa; comparecer a um leilão, o mesmo, porque são “coisas à toa”: é preciso participar dos acontecimentos, das tradições. Significa dizer que se trata de participar de acontecimentos que fazem parte da vida em comunidade.

Ontem, aliás, um repórter de uma equipe de TV me perguntou sobre a influência dos acontecimentos da Festa do Divino sobre a comunidade. Apenas lhe disse: “Para conhecer tamanha influência, você tem que participar inteiramente da Festa do Divino Espírito Santo. No final dos últimos acontecimentos, no fim das Cavalhadas, no fim da festa, você, que certamente é um ateu, passará a chorar como nunca antes chorou em sua vida. A emoção, a música, o povo participando de algo cujo valor é extraordinário. Uma harmonia geral, em meio a momentos que todos estamos cantando, rindo, brincando”. Essa influência significa harmonizar a cidade, organizar a cidade, por um bem comum. As modificações pelas quais passa nossa cidade devem ser apenas no sentido de buscar harmonia e organização.



A Festa do Divino Espírito Santo é um todo, e que demanda profícua organização. Inicia-se em janeiro de cada ano, com os terços, cujos fiéis, muitos dos quais são cavaleiros das Cavalhadas, reúnem-se às segundas e às sextas-feiras para rezar os terços, que em nossa tradição são cantados. São terços cantados bem bonitos. É uma preparação espiritual para o momento de chegada e de auge da Festa do Divino. Isto é, a preparação que deve ter o povo vai desde como saber tirar o chapéu na hora certa até descobrir o sentido do respeito a aquilo do qual pretendem participar. E é assim que deve ser. Esse é o grande feito de nossa organização.

Posso dizer também que a Festa do Divino Espírito Santo, em Pire-

nópolis, por ter seu próprio ritmo e composição, não concorre com os momentos de colheitas de que muitos ritos e festividades pagãs são emanados. Festas de colheitas, nos tempos idos há muito, eram divisões importantes entre as estações do ano, de modo a marcar a vida de um povo. No caso da Festa do Divino de Pirenópolis é diferente, pois se esta for uma festa de colheita, que seja uma festa de colheita de amor, de respeito. Por fazermos nossa festa pela colheita de amor, somos também agraciados por ter muito de comer e beber.

Aqui, nossa Festa do Divino é composta simbolicamente de três partes principais: o fogo, que é a chegada do Paráclito sobre os discípulos; o amor, sinal maior de respeito; e a fartura, pela graça de compartilhar o que é de comer e beber. As dificuldades para a realização da festa do Divino são as mesmas de ontem e hoje. Se a pessoa tem condições financeiras, tem dinheiro e posses, que ótimo! Se a pessoa não tem essa possibilidade, ajuda com o que pode – inclusive, pedindo esmolas, de bairro em bairro, de casa em casa, de fazenda em fazenda! Por mais que haja dificuldades, além das financeiras, que são aquelas oriundas de elementos exógenos à Festa do Divino Espírito Santo, conseguimos impor nossas tradições – não pelo fanatismo, mas pela coragem da fé. Aquele que quer participar, mas não acredita nos acontecimentos, inevitavelmente vai chorar, vai ser tocado pelo Espírito Santo. Por isso, temos a preocupação de formar pessoas pela catequese, para que descubram o Espírito Santo, a chegada do Pentecostes e o sentido de nosso cristianismo. Tudo está interligado.

Para mim, a Festa do Divino Espírito Santo é como se eu estivesse junto de meus pais, meus avós; é um momento de recordação, rememoração dos entes queridos. Devemos seguir o princípio de que “nenhuma folha se desprende de uma árvore sem que haja um motivo”. Caiu a folha por quê? Foi chuva, vento, fogo, alguém a arrancou? Então, isso significa uma virtude sobre o querer indagar. Essa curiosidade é o que leva a pessoa a buscar o que pretende – isto é, respostas. Para isso, basta começar a pes-

quisar para descobrir, contudo, que essa busca jamais chegará a um fim. A cultura e o saber não têm limites. Como sempre digo também a pessoas que encontro: “Ah, você leu tal livro? Que bom. Certamente, você e outros o leram. Mas o que fará para dar continuidade à pesquisa que resultou naquele livro? Também fará algo para completá-lo?”. É necessário dar continuidade aos estudos que faltam aos livros que nos precedem. Somos eu e você que devemos continuar a escrita daquele livro. Essa é a beleza da cultura e do saber.

Cultura caipira e patrimônio cultural imaterial: perspectivas rumo à interdisciplinaridade

Segue discussão doxográfica (isto é, estudo que reúne opiniões variadas e datadas, de valor filosófico, pedagógico, histórico e sociocultural) em que são apresentadas algumas perspectivas rumo à interdisciplinaridade, no que concerne aos estudos e pesquisas sobre cultura caipira e patrimônio cultural imaterial. Entre essas perspectivas, precedidas de breve contextualização, destacam-se: I – Fontes documentais tradicionais; II – A incipiente indústria cultural no Brasil; III – Estudos e pesquisas em folclore; IV – A produção acadêmica; V – A institucionalização do patrimônio cultural imaterial; VI – Interdisciplinaridade em história pública.

Breve contextualização

Por meio de estudos, pesquisas e correlatas experiências de campo desenvolvidas, sobremaneira, a partir da segunda metade do século XX, criaram-se subsídios adequados para se situar a “vida caipira tradicional”, em seus contextos históricos e socioculturais. Trata-se dos modos e condições de vida de indivíduos, famílias, vizinhanças, comunidades e bairros rurais, sujeitas à exclusão econômica, social, e cultural decorrente de ações e interesses ora públicos, ora privados, ora patrimonialistas ou escusos. Ao lado deste fator comum imposto a diversos povoados tradicionais localizados no centro-sul brasileiro, o Brasil meridional, algo comum a todo o continente americano, trata-se de uma gente mestiça, ora sedentária, ora migrante, que possuía e possui laços consanguíneos e também identitários e socioculturais para com seus antepassados que fizeram a América portuguesa, outrora espoliada e colonizada originalmente por bandeirantes e monçoeiros (grupos estes que abriram caminhos para sucessores tropeiros

e peões, e que, ao longo de gerações, consolidaram fronteiras ocidentais do atual território brasileiro).

A esta gente brasílica, mestiça de sangue ameríndio e europeu – e africano subsaariano, progressivamente, à medida que houve a substituição da mão-de-obra ameríndia escravizada, à mão-de-obra igualmente escravizada, proveniente do outro lado do Atlântico Sul –, no plano das relações étnicas, foi costume inicialmente chamá-la por “mameluco”, ou “mama-luco”, do árabe *mamlúk* (مملوك), que designa “um miliciano turco-egípcio, sendo originalmente um escravo caucasiano convertido ao Islã”; mas que, na América portuguesa, foi termo trazido por colonizadores com alguma ascendência árabe ou experiência vivida, que serviu para denominar aqueles primeiros capitães-do-mato, mestiços brasílicos, filhos ignorados por genitores tanto brancos quanto ameríndios, e que a eles restaram na vida abrir picadas e defender as bandeiras dos ataques partidos de gentios. Essa gente brasílica, no século XVII, também recebeu o apelido de “caboclo”, cuja etimologia, considerada incerta, talvez possa advir de distintos vocábulos tupis; como *kara-boka*, “filho ou casa de homem branco”, ou *kaa-bok*, “o que vem da floresta”. Ao longo do tempo, outras denominações surgiram, mais recentemente a partir do início do século XIX, como sinônimos para “mameluco”, “caboclo”, tais como “caipira”, “roceiro”, “matuto”, “sertanejo” e outras (HOUAISS, 2009).

Aliás, mesmo que abolido o uso, a partir de 1755, em marcos jurídicos coloniais, do termo “caboclo”, para designar o cruzamento étnico-sociocultural entre indígenas, portugueses e mestiços, este vocábulo se manteve vivo na tradição oral brasílica (assim como esses, mais recentes, “caipira”, “roceiro”, “matuto”, “sertanejo”). Aos renegados descendentes desses pioneiros paulistas e brasílicos meridionais, aos caboclos que se asentaram em rincões e trechos que mais tarde se conformariam em típicos bairros rurais, aos desclassificados sociais cujo destino talvez estivesse somente aonde o Criador e a Terra lhes permitissem alcançar, foram-lhes dadas diversas significações, algumas até pejorativas e perniciosas. “Cai-

pira”, uma das principais destas alcunhas conferidas a esta gente cabocla, ao indivíduo, à sua família e ao seu agrupamento sociocomunitário, tem origem, provavelmente, da língua-geral *nheengatu*, derivado do vocábulo *kaa-pora*, “caipora”, que grosseiramente significa “morador do mato” (HOUAISS, 2009).

Quanto ao processo de colonização interiorana do atual território brasileiro, verifica-se demasiada presença de povoações rurais atingidos, do ponto de vista econômico e sociocultural, direta ou indiretamente, pelo avanço da urbanização sobre o campo. Aliás, houve povoações rurais que nasceram e pereceram concomitantemente à eclosão de diversos movimentos migratórios, formados por muita gente despossuída de bem material com algum valor econômico, limitada aos “mínimos vitais e sociais”, e prejudicada pelo avanço da urbanização sobre o campo. Ainda assim, se foi quase impossível de legar às seguintes e atuais gerações seus bens materiais edificados e instrumentais, esta gente conseguiu transmitir alguns legados socioculturais às atuais gerações, sobretudo aqueles intangíveis, pertencentes à memória e à oralidade, como os saberes e fazeres rústicos.

No plano sociocultural, pode-se se dizer que este avanço da urbanização sobre o campo ocorreu desde quando por terras paulistas e estendidas ao Brasil meridional ainda se falava, entre meados do século XVII e do século XVIII, concorrentemente à língua portuguesa do adventício, as tais “línguas gerais” semelhantes ao “*nheengatu*” (a “língua-geral setentrional”, “amazônica”, derivada de hibridações entre ramos linguísticos tupis, e gramaticalizada por jesuítas, como José Anchieta).⁸¹ O que daquela época, em termos linguísticos e lexicais, chega aos dias atuais no interior paulista e no Brasil, como um todo, são, geralmente, designações de variados bens e referências socioculturais tipicamente caboclos, principalmente na criação de topônimos e na nomenclatura de práticas, artefatos e alimentos

⁸¹ Cf. NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Dicionário de tupi antigo*. São Paulo: Global, 2013.

autóctones de primeira ordem.⁸²

Perspectiva I – Fontes documentais tradicionais

É sólido o discurso historiográfico de que, entre os finais do século XVI e finais do século XVIII, as bandeiras e monções, cada qual à sua época, foram empresas que legaram inevitavelmente às seguintes gerações brasílicas uma série de picadas, estradas e rotas fluviais (muitas das quais originalmente trilhadas por grupos ameríndios pré-cabralinos) que deram início à irregular, ainda que sistemática, colonização interiorana do atual território brasileiro – colonização esta empreendida ao custo do suor e do sangue de ameríndios, adventícios e primeiros caboclos; e, posteriormente, também do sangue e do suor de imigrantes africanos e afro-brasileiros escravizados. Por estes mesmos caminhos e fronteiras desse irregular processo de colonização interiorana, já entre a segunda metade do século XIX e inícios do século seguinte, vieram a também ser derramados muito suor e sangue de imigrantes assalariados vindos de outros continentes (em sua maioria da Europa, do Oriente Próximo e da Ásia), em sua maioria para a labuta em lavouras cafeeiras que substituíram a cana-de-açúcar como principal atividade econômica do agrícola (juntamente com a produção algodoeira), e em incipientes polos industriais instalados, em sua maioria, no interior do Brasil meridional (isto é, o interior do centro-sul brasileiro).

Estudos e pesquisas com maior aprofundamento, suscitadas desde inícios do século XX e que chegam aos dias atuais, dependeram de bibliografia e documentação a partir da qual se podem destacar algumas referências. A bibliografia e a documentação, que fundamentam a tradição historiográ-

⁸² Sobre algumas distinções tecidas entre o caboclo amazônico e o caboclo caipira (isto é, “paulista” ou do Brasil meridional, cf. LIMA, Deborah Magalhães de. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações no meio rural amazônico. In: *Novos Cadernos Naea*, v. 2, n. 2, dez. 1999. Belém: Naea-UFPA. p. 5-32. Cf. também CASTRO, Vandersí Sant’Ana. *A resistência de traços do dialeto caipira: estudo com base em atlas linguísticos regionais brasileiros*. Campinas: IEL-Unicamp, 2006 (Tese de doutorado.)

fica, sobre esta colonização interiorana brasileira, reúnem ofícios, relatos, crônicas, iconografia, estudos científicos, e outras fontes produzidas ao longo de séculos; e que fornece subsídios básicos e específicos para se aprofundar sobre os modos e condições de vida daquela gente cabocla, estagnada ou em trânsito – ora atrás de riquezas para si e para outrem, ora atrás da própria sobrevivência.

Fragmentos recortados de diversos documentos históricos e produções intelectuais revelam conjunto significativo de dados e informações sobre esta gente cabocla que se assentou não somente em zonas mineradoras, campos agropecuários e vilarejos comerciais, mas que também ficou pelo meio do caminho e fez prole, ou que continuou por conta própria sua jornada, em busca de um canto para o rocio. Citem-se, então, exemplos desta variada documentação tradicional, produzida ao largo de séculos, e recolhida e publicizada por institutos públicos e privados afeitos ao conhecimento histórico e sociocultural, e que hoje recebe, aliás, processamento técnico para sua digitalização e disponibilização online.⁸³

Entre essa documentação, vale mencionar o “Tratado descritivo do Brasil em 1587”, do cronista português Gabriel Soares de Sousa, produzido nos primeiros anos de União Ibérica (1580-1640), que inclusive relatou algo sobre o incipiente povoamento e formação socioeconômica da Capitania de São Vicente, dentro da qual foi fundada a vila de São Paulo de Piratininga, em 1554, a partir de um colégio jesuítico cercado por aldeias cristianizadas, nos sertões serra acima da vila de São Vicente. A importância deste incipiente vilarejo, naquele contexto histórico, foi tamanha, em função de ali ter se iniciado o sistemático processo de colonização interiorana brasílica, a ponto de a Capitania de São Vicente posteriormente receber a denominação de “Capitania de São Paulo e Minas do Ouro”, durante o primeiro momento efusivo da economia mineradora, entre 1709

⁸³ Entre alguns *sites* especializados em acervos digitais, estão: bibliotecadigitalbrasileira.bn.br; memoria.bn.br; brasiliansa.org.br; brasiliansa.usp.br; arquivoestado.sp.gov.br; ims.org.br; archive.org. Acesso em: jan. 2015.

e 1720. O cronista português detalha que:

Está o rio e barra de São Vicente em altura de vinte e quatro graus e meio, o qual rio tem a boca grande e muito aberta, onde se diz a barra de Estêvão da Costa. E quem vem do mar em fora para conhecer a barra, verá sobre ela uma ilha com um monte, da feição de moela de galinha, com três mamilhões. Por esta barra entram naus de todo o porte, as quais ficam dentro do rio mui seguras de todo o tempo, pelo qual entra a maré cercado a terra de maneira que fica em ilha muito chegada à terra firme, e faz este braço do rio muitas voltas. Na ponta desta barra, da banda de leste, está a vila de Nossa Senhora da Conceição; e desta ponta à outra, que se diz de Estêvão da Costa, se estende a barra de São Vicente; e entrando por este rio acima está a terra toda povoada de uma banda e da outra de fazendas mui frescas; e antes que cheguem à vila estão os engenhos dos Esquertes de Frandes e o de José Adorno; e no rio está uma ilha, além da qual, à mão direita, está a vila de São Vicente, que é a cabeça desta capitania. Pelo sertão desta capitania nove léguas está a vila de São Paulo, onde geralmente se diz “o campo”, na qual vila está um mosteiro dos padres da companhia, e de redor dela quatro ou cinco léguas estão quatro aldeias de índios forros cristãos, que os padres doutrinam; e servem-se desta vila para o mar pelo esteiro do Ramalho. Tem vila mais dois ou três engenhos de açúcar na ilha e terra firme; mas todos fazem pouco açúcar, por não irem lá navios que o tragam. E aparta-se esta capitania de São Vicente, de Martim Afonso de Sousa, com a de Santo Amaro, de seu irmão Pedro Lopes, pelo esteiro da vila de Santos, donde se começa a capitania da vila de Santo Amaro [...]. Nestas capitánias de São Vicente e Santo Amaro são os ares frios e temperados, como na Espanha, cuja terra é mui sadia e de frescas e delgadas águas, em as quais se dá o açúcar muito bem, e se dá trigo e cevada, do que se não usa na terra por os mantimentos dela serem muito bons e facilísimos de granjear, de que os moradores são mui abastados e de muito pescado e marisco, onde se dão tamanhas ostras que têm a casca maior que um palmo, e algumas muito feiças. Do trigo usam somente para fazerem hóstias e alguns mimos. Tem esta capitania muita caça de porcos e veados, e outras muitas alimárias e aves, e criam-se aqui tantos porcos e tamanhos, que os esfalam para fazerem botas e couros de cadeiras, o que acham os moradores destas capitánias mais proveitosos e melhor que

de couro das vacas, de que nestas capitánias há muita quantidade por se na terra darem melhor què na Espanha, onde as carnes são muito gordas e gostosas, e fazem vantagem às das outras capitánias, por a terra ser mais fria. Dão-se nesta terra todas as frutas de espinho que tem Espanha, às quais a formiga não faz nojo, nem a outra coisa, por se não criar na terra como nas outras capitánias; dão-se nestas capitánias uvas, figos, romãs, maçãs e marmelos, em muita quantidade, e os moradores da vila de São Paulo têm já muitas vinhas; e há homens nela que colhem já duas pipas de vinho por ano, e por causa das plantas é muito verde, e para se não avinagrar lhe dão uma fervura no fogo; e também há já nesta terra algumas oliveiras, que dão fruto, e muitas rosas, e os marmelos são tantos que os fazem de conserva, e tanta marmelada que a levam a vender por as outras capitánias. E não há dúvida se não que há nestas capitánias outra fruta melhor que é a prata, o que se não acaba de descobrir, por não ir à terra quem a saiba tirar das minas e fundir.⁸⁴

Dos cronistas de finais do século XVI (tal como este Gabriel Soares de Sousa), aos dos inícios e meados do século XVIII (como André João Antonil⁸⁵, pseudônimo do jesuíta italiano Andrea Giovanni Andreoni, importante cronista da outrora opulenta economia canavieira e mineradora, e dos costumes rurais correlatos a essa atividade econômica fundadas na mão-de-obra escrava), aos viajantes europeus dos inícios do século XIX, (muitos dos quais convocados para missões científicas e artísticas), percebe-se que de todos estes é possível obter recolher conteúdo descritivo de aspectos gerais e específicos sobre esta gente interiorana e cabocla do Brasil meridional. Entre os diversos relatos de viajantes europeus interessados por um ainda “desconhecido” Brasil de inícios do século XIX, cite-

⁸⁴ SANTOS, Gabriel Soares. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. 3. ed. Introdução e comentários de Francisco Adolpho Varnhagen. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938. p. 103-110. Disponível em: <http://www.brasiliiana.com.br/obras/tratado-descritivo-do-brasil-em-1587>. Acesso em: jan. 2015.

⁸⁵ Cf. ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Melhoramentos, 1976. (A primeira edição foi publicada em 1711.)

-se a compilação *Viagem à Província de São Paulo*, do botânico francês Auguste de Saint-Hilaire; no qual o autor faz dura distinção entre os residentes destes sertões paulistas com os de outras localidades coloniais, por ele observados ao longo das estradas que percorreu. Nas considerações sobre essa gente paulista, que encontrou pelas casas, estradas e cercanias de Campinas (Vila de São Carlos) a Capivari, rumo à capital da antiga Capitania de São Paulo, Saint-Hilaire assim relatou:

Além de Campinas, a estrada continua a atravessar a mata virgem que eu tinha começado a percorrer nos dias anteriores. Quasi por toda a parte tinham sido cortadas as árvores, à direita e à esquerda, até certa distância, afim de que o ar, circulando com mais facilidade, secasse mais rapidamente a terra. Passei por vários casebres e pelo rancho de Jurubatuba, construído, como o de Campinas, à custa do tesouro real. Depois, tendo caminhado quatro léguas, detive-me no lugar chamado Capivari. O rancho existente nesse local era, também, construído à custa do fisco. Era muito grande, podendo abrigar enorme quantidade de mercadorias, mas estava cheio de pó e de lixo, no meio do qual pululavam as pulgas e os bichos de pé. Ao fim de alguns instantes, meus companheiros estavam com os pés e as pernas cobertos desses insetos, e as minhas botas deles me livraram muito imperfeitamente. A alguns passos do rancho de Capivari existia uma pequena fazenda, onde se vendia milho aos viajantes. Censurei o proprietário pelo fato de não mandar varrer e limpar o rancho, do qual auferia vantagens, deixando os viajantes ser devorados pelos insetos daninhos. — De que vale varrer o rancho? — respondeu-me grosseiramente. Tive oportunidade, certamente, de encontrar nessa estrada algumas pessoas complacentes e educadas; mas, em geral, os habitantes de suas margens são pouco corteses; suas atitudes são triviais; têm um ar triste, apalermado, apático, e grande quantidade de indivíduos de nossa raça distinguem-se dos camponeses de França por não terem nem a sua alegria, nem a sua vivacidade; muito diferentes nisso dos brancos das comarcas de Ouro Preto, Sabará e Serro Frio, na província de Minas, os quais, em sua maioria, são superiores aos a que me venho referindo. Devo, de resto, acrescentar, que, se é grande injustiça julgar os mineiros, em geral, pelos que habitam perto da estrada tão frequentada, de Rio de Janeiro a Diamantina,

não haveria a menor injustiça em pretender assimilar todos os paulistas a homens forçados, por assim dizer, a viver em meio de uma multidão de negros, de camaradas ignorantes, grosseiros e viciosos, que passam e tornam a passar constantemente.⁸⁶

Vale igualmente mencionar documentação tradicional, outrossim bibliográfica, produzida em um passado relativamente recente, como *O dialeto caipira*, de 1919, do jornalista, escritor e linguista natural do atual município Monte Mor, estado de São Paulo, Amadeu Amaral, primeiro caipira imortalizado pela Academia Brasileira de Letras (ABL); e *Dicionário da terra e da gente do Brasil*, publicado em 1939, após sucessiva revisão e ampliação de *Nomenclatura geográfica peculiar ao Brasil* (1910), *Onomástica geral de geografia do Brasil* (1927), do historiador, geógrafo, professor e advogado alagoano Bernardino José de Souza⁸⁷. Abaixo, seguem definições para o vocábulo “caipira”, apresentadas neste importante estudo histórico e lexical, necessário à compreensão deste discutido processo de colonização interiorana brasileira, ainda que perene dos preconceitos de época recente – o supracitado *Dicionário da terra e da gente do Brasil*, do geógrafo e historiador Bernardino José de Souza, de 1939:

Caipira - nome com que se designa em São Paulo e noutros estados o habitante dos campos ou dos sertões. Valdomiro Silveira define-o muito bem: “o homem ou mulher que não mora na povoação; que não tem instrução ou trato social: que não sabe vestir-se ou apresentar-se em público”. Equivale a aldeão, camponês, campônio, peludo em Portugal. No

⁸⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai*. Direção, tradução e notas de Rubens Borba de Moraes. São Paulo: Livraria Martins, 1940. p. 151-152. Disponível em: <https://archive.org/details/viagemprovinci00sainuoft>. Acesso em: jan. 2015.

⁸⁷ Cf., AMARAL, Amadeu. *O dialecto caipira: gramática e vocabulário*. São Paulo: O Livro, 1920. SOUZA, Bernardino José de. *Dicionário da terra e da gente do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

Brasil, há uma grande variedade de termos para designar o indivíduo que mora no interior, fora dos centros urbanos, mais ou menos equivalentes a caipira, uns generalizados por todo o país, outros restritos a certas regiões. É o caso mais abundante de polionímia que possui a nomenclatura geográfica peculiar ao Brasil. Tais são os seguintes, com a indicação das áreas geográficas onde são de uso mais corrente: babaquara, muxuango (Campos de Goitacazes), caboré (Mato Grosso e Goiás), chapadeiro, bruaqueiro, mandioqueiro, pioca (Minas Gerais), canguaçu, caiçara (São Paulo), mandi (sul de São Paulo e oeste de Minas), queijeiro (Minas e Goiás), tapiocano (Minas e Rio de Janeiro), capiau (Minas e Bahia), capuava (Bahia), casaca (Piauí), corumba (Sergipe e Pernambuco), curau (Sergipe), matuto (Minas, Rio, Bahia, Alagoas, Pernambuco até Rio Grande do Norte), piraquara (margens do Paraíba), roceiro (Rio de Janeiro, Mato Grosso, Pará, Bahia), restingueiro, sertanejo, tabaréu (Bahia, Sergipe, Distrito Federal), casacudo (Sertão da Bahia), guasca, mano-juca, jeca, mambira (Rio Grande do Sul). Cornélio Pires, que tanto tem estudado os usos e costumes dos nossos caipiras, em seu recente livro “Seleta Caipira”, definiu-os, dizendo que “são os filhos das nossas brenhas, de nossos campos, de nossas montanhas e dos ubérrimos vales de nossos piscosos, caudalosos, encachoeirados e inumeráveis rios, acostelados de milhares de ribeirões e riachos”. Em seguida, o citado escritor divide-os em quatro classes: o caipira branco, descendente de estrangeiros brancos; o caipira caboclo, direto descendente dos bugres catequizados pelos primeiros povoadores do sertão; o caipira preto, descendente dos africanos já desaparecidos do Brasil; o caipira mulato, oriundo do cruzamento de africanos ou brasileiros pretos com portugueses, e brasileiros brancos, raramente com o caboclo, “o mais vigoroso, altivo, o mais independente e o mais patriota dos brasileiros”. “Aparece agora no nosso estado (São Paulo) um novo tipo de caipira mulato, robusto e talentoso, destacando-se, após ligeiros estudos, nos grandes centros, tratável e simpático: é o mestiço do italiano com a mulata ou do preto tão estimado por algumas italianas” (Cornélio Pires. Livro citado. Pág. 27). Quanto à origem etimológica do vocábulo caipira há várias opiniões. Baptista Caetano traduz caipira por pele tostada, de cáiqueimada e pir-pele; Couto de Magalhães pensa que é uma ligeira alteração de caipira-morador do mato; outros o derivam de caipora, alteração de caa-y-pora, literalmente o que mora ou habi-

ta a mata; outros de curupira, gênio da mitologia americana nacional; Jacques Raymundo, em sua Tese, apresentada à Congregação do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, diz que vem de caipira, participio passado de caí — o envergonhado. Diante disto, vê-se bem que teve razão Amadeu Amaral, quando escreveu: “Como todas as palavras de aspecto indígena, real ou aparente, tem o vocábulo caipira fornecido largo pasto à imaginação dos etimologistas”. De caipira derivam os termos muito usuais: caipirada — ato de caipira ou grupo de caipiras, caipirice e caipirismo — ação de caipira, e mais caipiragem, encaipirar-se, encaipiração, encaipirado. Em Portugal, caipira era a alcunha depreciativa dada aos constitucionais durante as lutas civis de 1828-1843, usando-se também no sentido de avarento e sovina na província do Minho, segundo informa Candido de Figueiredo.⁸⁸

O verbete acima reproduzido, que dá diversos significados ao termo “caipira”, trata do caboclo, do roceiro, do sertanejo; este, pois, detentor de modos e condições de vida baseados na crença, em usos e em técnicas primeiramente apreendidos de culturas tradicionais ameríndias e adventícias adaptadas/modificadas ao longo do tempo, como: o sincretismo entre elementos simbólicos pluriculturais; o emprego de coivaras para abertura de terrenos, pequenos plantios para subsistência e microcomércio na beira de estradas e pousos; o manuseio agrário de chuças e arados; a indústria domiciliar no fabrico de cerâmicas, cestos e redes, além das próprias roupas, entre outros saberes e fazeres, artes e ofícios, celebrações e lugares de memória. Refere-se a pessoas cujas famílias foram e/ou ainda vivem excluídas ou assoladas pelo avanço da urbanização sobre o campo, em especial sobre pequenas propriedades (sítios, chácaras, roças); isto é, cujos ascendentes e descendentes, como uma pecha, passaram a vida toda sem possuir quaisquer certidões e documentos sobre si mesmos e seus bens materiais. Trata-se de comunidades cuja principal característica sociocultural e afetiva reside na solidariedade e na rusticidade nos modos e condi-

⁸⁸ SOUZA. Op. cit., p. 82-84.

ções de vida caipira tradicional, enquanto atos suficientes para alcançar os mínimos sociais e vitais – atitudes muitas das quais realizadas mediante tácitas e consuetudinárias ações coletivas, tecidas entre “parceiros”, denominadas popularmente “mutirões” (ou “puxirões”). Eram populações campesinas que conviviam segundo relações, muitas das quais de compadrio, que moldavam e que faziam da vida particular e comunal algo para além do “trabalho e os dias”, de modo a normatizar seu cotidiano em função de práticas religiosas e de festas que ditavam o ordenamento da própria realidade sociocultural de todo o bairro rural, capaz de lhe conferir algum caráter de unidade.

Pari passu à implantação de hábitos, ferramentas e benfeitorias condizentes a padrões urbanizantes de cada época – principalmente entre os períodos coloniais e imperiais brasileiros, até alcançar seus tempos republicanos (não necessariamente democrático) –, os modos e condições de vida considerados “rústicos” foram se adaptando, acomodando-se ou sendo suprimidos por outros modos e condições de vida, tidos como “civilizados”, “urbanizados”, “educados”, “polidos”. Isto é, “cultura caipira”, “cultura rústica” ou “cultura cabocla”, e outras designações correlatas, podem ser entendidas como formas de persistência, subsistência, adaptação e acomodação e/ou sobrevivência frente ao processo de urbanização sobre o campo, e o conseguinte desgaste, senão supressão, de bens e referências socioculturais e linguísticas, tipicamente caipiras, ao longo do tempo. O tradicional resguardo de si e de outrem imanente ao caipira, resguardo este que alimenta a *anima* dessa “cultura rústica”, ou “cultura cabocla”, foi condição preponderante no abraço e solidarização junto de outros agrupamentos convivas, formados por imigrantes africanos escravizados e libertos e por seus descendentes afro-brasileiros, juntamente com imigrantes europeus (e posteriormente asiáticos), ao longo do último século e meio de colonização interiorana e de urbanização do país. Este acolhimento de roceiros ao pessoal imigrante, Antonio Candido identificou, empiricamen-

te, como formas de “acaipiramento” ou “acaipiração”.⁸⁹

EsSa “cultura caipira”, “cultura rústica” ou “cultura cabocla”, que chegou ao tempo presente perene de hibridações, transformou-se e se (re)significou, sobretudo, a partir de memórias, narrativas e oralidades; de bens e referências, manifestações populares e religiosas; de saberes e fazeres muitos dos quais de origens étnico-territoriais ainda hoje incertas – como o caso da indústria têxtil domiciliar, bem discutida por Sérgio Buarque de Holanda e por outros investigadores. São esses rústicos ou caboclos aspectos étnico-socioculturais, quando reunidos e representados, que formaram a “cultura caipira tradicional”, a qual ainda existe real interesse – comunitário, público e privado – em promover e salvaguardar. Para tanto, é necessário, sempre que pertinente, que os estudos e pesquisas sobre cultura caipira e patrimônio cultural, como um todo, remetam-se às ditas fontes documentais tradicionais.

Perspectiva II – Cultura caipira à luz da indústria cultural no Brasil

Em momento que no decadente Império do Brasil suas elites econômicas aspiravam e sinalizavam pela vontade de mudança para um regime republicano – período este também muito marcado pela criação e desenvolvimento da indústria e do transporte ferroviário e fluvial vaporizados (muito em função da monocultura cafeeira), e pelo ocaso daquele tropeirismo herdeiro de bandeiras e monções – eram regulares os embates ideológicos sobre quais seriam os rumos deste país simbolizado pela aristocracia inculta, pela escravidão e pela miséria generalizada. Tal embate ideológico, para o qual se estampavam opiniões liberais e conservadoras a partir de órgãos de imprensa republicanos ou monarquistas, não havia sua circulação limitada apenas à Corte e às capitais provinciais. Em localida-

⁸⁹ Cf. MELLO E SOUZA, Antonio Candido de. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida*. 11. ed. São Paulo: Editora 34/ Duas Cidades, 2001. p. 28.

des e regiões capitalizadas pela economia cafeeira, industrial e ferroviária, também se encontrava consolidado público leitor e articulista partícipe deste embate ideológico – localidades entre as quais estava o atual município de Campinas, a “Princesa d’Oeste”. De miserável passagem e paragem que se tornou latifúndio canavieiro e escravista, o atual município de Campinas (outrora Freguesia e Vila de São Carlos, fundada em 1774), a partir de meados do século XIX, era localidade que já se destacava no cenário econômico cafeeiro e industrial – capaz, inclusive, de fomentar sua própria atividade de imprensa, componente indispensável à formação da indústria cultural no Brasil.⁹⁰

Além da discussão sobre o regime de governo ideal ao Brasil, em Campinas a escravidão já era discursivamente combatida com alguma veemência por ideólogos republicanos, não obstante o fosse mais pela dificuldade de sua manutenção econômica do que por tão somente senso humanitário e/ou caridade cristã. Mas havia discussões paralelas e pertinentes à realidade do próprio público leitor e articulista campineiro, de meados ao final do século XIX. Diferentemente do tema “escravidão”, debatido com maior seriedade e fervor por órgãos de imprensa da época, quanto ao teor crítico do que se escrevia sobre os tipos brasílicos e paulistas tradicionais, como o “caipira” e outros, demonstrava-se patente o desprezo por aquela gente cabocla, de cultura rústica, desajustada em relação aos modos e condições de vida impostos pela “marcha do progresso” – desprezo este destinado, inclusive, à grande população campineira assentada em bairros rurais (mais volumosa que aquela afixada no núcleo urbano). Em colaborações de leitores e articulistas para com a imprensa republicana campineira, sobre aquela gente cabocla, de cultura rústica, desajustada, liam-se opiniões irônicas e algumas até sarcásticas sobre a realidade de uma então província e um país ainda apegados a tradições “rudes”, “arcaicas”. São comentários

⁹⁰ Para uma história social de Campinas, cf. LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros – Campinas (1850-1900)*. São Paulo: Edusp, 1996. _____. *Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)*. Campinas (SP): Ed. da Unicamp, 2008.

que, para os dias atuais, apresentar-se-iam como preconceituosos, mas que na época eram lidos como dos mais comuns e corriqueiros, reproduzidos para consumo da própria elite e sociedade letrada campineira. Não há dificuldade em pesquisar notícias e comentários de época impróprios para os dias de hoje, se reproduzidos nos mesmos termos, ainda mais em tempos em que a disseminação de acervos digitais é consolidada.⁹¹

Em *A Gazeta de Campinas – Orgam Republicano*, no final de 1870, publicou-se uma série de opiniões sobre os principais “perfis paulistas”; entre os quais, foram mencionados: I – “o caipira”; II – “o paulista antigo”; e III – “aristocratas e democratas”. Desses dois últimos, mais interessante seria analisá-los em outra oportunidade; pois, para o momento, talvez seja mais pertinente se ater ao vilipendiado perfil paulista caipira. Sujeito dado como “estranho” diante do “progresso” em via, o perfil paulista tido como o caipira, segundo o articulista autodeclarado “S.”, chegou a ser até dividido em subtipos. Considerava-se, pois, que, na época, meados da segunda metade do século XIX, já havia aquele caipira que briosamente chegava com alguma frequência e adaptabilidade à cidade; assim como havia outro mais rústico, restrito aos seus modos e condições de vida tradicionais, e com poucas idas e vindas a núcleos urbanos. Ambos os caipiras caricaturados – o “caipira civilizado” e o “caipira-caipira” – foram apresentados, sem misericórdia, abaixo de quaisquer “preceitos de civilização” aceitáveis para os “padrões de progresso” da época, mesmo se comparados aos tais “paulistas antigos”, e aos bacanas “aristocratas e democratas” de então.

Abaixo, segue na íntegra colaboração da *Gazeta de Campinas*, assinada por “S.”, em 11 de setembro de 1870, que apresentou o primeiro entre os três básicos perfis paulistas, e sobre o qual teceu as seguintes colocações:

⁹¹ MARIANO, Julio. História da imprensa em Campinas. In: SOUSA JUNIOR, Teodoro et al. *Monografia histórica do município de Campinas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952. p. 301-314.

COLLABORAÇÃO

PERFIS PAULISTAS

I

O CAIPIRA

Ha duas especies de caipira: o caipira presumido e o caipira-caipira. O caipira presumido é o que julga muito civilizado, bonito e sabio. Quando apparece na cidade, é no rigor da moda, mas com pouco gosto. Usa roupas de côres flammejantes, de grossas correntes de relógio, de pince-nez posto com grande affectação. Falla muito alto, com modo dominador, e pensa ser um sabio que a todos espanta: se anda por uma sala de baile, julga-se um Adonis que vae desgraçar todas as filhas familias. Se vae a um hotel, em grande cidade, corteja todos os criados, e aperta-lhes a mão com respeito: depois que reconhece seu erro, zanga-se e os trata como negros.

Vive em briga com gente infima, trocando com ella ditos pesados, e ás vezes socos.

No theatro, applaude fortemente, na ocasião menos própria. Só gosta dos dramas antigos, de capa e espada, em que os actores entram gritando e uivando, como loucos. Uma scena terna e natural é sem sabor para elle.

No entrar em uma sala, é que o caipira mostra o todo chic. Para esses dias, toma uma falla e modos domingueiros. Fica outro, não se os reconhece. Entra com grande rompante, e vae, uma por uma, apertar a mão de todas as senhoras, com movimentos de elefante.

É um bom sujeito. Só tem o defeito de gostar de pôr alcunhas. É outro signal de falta de civilização. Herdamos isso de nossos paes portuguezes, que, diga-se a verdade, não era lá de grande miolo. O homem illustrado melhorar tudo em roda: o ignorante procura rebaixar tudo. Muitos outros até pensam, que dando aos outros boas qualidades, tiram de si. Por isso fallam de todos, amesquinhando-os, e criticando-os. Só elles são bons, bonitos e sabios.

É exactamente o contrario que se deve crer, pois aquelle que não tem enthusiasmo por outrem, é incapaz de praticar acções brilhantes; a chave das boas qualidades é o enthusiasmo pelas boas acções.

Ha muitos, pelas cidades do interior, com este systema caipira, de pôr nomes em todos. Alguns arrenegam com as alcunhas: outros as acceitam, juntando-as ao nome.

O caipira-caipira distingue-se em tudo do caipira civilizado. Diz um amigo que onde está um caipira, está a gallinha puipura.

O caipira-caipira quasi sempre tem algum tanto de sangue indio. Arma uma vendinha com meia dúzia de garrafas vazias, e outras cheias de aguardente, alguns biscoitos, e cigarros, e deitado em uma rede, no fundo da venda, a custo se levanta para vender um vintem de pinga, em quando o estrangeiro está sempre trabalhando, de sorte que ainda que pouco venda, o jornal é infallivel.

O caipira é vadio. Vive em sua casa, mal barreada, e ali vivem, ou antes morrem, a mulher e filhos ao desabrigo. Vive da caça, pesca e sobretudo de peditorios.

Assim como é superior a incommodos, é superior ao tempo. Quando vem nos pedir um favor, com modo soberbo, leva horas e horas, sem dizer o que quer, a vos olhar, e tomar o precioso tempo.

Na porta do caipira ha sempre um ou mais cães gosos, muitas gallinhas puipuras. O cãozinho é magro, feio, e tem uma voz surda, sahida das entranhas, que parece estar queixando do mau trato. As gallinhas elles conservam sem dar um grão de milho, pelo que ellas sahem pelo mundo, a caçar gafanhotos a distancias enormes. É muito ingrato o caipira para sua gallinha puipura!

Quase sempre vem á cidade, ao domingo, montado em seu Cavallo, emquanto a mulher vem a pé, trazendo um filho nas costas, um balaio na cabeça, e alguns trenszinhos mais na mão. Pobre é a mulher do caipira.

Mas, não pense que talho carapuças. Longe de tal pensamento. Só vou tirar o perfil de alguns typos em geral.

De mais, todo homem que lê a GAZETA, não pôde ser caipira.⁹²

⁹² ARQUIVOS HISTÓRICOS/CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP. Coleção de Periódicos. GAZETA DE CAMPINAS. *Collaboração: Perfis paulistas I – O caipira*. Campinas, 11 de setembro de 1870, n. 88, p. 1-2. Cf., também, _____. *Collaboração: Perfis paulistas II – O paulista antigo*. Campinas, 8 de outubro de 1870, n. 96, p. 1. _____. *Collaboração: Perfis paulistas III – aristocratas e democratas*. Campinas, 27 de novembro de 1870, n. 109, p. 1-2. Disponíveis também em: memoria.bn.br. Acesso em: jan. 2015.

A partir de uma análise, ainda que de rasa profundidade, acerca do conteúdo apresentado nessa colaboração de “S.” para a *Gazeta de Campinas*, sobre o perfil paulista tipicamente caipira, depreende-se que sua jocosa textualidade, no tempo presente, causaria impropérios contra muita gente, como também ocasionaria gargalhadas a outro sem-número de pessoas e agrupamentos socioeconômicos diversos; de modo que, sem risos, faz-se perceptível como o vigente conhecimento geral e público sobre cultura caipira é atingido por resquícios caricaturais como esses expostos no texto acima apresentado. O tal “caipira civilizado”, acima descrito, pode ser entendido como aquele sujeito em sofrível, mas insistente, processo de adaptação, acomodação e supressão de sua “cultura rústica” ou “cultura cabocla”, em favor de padrões coerentes com as visões de mundo “civilizadoras” – embora não raro essas visões de mundo fossem de difícil apreensão imediata a caipiras roceiros e semiurbanizados. Parece que ao “caipira civilizado” sempre lhe faltaria os padrões de etiqueta dos próceres da elite campineira – seja aquela monarquista e republicana, seja a urbana e/ou agrária. Trata-se de um contínuo preconceito, muito patente e generalizado no Brasil meridional, até os dias atuais, este de chamar pejorativamente alguém de “caipira”, como sinônimo igualmente pejorativo para “jeca”, “brega” e “cafona” – muito direcionado sobre quem vem a passar e ostentar alguma ascensão socioeconômica em relação aos carentes, mas resistentes, meios e condições de vida previamente tradicionalmente rústicos, necessários à subsistência individual, familiar e comunitária de agrupamentos assentados em bairros rurais tradicionais. O outro tipo de caipira exposto, o tal “caipira-caipira” – aquele mais achincalhado pelo colaborador “S.” da *Gazeta de Campinas* em relação ao “caipira civilizado” – sem dúvida é aquele que foi mais representado, desde aquela época, sob diversas perspectivas e com alguma sensibilidade e interesse sociocultural, nos planos eruditos e populares; por exemplo: nas artes plásticas realistas tardias, nas ciências sociais brasileiras em formação e na literatura brasi-

leira pós-romântica (regionalista e de permanência, subseqüentemente).

Entre as décadas finais do século XIX e as primeiras do século XX, acerca das representações sobre os modos e condições de vida de povoaamentos tradicionais (entre os quais estão incluídos aqueles tipicamente caipiras), destacaram-se produções realizadas por nomes eruditos como do artista plástico Luiz Ferraz de Almeida Júnior, de acadêmicos como Sílvio Romero e Oliveira Vianna, e de literatos e ensaístas como o engenheiro militar, jornalista e acadêmico Euclides da Cunha e o poeta, linguista e “caipira imortal” Amadeu Amaral. Entre os musicistas, meio eruditos e meio populares, cite-se gente como Chiquinha Gonzaga, Ernesto Nazareth e Luciano Gallet, porque conhecedores e praticantes da ainda desconhecida “música popular brasileira”; assim como vale mencionar também o literato pioneiro do regionalismo paulista, o advogado, promotor e político Valdomiro Silveira; e, especialmente, o folclorista, poeta, cronista, editor e polivalente produtor cultural Cornélio Pires – sem dúvida, o maior entendedor, em específico, da cultura caipira tradicional, espalhada pelo atual território paulista e do Brasil meridional –, e alguns de seus parceiros de folhetim, como o jornalista e chargista Alexandre Ribeiro Marcondes Machado, o famoso vale-paraibano “Juó Bananére”.⁹³

⁹³ Sobre a produção artística e intelectual realizada pelos nomes acima elencados, cf., respectivamente, PERUTTI, Daniela Carolina. *Almeida Júnior: gestos feitos de tinta*. São Paulo: Alameda Editorial, 2011. SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Sílvio Romero: hermeneuta do Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005. ROMERO, Sílvio. *Estudos sobre a poesia popular no Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Laemmert & C., 1888. _____. *Ethnographia brasileira: estudos críticos sobre Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues, Theophilo Braga e Ladisláo Netto*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves Ca., 1888. BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2007. VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil: história, organização, psicologia*. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. MELLO E SOUZA, Antonio Candido de. “Euclides da Cunha sociólogo”. In: *Remate de Males, Número especial “Antonio Candido”*. Campinas (SP): Departamento de Teoria Literária, IEL-Unicamp, 1999. Disponível em: <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/remate/article/view/3553/3000>. Acesso em: jan. 2015. CUNHA, Euclides. *Os Sertões: Campanha de Canudos*. 3. ed. corrigida. Rio de Janeiro: Typ. Laemmert & C., 1905. AMARAL, Amadeu. *Obras completas de Amadeu Amaral – Tradições Populares*. Prefácio de Paulo Duarte. São Paulo: Progresso Editorial, 1948; AMARAL, Amadeu. Op. cit. Sobre Chiquinha Gonzaga, Ernesto

Entre os “caipiras” realistas de Almeida Júnior e os caricatos “íto-lo-caipiras” de Juó Bananére, fortemente permeados pela literatura e o folclorismo de um Cornélio Pires em plena forma, muito se transformou quanto ao interesse sociocultural de incluir, ou não, tais tipos caipiras em projeções e construções identitárias regionais e nacionais. Essa geração artística e intelectual, entre eruditos e populares, em suas variadas artes e ofícios, que precedeu e semeou terreno para projeções e construções identitárias, foi responsável pela gestação de outras perspectivas quanto ao olhar sobre o próprio país, sua diversidade sociocultural e sua população miscigenada, sobretudo aquela afixada e/ou em trânsito pelo “interiorzão” do Brasil – geração artística e intelectual esta desprezada, em primeiro momento, por arautos da famosa Semana de Arte Moderna de 1922 (realizada no Theatro Municipal de São Paulo), em favor de discussões propriamente estéticas vanguardistas; e por outro lado recebida com alguma atenção, por parte de alguns críticos e outros tipos mais conservadores ou “do contra” deste mesmo Modernismo, como Monteiro Lobato.⁹⁴

Nazareth e Luciano Gallet, cf. TINHORÃO, José Ramos. *Os sons que vêm da rua*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2005. Sobre Valdomiro Silveira, cf. LIMA, Rossini Tavares de. *O folclore na obra de escritores paulistas*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura/ Comissão de Literatura, 1962. SILVEIRA, Valdomiro. *Os caboclos*. São Paulo: Editora Revista do Brasil, Monteiro Lobato & Cia., 1920. Sobre Cornélio Pires, cf., BERTOLLI FILHO, Claudio. *Um fragmento da história da comunicação no Brasil: Cornélio Pires e o caipira paulista*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bertolli-claudio-fragmento-da-historia-da-comunicacao.pdf>. Acesso em: jan. 2015. DANTAS, Macedo. *Cornélio Pires: criação e riso*. São Paulo: Duas Cidades/ Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, 1976. PIRES, Cornélio. *Conversas ao pé do fogo: páginas regionais*. 3. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1927. _____. *As estrambóticas aventuras de Joaquim Bentinho*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1924. _____. *Continuação das aventuras de Joaquim Bentinho*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1929. Sobre Juó Bananére, cf. FONSECA, Maria Cristina. *Juó Bananére: o abuso em blague*. São Paulo: Editora 34, 2001. LEITE, Sylvia Helena Telarolli de Almeida. *Chapéus de palha, panamás, plumas, cartolas: a caricatura na literatura paulista (1900-1920)*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1996. RIBEIRO, Alexandre Marcondes Machado. *Juó Bananére: as Cartas d'Abax'o Piques*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998.

⁹⁴ LAJOLO, Marisa. *Monteiro Lobato: a modernidade do contra*. São Paulo: Brasiliense, 1985. MEIHY, José Carlos Sebe Bom. “Monteiro Lobato e o outro lado da lua”. In: FABRIS, Annateresa. *Modernidade e Modernismo no Brasil*. São Paulo, Mercado de Letras, 1994. p.39-55.

Em sendas das artes plásticas situadas entre um realismo tardio e um regionalismo, José Ferraz de Almeida Júnior – um “caipira itu-piracica-bano” que fez seus estudos em Paris – inspirou-se em temas nativos para compor algumas de suas principais telas, como *O Derrubador Brasileiro* (1879), *Caipiras Negaceando* (1888), *O Caipira Picando Fumo* (1893) e *O Violeiro* (1899). Produzidas com solenidade e formalismo acadêmicos, tais obras evocam uma vida ora taciturna, ora confraternizadora, ora violenta, ora romântica, daquela gente aparentemente alheia ao progresso e à urbanização sobre o campo, mas que, nos planos da tradição oral e do conhecimento histórico, soube resistir e/ou se adaptar a padrões socioculturais tidos como “civilizados”, “urbanizados”, externos à sua realidade autóctone.

No âmbito da literatura regionalista e da música popular, o poeta e contista, folclorista, jornalista e produtor cultural tietense Cornélio Pires, a partir da década de 1910 até quase o final da vida (17 de fevereiro de 1958, pouco antes de completar 74 anos) publicizou por meio do rádio, de discos de vinil, de livros, revistas e de espetáculos circenses e folclóricos mambembes os modos e condições de vida do caipira tradicional – vale ressaltar, de modo inteiramente adverso à imagem depreciativa que se pode resumir na colaboração de “S.” ao folhetim *Gazeta de Campinas*, e que se ampara, e muito, nas pitorescas porém solenes imagens criadas por Almeida Júnior –, apresentando-lhe como sujeito astuto e detentor de saberes e fazeres práticos e eficazes em seu cotidiano – sujeito este ora mais jubiloso, ora mais contrito, mas sempre conhecedor de si e de seus mais chegados. Assim sendo, não há como pesquisar os modos e condições de vida do caipira tradicional, inclusive em seus aspectos étnicos e socioculturais, sem consultar a polivalente produção cultural de Cornélio Pires.

Poeta e cronista distante ou rejeitado pela Semana de Arte Moderna de 1922 e por seus reflexos – talvez muito em função de seu jeito rústico, puritano e empenhado de se comunicar –, Cornélio Pires ainda assim manteve-se em intensa atividade cultural e in-

lectual por décadas a fio – inclusive sendo um escritor e produtor musical de relativo sucesso comercial na época. Sua obra literária regionalista – como *Conversas ao pé do fogo* (1921) e *As estrambóticas aventuras de Joaquim Bentinho* (1926), entre outros títulos –, bem como a discografia e produção musical que promoveu, de modo pioneiro, entre 1929 e 1930, o ingresso de grupos e duplas de moda de viola na incipiente indústria cultural brasileira (como A Turma Caipira, Mariano e Caçula, Zico Dias e Ferrinho, Mandi e Sorocaba, e outros), são reconhecidas fontes seguras, se entendidas como documentos, sobre cultura caipira, e se tornaram referência primaz para diversos estudos e pesquisas mais tarde suscitados, ainda consagrados nos dias atuais.⁹⁵

Mesmo que tenha se percebido, por exemplo, maior tolerância e aceitação da cultura caipira tradicional nos incipientes meios de comunicação e de entretenimento brasileiros, nas primeiras décadas do século XX, uma parcela da intelectualidade formadora de opinião pública – representada, inclusive, pelo advogado, empresário, escritor, editor e jornalista vale-paraibano Monteiro Lobato, pai do Jeca Tatuzinho e da boneca Emília, autor de *Urupês* (1918)⁹⁶, entre outras obras – reprovava a intrusão e permanência de padrões rústicos e caboclos na construção de uma identidade nacional civilizada, instruída, saudável e produtiva. Polêmico, crítico dos modernistas de 1922 porque avesso à influência das vanguardas artísticas europeias de então sobre a cultura brasileira, avesso à antropofagia, Monteiro Lobato produziu uma obra literária eminentemente política e pedagógica, como forma de contribuição à projeção e construção de uma identidade nacional capaz de “derrotar as saúvas” (em alusão à expressão

⁹⁵ Cf. MORAES, José Geraldo Vinci de. *Metrópole em sinfonia: história, cultura e música popular na São Paulo dos anos 30*. São Paulo: Estação Liberdade/Fapesp, 2001. NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870/1920*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1998. SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira – da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

⁹⁶ Cf. LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Editora do Brasil, Monteiro Lobato & Cia., 1918.

cunhada por Auguste Saint-Hilaire, “Ou o Brasil acaba com a saúva, ou a saúva acaba com o Brasil”, e retomada por Mário de Andrade em *Macunaíma*, “Muita saúva e pouca saúde, os males do Brasil são”).

Por muito tempo, o Jeca Tatu de Monteiro Lobato, em quase todas as suas fases – pois, por fim, seu criador o redefiniu como um caipira já aprendendo a lidar com a modernidade, repaginado como o Zé Brasil (1947)⁹⁷ –, foi símbolo de um tipo brasileiro doentio, chucro e atrasado; até que esse arquétipo, já consolidado no cenário cultural e de entretenimento brasileiro, desde a “era do rádio” e do “teatro de revista” (décadas de 1920 a 1950), chegou às telas do cinema e dos televisores (ainda que precedido pelo tor, cineasta e produtor cultural Genésio Arruda), na pele do também ator, cineasta e produtor cultural Amácio Mazzaropi, com muita influência não apenas do homônimo personagem lobatiano, mas também do cornelianiano Joaquim Bentinho (mais altivo e renitente), devidamente humanizado e sociabilizado com alguma dramaticidade poética ao estilo regionalista de Valdomiro Silveira. O Jeca Tatu de Mazzaropi, juntamente com a moda de viola reproduzida no rádio e na televisão, e em espetáculos circenses e folclóricos, assim como a dispersa tradição oral (perdida ou registrada), ainda é uma das principais referências para o conhecimento da cultura caipira tradicional, em seus diversos aspectos, saberes e fazeres.⁹⁸

Quanto à música caipira tradicional, dita “música raiz” e, em especial, a moda de viola e seus gêneros correlatos, como o “cururu” e o “cateretê”, à medida que esta passou a receber algum interesse financeiro, amparo técnico e influências sonoras externas à própria realidade econômica e sociocultural emanada da vida caipira tradicional, promovidas pela indústria cultural no Brasil – principalmente aquela vinculada a produções radiofô-

⁹⁷ Cf. LOBATO, Monteiro. *Zé Brasil*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

⁹⁸ Sobre a presença arquetípica e sociocultural da figura do caipira na memória local, sobretudo taubateana, à luz dos legados de Monteiro Lobato e Amácio Mazzaropi, e a partir da análise oralista de uma escultura em madeira produzida recentemente (O Pensador Caipira), cf. MEIHY, José Carlos Sebe Bom. “História oral e identidade caipira, espelho, espelho meu?”. In: CHUVA, Márcia (Org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Dossiê História e Patrimônio*, n. 34, p. 411-425, 2012. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3239>. Acesso em: jan. 2015.

nicas e fonográficas, desde seus primeiros momentos, no início do século XX – esta passou a servir mais para a criação de um gênero estético e musical com características de sofisticação (inclusive, no sentido de “falta de naturalidade” e “afetação”) do que algo a ser popularizado de acordo com o estilo e configuração com que esta foi transmitida de geração em geração restritamente a bairros rurais. Composição fundada na cantoria sentimental e instrumentação rústica (ainda em meados do século XX, à base de violas e percussões confeccionadas artesanalmente), mas alegre na realização de danças e folguedos, a “moda de viola”, ou “música raiz”, progressivamente, e sem ser radicalmente tolhida de sua essência, forneceu subsídios melódicos, rítmicos e temáticos à gestação e produção de conexo gênero musical sumamente definido pela indústria cultural: a música sertaneja.⁹⁹

Quiçá ainda rústica e cabocla em essência e aparência, a música caipira, a moda de viola, originalmente registrada por Cornélio Pires e sua “Turma Caipira”, e adaptada e acomodada, ao longo do tempo, de acordo com o interesse gerenciado e financiado pela indústria cultural, como indicam pesquisadores afeitos ao tema, veio a receber esta outra denominação “sertaneja”, como estratégia de mercado apta a atingir público oriundo de outras regiões, principalmente do interior do país, residentes em sua terra natal e/ou migrantes, relutantes, que não se identificavam (e muitos assim permanecem), com a denominação “caipira” – ainda mais por esta denominação ser, até hoje, carregada de patente teor pejorativo.

Tanto para empreendedores e profissionais desta produção cultural, quanto para artistas a serem promovidos, roceiros e/ou urbanizados, empregar o termo “sertanejo” em lugar de seu correlato “caipira” findou por ser recurso de sucesso para atrair este público consumidor interiorano, saudoso de um passado rural que deixou para trás, mas que também vive em busca de remédio/veneno para suas insatisfações afetivas. Vale dizer,

⁹⁹ Cf. TINHORÃO, José Ramos. *Cultura popular: temas e questões*. São Paulo: Editora 34, 2001.

contudo, que estudar e pesquisar sobre a música sertaneja não significa, entretanto, distanciar-se de temas voltados aos modos e condições de vida caipira tradicional; não obstante, cada vez mais a música sertaneja veio a influenciar a “música caipira”, em suas características fundamentais, senão em essência, certamente em aparência e na forja da cultura material, por meio de aportes, por exemplo, evidenciados na composição rítmica, melódica e temática; assim como na indumentária, na instrumentação básica e na produção técnica.

Portanto, acerca da “música sertaneja”, em suas diferentes fases e em facetas estilísticas – mesmo que esse gênero musical seja, mesmo assim, encarado como objeto para estudos e pesquisas identitários e socioculturais populares e tradicionais – talvez seja mais interessante entendê-la sob a perspectiva histórica da atuação socioeconômica da indústria cultural no Brasil, uma vez que este gênero musical e estético, há décadas, não emana diretamente de grupos e comunidades rurais tradicionais ainda restritos a seus “mínimos sociais e vitais”, mas da oferta ou apelo do mercado fonográfico, radiofônico e televisivo, ao longo de seus diversos momentos. Frágil diante da “civilização urbana” que assola o campesinato rústico e caboclo, a tradicional música caipira, a moda de viola, é hoje gênero musical que, fadado ao ocaso de sua originalidade, depende do interesse de atuais artistas sertanejos, jovens e amadurecidos, para que esta seja transmitida às seguintes gerações, mesmo que infestada de cacoetes e características cada vez mais estranhas ao que pode ser associado ou identificado a bens e referências da cultura caipira.

Independentemente de ser música caipira ou sertaneja, artistas, duplas e grupos regionais, de sucessivas gerações, desde a música raiz, passando pelo estilo romântico, e chegando aos tempos mais recentes, fizeram e continuarão a fazer parte da vida e da memória de muita gente que os escutava no radinho a pilha, seja na roça ou na cidade, ou mesmo os prestigiava em espetáculos realizados sob lonas de circo. Entre intérpretes, compositores, músicos de acompanhamento, radialistas e produtores musicais, nomes

como do botucatuense Raul Torres; o sobrinho de Cornélio Pires, Ariovaldo Pires, o Capitão Furtado; Tonico e Tinoco; Tião Carreiro e Pardinho; Lourival dos Santos; Teddy Vieira; Liu e Léu; Cascatinha e Inhana; Tião Carreiro e Pardinho; Belmonte e Amaraí; Inezita Barroso; Leo Canhoto e Robertinho; As Galvão; Duo Glacial; Trio Parada Dura; Rolando Boldrin; Pena Branca e Xavantinho; Renato Teixeira; Almir Sater e tantos outros – cada um a seu tempo, geração e influência musical –, e sem necessidade de mencionar os mais recentes, são algumas das personalidades artísticas e culturais que mais souberam explicar, com simplicidade e sinceridade, os modos e condições da vida caipira tradicional, assolada, senão ao menos adaptada e/ou acomodada, face ao processo de urbanização sobre o campo.¹⁰⁰

O jornalista e musicólogo José Ramos Tinhorão – o qual identificou na intrusão de elementos exógenos aos “gêneros musicais rurais urbanizados” mais danos que benesses, em relação à originalidade caipira e sertaneja – explica, enfatizando a presença de Raul Torres em meio a este contexto, que:

Pela altura dessa segunda metade da década de 50, quando a importância da ação do pioneiro estilizador de temas rurais Raul Torres entra em declínio, o mercado da música popular brasileira enfrentava [...] a avassalante concorrência de numerosos gêneros estrangeiros impostos maciçamente pelos trustes internacionais do disco, muito fortalecidos a partir da segunda guerra mundial. [...] Durante esse período de intensificação do processo de desnacionalização da música popular no Brasil, entretanto, era ainda o aproveitamento dos ritmos e temas rurais que ajudavam a salvar – ao lado do baião urbano – as aparências da criação nacional.¹⁰¹

¹⁰⁰ NEPOMUCENO, Rosa. *Música caipira: da roça ao rodeio*. São Paulo: Editora 34, 1999.

¹⁰¹ TINHORÃO, José Ramos. *Pequena história da música popular: da modinha à canção de protesto*. Petrópolis: Editora Vozes, 1978. p. 200.

Neste sentido, estes e outros artistas, detentores de indiscutíveis talentos e sabenças populares, foram se tornando pouco mais que reles produtos do mercado fonográfico e da indústria cultural – pois assim foram e são tratados na realidade dos negócios – sobretudo para seus produtores e empresários, mesmo que entronizados pelo público consumidor e ouvinte. Aquelas cantorias e toadas improvisadas, somente ensinadas pela tradição oral e em ocasiões seresteiras, como assim o eram realmente executados a moda de viola e gêneros correlatos (tal qual o cururu), progressivamente vieram deixando (ou já deixaram) de existir do jeito como foram transmitidas de geração em geração, até mesmo antes da instalação desta indústria cultural no Brasil. Talvez, o que ainda possa existir e resistir, no campo da música caipira tradicional, são apenas frágeis resíduos de memórias histórica e afetiva o suficiente para estimular uma visita investigativa a tempos pregressos que alcance os registros sonoros produzidos por Cornélio Pires, entre 1929 e 1930.

Perspectiva III – Estudos e pesquisas em folclore

Decorrentes do processo de aceitação e tolerância sociocultural e intelectual à permanência dos modos e condições da vida caipira tradicional, por parte da “civilização urbana”, os estudos e pesquisas em folclore (termo este advindo da língua inglesa, *folk-lore*, isto é, *grosso modo*, “lições do povo”, ou simplesmente “cultura popular”), desenvolvidos no Brasil, tiveram importante participação para o recente e atual reconhecimento e salvaguarda de bens e referências, saberes e fazeres próprios das culturas populares e tradicionais. Trata-se de um processo em assimilação, desde finais do século XIX e inícios do século XX, e que chega aos dias de hoje, na literatura, na música, na oralidade, e na indústria cultural, como parte da incorporação desta cultura caipira, rústica, cabocla, no bojo de identidades nacionais em projeção e em construção sociocultural.

Em sintonia a algum pensamento e práticas regionalistas em literatura,

música, artes plásticas e cênicas, os estudos e pesquisas sobre folclore no Brasil se diversificavam entre si de acordo com a localização das manifestações socioculturais a serem descritas e analisadas. No que se refere, com maior ênfase, ao atual estado de São Paulo e suas divisas e zonas de influência, tais estudos e pesquisas vieram a revelar a existência de uma cultura caipira, popular e tradicional, gestada desde os princípios de colonização da América portuguesa e que, contudo, chegou muito transformada, senão fragmentária, aos dias atuais; porém sabidamente dotada de saberes e fazeres condizentes com os mínimos sociais e vitais que caracterizavam os modos e condições de vida caipira tradicional em típicos bairros rurais; e que, à luz das políticas governamentais, esta cultura caipira passou a receber outro tratamento, sendo-lhe conferida um capital simbólico, outrora desprezado, por detentores de uma suposta “cultura erudita”; mas que desde então busca valorizar e reconhecer, por exemplo, enquanto patrimônios culturais, a prática de ritos e festividades religiosas eminentemente populares, a retomada de dietas e hábitos alimentares caipiras seculares, a difusão cultural de suas formas de expressão artística, a recuperação de memórias históricas e socioculturais e de tradições orais, entre outros saberes e fazeres.

Expoente intelectual da geração modernista de 1922, o literato e crítico, professor e músico Mário de Andrade, paulistano de nascimento e morte, quando ocupou cargos públicos para as áreas da cultura e do patrimônio histórico e artístico – primeiro à frente do Departamento de Cultura da capital paulista, e mais tarde juntamente à equipe que criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a partir do Decreto Federal nº 25, sancionado a 30 de novembro de 1937 – realizou diversos estudos e pesquisas sobre folclore por diversas regiões brasileiras, inclusive no interior paulista e em suas zonas de influência sociocultural – estudos e pesquisas estes decorrentes do redirecionamento de questões estéticas não formalistas de 1922 rumo a questões identitárias nacionais, debatidas no

seio de um conflituoso Modernismo, principalmente a partir de 1924. Entre as obras de Mário de Andrade que tangem à temática folclorista, vale mencionar o *Ensaio sobre a música brasileira*, publicado originalmente em 1928. Neste ensaio, Mário de Andrade acusa o real desconhecimento artístico e erudito sobre a diversidade e pluralidade da cultura musical, popular e folclórica distribuída pelo país, como também critica a falta de uma consciência supostamente nacional, prejudicada inclusive pela ignorância da classe artística brasileira, pouco afeita ao folclore, e desnecessariamente apegada a regionalismos de pouca interação junto a contextos étnico-culturais mais amplos, como se percebe no excerto abaixo:

Nosso folclore musical não tem sido estudado como merece. Os livros que existem sobre eles são deficientes sob todos os pontos-de-vista. E a preguiça e o egoísmo impedem que o compositor vá estudar na fonte as manifestações populares. Quando muito ele se limitará a colher pelo bairro em que mora o que este lhe faz entrar pelo ouvido da janela.

Quanto à vaidade pessoal si um músico der para uma forma popular uma solução artística bem justa e característica, os outros evitarão de se aproveitar da solução alheia. Nós possuímos um individualismo que não é libertação: é a mais pífia a mais protuberante e inculca vaidade. Uma falta de cultura geral filosófica que normalize a nossa humanidade e alargue a nossa compreensão. E uma falta indecorosa de cultura nacional. Indecorosa.

A falta de cultura nacional nos restringe a um regionalismo renego que faz dó. E o que é pior: Essa ignorância ajudada por uma cultura internacional bêbeda e pela vaidade, nos dá um conceito do plágio e da imitação que é sentimentalidade pura. Ninguém não pode concordar, ninguém não pode coincidir com uma pesquisa de outro e muito menos aceitá-la pronto: vira para nós um imitador frouxo. Isto se dá mesmo entre literatos, gente que por lidar com letras é supostamente a mais culta. A mais bêbeda, concordo.

Todas estas constatações dolorosas me fazem matutar que será difícil ou pelo menos bem lerda a formação da escola musical brasileira. O lema do modernismo no Brasil foi Nada de escola!... Coisa idiota: Como se o mal estivesse nas

escolas e não nos discípulos...

A nossa ignorância nos regionaliza ao bairro em que vivemos. Nossa preguiça impede a formação de espíritos nacionalmente cultos. Nossa paciência faz a gente aceitar esses regionalismos e esses individualismos curtos. Nossa vaidade impede a normalização de processos, formas, orientações. E estamos embebidos pela cultura européia, em vez de esclarecidos.¹⁰²

Desde então, após esta experiência de Mário na investigação sobre o folclore nacional e suas variâncias regionais, a cultura caipira, e seus bens e referências, veio a receber alguma atenção de autoridades públicas e da sociedade civil organizada como integrante e partícipe efetiva na projeção e no processo de construções identitárias nacionais – mesmo que tardiamente em relação à criação do SPHAN. Também por causa de Mário de Andrade, entre outros estudiosos e pesquisadores, o folclore nacional, compreendido em sua diversidade regional, étnica e sociocultural, encontrou algum espaço a ser ocupado nos terrenos do patrimônio cultural, enquanto seara das políticas públicas. Os estudos e pesquisas sobre folclore no Brasil, outrossim, também tiveram a colaboração e o esforço intelectual de autores que se dedicaram quase que exclusivamente a este campo do conhecimento sociocultural, entre os quais estão Luís da Câmara Cascudo e Alceu Maynard Araújo.

O potiguar Luís da Câmara Cascudo foi intelectual que estudou e pesquisou sobre manifestações folclóricas, e outros saberes e fazeres, identificados do norte ao sul do país – quanto mais ao norte, mais seguros eram seus comentários. Cabe até destacar que, quando foi tratar de bens e referências da cultura caipira tipicamente paulista, ou do Brasil meridional, interior adentro, o referido autor, ainda que, com devida propriedade,

como outros pesquisadores e acadêmicos, teve também recorrer a fontes como Cornélio Pires e Amadeu Amaral, que recolheram como ninguém, naqueles inícios do século XX, causos, costumes, hábitos, oralidades, tradições como um todo, emanadas e pertencentes àquela gente caipira outrora escondida em bairros rurais, e que hoje existe e resiste, adapta-se ou se acomoda, em meio à “civilização urbana”.

Em obra de referência, entre outras até de maior relevância, sendo esta eminentemente pragmática, *Antologia do folclore brasileiro*, de 1943, Câmara Cascudo seleciona e apresenta textos e documentos históricos produzidos por cronistas coloniais, naturalistas estrangeiros e estudiosos nacionais pregressos ou contemporâneos seus, e dentro do qual reproduziu um artigo de Amadeu Amaral, intitulado *Por que não formar uma sociedade demológica em São Paulo?*, publicado originalmente em duas partes, em *O Estado de S. Paulo*, em 30 de outubro e 6 de novembro de 1925, em que se propõe e sistematiza a criação de uma eventual associação própria a investigar e promover o folclore regional, mesmo que à base de um “puxirão caipira” – ideia precursora dos vigentes órgãos folcloristas e patrimoniais, nacionais e regionais. E talvez tenha sido desta leitura que Câmara Cascudo aprendeu a máxima, que se tornou título até de outra publicação sua, *Tradição, ciência do povo* (que trata de saberes e fazeres hoje associados às ciências médicas e da natureza), já antevista por Amadeu Amaral, que escreveu:

O folclore estuda os produtos da mentalidade popular. O povo tem uma ciência a seu modo, uma arte, filosofia e literatura anônimas. Tem também um direito, uma religião e uma moral que se distinguem dos que lhe são impostos pela cultura da escola ou lhe vêm por infiltração natural de influências ambientes – muito embora possam ter tido uma origem cultural remota, mas já trabalhada por um inconsciente processo de adaptação à psique coletiva. Observar, colher, estudar os produtos dessas “instituições” na sua história, no seu domínio territorial, nas influências cultas que

¹⁰² ANDRADE, Mário de. *Ensaio sobre a música brasileira*. São Paulo: Livraria Martins, 1968. Disponível também em: <http://www.ufrgs.br/cdrom/mandrade/mandrade.pdf>, p. 26. Acesso em: jan. 2015.

recebem sobre a cultura – eis o objeto do folclorismo.¹⁰³

Em outra obra, *História da alimentação no Brasil – Volume 2*, publicada em 1968, Câmara Cascudo utiliza de uma compilação de ensaios, meio etnográficos e meio folcloristas, de Cornélio Pires, *Conversas ao pé do fogo*, para apresentar a dieta e a rotina de um sujeito “caipira”. Aliás, outros pesquisadores e estudiosos, como o próprio Antonio Candido, também recorreram a este excerto em suas investigações. Abaixo, segue um dos excertos textuais mais reproduzidos da vasta e variada obra corneliana:

Preso em casa pelo frio, passo o dia ao pé-do-fogo, enquanto os crioulos andam a fazer servicinhos caseiros, na pasmaceira da roça neste tempo em que os lavradores tremem de frio e temem os prejuízos da geada. Diz-se que o caipira se alimenta mal, que a sua alimentação é insuficiente. Puro engano. Apesar de passar o dia de trabalho da lavoura, bate cada pratarrão! Vive ele a petiscar, a “lambiscar”, quando passa o dia em casa.

Nesse sentido o Nhô Thomé, com seu chale-manto sobre as costas abauladas, chamou-me a atenção, ao sahir mais um café – com mistura – o café com duas mãos, como dizem os roceiros.

– Vancê não arrepare; no sitio a gente véve p’ra cumê, derd’o levantá intê no deitá. E entrou no assumpto que aqui resumo. [...]

Logo ao se levantar, um café simples, enquanto se prepara o que comer. Minutos depois, café com leite, bolo-de-frigideira, de fubá, quando a mandioca coisada não substitue o pão. Este, raramente aparece, trazido, em grandes saccos, pelos compradores de aves e ovos; os “especuladores” ou atravessadores que os trocam por algumas criações de pena. Também quando alguém vai á cidade não deixa de trazer pão, tão secundario na alimentação dos nacionaes: artigo de luxo para elles, não é procurado, não faz falta, mas é aprecia-

¹⁰³ AMARAL, Amadeu. “Por que não formar uma sociedade demológica em São Paulo?”. In: CASCUDO, Luís da Câmara. *Tradição, ciência do povo*. São Paulo: Perspectiva, 1971. p. 149-150.

dissimo, simples ou com café.

Às 8½ para 9 horas, o almoço; no meio dia, isto é, às 11½ café com mistura ou alguma fruta; às 5, merenda; às 7½, para 8 horas, ceia. Tudo em abundancia, por que tem sempre insaciavel appetite! [...]

E os “pratos” caipiras? São variados. Só consome o caipira carnes de porco e de caça e raramente de vacca, em forma de xarque de sal, de sól, ou de vento.

Feijão com couve ralada, ou picada: “feijão virado” em farinha de milho; lingüiça, arroz com suã de porco, com frango ou com aves selvagens, ou com entrecosto; couro “pururucá”, de porco, torresmo, viradinho de miho verde, viradinho de cebolla, virado de couve ou ervilha, palmito, batatas e ensopados de cará, serralha com muito caldo, “cús-cús” de “lambary”, peixes, fritada, em forma de “tijeladas”, bolo de fubá, “bananinhas” de farinha de trigo, além de outros pratos. A refeição salgada é encerrada com um bom caldo de couve ou “serralha”, palmito ou “cambuquira”. Para sobre-mesa bastam o arroz doce, o melado com cará, a cangica, o “curáu”, o milho-verde cosido ou assado; o doce de abobora, de batata, de goiaba, de marmello, ou o indefectivel doce de cidra, furrundú, além dos variados doces e ovos e leite. As frutas são usadas durante o dia e a influencia do italiano, no Estado de S. Paulo, já faz com que o caipira possua sua parreira. Durante as refeições usam os roceiros a agua. Pelo meio dia a cachaça, os refrescos de marmello, as limonadas, a “agua-deassucar”, muito café, ou a “jacuba” impanzinadora feita de agua com assucar mascavo e farinha de milho.

Nhô Thomé tem razão... O caipira é menos carnívoro que nós outros, mas come por quatro... Venha o leitor passar uns dias cá connosco e verá.¹⁰⁴

À guisa da produção intelectual de Luís da Câmara Cascudo, profundo conhecedor do folclore do “Brasil Setentrional”, o piracicabano Al-

¹⁰⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. *História da alimentação no Brasil – Volume 2*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. p. 438-439. PIRES, Cornélio. *Conversas ao pé do fogo: páginas regionais*. 3. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1927. p. 131-135.

ceu Maynard Araújo, folclorista, antropólogo, advogado, professor, crente presbiteriano e primo indireto de Cornélio Pires, em sua trilogia *Folclore nacional*, faz um apanhado das principais manifestações tradicionais identificadas, e muitas das quais ainda praticadas, principalmente, no Brasil meridional, subdividindo-as em: I – “Festas, bailados, mitos e lendas”; II – “Danças, recreação e música”; III – “Ritos, sabença, linguagem, artes populares e técnicas tradicionais”. Nesta obra monumental, o autor descreve e analisa diversos bens e referências culturais tipicamente caipiras, entendidos no campo dos estudos e pesquisas folclóricas, localizados principalmente no atual estado de São Paulo e suas divisas e áreas de influência; entre eles, mitos como do “caipora”; lendas como das “almas penadas”; crendices quanto a hábitos alimentares e culinários; variações de “danças de São Gonçalo” e de “cururus”, rimados e sapateados; realização de folguedos com “cateretês”, “catiras” e “corta-jacas”, precedidos por manifestações como “cavalhadas” e “rodeios”; músicas folclóricas, eminentemente anônimas, vivas na tradição oral; instrumentos rústicos, sendo a viola caipira (e suas variações regionais/locais) o artefato mais representativo da música folclórica e popular do Brasil meridional, interior adentro; ritos religiosos como benzeduras, terços e novenas; ritos populares, como os “Mutirões” ou “Pitirões”; sabenças rústicas e populares em meteorologia, agronomia, zootecnia, medicina e engenharia; artes populares e técnicas tradicionais em gastronomia, tecelagem, cerâmica, artesanato e instrumentos aptos à tração animal, entre outras manifestações entendidas como folclóricas, e que progressivamente vieram a ser inseridas no contexto de estudos, pesquisas e ações no campo do patrimônio cultural.¹⁰⁵

Já na década de 1960, no campo das políticas culturais para promoção do folclore, em âmbito estadual –no caso, o estado de São Paulo –, destacam-se as ações da antiga Comissão de Literatura do Conselho Estadual de Cultura (que precedeu as atribuições de ór-

¹⁰⁵ ARAÚJO, Alceu Maynard. *Folclore brasileiro – Volume 3*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

gãos vigentes, como o Condephaat). A antiga Comissão de Literatura, a partir de sua Coleção Ensaio, publicou em 1962 o conciso estudo “O folclore na obra de escritores paulistas”, do professor e folclorista paulista Rossini Tavares de Lima; no estudo, o autor elencou alguns dos literatos regionalistas e modernistas (décadas de 1910 e 1920) que mais souberam revelar e valorizar a popular “cultura espontânea” paulista, como assim designava os bens e referências socioculturais hoje compreendidos no campo do patrimônio cultural imaterial. Na referida obra, o folclorista apresenta perspectivas e excertos quanto a manifestações tipicamente caïçaras, paulistanas e caipiras, identificadas nos seguintes autores: José Gabriel de Toledo Piza e Almeida (José Piza), Cornélio Pires, Valdomiro Silveira, Leôncio Castelar de Oliveira, Francisco Damante, Carlos da Fonseca, João Batista Coelho (João Phoca) e Mário de Andrade.

Entre os escritores apresentados por Rossini Tavares de Lima, vale reproduzir, antes que se encerre este item, excerto que contextualiza a contribuição literária de Valdomiro Silveira, a partir de obras como *Lereias*, *Os caboclos* e *Mixuangos*, para os estudos e pesquisas em folclore. Quanto aos “remédios e crendices”, emanados desta cultura espontânea, assim Rossini Tavares de Lima descreve os registros folclóricos de Valdomiro Silveira:

Em “Arrelique” de Mixuangos, Valdomiro Silveira relaciona receitas para a asma: chá de erva-cidreira, xarpe de mamão maduro, cozimento de broto de mangueira, queimar açúcar preto no quarto, chá de capeba com pêlo de ouriço queimado, rapas de caroço de abacate em pagua fervida, café bem forte de sementes de algodão. E ainda, carne de anu preto e de urubu, toucinho assado na chapa e misturado com farinha de biju, pescar três traíras, tomar cada uma nas mãos, apertar-lhe a guelra, cuspir-lhe a cada uma na boca e lançá-las todas ao rio outra vez, sem olhar para onde vão.

Para derrubar qualquer homem, ele dá a fórmula de uma mandraca ou beberagem de feitiçaria no conto “Mandraca”: “dois martelos de aguardente da cabeça, com cheiro de flor de laranja, a aguardente melhor e mais trepadeira que se conhece, onde se põe raspas de vinte unhas e um fio de cada cabelo, com uma agüinha meio azulega

que o negro da Costa lhe dera”.¹⁰⁶

Perspectiva IV – A produção acadêmica

No circuito da produção acadêmica, no que se refere à descrição e à análise pertinentes a bens e referências socioculturais, valorosos à projeção e construção de identidades nacionais, regionais/locais – porque influenciadas pela aura modernista da década de 1920 –, citem-se obras como a do sociólogo e antropólogo Gilberto Freyre, *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, publicada em 1933, e do historiador, sociólogo e crítico literário Sérgio Buarque de Holanda, o ensaio *Raízes do Brasil*, de 1936. Para ambos, embora sob distintas perspectivas disciplinares e interdisciplinares, era fundamental o aprofundamento de pesquisas sobre os aspectos socioculturais que traçassem as identidades nacionais brasileiras em projeção e em processo de construção.

O pernambucano Gilberto Freyre se preocupou com o modelo de organização social implantado no Nordeste canavieiro, para explicar os hábitos domésticos herdados desde um passado colonial; e cuja presença de negras e negros dentro de uma estrutura hierárquica patriarcal foi decisiva para a construção de uma identidade nacional que busca conciliar, permeados por uma suposta “democracia racial”, tradicionalismo e modernidade. O autor – que identifica, na gente cabocla e no adventício, ares de desalento – dirige patente elogio às relações inter-raciais (ou melhor, interétnicas) em que a contribuição afro-brasileira estimulou sensivelmente uma sociabilidade, pública e privada, regozijante, diferentemente dos mamelucos e portugueses colonizadores, como se percebe pelo excerto abaixo:

Foi ainda o negro quem animou a vida doméstica do brasi-

¹⁰⁶ LIMA, Rossini Tavares de. Op. cit. p. 25-37.

leiro de sua maior alegria. O português, já de si melancólico, deu no Brasil para sorumbático, tristonho; e do caboclo nem se fala: calado, desconfiado, quase um doente na sua tristeza. Seu contato só fez aumentar a melancolia portuguesa. A risada do negro é que quebrou toda essa “apagada e vil tristeza” em que se foi abafando a vida nas casas-grandes. Ele deu alegria aos são-joões de engenho; que animou os bumbas-meu-boi, os cavalos-marinheiros, os carnavais, as festas de Reis. Que à sombra da Igreja inundou das reminiscências das alegres de seus cultos totêmicos e fálicos as festas populares do Brasil; na véspera de Reis e depois, pelo carnaval, coroando os seus reis e suas rainhas; fazendo sair debaixo de umbelas e de estandartes místicos, entre luzes de procissão seus ranchos protegidos por animais – águias, pavões, elefantes, peixes, cachorros, carneiros, avestruzes, canários – cada rancho com o seu bicho feito de folhas-de-flandres conduzido à cabeça, triunfalmente; os negros cantando e dançando, exuberantes, expansivos.¹⁰⁷

Para Sérgio Buarque de Holanda, por sua vez, boa parte daquilo que resume o brasileiro ao “homem cordial”, enquanto “herança cultural” desse passado colonial, reside também nessa gente mestiça detentora de diversas tradições advindas dos modos e condições de vida praticados na América portuguesa, desde as primeiras bandeiras e monções, tropas e comboios, em curso entre os séculos XVII e XVIII. Tanto que, no ensaio *Raízes do Brasil*, o autor aponta o momento, porque estratégico, em meados do século XVIII, em que os ameríndios deixam de ser oficialmente escravos e lhes é permitido o matrimônio com portugueses e colonizadores brancos; e que, para atenuar as relações sociais básicas entre toda essa gente habitante da América portuguesa, já em aprofundado processo de miscigenação, expediu-se em 1755, em nome do Marquês de Pombal, alvará que exige o cumprimento de tal medida, inclusive determinando a supressão da alcunha “caboclo” dos filhos dessa união conjugal interétnica. À guisa

¹⁰⁷ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal – Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil* – I. 48. ed. São Paulo: Global, 2003. p. 583.

do historiador oficial do Império do Brasil, Francisco Adolfo Varnhagen, que utilizou deste marco jurídico para se referir à abolição da escravidão perpetrada sobre os ameríndios, Sérgio Buarque de Holanda também fez questão de reproduzi-lo parcialmente, dada sua relevância para a constituição étnica, econômica e sociocultural dos povos brasileiros; não obstante, diferentemente de Gilberto Freyre, acusa-se uma “cordial aversão” colonizadora em relação à miscigenação de brancos e caboclos com imigrantes africanos e afro-brasileiros, escravizados e libertos:

Longe de condenar os casamentos mistos de indígenas e brancos, o governo português tratou, em mais de uma ocasião, de estimulá-los, e é conhecido o alvará de 1755, determinando que cônjuges, nesses casos, “não fiquem com infâmia alguma, antes muito hábeis para os cargos dos lugares onde residirem não menos que seus filhos e descendentes, os quais até terão preferência para qualquer emprego, honra ou dignidade, sem dependência de dispensa alguma, ficando outrossim proibido, sob pena de procedimento, dar-se-lhes o nome de caboclos, ou outro semelhantes, que se possam reputar injuriosos”. Os pretos e descendentes de pretos, esses continuavam relegados, ao menos em certos textos oficiais, a trabalhos de baixa reputação, os “negro jobs”, que tanto degradam o indivíduo que os exerce, como sua geração. Assim é que, em portaria de 6 de agosto de 1771, o vice-rei do Brasil mandou baixar do posto de capitão-mor a um índio, porque “se mostrara de tão baixos sentimentos que casou com uma preta, manchando seu sangue com esta aliança, e tornando-se assim indigno de exercer o referido posto”.¹⁰⁸

Embora disciplinarmente distintos entre si, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda se complementam nesta tentativa de explicar o Brasil e os brasileiros, de anteontem, de ontem e de hoje. Por isto, para tratar de questões relacionadas aos modos e condições de vida caipira, popular e

¹⁰⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. p. 56.

tradicional, essencialmente cabocla e rústica, é indispensável o conhecimento das referidas obras e autores, além de outros igualmente pertinentes. No mesmo contexto acadêmico, há mais outro autor e sua obra prima que se tornaram pilares para a construção do conhecimento histórico e sociocultural no Brasil, e que devem ser mencionados: tratado histórico e econômico sobre o “sentido da colonização” da América portuguesa – enquanto “empresa”, “negócio” e “comércio” próprio à “civilização material” – *Formação do Brasil contemporâneo – Colônia*, de Caio Prado Júnior, publicado em 1949, não se furtou a também demonstrar a exclusão socioeconômica sofrida pela grande massa populacional cabocla e em trânsito, sistematicamente expulsa de suas terras, cultivadas e/ou habitadas, a mando e em favor de mandatários, sesmeiros, e latifundiários escravocratas. Sobre o “sentido da colonização”, ocorrida ao longo dos séculos na América portuguesa, Caio Prado Júnior evidenciou quão alheia era a população cabocla, migrante e/ou residente em bairros rurais, em relação aos principais centros urbanos e aos setores da produção econômica colonial maior, mineradora e de grande lavoura, limitando sua contribuição mais à subsistência alimentar de suas próprias comunidades, muitas das quais em aprofundado isolamento geográfico e político-administrativo, ainda que ocorresse algum rentável comércio que sustentasse as necessidades de grupos sociais em trânsito, como os tropeiros e seus muare:

Outras áreas particulares em que agricultura de subsistência encontra condições propícias é ao longo das grandes vias de comunicação, frequentadas pelas numerosas tropas de bestas, que fazem todo o transporte por terra na colônia, e pelas boiadas que das fazendas do interior demandam os mercados do litoral. Sobretudo as primeiras, que no sentido que nos interessa aqui, mais se destacam: é preciso abastecer estas tropas durante sua viagem, alimentar os condutores e os animais [...]. Por ora, basta-nos adiantar que é largamente suficiente para provocar o aparecimento, sobretudo nas grandes vias que articulam Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro entre si, de uma atividade rural que não é insignifi-

cante. O consumo do milho pelas bestas, em particular, é tão volumoso e constitui negócio de tal modo lucrativo para os fornecedores, que estes, para atrair os viajantes, não só lhes põem à disposição “ranchos” onde pousem na jornada, mas dão ainda mantimentos gratuitos para o pessoal das tropas e pasto para os animais. As boiadas também contribuem, embora em menores proporções, para o povoamento e uma certa atividade agrícola em zonas que de outra forma teriam sido desprezadas. A este respeito, já citei o autor anônimo do “Roreito do Maranhão”, que se refere ao assunto.¹⁰⁹

Caio Prado Júnior, como se depreende do excerto acima, até considerou relevante a contribuição econômica interna, para América portuguesa, desta população cabocla, isolada e socioeconomicamente desajustada, no que tange à agricultura de subsistência – ainda que os diferenciando, por exemplo, de peões, tropeiros, e grupos socioeconomicamente ativos. Chegou também a salientar, em outras passagens da referida obra, algo sobre os parques, mas reais, legados socioculturais de procedência rural transmitidos às “populações civilizadas” – isto é, àquelas residentes em centros urbanos ou em contato direto com tais localidades, durante épocas coloniais e pós-coloniais. Ainda que pessimista como Gilberto Freyre em relação a diversos aspectos que perfazem esta população cabocla e rústica identificada no interior do Brasil Meridional, Caio Prado Júnior não se equivocou ao classificar a agricultura de subsistência como economia secundária no que tange a relação metrópole-colônia, uma vez que sua produção e seus dividendos serviam basicamente para fomentar a demanda interna, diferentemente do fim a que se prestou toda a economia fundada na mineração e na grande lavoura, ao longo dos séculos de colonização e pós-colonização.

No que se refere propriamente, e não obstante, a essa herança cultural

(ou melhor, sociocultural), de origem colonial, partícipe da “formação do Brasil contemporâneo”, é necessário retornar a Sérgio Buarque de Holanda e a outra obra sua (em meio a tantas pertinentes ao presente tema estudado e pesquisado). Em publicações posteriores a *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda deu continuidade às pesquisas históricas e socioculturais sobre São Paulo e os paulistas de outrora, para as quais devotou significativa dedicação no que se refere aos hábitos e à cultura material produzida por sua população, vilanesca e rural, dentro destas apontando diversos bens e referências socioculturais tipicamente caipiras, como se demonstra pela compilação de artigos, conexos entre si, intitulada *Caminhos e fronteiras* (1959), obra ainda hoje considerada um pilar intelectual para quaisquer estudos e pesquisas sobre a “herança cultural” de um passado colonial, eminentemente caboclo e caipira, transmitida às gerações contemporâneas. Entre os hábitos os quais os caboclos cultivavam desde épocas coloniais, por influência ameríndia e portuguesa, citem-se algumas das práticas curandeiras contra o ataque de cobras e serpentes, mediante o uso de mezinhas associado a rezas:

O princípio que dirige e que, de fato, esses sistemas de defesa contra os ofídios parece manifestar-se até mesmo na escolha dos medicamentos de origem vegetal a que mais frequentemente recorrem nossos curandeiros, índios e caboclos. O aspecto exterior de certas plantas, que pode evocar a figura de uma serpente, terá contribuído, quase por si só, para apontá-las ao curandeirismo como remédio eficaz contra cobras venenosas. Não deve ser puramente casual o decidido predomínio dos cipós e trepadeiras serpentiformes, o famoso cipó-de-cobra (*Mikania cordipolia*, Will), por exemplo, ou a raiz-preta (*Chiococa brachiata*, Ruiz) cipó-cruz e erva-de-cobra, entre os vegetais empregados para tal fim. A propósito da raiz-preta, é bem significativo como sua semelhança exterior com uma serpente não só chamou a atenção de observadores rústicos e incultos, como ainda alguns homens de ciência, e entre estes cabe citar, em primeiro lugar, nada menos do que o de Goethe. Em carta dirigida a Nees Von Esenbeck, datada de novembro de 1825, o poeta e sábio de Weimar, a quem Martiuse Pohl comunicaram amostras da

¹⁰⁹ JÚNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil contemporâneo – Colônia*. São Paulo: Cia. das Letras, 2011. p. 170-171.

erva, menciona expressamente sua “disposição colubrina” (Schlangenartige Tendenz), embora parecendo ignorar as virtudes antiofídicas que, entre nós, se atribuíam a ela. [...].

É preciso notar que tais remédios raramente valem por si sós, que sua eficácia, ao contrário, deve depender, em grande parte, de ritos especiais, quase sempre segredos do curandeiro, de dietas, orações e invocações a determinados santos, em particular a São Bento, que protege contra as cobras. Às vezes, para completar o efeito curativo da erva, é costume recorrer a mezinhas complementares. Assim, no tratamento pela raiz-preta, há quem use, entre outras, a erva-de-santana e o picão, tida como eficaz nas úlceras sórdidas. [...].

O tabaco, de cujas propriedades mundificantes já se falou, é outro auxiliar precioso e muitas vezes obrigatório em tais tratamentos. O curandeiro ou quem se encarregue de chupar a ferida para tirar o veneno leva frequentemente uma porção de fumo à boca. Algumas vezes deixa sobre o local uma cataplasma de tabaco mascado. Esse processo, herdado dos índios, e que, em muitas regiões, ainda prevalece, era corrente na capitania do Mato Grosso em fins do século XVIII, segundo se pode ler nas descrições de Lara Ordonhes. Outra herança provável do gentio é o sistema de absoluto repouso a quem tem de sujeitar-se o paciente, mesmo depois de desaparecidos todos os sintomas de envenenamento. Durante esse período deve manter-se ele num regime de rigorosa dieta alimentar, completo descanso e, de preferência, em lugares onde não seja perturbado por qualquer ruído ou movimento. [...].

Pode-se crer que, antes de adotarem, nesses casos, as terapêuticas indígenas, os primeiros colonos europeus cingiam a recursos adquiridos pela experiência em outros continentes. É certo que no século XVI os europeus combatiam algumas vezes o ofidismo fazendo sangradas e bebendo unicórnio, embora não rejeitassem pau-de-cobra, o caiapiá e o carimá. [...].

Onde, porém, nossa terapêutica antiofídica chega a revelar traços bem mais nítidos de influência portuguesa é no largo emprego que dá à aguardente de cana como veículo para toda a sorte de medicamentos. De tal ponto de vista, pode-se dizer que a aguardente tomou o papel que, no reino, e entre nós, sobretudo nos primeiros tempos da colonização, estava reservado ao vinho de uvas. Assim ficou sendo elemento

indispensável no tratamento de indivíduos mordidos por cobras, e velhos depoimentos são acordes em atestar que fortalecia a eficácia curativa atribuída a ervas tradicionalmente empregadas para esse fim, como a própria raiz-preta. É difícil determinar até que ponto tem fundamento semelhante presunção. Sobretudo depois que experiências ultimamente efetuadas inclinam a pensar que o álcool, longe de auxiliar a cura das vítimas das cobras, serviria, ao contrário, para facilitar a penetração e fixação da peçonha no organismo do indivíduo picado. O dr. J. Vellard, que sustentou e procurou documentar essa opinião, atribui mesmo à mistura de álcool o que chama insucesso de muitos remédios populares contra as mordeduras de cobras.¹¹⁰

Seja redigida por um viés mais sociocultural, seja por outro mais socioeconômico, a produção acadêmica concernente aos modos e condições de vida caipira tradicional, produzida desde a década de 1930, aponta em direção à síntese que a resume conceitualmente nos “mínimos sociais e vitais” – mínimos estes que, ainda assim, são imbuídos de certa complexidade organizacional, sociocultural e étnica. Nos passos desta fértil produção intelectual desenvolvida rumo aos meados do século XX, no Brasil, sucedeu-se o aprofundamento dos estudos e pesquisas que trataram enfaticamente dos modos e condições de vida caipira tradicional e suas transformações, seja acerca de aspectos socioeconômicos, seja de aspectos socioculturais; de maneira que sucessivas gerações de estudiosos e pesquisadores, em cujas obras, não se furtaram a tratar, especificamente, desses modos e condições de vida caipira tradicional. A quantidade e qualidade desses autores e suas obras são abundantes; para a oportunidade, contudo, citem-se, respectivamente: Antonio Candido de Mello e Souza, *Os parceiros do Rio Bonito*, de 1964; Maria Isaura Pereira de Queiroz,

¹¹⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994. p. 111-113.

Bairros rurais paulistas, de 1973; José de Souza Martins, *Capitalismo e tradicionalismo*, de 1975; e Carlos Rodrigues Brandão, *Os paulistas de São Paulo*, de 1983. A partir destes autores e obras acima referenciadas, entre outras, cujas trajetórias são marcantes ao longo da segunda metade do século XX, vem sendo possível dar levar a cabo, seguramente, diversos estudos e pesquisas acerca do tema, em vista da pertinência conceitual e metodológica, e da linguagem contemporânea, legadas às mais recentes gerações de estudiosos, pesquisadores e produtores socioculturais.

Em 1964, Antonio Candido publicou *Os parceiros do Rio Bonito*, dez anos após defender tese de doutoramento em Sociologia, cuja pesquisa foi dividida entre a discussão de conceitos sociológicos e antropológicos sobre folclore e vida social e familiar campesina, e a análise dos resultados da pesquisa de campo realizada em Bofete, interior paulista; e a partir da qual apontou a necessidade – dado que era irreversível a manutenção dos precários dos modos e condições de vida caipira tradicional frente ao processo de urbanização do interior paulista e brasileiro – de que o roceiro, sua família e comunidade recebessem devidos subsídios socioeconômicos para sua adaptação/acomodação às demandas do tempo presente, em termos de estrutura urbana e fundiária – isto é, que autoridades públicas planejassem e efetuassem medidas para a reforma agrária do Estado Brasileiro, como se percebe pelo excerto abaixo:

No estudo da vida social do caipira, devem-se justamente levar em conta estas necessidades, desenvolvidas, como vimos, em virtude do rompimento da estrutura tradicional e do aparecimento de novos incentivos, tudo devido à passagem da economia fechada de bairro à economia aberta, dependente dos centros urbanos e suas flutuações econômicas. Não se trata evidentemente de permitir ao caipira recriar as condições de relativo equilíbrio da sua vida pregressa, isto é, ajudá-lo a voltar ao passado. Trata-se de não favorecer a destruição irremediável das suas instituições básicas, sem lhe dar possibilidade de ajustar-se a outras. O caipira é condenado à urbanização, e todo o esforço de uma política rural

baseada cientificamente (isto é, atenta aos estudos e pesquisas da geografia, da Economia Rural, da Agronomia e da Sociologia) deve ser justamente no sentido de urbanizá-lo, o que note-se bem, é diferente de trazê-lo à cidade. No estado atual, a migração rumo a esta é uma fuga do pior para o menos mau, e não poderá ser racionalmente orientada se não se partir do pressuposto que as conquistas da técnica, da higiene, da divulgação intelectual e artística devem convergir para criar novos mínimos vitais e sociais, diferentes do que analisamos neste trabalho.¹¹¹

Em *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade*, de Maria Isaura Pereira de Queiroz, de 1973 – além de se encontrar definições precisas, no campo da sociologia, desses grupos sociais espalhados por áreas do interior paulista, a ponto de se perceber, inclusive, para a autora, a existência de uma “civilização caipira” ainda em curso –, verificam-se apontamentos, mais ao final da obra, quanto à perpetuação e/ou reavivamento de bens e referências socioculturais entendidos como manifestações folclóricas; no sentido de que, por exemplo, hábitos, ações coletivas, folguedos e festividades, tanto podem esmorecer com o avanço da “civilização urbana” sobre o campo, assim como tais saberes e fazeres possam continuar a ser praticados e/ou retomados caso ainda haja gente (residente em bairros rurais ou inserida no ambiente urbano mas assente à retomada dessas manifestações) interessada em se organizar em grupos que detenham, produzam e promovam suas culturas tradicionais. Nas palavras de Maria Isaura Pereira de Queiroz:

A base em que tais traços se apoiam, e que permitem sua continuidade, é constituída pela organização social especial dos grupos da vizinhança. Quando entram em decadência,

¹¹¹ MELLO E SOUZA, Antonio Candido de. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 10. ed. São Paulo: Duas Cidades/Editora34, 2003. p. 282.

pelo motivo que for, as práticas folclóricas tradicionais também tendem a desaparecer. Note-se que a desorganização dos grupos de vizinhança tradicionais não está forçosamente presa ao aparecimento da civilização urbana; encontramos já a desorganização e a descrevemos em comunidades rurais onde a vida tradicional se mantém com toda a pureza. A recíproca é também verdadeira: onde a organização tradicional se mantém, ou volta a se criar novamente, o folclore tende a reaparecer, desde que haja indivíduos dele portadores, desejosos de reavivar-lhes as práticas. A importância destes portadores folclóricos é muito grande, e vimos que a decadência do folclore pode se associar, entre nós, à partida deles, abandonando seus bairros para se fixar em zonas diferentes ou na cidade.¹¹²

José de Souza Martins, com a reunião de artigos previamente publicados e outros então inéditos, com *Capitalismo e tradicionalismo*, de 1975, seguindo os passos de diversos autores acima citados, sobre as relações político-econômicas que influenciam diretamente nas transformações da vida privada e social camponesa, de quem vive nesses degradados bairros rurais contemporâneos. O autor, por sua vez, já no último artigo da referida compilação, discorreu, com particularidade, sob uma perspectiva sociocultural e econômica, acerca da processual passagem da música caipira para a música sertaneja (pois para ele são gêneros correlatos, mas distintos); passagem esta fomentada pela indústria cultural instalada no Brasil, e seus reflexos na continuidade de existência, ou sobrevivência, de celebrações como Festa do Divino e Folia de Reis, e formas de expressão como os “cateretês” e “funções” e outros folguedos ou formas de expressão, ou mesmo a manutenção da música, da moda de viola compreendida em sua originalidade pré-indústria cultural. Como afirma o sociólogo:

O fato de que a música caipira esgota-se na sua qualidade de valor de uso não decorre apenas da observação do seu emprego, isto é, da constatação de que ela é utilizada fora de esquemas de troca ou de compra e venda. [...] Ao contrário, a música sertaneja diferencia-se da música caipira a começar por que o referencial da sua elaboração não é realidade do mesmo tipo daquela, constituída da relação direta e integral entre pessoas que compõem o universo desta última. Em segundo lugar, porque a música caipira é meio, enquanto que a música sertaneja é fim em si mesmo, destinada ao consumo ou inserida no mercado de consumo. Neste caso, a música não medeia as relações sociais na sua “qualidade” de música, mas na sua qualidade de mercadoria. Do que decorre que as relações sociais nas quais a música sertaneja se insere não são relações caracteristicamente derivadas da mediação da música, mas a música é um dos produtos de certo tipo de relação social, a relação mercantilizada. Em outros termos, a música sertaneja é diversa da música caipira porque circula revestida da forma de valor de troca, sendo esta a sua dimensão fundamental.¹¹³

Dedicado aos autores supracitados, Maria Isaura Pereira de Queiroz e José de Souza Martins, *Os caipiras de São Paulo*, de Carlos Rodrigues Brandão, publicado em 1983, pode ser considerada obra que sintetiza o esforço intelectual de gerações progressas para o entendimento amplo sobre os modos e condições da vida caipira tradicional, perpassando pelos autores acima citados, bem como outros igualmente importantes, pioneiros em “estudos culturais”, como o erudito Oliveira Vianna e o folclorista Alceu Maynard Araújo, e outros que se preocuparam em descrever e analisar, com maior acuidade, esse Brasil meridional dentro do qual se identifica a tal “cultura caipira”. Autor que, desde a década de 1970, desenvolve estudos e pesquisas antropológicas, dentro das quais estão abrangidas questões e temas acerca de um folclore tipicamente caipira, inclusive em parceria a acadêmicos como José de Souza Martins, Carlos Rodrigues Brandão, ao final da referida obra, traz à tona seu entendimento sobre a patente reali-

¹¹² QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1973. p. 136.

¹¹³ MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975. p. 106.

dade de exclusão econômica e sociocultural vivida pela gente assentada no berço geográfico e político-administrativo da chamada “cultura caipira tradicional”, em vista de que:

Hoje em dia não há no Estado de São Paulo mais do que alguns bolsões de vida e de cultura de caipiras. Trabalhadores de enxada dos sertões de São Paulo poderiam ter sido sucedidos por outros sujeitos da “roça”, agora verdadeiramente livres. Sítiantes donos familiares ou coletivos de suas terras de trabalho. Donos também de seu próprio destino, assistidos pela lei e pelos “recursos” que aprenderam através do tempo a imaginar como coisas criadas e desejadas um dia por um Deus para todos, mas depois tornados direitos e propriedades dos homens ricos do campo e da cidade.¹¹⁴

Por fim, quanto à produção acadêmica que chega aos dias atuais, esta não apenas aparenta como realmente depende dessa tradição intelectual consolidada, sobretudo, ao longo do século XX e, em particular, a partir de sua segunda metade. Recheada de valores morais próprios de cada época, tal tradição intelectual se mantém em permanente revisão, por parte das atuais gerações acadêmicas, tanto do vocabulário e do arcabouço conceituais empregados, bem como do escopo a que se servem os vigentes estudos e pesquisas, hoje mais voltados à promoção e salvaguarda do “patrimônio cultural imaterial” e dos “estudos culturais interdisciplinares”, do que para aquilo então compreendido tão somente como o campo de estudos e pesquisas sobre o folclore. Mesmo que rendendo reverência aos estudos e pesquisas em folclore, apostar hoje na seara do patrimônio cultural significa, por sua vez, o apoio ao estabelecimento de ações práticas afirmativas ou de reparação, além da elaboração e implantação de políticas públicas com vistas ao “empoderamento” de comunidades detentoras e

¹¹⁴ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os caipiras de São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 92.

produtoras de bens e referências socioculturais.

Perspectiva V – O patrimônio cultural imaterial

No plano institucional, como adiantado acima, desde a década de 1930, já se demonstrava entre grupos intelectuais e políticos algum pendor à incorporação e o uso de bens e referências socioculturais, entendidas como manifestações folclóricas, para a projeção e a construção de identidades nacionais “sob a batuta” do Estado brasileiro. A princípios da gestão do político e advogado Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde Pública (durante quase toda era Vargas, entre 1934 e 1945), no grupo de trabalho responsável pela elaboração do anteprojeto de criação do SPHAN (atual Iphan), liderado pelo advogado e escritor Rodrigo Franco de Melo Andrade, e dentro do qual Mário de Andrade foi designado, em 1936, para redigi-lo, foram desbancadas algumas das proposições anteriormente aventadas sobre a promoção e valoração do patrimônio histórico e artístico e eminentemente de matiz político-administrativo e militar, como aquele propugnado por grupos mais conservadores, avessos a tendências modernistas (como o grupo de Gustavo Barroso); prevalecendo, pois, a atenção a conjuntos arquitetônicos e monumentais originários do passado colonial, por exemplo, como aqueles edificadas na região histórica, propriamente dita, do atual estado de Minas Gerais. O folclore, enquanto tal, tardaria pouco mais a receber devida atenção institucional.

O Decreto nº 25/1937, em seu Artigo 1º, define que “*Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico*”. Depreende-se, do artigo reproduzido, que, desde sua criação, o antigo SPHAN, de modo latente, poderia abrir algum espaço, mais tarde, à valoração e promoção do folclore nacional, em sua diversidade em pro-

cesso de identificação, mesmo que não fosse seu objetivo primaz. Posto que, se para a pioneira equipe técnica fosse necessário responder a demandas de caráter oficial, para a constituição de um “patrimônio histórico e artístico nacional”; por outra perspectiva, mais voltada aos estudos e pesquisas em folclore, Mário de Andrade e Rodrigo Franco de Melo Andrade tiveram algum êxito em conferir, ao menos nos termos jurídicos, ao antigo SPHAN, atribuições para lidar também com bens e referências de “valor arqueológico ou etnográfico” – dentro das quais se incluem culturas populares e tradicionais, como aquelas identificadas, ao longo do tempo, sob o signo da “cultura caipira”, entre outras, país afora –, como se percebe pela leitura do Artigo 4º, inciso I do referido decreto: “O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

I) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º”.¹¹⁵

O caminho foi longo e demorado, para que tais bens e referências, outrora imbuídos de “valor arqueológico e etnográfico”, ou popularmente entendidos como “manifestações folclóricas”, fossem assumidos, no plano institucional, como seara pertencente ao patrimônio cultural brasileiro. Ao invés de competir ao SPHAN (posteriormente, DPHAN) atribuições próprias a lidar bens e referências de “valor arqueológico e etnográfico”, o governo federal, em 1947, decidiu criar outro órgão: a Comissão Nacional de Folclore (CNF), vinculada, por sua vez, ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) do Ministério das Relações Exteriores. Isto se deveu à proximidade desta pasta ministerial às iniciativas e ações propostas em instâncias de amplitude internacional, como *United Nations Educational Scientific and Cultural Organization* (Unesco), órgão estrutu-

rado enquanto tal, em novembro de 1945, após o final da Segunda Guerra Mundial. Após o primeiro momento de desenvolvimento e consolidação de estudos e pesquisas promovidos pela CNF e por suas correlatas em nível estadual e municipal, além do processo de mobilização sociocultural suscitado a partir de encontros e congressos realizados por todo o país, foi necessário ao governo federal planejar novas estratégias institucionais; de modo que fosse criada, já no âmbito do Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 1958, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB), idealizada por gestores e intelectuais como o advogado, historiador, professor, etnólogo e folclorista, Edison Carneiro, baiano radicado no Rio de Janeiro.

A Fundação Nacional de Artes (Funarte), criada em 1975, igualmente subordinada ao MEC, como o Iphan e outros órgãos próprios à valoração da cultura nacional, absorveu a CDFB em 1980, transformada em Instituto Nacional do Folclore (IFC). Particularmente na época de incorporação do CDFB à Funarte, graças ao legado deixado por Edison Carneiro, e ao esforço de nomes como do *designer* Aluísio de Magalhães e outros, foram publicados alguns dos principais estudos e pesquisas, ainda referenciados nos dias atuais, basicamente, reunidos sob as respectivas séries: *Cadernos de folclore*, preocupada com manifestações específicas do folclore nacional e regional; e *Folclore brasileiro*, em que são apresentadas manifestações folclóricas, estado a estado brasileiros. Entre algumas publicações, mais pertinentes ao que se refere ao folclore identificado com a cultura caipira, promovidas pela Funarte, citem-se, por exemplo, *O divino, o santo e a senhora*, do autor, acima citado, Carlos Rodrigues Brandão, publicado em 1978.

Nesta obra, dado seu matiz acadêmico, sobre a Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis, Goiás – cidade histórica fundada em 1827, e “redescoberta” para o turismo religioso e sociocultural, em nível nacional, após a fundação de Brasília, em 1960, e que dista cerca de 150 km – o autor revela, com o rigor antropológico e a sensibilidade típica de um fol-

¹¹⁵ Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4717>. Acesso em: jan. 2015.

clorista, um conjunto de bens e referências socioculturais que, somente em tempos mais recentes, veio a pautar os estudos e pesquisas concernentes às vigentes políticas públicas sobre o patrimônio cultural imaterial no Brasil, como se pode depreender do seguinte excerto; no qual – a partir do olhar, a *anima* e a ritualística dos fiéis e partícipes diretamente envolvidos – sintetiza a Festa do Divino, diferindo-a do igualmente tradicional e popular “reinado” (o Reinado de Nossa Senhora do Rosário, ou Festa dos Pretos), que com o tempo passou, ao longo de séculos, por diversas modificações de caráter étnico, religioso, sociocultural e mesmo político:

Entre crer no Divino; comer e beber do que simbolicamente se oferece; rezar e cantar; praticar atos de fé em momentos rituais (como benzer-se quando a Bandeira do Divino se levanta em seu mastro); e, finalmente, deixar-se envolver pelo “espírito da Festa”, com a disposição de “festar”, as pessoas da cidade distribuem, ao mesmo tempo: suas obrigações para com a Festa e as alegrias a se retirar dela, dentro de uma sequência de momentos, ao mesmo tempo solenes, religiosos, profanos e festivos de uma quebra ritual da sociedade, que, depois de colher seu arroz, festeja seu santo.

Ao contrário do que veremos acontecer com o Reinado, a Festa é definida em Pirenópolis como um acontecimento vivo e mantido sem grande perda de sua ordem tradicional, seu antigo esplendor e seus significados de origem. As razões desta permanência do que se considera essencial em uma “festa de santo” são, como vimos, atribuídas ideologicamente à forte crença local no Espírito Santo; à certeza de que é certo o modo de se festejar esta crença e aos valores atribuídos a um acontecimento que se tornou, com o passar dos anos, a tradição da cidade.¹¹⁶

¹¹⁶ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O divino, o santo e a senhora*. Brasília: Funarte/CFNCP, 1978. p. 74.

A partir de 1990, o IFC passou a receber a denominação, Coordenação Nacional de Folclore e Cultura Popular e, em 1997, o atual Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP); sendo este órgão mantido subordinado à Funarte até sua definitiva incorporação ao Iphan, em 2003. Este processo de incorporação institucional do folclore e das culturas populares e tradicionais, no Brasil, contudo, gestou-se desde décadas progressas; sendo germinado desde a época da atuação institucional de Mário de Andrade e Rodrigo Franco de Melo Andrade no campo do patrimônio histórico e artístico; e, de algum modo, vislumbrado desde os tempos em que o patrimônio cultural era abordado como um campo de aplicação restrito à dimensão material, mesmo que fosse parcialmente entendido como suporte físico para a manutenção e salvaguarda de saberes e fazeres – como se percebe pela leitura de convenções, recomendações e cartas referendadas internacionalmente, como a Convenção do Patrimônio Mundial de 1972, realizada em Paris. Somente com promulgação da Constituição Federal, de 3 de outubro de 1988, (CF/88), e com o respaldo de marcos patrimoniais de nível internacional, como a *Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular*¹¹⁷ – assentida na 25ª Reunião da Conferência Geral da Unesco, realizada em Paris, em 1989 –, é que foi possível incorporar tais bens e referências socioculturais, reconhecidas como manifestações folclóricas e culturas populares e tradicionais, no campo institucional do patrimônio cultural brasileiro.

Ainda hoje, os artigos 215 e 216 (além do Artigo 216-A) da CF/88 são os principais marcos jurídicos que balizam as políticas públicas patrimoniais no Brasil. Dada sua importância, vale reproduzi-los integralmente, em seus termos atualizados:

¹¹⁷ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=261>. Acesso em: jan. 2015.

Seção II
DA CULTURA

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005\)](#)

I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005\)](#)

II - produção, promoção e difusão de bens culturais; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005\)](#)

III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005\)](#)

IV democratização do acesso aos bens de cultura; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005\)](#)

V valorização da diversidade étnica e regional. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005\)](#)

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

§ 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003\)](#)

I - despesas com pessoal e encargos sociais; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003\)](#)

II - serviço da dívida; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003\)](#)

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003\).¹¹⁸](#)

Após a publicação do documento *Carta de Fortaleza*¹¹⁹, emanado do seminário Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas e Proteção, realizado entre 10 e 14 de dezembro de 1997, na capital cearense – e à luz da referida Recomendação de Paris, de 1989, mas que não abraçou integralmente outras propostas internacionais, como o Programa Tesouros Humanos Vivos¹²⁰ da Unesco, criado em 1994 – o sociólogo e professor Francisco Weffort, então à frente do Ministério da Cultura (MinC), criou e incumbiu a Comissão e Grupo de Trabalho – Patrimônio Imaterial¹²¹, em atividade entre os anos de 1998 e 1999, no sentido de se conduzir as demandas sociais, e os debates e políticas públicas em folclore e culturas tradicionais e

¹¹⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: jan. 2015.

¹¹⁹ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=268>. Acesso em: jan. 2015.

¹²⁰ Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=fr&pg=00061>. Acesso em: jan. 2015.

¹²¹ Cf. IPHAN. *O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: Iphan, 2012.

populares para o campo do “patrimônio cultural imaterial”. Resultado deste trabalho institucional em equipe foi a elaboração de uma carta assinada pelos membros da referida comissão, destinada ao então ministro Weffort; e a partir da qual foi estruturado o conteúdo normativo do sancionado Decreto Federal nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial, criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), e consolidou a aplicação metodológica do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC).

Em consonância com o Decreto nº 25/1937, Art. 1º, e Art. 4º inciso I; à CF 1988, artigos 215 e 216; e a progressas *Cartas patrimoniais*, nacionais e internacionais, no Decreto nº 3.551/2000 está disposto que:

Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como

referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

§ 3º-Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 2º-São partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro:

I - o Ministro de Estado da Cultura;

II - instituições vinculadas ao Ministério da Cultura;

III - Secretarias de Estado, de Município e do Distrito Federal;

IV - sociedades ou associações civis.

Art. 3º-As propostas para registro, acompanhadas de sua documentação técnica, serão dirigidas ao Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, que as submeterá ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

§ 1º-A instrução dos processos de registro será supervisionada pelo Iphan.

§ 2º-A instrução constará de descrição pormenorizada do bem a ser registrado, acompanhada da documentação correspondente, e deverá mencionar todos os elementos que lhe sejam culturalmente relevantes.

§ 3º-A instrução dos processos poderá ser feita por outros órgãos do Ministério da Cultura, pelas unidades do Iphan ou

por entidade, pública ou privada, que detenha conhecimentos específicos sobre a matéria, nos termos do regulamento a ser expedido pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

§ 4º-Ultimada a instrução, o Iphan emitirá parecer acerca da proposta de registro e enviará o processo ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, para deliberação.

§ 5º-O parecer de que trata o parágrafo anterior será publicado no Diário Oficial da União, para eventuais manifestações sobre o registro, que deverão ser apresentadas ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural no prazo de até trinta dias, contados da data de publicação do parecer.

Art. 4º-O processo de registro, já instruído com as eventuais manifestações apresentadas, será levado à decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Art. 5º-Em caso de decisão favorável do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, o bem será inscrito no livro correspondente e receberá o título de “Patrimônio Cultural do Brasil”.

Parágrafo único. Caberá ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural determinar a abertura, quando for o caso, de novo Livro de Registro, em atendimento ao disposto nos termos do § 3º do art. 1º deste Decreto.

Art. 6º-Ao Ministério da Cultura cabe assegurar ao bem registrado:

I - documentação por todos os meios técnicos admitidos, cabendo ao Iphan manter banco de dados com o material produzido durante a instrução do processo.

II - ampla divulgação e promoção.

Art. 7º O Iphan fará a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada dez anos, e a encaminhará ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para decidir sobre a revalidação do título de “Patrimônio Cultural do Brasil”.

Parágrafo único. Negada a revalidação, será mantido apenas o registro, como referência cultural de seu tempo.

Art. 8º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Cultura, o “Programa Nacional do Patrimônio Imaterial”, visando à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio.

Parágrafo único. O Ministério da Cultura estabelecerá, no prazo de noventa dias, as bases para o desenvolvimento do Programa de que trata este artigo.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de agosto de 2000; 179ª da Independência e 112ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Francisco Weffort¹²²

Com o Decreto nº 3.551/2000, e recentes publicações de *Cartas patrimoniais*, de relevância nacional e internacional – como a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial¹²³, realizada em Pa-

¹²² Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4719>. Acesso em: jan. 2015.

¹²³ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=271>. Acesso em: jan. 2015.

ris, 2003, da qual a equipe brasileira desempenhou significativo papel ao longo desta jornada – foi possível, com bases jurídicas mais robustas, a vigente incorporação institucional de manifestações folclóricas e culturas tradicionais e populares no bojo de atribuições do Iphan. Desde então, as políticas públicas para o patrimônio cultural imaterial, em nível federal, são elaboradas e desenvolvidas a partir do trabalho técnico e administrativo do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI-Iphan), criado mediante a sanção do Decreto Federal nº 5.040/2004; o qual – além participar diretamente, ou com apoio institucional, na realização do mapeamento, promoção, fomento e salvaguarda de bens e referências socioculturais – foi-lhe subordinado a estrutura e as atuais atribuições do CNFCP, ainda assim respeitando a tradição de estudos e pesquisas sobre folclore, historicamente produzidos a partir desta instituição.

Ao colocar em prática o PNPI, DPI-Iphan, desde sua criação, fornece subsídios técnicos e instrumentos, como a metodologia do referido INRC, a dezenas de propostas para o registro de bens e referências socioculturais. Exemplos de documentação confeccionada à luz do INRC, bibliografia acadêmica e marcos jurídicos pertinentes ao patrimônio cultural, vale destacar o volume 11 dos *Dossiês Iphan*, série editorial esta que documenta os processos de registro do patrimônio cultural imaterial ora concluídos, como o “Modo artesanal de fazer queijo de minas nas regiões do Serro, Serra da Canastra, Serra do Salitre/Alto Parnaíba”, produzido pelo DPI-Iphan, em parceria ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha), e de comunidades locais e regionais, produtores queijeiros e fazendeiros, e organizações da sociedade civil – sendo que este é apenas um entre outros bens e referências socioculturais que dialogam com a vigente “cultura caipira”, no amplo sentido.

Neste dossiê, cuja coordenação técnica do projeto e cuja produção textual ficaram a cargo do historiador e professor José Newton Coelho de Menezes, docente da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), descreve-se a ampla mobilização comunitária e sociocultural para a sal-

vaguada da tradicional produção do “queijo minas” – laticínio à base de leite cru, sal, coalho e o “pingo” (um tipo de fermento biológico gerado a partir do próprio soro do leite reutilizado durante o fazimento do queijo minas) –, uma vez que seu modo de fazer poderia sofrer ainda mais com descaracterizações em função de restrições sanitárias a que seus produtores vinham se sujeitando há tempos (ainda que seja imprescindível a manutenção de padrões de higiene adequados na manipulação de alimentos), e assim comprometendo sua circulação comercial e mesmo a transmissão intergeracional deste saber e fazer inteiramente artesanal dentro de suas comunidades detentoras e produtoras – isto é, isto de deveu a aplicações legais próprias à produção industrial sobre a produção artesanal do queijo minas. E após descrever sobre esta mobilização comunitária e sociocultural, José Newton Coelho de Menezes, ao considerar a produção de queijo minas para além de sua circulação comercial em si, reafirma a importância para a valoração deste bem sociocultural em termos socioculturais e identitários para suas próprias comunidades detentoras e produtoras, como se afere pelo excerto abaixo:

O registro do bem dinâmico da cultura deve visar a sua sustentabilidade. Dessa forma, deve construir possibilidades de gestão de políticas de afirmação e de qualificação do território do Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas. Deve, ainda, promover a participação e a organização dos produtores, tentando envolver o maior número deles no planejamento e execução das ações de salvaguarda.

A interpretação e a promoção da especificidade de um território cultural, fundamentadas nas identidades e nas redes simbólicas de determinado lugar, devem responder a uma necessidade social e contar com a cidadania participativa, uma vez que o registro faz emergir a necessidade de assegurar especificidades identitárias em um quadro de competição de interesses, disputas e relações de poder.

Como se trata de um modo de fazer rural, de comunidades rurais e de pequenos aglomerados urbanos, o registro deve

incorporar novas perspectivas de desenvolvimento que não tratem o objeto em questão em parâmetros de quantidade, uniformizadores de políticas de desenvolvimento urbano-industrial. O mito do crescimento econômico como via única de promover o desenvolvimento social não se aplica aqui. Espaços rurais têm outra lógica e culturas rurais exigem outro tratamento. As preocupações com o reconhecimento, interpretação e registro de bens patrimoniais de origem rural estão mais relacionadas aos seus valores socioculturais do que à sua importância econômica, embora não possa ser negligenciado.

No atual momento histórico, vive-se um paradoxo instigante: ao mesmo tempo em que se valoriza o agronegócio, a produção agropecuária de larga escala, que encaminha para a perda de sua diversidade cultural, ocorre uma valorização de produtos orgânicos, de agricultura familiar de pequena escala, a busca de espaços rurais tradicionais para fruição e lazer, a melhoria da qualidade de vida individual, familiar e coletiva. Essa ordem de valores baseia-se, fundamentalmente, na busca de valorização de identidades culturais e de sentidos de pertencimento.¹²⁴

Lançando mão de instrumentos legais para colocar em prática o PNPI, o DPI-Iphan, publica editais, de abrangência nacional, no esforço de viabilizar o mapeamento, promoção, fomento e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial brasileiro; sendo o principal destes o popularmente conhecido Edital PNPI, criado em 2005, e que já beneficiou centenas de comunidades, grupos, mestres e aprendizes, detentores e produtores de bens e referências socioculturais, espalhados pelo Brasil. E entre os mais recentes beneficiários, destas iniciativas e ações institucionais partidas do DPI-Iphan, citem-se as comunidades, grupos, mestres e aprendizes, residentes em Hortolândia, nativos ou migrantes, detentores e

¹²⁴ IPHAN. *Modo artesanal de fazer queijo de minas: Serro, Serra da Canastra e Serra do Salitre/Alto Paranaíba*. Brasília: Iphan, 2014. p. 80-81.

produtores de saberes e fazeres identificados com a cultura caipira, local e regional. Neste sentido, por meio do projeto “Patrimônios vivos da cultura caipira em Hortolândia: mestres violeiros, foliões e catireiros”, segundo colocado no Edital PNPI 01/2012 – projeto este executado pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Cultura de Hortolândia, sob a curadoria do Centro de Memória de Hortolândia Professor Leovigildo Duarte Junior, e em permanente parceria e mediação junto a mestres da cultura caipira local e regional – foi possível planejar e realizar as seguintes “estratégias de ação”: 1 – oficinas de educação patrimonial em escolas públicas, municipais e estaduais; 2 – oficinas práticas e teóricas de viola caipira e dança do catira; 3 – pesquisa e produção documental acerca da memória histórica e sociocultural e do patrimônio cultural, local e regional; 4 – produção de DVD contendo apresentações da Companhia de Santos Reis “Rosa dos Anjos”, do grupo musical e de dança “Pioneiros do Catira”, e da “Orquestra de Viola Caipira de Hortolândia”; 5 - editoração e publicação do presente *e-book*, disponível para *download* gratuito em *sites* públicos e especializados.¹²⁵

O referido projeto, em consonância a cartas e outras diretrizes documentadas, tanto antigas quanto as mais recentes, sendo nem todas abraçadas integralmente pelo Iphan, e que bem reúnem e atualizam o escopo pertinente do patrimônio cultural imaterial – o de apreciar, conservar, salvaguardar bens e referências socioculturais, heranças intangíveis–, foi pautado pela intenção de beneficiar economicamente e socioculturalmente os grupos, mestres e aprendizes da cultura caipira, local e regional, legítimos representantes da comunidade, dado o reconhecido trabalho empenhado por esta gente defensora irrestrita de saberes e fazeres tradicionais e populares, à luz do referido Programa Tesouros Humanos Vivos da Unesco.

Diferentemente de localidades como Pirenópolis e outras onde boa

¹²⁵ Para dados sobre a execução financeira do referido projeto (Convênio nº 774932/2012), cf. <https://www.convenios.gov.br/siconv/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDeConvênioSelecionarConvênio.do?idConvênio=302588&destino>. Acesso em: jan. 2015.

parte de suas comunidades se reconhecem como detentoras e produtoras de bens e referências socioculturais, populares e tradicionais, em Hortolândia, município altamente populoso e com diversidade sociocultural na qual a cultura caipira é mais uma entre outras, como as de matriz africana, e aquelas de origem tipicamente migrante, como um todo; e que dependem sensivelmente da iniciativa individual e coletiva para fazer viver, acontecer e salvaguardar seus saberes, celebrações, formas de expressão e lugares. Graças a pessoas como Francisco Aparecido Borges de Almeida, o “Mestre Chiquinho”; Antonio Geraldelli, o “Mestre Toninho do Catira”; João Batista Melo, o “João Viola”, entre outros, também reunidos em seus grupos, é possível estabelecer sistemas e programas com vistas a apreciar, promover e salvaguardar o patrimônio cultural local e regional – e estende-se esta colocação, especialmente, aos indivíduos e grupos de matriz africana.

Em função da realidade local e de toda a Região Metropolitana de Campinas, tais indivíduos são, e merecem ser, reconhecidos como patrimônios vivos da cultura caipira em Hortolândia – sendo o termo “patrimônios vivos” inspirado na iniciativa do estado do Ceará, único ente federativo a abraçar, de fato, o Programa Tesouros Humanos Vivos, da Unesco, mediante a sanção da Lei Estadual nº 12.196, de 2 de março de 2002.¹²⁶ Tanto é razoável esta estratégia, em termos de políticas públicas, que o Iphan, órgão concedente a que o município de Hortolândia está conveniado, acreditou neste projeto, que pretende se tornar um programa patrimonial, caso alcance devido êxito, e tenha continuidade em termos de gestão sociocultural.

¹²⁶ Disponível em: <http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=12196&complemento=0&ano=2002&tipo=&url>. Acesso em: jan. 2015.

Perspectiva VI – Interdisciplinaridade em história pública

Desde que se alavancaram as iniciativas, em diversos países e também no Brasil, ao longo do século XX e inícios do século XXI, em apreciar, preservar, conservar e salvaguardar o patrimônio cultural – originalmente entendido pelo seu valor histórico e artístico, e mais precisamente pelo seu valor arquitetônico e monumental –, como estratégia à construção de identidades nacionais e socioculturais, o campo de estudos e pesquisas que alicerça as práticas patrimoniais veio a se estruturar de modo interdisciplinar e mesmo multimidiático. No que concerne ao patrimônio cultural imaterial (não obstante seja compreendido em estreita relação com os patrimônios culturais material e natural, diversos estudos e pesquisas (historiográficas, sociológicas e antropológicas, geográficas, etnográficas e etnológicas, biológicas e ecológicas, literárias e linguísticas, pedagógicas, em práticas turismológicas e em produção cultural, e em políticas públicas socioculturais amplas) foram outrossim desenvolvidas a partir de diálogos interdisciplinares e multimidiáticos; ora para registrar, descrever e saberes e fazeres, ora para análise e discussão de aspectos mais específicos. Por meio de perspectivas reconhecidas como “histórica pública”, é possível desenvolver estudos, pesquisas e produções socioculturais que abordem, interdisciplinarmente, as perspectivas elencadas seções acima – isto é, fontes documentais tradicionais, produtos provenientes da indústria cultural, os estudos e pesquisas em folclore, a produção acadêmica e a produção documental sobre o patrimônio cultural imaterial, entre outros – para tratar desta diversificada cultura caipira, espalhada pelo vasto Brasil meridional.

Espraiados a partir de países anglo-saxônicos, tal como o folclorismo e a história oral, conceitos e procedimentos em história pública – termo este que quer dizer *modos de construção e disseminação de conhecimento e de empoderamento histórico e sociocultural, e inclusive socioeconômico, fundado na aproximação de especialistas junto a indivíduos e grupos*

representantes de comunidades locais e identitárias – não somente são fundados nesta referida interdisciplinaridade, multimodalidade e intersectorialidade; como também, dentro de seu escopo, o patrimônio cultural se apresenta como campo de atuação primaz. Contudo diversas produções não se tenham se amparado em conceitos e procedimentos partidos desta “história pública”, ainda assim estes não deixam de ser referências para estudiosos, pesquisadores, e produtores e mediadores socioculturais que se assumem enquanto tal.

Em colaboração à publicação *Introdução à história pública*, organizada pelas historiadoras Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Rovai, publicado em 2011, o estudioso e pesquisador do patrimônio cultural James K. Reap, em seu artigo *Conservação do patrimônio cultural: um panorama internacional*, concentrado na discussão das principais cartas e documentais patrimoniais, elaborados ao longo dos séculos XX e XXI, aponta alguns dos desafios contemporâneos (em termos locais e regionais, nacionais e globais) quanto ao patrimônio cultural, seja em sua integralidade material e imaterial, seja em suas diversas qualidades e especificidades:

A conservação patrimonial também tem sido identificada como um componente importante de qualquer esforço para abordar a sustentabilidade de modo amplo – usando recursos existentes para satisfazer as necessidades atuais sem comprometer as gerações futuras. Há muitos desafios, como “ecologizar” sem destruir suas características, mas profissionais do patrimônio cultural vêm, todo o tempo, praticando princípios sustentáveis, ao conservar edifícios e locais de patrimônio, ao reforçar práticas *tradicionais* e ao reverter benefícios econômicos através da revitalização da comunidade e do turismo cultural bem gerido. Será importante para os profissionais do patrimônio cultural o firme estabelecimento da conexão entre conservação patrimonial e sustentabilidade na visão popular.¹²⁷

¹²⁷ REAP, James K. “Conservação do patrimônio cultural: um panorama internacional”. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 77-78.

Sabidamente, são vários os suportes documentais e de difusão interessantes para a consecução de estudos e pesquisas interdisciplinares, mediados por conceitos e procedimentos em história pública e searas conexas, pertinentes e afeitas ao campo do patrimônio cultural: produções bibliográficas; documentários audiovisuais, produções fonográficas e radiofônicas, exposições museais (fotográficas, iconográficas e tridimensionais), espetáculos musicais e teatrais, oficinas ministradas por arte-educadores, criação e gerenciamento de interfaces midiáticas e acervos digitais. Estas são apenas algumas das modalidades mais empregadas para a construção e disseminação deste campo aberto e público do conhecimento sociocultural.

Há um volume considerável, por exemplo, de produções audiovisuais, muito interessantes para estudos e pesquisas interdisciplinares, e que foram suscitadas no Brasil desde os tempos de Cornélio Pires – sendo um polivalente e independente produtor de documentários folclóricos que registraram manifestações espalhadas por várias regiões do país, como *Brasil pitoresco*, de 1925, e *Vamos passear?*, de 1934 – e que aguardam maior apreciação do amplo público leitor e estudioso do patrimônio cultural brasileiro para além da historiografia do cinema nacional. Coetânea à produção cinematográfica de Cornélio Pires, vale também fazer referência ao outro pioneiro filme (quase todo desaparecido, com exceção de alguns minutos) da tragédia caipira *João da Matta*, lançado em 1923, do cineasta Amilar Alves, pioneiro e expoente do chamado Ciclo de Campinas, do cinema regional brasileiro (décadas de 1920).¹²⁸ Destarte, à medida que acervos audiovisuais e cinematográficos (bem como os musicais e sonoros) recebam processamento técnico em digitalização e disponibilização *on-line* ao público utente, bem possível que sejam mais e melhor empregadas tal documentação de valor histórico, sociocultural e patrimonial.

Enquanto ainda for parco e fragmentário o conjunto de acervos mi-

¹²⁸ Os títulos, acima referidos – *Vamos passear?* e *Brasil pitoresco*, de Cornélio Pires, e *João da Matta*, de Amilar Alves – têm suas raríssimas cópias arquivadas no acervo da Cinemateca Brasileira, como se afere pelo catálogo do referido órgão público federal. Consultar: www.cinematecabrasileira.gov.br.

diáticos digitalizados e de fácil acesso virtual, que se recorra também a produções audiovisuais mais recentes, interessantes no incremento de iniciativas, projetos e ações interdisciplinares e em história pública, como o documentário *Referências culturais da Serra do Cipó: identificações e percepções*¹²⁹, de 2001, produzido pelo Iphan, cuja pesquisa foi realizada em nove municípios, e a partir da qual foram identificados 383 bens de natureza imaterial – sendo 131 celebrações, 56 formas de expressão, 10 lugares, 29 ofícios e modos de fazer, 156 mestres/artesãos. Por conseguinte, lidar com fontes orais e audiovisuais, nos dias atuais, é procedimento irrefutável, no que tange ao campo do patrimônio cultural; e se amparar na história pública, e suas correlatas, como a história oral, seguramente estudiosos e pesquisadores encontrarão meios e finalidades mais concretas para uma produção sociocultural interdisciplinar com vistas ao empoderamento comunitário. E munindo-se técnica e financeiramente para a realização de um projeto audiovisual (como uma vídeo-história), a história pública se apresentará como uma seara apropriada para a circulação democrática dos “produtos culturais” estipulados.

Mesmo que a linguagem da produção audiovisual, entretanto, tenha grande alcance, em termos de acesso e acessibilidade, é essencial, contudo, que sejam estimuladas e robustecidas as produções bibliográficas para a documentação e divulgação destes estudos e pesquisas pertinente ao campo do patrimônio cultural. Em comunhão à história pública, os conceitos e procedimentos em história oral, por sua vez, prestam-se a registrar e a tecer narrativas transportadas do plano da oralidade para da escrita, algo bem diverso da produção audiovisual, assim como subsidiar conceitualmente análises sobre entrevistas transcritas e transcriadas.

Entre algumas produções bibliográficas recentes, em que se recorreu ao emprego de conceitos e procedimentos em história oral, e que servem de referência para a produção em termos de história pública e patrimônio

¹²⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ogMqwLAL6ek>. Acesso em: jan. 2015.

cultural, citem-se os trabalhos de duas estudiosas e pesquisadoras que esmiuçaram, com preciso rigor acadêmico e linguagem popular acessível ao grande público leitor, a tradição e atualidade de bens e referências da cultura caipira, com ênfase no processo de seu reconhecimento como patrimônio imaterial da região de São Carlos, estado de São Paulo: *Na trilha da cultura caipira: cantadores, tocadores e declamadores no interior de São Paulo*, da socióloga Claudirene A. P. Bandini e da musicóloga Fernanda de Freitas Dias; *A oralidade em músicas e causos no rancho do abacateiro*, de Claudirene A. P. Bandini; e *Viva os Santos Reis: Patrimônio imaterial e cultura caipira em São Carlos*, de Fernanda de Freitas Dias, sendo todos publicados em 2010, sob os auspícios dos respectivos Conselho e do Fundo Municipais de Cultura de São Carlos.¹³⁰

Entre as três obras mencionadas, para selar um “até breve” a esta discussão doxográfica, de caráter pedagógico, vale destacar excerto que ilustra e sintetiza algumas das vigentes demandas próprias ao patrimônio cultural, que vale para as comunidades, grupos, mestres, aprendizes, detentores e produtores, mediadores e gestores socioculturais, quanto para os estudiosos e pesquisadores – na qual também se inclui toda esta gente que vive em função da apreciação, promoção, salvaguarda e transmissão intergeracional de bens e referência da variada cultura caipira, em termos locais e regionais, e mesmo em termos de um vasto Brasil meridional. Em *Na trilha da cultura caipira: Cantadores, tocadores e declamadores no interior de São Paulo*”, as autoras entendem que:

Podemos concluir que a construção de cidadania decorre do atendimento às necessidades sociais e materiais dos agentes culturais, além do reconhecimento de sua diversidade de direitos e práticas cotidianas. Portanto, a construção de

¹³⁰ BANDINI, Claudirene Aparecida de Paula; DIAS, Fernanda de Freitas. *Na trilha da cultura caipira: cantadores, tocadores e declamadores no interior de São Paulo*. São Carlos (SP): RiMa, 2010. BANDINI, Claudirene Aparecida de Paula. *A oralidade em músicas e causos no Rancho do Abacateiro*. São Carlos (SP): RiMa, 2010. DIAS, Fernanda de Freitas. *Viva os Santos Reis: patrimônio imaterial e cultura caipira em São Carlos*. São Carlos (SP): RiMa, 2010.

cidadania apresenta-se como um complexo processo social cujo trabalho de empoderamento das pessoas passa pelo reconhecimento e busca de soluções para as necessidades tanto econômicas quanto sociais e culturais. Não basta somente a declaração e o reconhecimento dos direitos de cidadania, é necessário criar os mecanismos de exigência e os espaços de proposição, diante dos quais a sociedade toda, não só governo, se comprometa para a garantia desse direito básico – eis o caminho para o empoderamento cultural.¹³¹

Assim como diversos estudiosos e pesquisas utilizaram de suas produções bibliográficas, para transmitir esta mensagem de empoderamento a comunidades, grupos, mestres, aprendizes, detentores e produtores, mediadores e gestores socioculturais, espera-se também que esta abordagem sobre as perspectivas de estudos e pesquisas interdisciplinares em história pública sirva de ferramenta teórica e prática para quaisquer cidadãos e cidadãs empenhados em se embrenhar pelo dinâmico campo do conhecimento do patrimônio cultural imaterial, dentro do qual a cultura caipira, a partir de seus bens e referências socioculturais, pretende conquistar seu reconhecimento. Quanto mais gente se agregar nesta tarefa, mais subsídios estão à disposição nesta pertinente busca pelo empoderamento sociocultural comunitário, sobretudo em níveis locais e regionais, como parte de um processo mais amplo na confecção de laços identitários igualmente complexos, nacional e latino-americano, ou mesmo em escala global.

¹³¹ BANDINI, Claudirene Aparecida de Paula; DIAS, Fernanda de Freitas. Op. cit. p. 101.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 77-78.

AMARAL, Amadeu. “Por que não formar uma sociedade demológica em São Paulo?”. In: CASCUDO, Luís da Câmara. *Tradição, ciência do povo*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

_____. *O dialecto caipira: gramática e vocabulário*. São Paulo: O Livro, 1920.

ANDRADE, Mário de. *Ensaio sobre a música brasileira*. São Paulo: Livraria Martins, 1968. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cdrom/mandrade/mandrade.pdf>, p. 26. Acesso em: jan. 2015.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

ARAÚJO, Alceu Maynard. *Folclore brasileiro – Volume 3*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BANDINI, Claudirene Aparecida de Paula; DIAS, Fernanda de Freitas. *Na trilha da cultura caipira: Cantadores, tocadores e declamadores no interior de São Paulo*. São Carlos (SP): RiMa Editora, 2010.

BANDINI, Claudirene Aparecida de Paula. *A oralidade em músicas e causos no Rancho do Abacateiro*. São Carlos (SP): RiMa, 2010.

BERTOLLI FILHO, Claudio. *Um fragmento da história da comunicação no Brasil: Cornélio Pires e o caipira paulista*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bertolli-claudio-fragmento-da-historia-da-comunicacao.pdf>. Acesso em: jan. 2015.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os caipiras de São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 92.

_____. *O divino, o santo e a senhora*. Brasília: Funarte/CFNCP, 1978.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ed. da Unesp, 2007.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Tradição, ciência do povo*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da alimentação no Brasil – volume 2*. São Paulo:

Companhia Editora Nacional, 1968.

CASTRO, Vandersí Sant’Ana. *A resistência de traços do dialeto caipira: estudo com base em atlas linguísticos regionais brasileiros*. Campinas (SP): IEL-Unicamp, 2006. (Tese de Doutorado.)

CUNHA, Euclides. *Os sertões: Campanha de Canudos*. 3. ed. corrigida. Rio de Janeiro: Typ. Laemmert & C., 1905.

CHUVA, Márcia (Org.). Dossiê História e Patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, p. 411-425, 2012. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3239>. Acesso em: jan. 2015.

DANTAS, Macedo. *Cornélio Pires: criação e riso*. São Paulo: Duas Cidades/Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, 1976.

DIAS, Fernanda de Freitas. *Viva os Santos Reis: patrimônio imaterial e cultura caipira em São Carlos*. São Carlos (SP): RiMa, 2010.

AMARAL, Amadeu. *Obras completas de Amadeu Amaral – Tradições populares*. Prefácio de Paulo Duarte. São Paulo: Progresso Editorial, 1948.

FABRIS, Annateresa. *Modernidade e Modernismo no Brasil*. São Paulo, Mercado de Letras, 1994.

FONSECA, Maria Cristina. *Juó Bananére: o abuso em blague*. São Paulo: Editora 34, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal – Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – Volume I*. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. p. 56.

_____. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa (Versão 3.0)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. CD-ROM.

IPHAN. *Modo artesanal de fazer queijo de minas: Serro, Serra da Canastra e Serra do Salitre/Alto Paranaíba*. Brasília: Iphan, 2014.

_____. *O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da comissão e*

do grupo de trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Iphan, 2012.

JÚNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil contemporâneo – Colônia*. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

LAJOLO, Marisa. *Monteiro Lobato: a modernidade do contra*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros – Campinas (1850-1900)*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

_____. *Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)*. Campinas (SP): Ed. da Unicamp, 2008.

LEITE, Sylvia Helena Telarolli de Almeida. *Chapéus de palha, panamás, plumas, cartolas: a caricatura na literatura paulista (1900-1920)*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1996.

LIMA, Deborah Magalhães de. “A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações no meio rural amazônico”. In: *Novos Cadernos Naea*, v. 2, n. 2, dez. 1999. Belém: Naea-UFFPA. p. 5-32.

LIMA, Rossini Tavares de. *O folclore na obra de escritores paulistas*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura – Comissão de Literatura, 1962.

LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Editora do Brasil, Monteiro Lobato & C., 1918.

LOBATO, Monteiro. *Zé Brasil*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

MARIANO, Julio. “História da imprensa em Campinas”. In: SOUSA JUNIOR, Teodoro et al. *Monografia histórica do município de Campinas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952. p. 301-314.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975. p. 106.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. “História oral e identidade caipira, espelho, espelho meu?”. In: CHUVA, Márcia (Org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Dossiê História e Patrimônio*, n. 34, 2012. Brasília: Iphan, p. 411-425. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3239>. Acesso em: jan. 2015.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. “Monteiro Lobato e o outro lado da lua”. In: FABRIS, Annateresa. *Modernidade e Modernismo no Brasil*. São Paulo: Mercado de Letras, 1994.

p. 39-55.

MELLO E SOUZA, Antonio Candido de. “Euclides da Cunha sociólogo”. In: *Remate de Males, Número Especial “Antonio Candido”*, 1999. Campinas (SP): Departamento de Teoria Literária, IEL-Unicamp, 1999. Disponível em: <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/remate/article/view/3553/3000>. Acesso em: jan. 2015.

_____. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida*. 11. ed. São Paulo: Editora 34/Duas Cidades, 2001.

MORAES, José Geraldo Vinci de. *Metrópole em sinfonia: história, cultura e música popular na São Paulo dos anos 30*. São Paulo: Estação Liberdade/Fapesp, 2001.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Dicionário de tupi antigo*. São Paulo: Global, 2013.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870/1920*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1998.

NEPOMUCENO, Rosa. *Música caipira: da roça ao rodeio*. São Paulo: Editora 34, 1999.

PERUTTI, Daniela Carolina. *Almeida Júnior: gestos feitos de tinta*. São Paulo: Alameda Editorial, 2011.

PIRES, Cornélio. *As estrambóticas aventuras de Joaquim Bentinho*. São Paulo: Cia. Editora Nacional. 1924.

_____. *Conversas ao pé do fogo: páginas regionais*. 3. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1927. _____. *Continuação das aventuras de Joaquim Bentinho*. São Paulo: Cia. Editora Nacional. 1929.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

REAP, James K. “Conservação do patrimônio cultural: um panorama internacional”. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

RIBEIRO, Alexandre Marcondes Machado. *Juó Bananére: as cartas d’Abax’o Piques*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998.

ROMERO, Sílvio. *Estudos sobre a poesia popular do Brasil (1879-1880)*. Rio de Janeiro: Typ. Laemmert & C., 1888. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01614300#page/1/mode/1up>. Acesso em: jan. 2015.

_____. *Ethnographia brasileira: estudos críticos sobre Couto de Magalhães*, Barbosa Rodrigues, *Theophilo Braga e Ladisláo Netto*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves Ca., 1888. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02054100>. Acesso em: jan. 2015.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai*. Direção, tradução e notas de Rubens Borba de Moraes. São Paulo: Livraria Martins, 1940. p. 151-152. Disponível em: <https://archive.org/details/viagemprovinci00sainuoft>. Acesso em: jan. 2015.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira – da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

SANTOS, Gabriel Soares. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. 3. ed. Introdução e comentários de Francisco Adolpho Varnhagen. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre: Cia. Editora Nacional, 1938. p. 103-110. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/tratado-descritivo-do-brasil-em-1587>. Acesso em: jan. 2015.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Sílvio Romero: hermeneuta do Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005.

SILVEIRA, Valdomiro. *Os caboclos*. São Paulo: Editora Revista do Brasil, Monteiro Lobato & Cia., 1920.

SOUZA, Bernardino José de. *Dicionário da terra e da gente do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.

TINHORÃO, José Ramos. *Os sons que vêm da rua*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2005.

_____. *Cultura popular: temas e questões*. São Paulo: Editora 34, 2001.

_____. *Pequena história da música popular: da modinha à canção de protesto*. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Populações meridionais do Brasil: história, organização, psicologia*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

Arquivos e bibliotecas consultados

Acervo Filmografia Brasileira/Cinemateca Brasileira – São Paulo

Arquivos Históricos/Centro de Memória da Unicamp – Campinas (SP)

Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/Centro de Memória da Unicamp – Campinas (SP)

Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro (RJ)

Biblioteca Central Cesar Lattes/Unicamp – Campinas (SP)

Biblioteca IFCH-Unicamp – Campinas (SP)

Biblioteca Central FFLCH-USP – São Paulo

Biblioteca da Cinemateca Brasileira – São Paulo

Catálogos e acervos digitalizados consultados

archive.org

arquivoestado.sp.gov.br

bibliotecadigitalbrasileira.bn.br;

brasiliana.org.br

brasiliana.usp.br

cinematecabrasileira.gov.br

convenios.gov.br

ims.org.br

iphan.gov.br

memoria.bn.br

unesco.org

alepe.pe.gov.br

Presença da história pública em comunidades locais: políticas culturais e exercício de cidadania no contexto de repertórios de ação coletiva – A experiência recente do Centro de Memória de Hortolândia
Professor Leovigildo Duarte Junior^{132*}

O presente artigo tem o escopo de apresentar conceitos e informes acerca da presença da história pública em comunidades locais, com ênfase em projetos balizados por procedimentos em história oral. O estabelecimento do diálogo entre história pública, história local e história oral, enquanto searas do conhecimento, pode de fornecer, a comunidades interessadas na tessitura de seus laços identitários, subsídios elementares para a elaboração de projetos e ações socioculturais e políticas públicas culturais pautadas pelo exercício de cidadania. No sentido de apontar o desenvolvimento prático destes aportes conceituais acima elencados, são também arroladas algumas experiências recentes do Centro de Memória de Hortolândia Prof. Leovigildo Duarte Junior, nas quais a colaboração entre comunidades, agentes culturais e pesquisadores se apresenta como um estímulo para a construção de repertórios de ação cultural coletiva, local e regional.

Argumentar acerca da presença da história pública em comunidades locais significa pautar sua influência, participação e sua vitalidade junto a grupos sociais/étnicos específicos, grupos detentores/produtores de referências/bens culturais e, de modo abrangente, populações, povoados circunscritos a bairros e distritos em um município, ou em qualquer esfera de um ou mais estados-nação. Em uma perspectiva sociocultural, a palavra

“comunidade”, como afirma Zigmunt Bauman, sugere sempre uma “coisa boa”, mas que “evoca tudo aquilo de que sentimos falta e de que precisamos para viver seguros e confiantes” (2003: 7-9). E a história pública pode muito contribuir para esta sensação de bem-estar em comunidades, desde que inserida em um contexto de ação coletiva amplo.

As diversas modalidades de produção sociocultural conhecidas no bojo do que se compreende por história pública são, há tempos, veículos de devolução do conhecimento histórico-cultural dos mais eficazes para se atingir o maior número possível de leitores, telespectadores e consumidores em geral sobre os fatos e personagens marcantes, memoráveis, célebres, considerados preponderantes, por exemplo, na evolução político-administrativa de uma localidade; na valoração da trajetória genealógica de um grupo familiar/consanguíneo; na representação formal de movimentos/grupos sociais/étnicos e de gênero que reivindicam reparações históricas/sociais/econômicas; e na busca pela salvaguarda de saberes e fazeres próprios/apropriados por indivíduos/mestres/grupos/comunidades.

Por assim dizer, nos primórdios da estruturação profissional da história pública, ocorrida na costa oeste estadunidense (inicialmente na *University of California in Santa Barbara*), partir de meados da década de 1970, o escopo de conceituar história pública e campos do conhecimento correlatos era motivado pelo uso não acadêmico de ferramentas empregadas no ofício do historiador encastelado em cátedras. Estas ferramentas, porém, poderiam ser muito úteis aos afazeres culturais então relegados à condição de *minor histories*, sejam estas histórias locais, ou de empresas, grupos étnicos/sociais específicos, narrativas biográficas, sejam subsídios para a construção de políticas públicas. A revista *The Public Historian*, em atividade desde 1978, por sua vez, promovida pela referida universidade e financiada pela *Rockefeller Foundation*, teve como um de seus principais porta-vozes e formadores de opinião o historiador Robert Kelley (1925-1993), que no primeiro volume da referida revista elucidara acerca de sua definição de “história pública”:

¹³² *Artigo atualizado, originalmente apresentado como texto integral na mesa “História pública e oralidades”, do X Encontro Regional Sudeste de História Oral. Disponível em: http://www.sudeste2013.historiaoral.org.br/resources/anais/4/1372580944_ARQUIVO_PresencadaHistoriaPublicaemComunidadesLocais.pdf. Acesso em: dez. 2014. O artigo foi posteriormente publicado, mediante convite, em: *Revista Resgate*, vol. XXI, 25/26, jan./dez. 2013, p. 39-38. Disponível em: <http://www.cmu.unicamp.br/seer/index.php/resgate/article/viewFile/343/330>. Acesso em: dez. 2014. Todas as citações apresentadas no corpo do texto, cujos originais foram publicados em idioma estrangeiro e não possuem edição nacional, receberam livre tradução do presente autor.

Em seu sentido mais simples, a história pública se refere ao emprego de historiadores e do método histórico fora da academia: no governo, em empresas privadas, nos meios de comunicação, em sociedades históricas e museus, mesmo em situação de prática privada. Historiadores públicos estão em atividade, sempre que, em sua vida profissional, eles são parte do processo público. [Para que serve o historiador público]: Uma questão precisa ser resolvida; uma política pública, elaborada; a utilização de um recurso ou direção sobre uma demanda, planejada de forma mais eficaz; e um historiador é chamado a trazê-la na dimensão do tempo: isto é História Pública. (KELLEY, 1978)

O campo da história pública, enquanto projeto e produção sociocultural, dentro e além de suas definições *lato sensu*, compreende produções que vão da criação de museus comerciais/pedagógicos/populares; de exposições fotográficas e de artes plásticas e visuais, que apresentam paisagens urbanas/rurais (e *rururbanas*), enfatizando a correlação entre a *urbe*, a natureza e sua gente; de documentários artísticos/jornalísticos que promovem as diversidades intrínsecas aos movimentos e grupos sociais/étnicos específicos acima descritos, além de tantos outros; a de livros de história social, de memórias biográficas e/ou coletivas, e de crônicas e poesias que descrevem sentimentos de pertencimento e identidade (e seus inversos) de autores que se posicionam como porta-vozes de seus grupos e comunidades. Para Dolores Hayden, dentro deste campo há muitas perspectivas de conteúdo e de público interessado e beneficiário dessas produções culturais; mas para produzir o que ela entende por história de paisagens urbanas (porque historiadora, e arquiteta/urbanista), bem como outros modelos de história local, a história pública de organizações baseadas em comunidades é uma natural aliada deste modo de produzir conhecimento. E a autora afirma que:

A grande força desta abordagem à história pública é o seu desejo de uma “autoridade compartilhada” [...] ou uma “história dialógica” [...] que dá poder para que as comuni-

dades definam seus próprios passados. Esta abordagem se baseia no entendimento de que a história de trabalhadores, mulheres, grupos étnicos e de pobres requer variadas matérias-primas, incluindo histórias orais, porque muitas vezes as pessoas, ao invés dos [historiadores] profissionais, são as maiores autoridades sobre seus próprios passados. Na busca por novos materiais, incluindo histórias orais, muitos historiadores profissionais treinados tem visto como comunidades puderam definir suas próprias histórias econômicas e sociais.[...] Alguns [desses historiadores profissionais] têm o interesse na capacitação comunitária [ou empoderamento] e vincular à história pública outros modos de organização comunitária. (HAYDEN, 1997: 48-49)

Compreendendo a presença da história pública em comunidades como projeto e produção sociocultural na qual é preponderante o entendimento de sua dimensão territorial, a modalidade história local é, sem dúvida, uma das mais vivazes, porque das mais *democraticamente* praticadas. Produção que independente de rigores historiográficos emanados de discussões em procedimentos metodológicos e aportes conceituais ditos acadêmicos, a história local se fundamenta mais em critérios socialmente estabelecidos dentro das variadas comunidades, como o narrar valorando a diversidade étnica, cultural, e de classe social, e mesmo fatos e personagens memoráveis para o cotidiano destas. A anuência sobre o valor histórico-cultural de uma iniciativa em história local é referendada pela comunidade tornada objeto de pesquisa, ao mesmo tempo em que é sua principal consumidora e beneficiária direta no mais das vezes. A preocupação dos consumidores dessas histórias públicas em comunidades locais reside em interesses e argumentos dos quais o pesquisador profissional deve ter a sensibilidade de não desmerecê-los ou dar maior ênfase ao método de construção historiográfica e de análise, sobretudo se há o contato direto deste junto a membros de comunidades locais.

Ainda que influenciada, ou afetada, por grandes conceitos filosóficos, sociológicos e antropológicos, urbanísticos e economicistas, e historiográficos de toda sorte, um projeto e produção sociocultural em história

pública local que se esqueça, por exemplo, de aspectos irrefutáveis dos bens/referências culturais de uma comunidade; que desmereça, ou faça pouco caso, de histórias de vida, hipoteticamente, como a do *seu* João, da *dona* Maria, supostos ícones morais daquela comunidade – “porque capítulos de história indelével para aquela gente” – pode ser útil a todo restante da humanidade afeita ao tema, mas para a comunidade local em questão, objeto de pesquisa e análise, esta tem a possibilidade de se tornar uma produção sociocultural abstrata, inócua, porque carente de anuência e vivacidade. Além disto, promover a devolução pública da pesquisa ou produção sociocultural sem anuência prévia das comunidades locais; e, por exemplo, demitificar líderes locais comunitários/políticos de quaisquer matizes ideológicos, culturais e/ou religiosos, de modo a causar certos constrangimentos públicos; acusar indiscriminadamente mazelas sociais e políticas que atinjam parte ou o todo da população, ou povoamento, sem consentimento público, negociação ou autorização prévia; não creditar devidamente a grupos/comunidades detentoras/produtoras a titularidade moral e/ou patrimonial de seus bens/referências culturais identificados e reproduzidos publicamente/comercialmente: eis algumas das condutas que fogem cabalmente do que se pretende de uma história pública em comunidades locais, conforme este campo de trabalho vem se aperfeiçoando ao longo das últimas décadas.

É a que Carol Kammen se refere, como uma postura de historiador local que, para realizar seu trabalho, *censura a história*, assim como se autocensura (KAMMEN, 2003: 63) – postura esta bem elucidada pelo ditado popular, que vale muito ao pesquisador e a qualquer outra pessoa, sobre “saber por onde e com quem anda”. Além de o pesquisador ter que esclarecer *onde*, saber *de quem* e *para quem* realiza sua história pública e local, é necessário que o mesmo também se apresente às comunidades beneficiárias, e diga *de onde se pronuncia*, e *quais suas intenções*, e mesmo *quem o financia*. Para facilitar o entendimento sobre os limites de atuação possíveis em história local, e sobre como este campo é tomado pelo *senso*

comum, seria interessante apresentar certos apontamentos elucidados pela historiadora acima referida, os quais resumem bem este escopo, sobretudo para quem o recebe:

[...] hoje a história local pertence a todos nós, imigrantes e estabelecidos há muito tempo, pessoas com ancestrais enterados em cemitérios locais, e recém-chegados. Mas, mesmo com as novas inclusões, há temas que ainda são geralmente evitados por sociedades [associações etc.] de história local. E isso, por si só nos diz algo interessante. Poucas sociedades histórias locais ou historiadores locais encaram este desafio. A história local é geralmente considerada pela maioria das pessoas como uma forma de construção de uma comunidade, uma forma de “boom” da prosperidade local, para promover a sua história, e para unir as pessoas em torno de um passado comum, ou uma maneira de entender o próprio lugar. (Idem: 68)

Por mais que a tarefa de pesquisadores profissionais de história pública em comunidades locais também dependa de um arcabouço conceitual e metodológico para viabilizar projetos e planos de produções documental e analítica, este não é o interesse prioritário para as próprias comunidades locais atendidas; pois os interesses, de fato, estão mais voltados para como se dão as inter-relações pessoais entre pesquisadores e colaboradores, de forma que sejam prevalecidas as normas de conduta interna aos diversos grupos inseridos em comunidades locais, ainda que posturas que sempre prezem por equanimidade e isonomia jamais devam ser abandonadas. Postura que caminha para um consenso entre pesquisadores e estudiosos da história pública, no que se refere à possível inter-relação a ser criada junto a comunidades locais é aquela em que o pesquisador profissional busque a inversão da corrente lógica de *difusão cultural* (de que ele é quem pode levar conhecimento, o saber, ao povo, mesmo na melhores das intenções), e se preocupe em *compartilhar e reconhecer autorias* e, por conseguinte,

“compartilhar e reconhecer autoridades”, no sentido de que ambas as partes envolvidas se responsabilizem pela construção de histórias públicas, em sua mais diversas modalidades, utilizando dos procedimentos mais acessíveis a pessoas das mais amplas formações profissionais e níveis instrução escolar. Michael Frisch compreende, a partir de noções de história oral e pública, e à luz de sua própria experiência profissional, que a autoridade compartilhada é uma saída para o embate entre a vigente necessidade de historiadores/pesquisadores ampliarem seu campo de atuação e as respostas a legítimas demandas sociais sobre a construção do conhecimento histórico, pois:

Novas formas de história pública [vêm travando] uma espécie de guerra, de guerrilhas, contra essa noção de autoridade acadêmica profissional: a promessa de história de comunidades, de produções audiovisuais sobre pessoas, de encenações teatrais [históricas e socioculturais], de muitas aplicações de história oral tem sido [formas de] empoderamento – [isto é] formas de gerar devolução para comunidades específicas ou que gere a partir de dentro de si a autoridade para explorar e interpretar suas próprias experiências; experiências estas tradicionalmente invisíveis em história formal, porque previsíveis sobre quem e o que é relevante; interpretações estas regularmente ignoradas ou que sofrem resistência por parte do meio acadêmico, em virtude de seu conteúdo político e de [suas conseguintes] implicações. (FRISCH, 1990: XXI).

“Autoridade compartilhada” – conceito no qual se engloba uma noção de autoria compartilhada – seria, juntamente a de ação cultural e coletiva, pois, alternativa à esta difusão cultural que, na melhor das intenções, seria um “tráfego entre entidades integrais”, ou um “tratamento de culturas como totalidades distintas” (BAUMAN, 1999: 67). Entre as searas da história pública que mais caminha para superar a noção de difusão cultural pela de autoridade compartilhada, porque

ação cultural propriamente dita, e enquanto proponente de projetos e produção sociocultural em comunidades locais, é a história oral (CAUNCE, 1994). Este campo do conhecimento que por vezes parece uma simples ferramenta de pesquisa em história do tempo presente, em outras um campo disciplinar autônomo, faz da sua fragilidade institucional a animaa-hierárquica que a permite ser empregada em projetos, programas e produções documentais e analíticas delicados, como qualquer destes que sejam implementados junto e para comunidades locais. Se há uma chave que abra as portas para tal capacidade de anuência para sua execução junto a comunidades locais é a autoridade (*authority*) compartilhada (FRISCH, 1990 e 2012; HAMILTON e SHOPES, 2008; ASSIS, 2011) no proceder de sua execução e da devolução pública.

Ainda que seja doloroso para um pesquisador, por exemplo, abdicar da autoria individual sobre um trabalho que, sem o mesmo, por exemplo, jamais um livro ou um documentário audiovisual existiria enquanto tal, a decisão em partir para o caminho da história pública é uma escolha sem volta. A satisfação do pesquisador que lida com história pública, ao aprender e transmitir conhecimento, e principalmente agregar gente que acredita em suas propostas, tem um preço muito alto: o preço de contribuir para que uma própria comunidade local seja responsável pela tessitura de sua história, pela (re)construção de memórias individuais e coletivas, e muito mais que isto, à medida que a história pública se torne socioculturalmente presente junto à comunidade. Dados estes condicionantes subjetivos que perfazem a tarefa de um pesquisador junto a comunidades, campos do conhecimento como história pública, história local e história oral se tornam indissociáveis, correlatos, intrínsecos.

Buscar a sobreposição da noção de difusão cultural pela autoridade compartilhada, no campo da ação cultural coletiva, na elaboração e execução de projetos e programas em história pública junto a comunidades locais, empregando procedimentos de história oral, é meio de realizar algo que, se estruturado com anuência e viabilidade econômica, tem condições

se tornar perene, vivaz, presente. Por isto que, tão quanto um movimento social, a iniciativa de projetos e produção sociocultural em história pública é uma ação coletiva constituída de repertórios nos quais estão elencadas não somente aspectos relevantes de memórias individuais e coletivas, mas reivindicações pertinentes ao tempo presente de comunidades locais. O ato de produzir documentos e análises historiográficas – permeado à luz da história oral, local e pública, por exemplo – sobre histórias de vida e lugares de memória tem motivos para ocorrer: é voluntária, intencional, forjadas por meio de autoridades compartilhadas, porque negociadas entre as partes.

Ainda que tratar de repertórios de ação coletiva remeta diretamente ao aporte conceitual e ao procedimento metodológico inicialmente desenvolvidos por intelectuais como Charles Tilly (1929-2008), mais uma vez esta forma de entendimento socio-histórico receberá novas interpretações e usos, os quais, contudo, não se distanciam em essência de seu *locus* epistemológico original. Charles Tilly se referia a repertórios de ação coletiva segundo o conjunto de resultado de pesquisas, lançando mão dos mais variadas ferramentas e fontes documentais – em história e quadros sociais comparados – a partir dos quais era possível identificar motivações, desenvolvimento, e transformações ocorridas historicamente com movimentos sociais e políticos, que passaram por contendas e conflitos de toda sorte e escala. Intelectual vocacionado a dizer por metáforas, Tilly assim comparou seu entendimento por repertórios de ação coletiva a uma estrutura organizacional de uma companhia teatral:

Repertórios de ação coletiva não designam performances individuais, mas meios de interação entre parselhas ou um maior conjunto de atores. A companhia, e não um indivíduo, mantém um repertório. [Por exemplo], o mais simples conjunto (digamos, um grupo de trabalhadores) fazendo reivindicações coletivas, e um outro (digamos, o patrão deste grupo de trabalhadores) se tornando objeto, a causa, daquelas

reivindicações. E que o conjunto simples se articule em mais parselhas fazendo reivindicações de uns sobre outros, e em trios, até chegar às matrizes complexas da política nacional. Nem todas as reivindicações coletivas, contudo, envolvem conflito aberto. Os partícipes de celebrações coletivas costumam fazer reivindicações de uns sobre outros, exigindo pouco mais do que uma afirmação compartilhada de identidade; líderes convocam seguidores para apoiá-los, e seguidores declaram sua solidariedade sem necessariamente despertar conflitos de interesse. (TILLY, 1995: 27)

Apercebe-se do excerto acima que, ao conduzir e contextualizar tais definições de repertórios para os campos de histórias pública, oral e local, é possível duplamente utilizá-los: pensar os repertórios não somente como ao modo mais aproximado do que pretendia o próprio Tilly, como objetos de pesquisas históricas aplicadas à formulação de quadros sociais específicos, mas tornar estes campos do conhecimento (história pública, história local e história) os próprios repertórios de ação coletiva. Elaborar projetos e produções documentais e analíticas nas quais há certa sensação de autoridades compartilhadas entre pesquisadores e comunidades, e reunida esta a outras experiências semelhantes, há condições sociais apropriadas para essas serem reconhecidas como repertórios de ação coletiva em história pública, de história local e de história oral. De certa forma, dada a ampla produção e divulgação de histórias orais, locais e públicas em países como Estados Unidos, Austrália, Grã-Bretanha, entre outros, pode-se dizer que já existem repertórios de ação coletiva, em construção, próprios à presença destes campos de produção historiográfica e sociocultural amplas, ainda que não necessariamente se definam estritamente nestes termos (ALMEIDA e ROVAI, 2011).

Entre os possíveis repertórios de ação coletiva em história pública, história local e história oral em que são estabelecidas autoridades compartilhadas entre pesquisadores e comunidades são aqueles pautados por

estudos e, sobretudo, políticas culturais. Os estudos culturais são capazes de responder a pertinentes demandas sociais, utilizando-se de ferramentas que trazem para o debate público traços de subjetividade emanados de oralidades, saberes, celebrações, formas de expressão, lugares de memória que conferem sentimentos de pertencimento e de identidade (e seus inversos) a comunidades locais; ao passo que sua aplicação às políticas públicas culturais é estratégia básica de envolver indivíduos e grupos detentores/produtores de bens culturais – desde que sinceros representantes de comunidades locais específicas – na própria elaboração de projetos, pesquisas e outras produções que não somente revelem memórias coletivas e histórias de vida e contribuam para uma diversa produção sociocultural, mas que contribuam, igualmente, para a inevitável urgência de geração de renda e emprego – este último, preceito substancial do exercício de cidadania.

Políticas culturais se tornam, pois, campos de interlocução entre pesquisadores e comunidades, uma vez que a motivação para se levar a cabo tais projetos, pesquisas e produções é sensibilizada quando estas envolvem financiamento, com vistas sobretudo à geração de renda e emprego. Na perspectiva da política cultural enquanto uma “ciência da organização das estruturas culturais”, Teixeira Coelho, assim a define em seu *Dicionário crítico de política cultural*:

[...] a política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável. Essas intervenções assumem a forma de:

1. normas jurídicas, no caso do Estado, ou procedimentos

tipificados, em relação aos demais agentes, que regem as relações entre os diversos sujeitos e objetos culturais; e 2. intervenções diretas de ação cultural no processo cultural propriamente dito (construção de centros de cultura, apoio a manifestações culturais específicas, etc.). Como ciência da organização das estruturas culturais, a política cultural tem por objetivo o estudo dos diferentes modos de proposição e agenciamento dessas iniciativas bem como a compreensão de suas significações nos diferentes contextos sociais em que se apresentam. (COELHO, 1999: 292)

Entre os meios apropriados para que as políticas culturais sejam planejadas e executadas a contento – estas aplicadas ao interesse de iniciativas e projetos em história pública, história local e história oral (como qualquer outra iniciativa de matiz cultural) –, conforme acima esboçado, e mediante posturas favoráveis ao exercício de cidadania, é necessário que sempre haja a criação de vínculos formais entre as partes envolvidas. Uma entre tantas definições possíveis acerca do termo “cidadania” seria de que esta “é um *status* que medeia a relação entre o indivíduo e a comunidade política. [A noção de] cidadania também fornece uma estrutura para as interações entre os indivíduos dentro da sociedade civil” (FAULKS, 2000: 107). Associações, sociedades e entidades civis com ou sem fins lucrativos; centros culturais, centros de memória, museus e arquivos, públicos e/ou privados, dependem de sua adequação a normas jurídicas que os permitam buscar financiamento para seu ordenamento burocrático e folha de pagamento, bem como para promover e contemplar o desenvolvimento de suas representações simbólicas.

Uma parceria entre, por exemplo, associações, sociedades ou grupos de pesquisadores em história pública, história local e história oral – ainda que genericamente denominadas por consultorias (porque os afazeres extrapolam a própria consultoria em pesquisa histórica) – e sociedades de amigos de bairro, representantes de comunidades locais, pode gerar frutos dos quais ambas as partes têm a responsabilidade pela sua colheita

e consumo, porque emanadas destas autoridades compartilhadas previamente negociadas e, *pari passu*, amadurecidas. No caso de pesquisadores que representem o poder público, suas responsabilidades são igualmente correlatas a destes que integrem associações, sociedades ou grupos de pesquisa – uma vez que todos devam estar por demais atentos aos preceitos legais de transparência pública vigorantes em sociedades pautadas pelo estado democrático de direito, bem como pelo respeito aos direitos morais e patrimoniais de seus colaboradores em suas pesquisas e produções socioculturais.

Mesclar estes três campos do conhecimento histórico, contudo, é terreno pantanoso. Não raro, encontram-se diversas publicações, projetos e programas que inter-relacionam tais campos – empregando-os como história oral e pública; história pública e local; história oral e local. Mas é difícil encontrar alguma experiência que se autodenomine história pública, local e oral, concomitantemente. Aliás, o mais importante é que as iniciativas, procedimentos e resultados sejam contemplados de acordo com o esperado por pesquisadores, produtores culturais e comunidades beneficiárias, e público interessado. Várias experiências bem sucedidas podem ser enumeradas e descritas, desde o âmbito global ao regional/local, como as associações e sociedades históricas (a maioria das quais localizadas em países anglo-saxônicos) como *Oral History Association*, *Australian Historical Association* e a *British Association for Local History*; os eventos socioculturais como os *Festivali di storia* que se espalham pela Itália; em cursos de extensão ministrados em instituições acadêmicas abertas ao grande público como a *Freie Universität*, de Berlim; de empresas de consultoria em organização de acervo e produção documental para grupos corporativos, como a brasileira Tempo e Memória (empresa privada esta inserida em um nicho de mercado em expansão no país, proporcionado pelo fortalecimento das políticas públicas de fomento e apoio à produção cultural); instituições acadêmicas como o Centro de Memória da Unicamp – idealizado pelo Prof. Dr. José Roberto do Amaral Lapa (1929-2000), his-

toriador local campineiro, junto a outros pesquisadores e docentes do antigo Grupo de Estudos Regionais (GER) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH-Unicamp) – que se dedica a promover, desenvolver e assessorar projetos e pesquisas em histórias local/regional referentes à Região Metropolitana de Campinas (RMC), estado de São Paulo, em suas múltiplas possibilidades, inclusive por meio de história oral; e entidades privadas sem fins lucrativos, como a Fundação Pró-Memória de Sumaré, coordenada pelos historiadores locais Francisco Antonio de Toledo e Alaerte Menuzzo (exemplar associação que dá conta de produção documental, arquivística e sociocultural acerca do município e da gente nativa e/ou residente no município de Sumaré, estado de São Paulo).

À luz de diversas experiências em que foram inter-relacionados conceitos e práticas provenientes de história pública, história local e história oral, o Centro de Memória de Hortolândia Professor Leovigildo Duarte Junior, nos últimos dois anos, vem se envolvendo paulatinamente com a população munícipe a fim de “recuperar seu tempo perdido”, e recuperar e ampliar seu acervo documental; organizar e digitalizar os fundos e coleções preexistentes compreendidos em seu acervo; e, sobretudo, desenvolver projetos, pesquisas e ações socioculturais em parceria a comunidades/grupos detentores/produtores de bens/referências da cultura e memória local/regional, como forma de salvaguarda de seu patrimônio cultural, sobretudo, imaterial. Diz-se “recuperar seu tempo perdido” quando se trata do Centro de Memória de Hortolândia, pois este é um órgão público vinculado à Prefeitura Municipal de Hortolândia, criado pela Lei Municipal nº 225/1994, o qual, até os últimos dois anos, não passara de “letra morta”, e cujo incipiente acervo – constituído de fundo documental público remanescente das primeiras três gestões municipais – estivera abandonado em um cômodo subsolo de uma conhecida praça pública local – a praça “A Poderosa”. Para o momento apenas vale dizer que a situação infraestrutural para a preservação do referido acervo se agravara a partir da morte de seu idealizador, professor Leovigildo Duarte Junior (1941-2009), o qual

já havia realizado trabalho análogo à vizinha Sumaré, contribuindo para a criação da referida Associação Pró-Memória de Sumaré, desde quando foi Diretor e Secretário de Educação desse município. Em sua homenagem, o Centro de Memória de Hortolândia recebera recentemente seu nome, mediante a Lei Municipal nº 2.793/2013 – passando a se chamar Centro de Memória de Hortolândia Professor Leovigildo Duarte Junior.

Graças ao empenho de um grupo de técnicos lotados à jovem Secretaria Municipal de Cultura – inicialmente vinculada à Secretaria de Educação, posteriormente desmembrada desta juntamente com a pasta de Esporte, até adquirir plena autonomia administrativa, em 2011 –, o acervo remanescente sob custódia do Centro de Memória de Hortolândia Professor Leovigildo Duarte Junior fora, literalmente, resgatado do referido antro – o qual passa, atualmente, por uma ampla reforma – e depositado, temporariamente, em um cômodo mais apropriado, localizado no Ponto de Cultura “Caixa de Luzes”, até ser transferido para seu “destino final”: a Estação Ferroviária Jacuba, único patrimônio cultural edificado tombado pelo município de Hortolândia, o qual também passa por uma ampla reforma/restauro/readequação, para receber as futuras instalações do Centro de Memória de Hortolândia Professor Leovigildo Duarte Junior.

Mas o caminho à plena estruturação física e à adequada organização de expedientes técnico e administrativo pelos quais vem passando o Centro de Memória de Hortolândia Professor Leovigildo Duarte Junior não é curto. Para suprir esta demanda, propostas de projeto elaboradas com a finalidade de aquisição de equipamentos e mobiliários, além da organização e digitalização do acervo documental preexistente, aguardam a liberação de recursos públicos (incluindo recursos provenientes de deduções e incentivos fiscais), para que, de fato, o Centro de Memória de Hortolândia “recupere seu tempo perdido”. Por outro lado, o referido órgão público já deu início à elaboração de projetos de pesquisa e ações culturais que promovem a memória e a história locais, de modo que, já se percebe, autorias e responsabilidades são compartilhadas entre poder público, sociedade civil

e comunidades interessadas na construção – do grau zero – de repertórios de ação coletiva em história pública, oral e local.

Desde finais de 2011, quando o presente autor apresentara à Secretaria Municipal de Cultura – da qual é agente cultural concursado – um projeto de pesquisa intitulado *Memória em construção: Hortolândia e sua gente em narrativas e imagens*, o Centro de Memória de Hortolândia “Professor Leovigildo Duarte Junior” busca ampliar seu acervo documental, por meio de produção emanada de conceitos e práticas em história oral, sobretudo aquelas que valorizam histórias de vida, objetos biográficos e lugares de memória, e a partir das quais entrevistados são entendidos como colaboradores – e não depoentes ou informantes – do referido projeto em execução.

O projeto *Memória em construção*, que busca se tornar um programa sociocultural – à medida que haja sua continuidade, por meio de ampliação da equipe técnica do Centro de Memória de Hortolândia Professor Leovigildo Duarte Junior e, principalmente, interesse público em colaborar com a pesquisa e produção documental – é, sobremaneira, fundamentado em aportes conceituais e procedimentos metodológicos desenvolvidos por pesquisadores do Núcleo de Estudos em História Oral da USP (NEHO-USP), coordenado por José Carlos Sebe Bom Meihy, um dos pioneiros da história oral no Brasil. Por mais que o campo epistemológico desenvolvido dentro do NEHO-USP seja variado, e faça também da história oral um campo de militância política e ética, a elucidação de conceitos como estes acima referidos, bem como outros aptos a debater situações socialmente complexas como memória e identidade, oralidade e cultura escrita, tempo do tempo presente, narrativa, redes de colaboradores, entre outros (MEIHY e RIBEIRO, 2011; LOPES, 2011; MEIHY e HOLANDA, 2011; LOPES, 2011, 2007), para os afazeres próprios do dia a dia no Centro de Memória de Hortolândia Professor Leovigildo Duarte Junior, todos estes conceitos são inteiramente aplicáveis, ainda que seja necessário ao pesquisador não sobrepor questões teóricas e de método acima dos próprios temas públicos e locais.

Neste sentido, esta história oral referenciada pelo crescente arcabouço epistemológico desenvolvido por pesquisadores do NEHO-USP contribuiu para que o projeto *Memória em construção* também se tornasse um projeto em história pública e em história local, pois seus colaboradores se comportam e se responsabilizam pelo conteúdo de suas narrativas confiadas ao Centro de Memória de Hortolândia Professor Leovigildo Duarte Junior, portando-se, inclusive, como historiadores públicos (no sentido de memorialistas e documentalistas locais), principalmente pelo fato de que uma história local digna de sua gente – isto é, desapegada de interesses políticos e escusos – ainda está por ser escrita. No presente momento, sem estas pessoas, como muitas outras que merecem e precisam ser ouvidas, o referido trabalho seria impossível de ser desenvolvido.

Singelo fruto da própria trajetória político-administrativa, econômica e sociocultural do município de Hortolândia, este incipiente repertório de ação coletiva em histórias pública, oral e local pode contribuir para o fortalecimento dos debates que envolvem questões de memória e identidade. É ação coletiva formada por gente de grupos/comunidades, que entende, faz e vive cultura; por gestores vinculados ou a serviço de órgãos/entidades culturais, públicas e privadas, em suas mais variadas atribuições; por pesquisadores e educadores acadêmicos, profissionais e amadores/voluntários igualmente interessados no fortalecimento de memórias e identidades locais e regionais, por meio de produção intelectual e documental acessível, sobretudo, ao uso da população munícipe; e por tantos outros colaboradores(as) diretos e indiretos, nativos e residentes, ou não, em Hortolândia. No passo de históricas manifestações e reivindicações populares substanciais ocorridas e vivenciadas em Hortolândia – como a pela emancipação política/administrativa e pela implantação de tudo que é necessário para um município, ou qualquer localidade, sobreviver – este repertório e ação coletiva cultural igualmente emana do interesse público pela identificação, manutenção, e transmissão de saberes e fazeres que permeiam memórias e identidades locais e regionais (Lopes, 2012a, 2012b).

É premente, em especial, a promoção do saber histórico sobre este antigo bairro rural caipira, paulista, campinense, denominado “Jacuba”, que se tornara um município populoso; eficiente arrecadador tributário; polo industrial atraente a investimentos externos; e local que ainda vivencia grandes contrastes sociais (IBGE, 2010). Hortolândia é um município fundado a 31 de dezembro de 1991, mas que comemora sua emancipação a cada 19 de maio – efeméride da realização do plebiscito que decidira seu futuro político-administrativo, amplamente favorável ao desmembramento do então distrito em relação município de Sumaré (a realização e legitimidade do plebiscito, amparado pela Constituição de 1988, vale lembrar, fora conquistado mediante intensa manifestação pública). Sua população atual, distribuída em 62,2 km², é estimada em cerca de duzentos mil habitantes; diferentemente de seus mil habitantes na época em que fora elevada a distrito de Sumaré, em 30 de dezembro de 1953. É um município que merece maior atenção de especialistas para compreender o que ocorreu à localidade, ao menos, nos últimos sessenta anos. Percebe-se, pois, evidentes melhorias de Hortolândia, bem como de toda a Região Metropolitana de Campinas, se comparados os atuais dados socioeconômicos aos publicados nos últimos dez anos (CANO e BRANDÃO, 2002).

As políticas públicas culturais, por sua vez, também têm sua parcela de contribuição nesse atual quadro de aparentes melhorias, à medida que representantes do poder público municipal e da sociedade civil vem compartilhando responsabilidades na gestão de bens/referências culturais, bem como na construção e fortalecimento do Conselho Municipal de Cultura, do Fundo Municipal de Cultura, do Sistema Municipal de Cultural, do Plano Municipal de Cultura, e do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – recentemente sancionados pelas Leis Municipais nº 2.693/2012, nº 2.769/2013, nº 2.785/2013 e nº 2.830/2013, respectivamente. Nos dias de hoje, a população hortolandense – nativa e/ou migrante, em especial aquela que ainda se organiza sociocomunitariamente – não se manifesta ou reivindica apenas a garantia de exercício dos

direitos sociais mais básicos, mas também do direito à cultura, em suas mais diversas representações simbólicas; inclusive, a do direito à memória e de transmissão de saberes e fazeres identitários. Políticas culturais, que incorporam e promovem iniciativas e projetos em história pública e correlatos, podem tecer meios que garantam o exercício de cidadania em comunidades locais, desde que fiadas com real anuência e elaboradas com vistas à geração de benefícios econômicos e socioculturais. É necessário que as partes envolvidas nessas políticas públicas culturais compartilhem autoridades e autorias na construção dos diversos repertórios de ação coletiva para que não caiam por terra iniciativas e projetos como estes acima elencados. Para tanto, procedimentos e práticas em histórias pública, oral e local estão à disposição.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. 416 p.
- ASSIS, Amit. 2011. Author-Ity. In: *Mafté'akh – Lexical review of political thought*. Tel Aviv, Minerva Humanities Center. Inverno. p.1-28.
- BAUMAN, Zigmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 141 p.
- _____. 1999. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 328 p.
- CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente – 2 volumes*. Campinas (SP): Ed. da Unicamp, 2002. 916 p.
- CAUNCE, Stephen. 1994. *Oral history and the local historian*. Londres e Nova Iorque, Longman, 227 p.
- HAYDEN, Dolores. 1997. *The power of place: urban landscapes as public history*. Cambridge, MIT Press, 296 p.
- HAMILTON, Paula; SHOPES (Ed.). 2008. *Oral histories and public memories*. Filadélfia, Temple University Press, 320 p.
- KELLEY, Robert. 1978. Public History, Nature and Prospects. In: *The public historian*, v. 1, n. 1, Outono 16 p.
- FAULKS, Keith. 2000. *Citizenship*. Londres e Nova York, Routledge, 190 p.
- FRISCH, Michael. 1990. *A shared authority : essays on the craft and meaning of oral and public history*. Albany, State University of New York, 273 p.
- _____. 2011. From a shared authority to the digital kitchen, and back. AIDAR, B.; FILENE, B.; KOLOSKI, L (Ed.). In: *Letting go? Sharing historical authority in a user-generated world*. Filadélfia, Pew Center for Arts and Heritage, p. 128-137.
- KAMMEN, Carol. 2003. *On doing local history*. Walnut Creek, Altamira. 189 p.
- LOPES, Gustavo Esteves. Dança do catira: bem da cultura caipira local e regional. In: *Revista Típica Regional*. Sumaré/Hortolândia (SP): Seta Regional, ano VI, n. 23, 2012, p. 22-23.

_____. Estação Ferroviária Jacuba: patrimônio cultural municipal de Hortolândia. In: *Revista Típica Regional*. Sumaré/Hortolândia (SP): Seta Regional, ano V, n. 20, p. 36-39, 2012.

_____. A atualização do NEHO nos últimos anos. In: *Oralidades – Revista de história oral*. São Paulo: NEHO, n. 1, p. 77-85, jan.-jun. 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 175 p.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. *Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias*. São Paulo: Contexto, 2011. 208 p.

TEIXEIRA, Coelho. *Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário*. São Paulo: Iluminuras, 1999. 383 p.

TILLY, Charles. 1995. Contentions Repertoires in Great Britain, 1758-1834. In: TRAU-GOTT, Mark (Ed.). *Repertoires and cycles of collective action*. Durham, Duke University Press, p. 15-42.